

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

NOEMI PAES FREIRE

**A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA
ZONA DA MATA PARAIBANA: Monopolização do Território e estratégia de
reprodução camponesa**

**RECIFE
2019**

NOEMI PAES FREIRE

**A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA
ZONA DA MATA PARAIBANA: Monopolização do Território e estratégia de
reprodução camponesa**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE), para obtenção do título de Doutora em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel.
Área de Concentração: Regionalização e Análise Regional

**RECIFE
2019**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

F866p Freire, Noemi Paes.
A produção de cana-de-açúcar nos assentamentos rurais da Zona da Mata Paraibana : monopolização do território e estratégia de reprodução camponesa / Noemi Paes Freire. – 2019.
251 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2019.
Inclui referências.

1. Geografia. 2. Reforma agrária – Paraíba. 3. Assentamentos rurais. 4. Cana-de-açúcar. I. Maciel, Caio Augusto Amorim (Orientador). II. Título.

910 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-094)

NOEMI PAES FREIRE

**A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA
ZONA DA MATA PARAIBANA:** Monopolização do Território e estratégia de
reprodução camponesa

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em geografia, sob orientação do Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel. Área de Concentração: Regionalização e Análise Regional.

Aprovada em: 16/09/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (Orientador – Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Ana Carolina Gonçalves Leite (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. María Franco Garcia (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Paraíba

Profa. Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo pesquisar a produção de cana-de-açúcar nos assentamentos de Reforma Agrária na Zona da Mata paraibana. Buscamos recuperar a discussão sobre os conceitos-chave que fundamentam esta pesquisa, dentre eles: espaço geográfico, espaço agrário, território, disputas territoriais, territorialização do capital no campo, monopolização do território pelo capital, campesinato, reforma agrária e assentamentos rurais. Também realizamos um resgate do processo histórico de produção do espaço agrário da Zona da Mata paraibana e de como foi implantada a política pública de criação de assentamentos rurais. Em seguida, fizemos uma análise da produção de cana-de-açúcar no Brasil, na Zona Canavieira nordestina e, em especial, na Paraíba, mostrando como o Estado, historicamente, subsidiou essa atividade. A partir das pesquisas realizadas em 2009, 2012, 2018 e 2019 traçamos um panorama da evolução da produção de cana-de-açúcar nos assentamentos rurais da região. Por fim, efetivamos um estudo de caso sobre a produção de cana-de-açúcar no P.A. Dona Helena, o assentamento que concentra o maior número de famílias assentadas, o maior número de famílias produzindo cana-de-açúcar e, também, um dos que mais se destaca na produção agroecológica. A tese que defendemos é que a produção de cana-de-açúcar nos assentamentos da Zona da Mata paraibana vem representando tanto a monopolização do território camponês pelo capital sucroenergético quanto uma estratégia de reprodução dessas famílias no campo e que a monopolização do território pelo capital vem evoluindo de forma inversamente proporcional às condições de reprodução da vida dessas famílias, ou seja, com a melhoria das condições de vida nos últimos anos, constatamos que houve uma redução da produção de cana-de-açúcar nos assentamentos da região.

Palavras-chave: Cana-de-açúcar. Assentamentos rurais. Monopolização do território. Reprodução camponesa.

ABSTRACT

This work aims to research the production of sugarcane in the Agrarian Reform settlements in the Zona da Mata in Paraíba. We seek to recover the discussion on the key concepts that underlie this research, among them: geographical space, agrarian space, territory, territorial disputes, territorialization of capital in the countryside, monopolization of territory by capital, peasantry, agrarian reform and rural settlements. We also carried out a recovery of the historical production process of the agrarian space in the Zona da Mata in Paraíba and of how the public policy of creating rural settlements was implemented. We also carried out a recovery of the historical production process of the agrarian space in the Zona da Mata in Paraíba and of how the public policy of creating rural settlements was implemented. Then, we made an analysis of the production of sugar cane in Brazil, in the Northeastern Sugar Cane Zone and, especially, in Paraíba, showing how the State, historically, subsidized this activity. Based on the surveys carried out in 2009, 2012, 2018 and 2019, we provide an overview of the evolution of sugar cane production in rural settlements in the region. Finally, we carried out a case study on the production of sugar cane in PA Dona Helena, the settlement that concentrates the largest number of settled families, the largest number of families producing sugar cane and, also, one of the that stands out most in agroecological production. The thesis that we defend is that the production of sugar cane in the settlements of Zona da Mata in Paraíba has been representing both the monopolization of the peasant territory by the sugar-energy capital and a strategy of reproduction of these families in the countryside and that the monopolization of the territory by the capital comes evolving inversely in proportion to the reproductive conditions of the lives of these families, that is, with the improvement of living conditions in recent years, we found that there was a reduction in the production of sugarcane in the settlements in the region.

Keywords: Sugarcane. Rural settlements. Monopolization of the territory. Peasant reproduction.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Nordeste: Regiões	55
Figura 2	Paraíba: Mesorregiões	56
Figura 3	Zona da Mata Paraibana: Participação do trabalho assalariado no total do pessoal ocupado na agricultura - 1996.....	63
Figura 4	Zona da Mata Paraibana: Número de empregados assalariados rurais por município - 1995-96	64
Gráfico 1	Zona da Mata Paraibana: Área plantada com cana-de-açúcar 1990-2000	65
Quadro 1	Zona da Mata Paraibana – Projetos de Assentamento criados entre 1974 e 2019	66
Gráfico 2	Zona da Mata Paraibana: Evolução da área plantada com cana-de-açúcar 1990-2010.....	70
Gráfico 3	Zona da Mata Paraibana: Evolução da produção de cana-de-açúcar 1990-2010	70
Quadro 2	Paraíba: Unidades de produção do setor sucroalcooleiro e produção de etanol, safra 2009/2010	74
Gráfico 4	Brasil: Produção de cana-de-açúcar por tonelada – série histórica (1920-2006).....	87
Gráfico 5	Brasil: área colhida de cana-de-açúcar – série histórica (1920 a 2006.....	87
Gráfico 6	Brasil: cana-de-açúcar processada por região entre as safras de 1980/1981 a 1989/1990.....	90
Gráfico 7	Brasil: cana-de-açúcar processada por região entre as safras de 1990/1991 a 1999/2000.....	91
Gráfico 8	Brasil: cana-de-açúcar processada por região entre as safras de 2000/2001 a 2009/2010.....	93
Gráfico 9	Brasil: cana-de-açúcar processada por região entre as safras de 2011/2001 a 2018/2019.....	95
Mapa 1	Brasil: área, produção e média da produção por área colhida nos anos de 1995, 2006 e 2017.	99

Gráfico 10	Brasil: cana-de-açúcar processada por região entre as safras de 1980/1981 a 2018/2019.....	100
Gráfico 11	Nordeste: toneladas de cana-de-açúcar processada por Estado de 1980/1981 a 2018/2019.....	103
Gráfico 12	Nordeste: produção de cana-de-açúcar, por safra 2008/2009 e 2018/2019	104
Gráfico 13	Zona canavieira nordestina: cana-de-açúcar processada entre as safras de 1980/1981 e 2018/2019	105
Gráfico 14	Paraíba: produção de cana-de-açúcar por tonelada - série histórica (1920 a 2006).....	108
Gráfico 15	Paraíba: área colhida com cana-de-açúcar - série histórica (1920/2006).....	109
Gráfico 16	Paraíba: cana-de-açúcar processada segundo safra, de 1980/1981 a 2018/2019	109
Gráfico 17	Paraíba: cana-de-açúcar processada segundo safra de 1980/1981 a 1989/1990	110
Gráfico 18	Paraíba: cana-de-açúcar processada segundo safra de 1990/1991 a 1999/2000	111
Gráfico 19	Paraíba: cana-de-açúcar processada segundo safra de 2000/2001 a 2009/2010	112
Gráfico 20	Paraíba: cana-de-açúcar processada segundo safra de 2010/2011 a 2018/2019	113
Gráfico 21	Paraíba: toneladas de cana-de-açúcar processada entre as safras de 2008/2009 e 2018/2019.....	113
Gráfico 22	Cana-de-açúcar: quantidade processada por toneladas e vendida por fornecedores, por safra – 2008/2009 a 2018/2019.....	115
Gráfico 23	Classes de fornecedores de cana-de-açúcar	116
Gráfico 24	Toneladas de cana-de-açúcar vendida por fornecedor e por classe de fornecedor	117
Mapa 2	Regiões de Atuação da CPT na Zona da Mata Paraibana	119
Tabela 8	Assentamentos pesquisados.....	121
Gráfico 25	Número de questionários por assentamento	123
Gráfico 26	Número de questionários por município.....	123

Imagem 1	Localização do assentamento 2019	125
Gráfico 27	Toneladas de cana-de-açúcar processadas pela Usina São João	127
Imagem 2	Localização do assentamento Nova Aurora-PB	132
Gráfico 28	Em que trabalhava antes de ser assentado	140
Gráfico 29	Condição de agricultor antes de ser assentado	141
Gráfico 30	Desde quando moram na área do assentamento.....	142
Gráfico 31	Como conseguiram a terra	143
Gráfico 32	Organização/Instituto/movimento que os apoiaram	143
Gráfico 33	De quem é a cana-de-açúcar produzida	145
Gráfico 34	Quantidade de cana-de-açúcar plantada por hectare.....	145
Gráfico 35	Caso tenha diminuído a produção de cana-de-açúcar, quantos hectares a menos?	146
Gráfico 36	Há quanto tempo planta cana-de-açúcar?	147
Gráfico 37	A área de cana-de-açúcar plantada comparada com o início da produção	147
Gráfico 38	Caso tenha aumentado, quantos hectares a mais?	148
Gráfico 39	Motivo que levou a/o assentada/o a plantar cana	150
Gráfico 40	Área ocupada pela cana no assentamento	150
Gráfico 41	Quem arca com as despesas da produção de cana-de-açúcar?	152
Gráfico 42	Já adquiriu empréstimo para plantar cana-de-açúcar.....	153
Gráfico 43	Por quem é feito o plantio da cana-de-açúcar?	154
Gráfico 44	Quem realiza a contratação de mão de obra?	155
Gráfico 45	Como é feito o plantio?.....	156
Gráfico 46	Como é feita a adubação?	157
Gráfico 47	Como é feita a limpa?	158
Gráfico 48	A quem é vendida a cana-de-açúcar?	160
Gráfico 49	O lucro da cana-de-açúcar dá para sustentar a família o ano todo?.....	161
Gráfico 50	Sabe quantas toneladas são produzidas por hectare?	162
Gráfico 51	Por quem é feita a colheita da cana-de-açúcar?	164
Gráfico 52	Quem faz a pesagem/medição da cana-de-açúcar?	164
Gráfico 53	Quanto ao controle da pesagem da cana-de-açúcar	166

Gráfico 54	O que o governo deveria incentivar mais nas áreas de assentamento?	167
Gráfico 55	Se o governo apoiasse mais na produção de alimentos continuaria a produzir cana-de-açúcar?	168
Gráfico 56	Há algum acordo formal entre a/o assentada/o e os usineiros, fornecedores, atravessadores ou donos do engenho?	169
Gráfico 57	Participam de alguma organização de plantadores de cana-de-açúcar?	170
Gráfico 58	A fonte de água que abastece sua família fica próxima à produção de cana-de-açúcar?	173
Gráfico 59	Sabe se já houve contaminação das águas pelos agrotóxicos usados na produção de cana-de-açúcar?	174
Gráfico 60	Já houve contaminação de lavouras pelos venenos usados na produção de cana-de-açúcar?	174
Gráfico 61	Considera a parcela em que foi assentado/a	175
Figura 5	Localização do Assentamento Dona Helena	181
Imagem 3	Localização do Assentamento Dona Helena	182
Figura 6	Planta Cartográfica do Assentamento Dona Helena	183

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Cana-de-açúcar processada no Brasil por região produtora segundo ano safra 1980/1990	88
Tabela 2	Cana-de-açúcar processada no Brasil por região produtora segundo ano safra 1990/2000	90
Tabela 3	Cana-de-açúcar processada no Brasil por região produtora segundo ano safra 2000/2010	92
Tabela 4	Cana-de-açúcar processada no Brasil por região produtora segundo ano safra 2010/2019	93
Tabela 5	Cana-de-açúcar processada no Nordeste por estado produtor segundo ano safra 1980/2019	102
Tabela 6	Cana-de-açúcar processada por usina e fornecedores, por safra – 2008/2019	114
Tabela 7	Relação de fornecedores de acordo com sua produção	116
Tabela 8	Assentamentos pesquisados.....	121

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ESPAÇO, TERRITÓRIO, CAMPESINATO E A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS PELO CAPITAL	30
2.1	SOBRE A CONCEPÇÃO DE ESPAÇO	30
2.2	DA CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO À NOÇÃO DE DISPUTA TERRITORIAL	42
2.3	O CAMPESINATO NA HISTÓRIA E COMO CLASSE REVOLUCIONÁRIA NO BRASIL	48
3	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DA ZONA DA MATA PARAIBANA	55
3.1	LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ZONA DA MATA	55
3.2	OCUPAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO PERÍODO COLONIAL	56
3.3	MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA, O PROÁLCOOL E AS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO	60
3.4	A LUTA PELA TERRA E A CRIAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURIS	66
3.5	A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR	69
4	DO ENGENHO À USINA: A PRODUÇÃO DE CANA-DE- AÇÚCAR NO BRASIL	77
4.1	A CHEGADA DA CANA-DE-AÇÚCAR NO TERRITÓRIO E O PAPEL DO ESTADO.....	77
4.2	A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL	85
4.2.1	Cana-de-açúcar processada no Brasil entre 1980/1981 e 2018/2019	88
4.3	A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NA ZONA CANAVIEIRA DO NORDESTE	101
4.4	A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NA PARAÍBA	107
5	PANORAMA DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NOS ASSENTAMENTOS DA ZONA DA MATA PARAIBANA	118

5.1	ASSENTAMENTOS QUE AUMENTARAM O NÚMERO DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR:.....	124
5.1.1	P.A. Campos de Sementes e Mudanças	124
5.1.1.1	<i>A Produção de Cana-de-Açúcar no P.A. Campos de Sementes e Mudanças</i>	128
5.1.2	P.A. Nova Aurora	132
5.1.2.1	<i>A Produção de Cana-de-Açúcar no P.A. Nova Aurora</i>	134
5.1.2.2	<i>A Produção de cana-de-açúcar nos assentamentos</i>	138
5.2	ORIGEM, ORGANIZAÇÕES DE APOIO NA LUTA DOS ASSENTADOS PLANTADORES CANA-DE-AÇÚCAR E CONDIÇÕES DE TRABALHO ANTERIORES À POSSE DA TERRA.	139
5.3	A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR PELOS ASSENTADOS	144
5.4	O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR	159
5.5	RELAÇÃO DOS USINEIROS COM O ESTADO E COM A ORGANIZAÇÃO DOS PLANTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR	166
5.6	OS IMPACTOS DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR	172
6	A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ASSENTAMENTO DONA HELENA	176
6.1	O PORQUÊ DA ESCOLHA DO ASSENTAMENTO DONA HELENA	177
6.2	A LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO DONA HELENA	179
6.3	CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO DONA HELENA ...	180
6.4	CONDIÇÃO DE TRABALHO ANTERIOR E ORGANIZAÇÃO DE APOIO NA LUTA PELA TERRA	185
6.5	A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ASSENTAMENTO DONA HELENA	186
6.5.1	Motivos que levaram à produção de cana-de-açúcar	190
6.5.2	O processo produtivo da cana-de-açúcar	192
6.5.3	O processo de comercialização da cana-de-açúcar	195

6.5.4	A produção de cana-de-açúcar e a economia das famílias assentadas	197
6.5.5	Relação com o Estado, Usina e associativismo	200
6.5.6	Produção de cana-de-açúcar e a natureza	203
6.6	A PRODUÇÃO DOS ALIMENTOS	204
6.7	OS PORQUÊS DA CANA-DE-AÇÚCAR NAS PARCELAS	205
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	223
	REFERÊNCIAS	248

1 INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar a questão agrária na Paraíba, especificamente a temática das disputas territoriais entre o capital e o trabalho surgiu a partir de algumas pesquisas realizadas sobre o espaço agrário da Zona da Mata Paraibana ao longo dos últimos doze anos, desde meados do curso de Bacharelado em Geografia, no âmbito da iniciação científica. Nos foi dada a oportunidade de participar da Pesquisa “Espaço Agrário Paraibano: transformações na organização da produção e do trabalho”, em 2007, sob orientação da Professora Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira, na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, que tinha por objetivo analisar a dinâmica do trabalho assalariado rural na Zona da Mata Paraibana, com ênfase nas condições de vida e trabalho dos trabalhadores assalariados da cana-de-açúcar, buscando entender a complementariedade existente entre o campesinato e o assalariamento, bem como a atuação do movimento sindical frente aos desafios impostos pelo sistema de trabalho, sobretudo no corte da cana-de-açúcar. Essa pesquisa buscava atualizar os dados de uma investigação realizada sobre o tema na década de 1970 pela mesma professora.

A aproximação inicial com os trabalhadores assalariados se deu em uma assembleia realizada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rita-PB, na qual participaram canavieiros que iriam trabalhar no corte da cana-de-açúcar, na safra de 2007/2008, para a Usina São João, uma das maiores em funcionamento nesse período. De pronto, nos chamou atenção a postura do presidente do sindicato que apresentava, dentre outras coisas, como se daria o contrato de trabalho, desde o transporte, utilização de equipamentos de segurança, regime de trabalho e as formas de pagamento. Entretanto, comparando com pesquisas realizadas anteriormente pela Professora Emília Moreira, que tratavam, dentre outras questões, da atuação do movimento sindical na região nas décadas de 1980 e 1990, naquele momento, foi perceptível o amortecimento da ação sindical e sua articulação com a classe patronal. Outro fato que nos chamou muito a atenção foi que, ao final da assembleia, quando fomos conversar com os trabalhadores para pegarmos seus contatos e marcarmos outro dia para realizar as entrevistas, percebemos que a grande maioria dos trabalhadores assalariados da cana-de-açúcar que ali estavam moravam em Projetos de Assentamentos Rurais da região. Este fato nos deixou bastante intrigados pois, na pesquisa anterior, a qual pretendíamos atualizar naquele momento, foi constatado que a maioria dos trabalhadores contratados para o corte da cana-de-açúcar não era da

mesorregião da Zona da Mata Paraibana, justamente pelo poder de mobilização e atuação sindical que existia naquela época, um reflexo das condições precárias de trabalho que se apresentavam, fazendo com que os usineiros preferissem contratar trabalhadores de outras mesorregiões, como do Sertão, por exemplo, e até mesmo de outros estados. O fato de grande parte dos trabalhadores assalariados do corte da cana-de-açúcar na Usina São João serem da Zona da Mata por si só já era uma novidade, entretanto, verificar que a maioria deles era assentado da reforma agrária nos deixou ainda mais inquietos. Essas inquietações foram delineando um novo caminho reflexivo que acabou ampliando as percepções para além dos objetivos da pesquisa que estávamos realizando.

A investigação prosseguiu com o agendamento das entrevistas com os cortadores de cana. Como a maioria dos trabalhadores era assentada, as entrevistas foram marcadas nos próprios assentamentos. Ao chegarmos nos assentamentos, percebemos que, além de estarem se assalariando sazonalmente no corte da cana-de-açúcar existiam, em diversos assentamentos, famílias produzindo cana-de-açúcar em suas parcelas e fornecendo às usinas, mais um fato novo que se desenhava no território da Zona da Mata Paraibana.

Esse trabalho de campo possibilitou nossa primeira constatação dessa contradição, pois até esse momento, em 2007, não tínhamos dado conta desse processo, nem localizado nenhuma referência dentro da bibliografia sobre a formação territorial da região que vínhamos pesquisando. Sabíamos que a cana-de-açúcar sempre esteve presente na produção de parte dos assentados da região, considerando que é um cultivo que faz parte das suas histórias de vida, tendo em vista que boa parte dos assentados e assentadas que participaram do processo de luta pela terra na Zona da Mata Paraibana eram moradores (as) e/ou trabalhadores (as) das terras de engenhos e usinas. A cana-de-açúcar sempre esteve presente em suas vidas, tanto para o consumo humano como, principalmente, para alimentar o gado no preparo da forragem, já que é mais resistente aos períodos de estiagem. Como já foi colocado, era a primeira vez que identificávamos a produção de cana-de-açúcar dentro dos assentamentos para a comercialização com as usinas. A primeira vez que nos dávamos conta que os assentamentos da região canavieira haviam se tornado redutos de fornecedores de cana-de-açúcar.

A partir daí, apesar de esse não ser o objetivo da pesquisa que realizávamos naquele momento, nem da que realizamos no ano seguinte, em 2008 – que tratava

do resgate das histórias de luta pela terra dos assentamentos da região entre 1997 e 2007 –, nosso olhar passou a voltar-se prioritariamente para esse fato. Em todos os assentamentos que visitamos daí em diante, nos esforçávamos para entender quais as motivações apresentadas pelas famílias assentadas para a produção de cana-de-açúcar e como estava se dando esse processo.

Ao mesmo tempo em que a luta pela terra, as consequentes desapropriações e a criação de 64 assentamentos rurais somente na mesorregião da Zona da Mata representavam, naquele momento, uma fissura no domínio territorial histórico do agronegócio canavieiro, ver as famílias assentadas abrindo mão de suas produções de alimentos e, em alguns casos, de sua soberania alimentar, submetendo novamente seus territórios ao domínio do capital canavieiro provocou uma série de frustrações no nosso ‘sonho’ de reforma agrária e nos levou a querer entender quais eram os determinantes territoriais que vinham influenciando essa contradição. As questões que acabamos de narrar foram o embrião do projeto de tese que apresentamos e aprovamos junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco –UFPE, em 2014, onde desenvolvemos a pesquisa durante o curso de Doutorado e que apresentaremos nesta Tese.

Para nós, é importante apresentar às leitoras e leitores não apenas a forma como os caminhos foram percorridos, mas também de que maneira chegamos até eles. As pesquisas realizadas no âmbito da iniciação científica, junto ao Grupo de Estudos sobre Espaço, Trabalho e Campesinato – GETEC-UFPB, durante a Graduação em Geografia, foram fundamentais para o nosso amadurecimento e para conhecermos a realidade do campo da Zona da Mata paraibana.

Em 2008, realizamos um trabalho de campo no Projeto de Assentamento Dona Antônia, no município do Conde, também localizado na Zona da Mata, na microrregião do Litoral Sul. Lá, constatamos que nele não havia a produção de cana-de-açúcar, além disso, soubemos que existia um acordo coletivo entre as famílias para não permitir a produção de cana-de-açúcar dentro do assentamento. Dentro da realidade dos assentamentos que vínhamos visitando anteriormente na região, o P.A. Dona Antônia se apresentou como um oásis num deserto de cana-de-açúcar e como uma possibilidade real de resistência ao processo de monopolização territorial que vinha sendo identificado. Este assentamento acabou sendo objeto de investigação na pesquisa que resultou na nossa Monografia de graduação, intitulada: “A luta pela terra

e a territorialização camponesa na Zona da Mata Paraibana: um caso de resistência à expansão da atividade canavieira”, apresentada em 2009.

Até esse momento, uma coisa era fato: a cana-de-açúcar vinha ganhando espaço na paisagem dos assentamentos pelos quais nós passávamos, e isso já vinha nos motivando a elaborar um projeto de pesquisa para submeter à seleção de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPB. Durante o processo de elaboração desse projeto, coincidentemente, representantes da Comissão Pastoral da Terra - CPT - procuraram a professora Emília Moreira e solicitaram sua orientação na elaboração e execução de um projeto de pesquisa que buscasse compreender justamente esse processo de expansão da cana-de-açúcar nos assentamentos rurais da mesorregião da Zona da Mata Paraibana. O projeto foi elaborado e executado a partir de uma parceria entre a CPT e o GETEC, e resultou no relatório de pesquisa intitulado: “Expansão do plantio de cana nas áreas de assentamento da Zona da Mata Paraibana” de 2009.

Tivemos a oportunidade de participar como colaboradores nesse projeto, que apresentou um extenso trabalho de campo, entre os anos de 2008 e 2009, e que acabou por gerar um levantamento de dados e análise estatística que serviu como base para a pesquisa que pretendíamos desenvolver. Durante o mestrado, partimos dessa análise quantitativa e realizamos um estudo de caso e análise qualitativa no P.A. Dona Helena, que resultou na Dissertação de Mestrado intitulada: “Disputa territorial entre o agronegócio e o campesinato na Zona da Mata Paraibana: a produção de cana-de-açúcar em áreas de assentamentos”. Este trabalho, junto ao relatório de pesquisa já citado são importantes referências desta Tese.

As constatações que obtivemos durante o mestrado nos levaram à primeira ideia da tese que nos propusemos a defender nesse trabalho e que, a partir da análise quantitativa, qualitativa e teórica realizada, buscamos refletir, no intuito de aprofundar a discussão. A hipótese que defendemos nessa Tese é que, na Paraíba, o cultivo da cana-de-açúcar nos assentamentos da Zona da Mata representa um eixo de retomada do poder do capital sobre a terra e sobre o trabalho dos camponeses, a monopolização do território camponês pelo capital sucroalcooleiro e, contraditoriamente, dentro da realidade em que se encontram alguns assentamentos rurais da região, vem se configurando como um mecanismo de fortalecimento da reprodução camponesa.

Sabemos que o espaço agrário da Zona da Mata nordestina vem reproduzindo ao longo da história uma relação conflituosa e engendrando disputas territoriais que

remetem ao princípio de sua colonização, onde a monocultura canavieira já disputava espaço com a policultura alimentar, representando a materialização do conflito existente entre o capital e trabalho na região.

Mesmo possuindo interesses antagônicos, o latifúndio canavieiro tem, historicamente, uma forte ligação com a produção camponesa, afinal o capital necessita de relações não capitalistas para sua produção e reprodução. No decorrer do processo de acumulação do capital açucareiro a produção camponesa foi fundamental na medida em que complementava o abastecimento alimentar dos engenhos de açúcar; contribuía para a formação do contingente de trabalhadores que o cultivo da cana-de-açúcar e a produção de açúcar requeriam; reduzia os riscos de perdas durante os momentos de crise do mercado; além do mais, suas terras se constituíam como áreas de reserva para a expansão da lavoura canavieira nos momentos de crescimento da demanda de açúcar e como fonte de extração da renda da terra nos momentos de retração (WANDERLEY, 1979, *apud* MOREIRA *et. al.*, 2009).

A agricultura capitalista e a agricultura camponesa vêm, ao longo dos anos, se reproduzindo numa relação inversamente proporcional. Por exemplo, nos momentos áureos de expansão do capital há a retração da agricultura camponesa, entretanto, nos momentos de crise, a agricultura camponesa se expande avançando sobre o território dominado pelo capital, no caso estudado, sobre a área dominada pela monocultura canavieira, fatos que serão demonstrados no decorrer da pesquisa.

A concentração fundiária brasileira é, sem dúvidas, o marco inicial da desigualdade social posta no país, no momento em que solidifica uma classe de latifundiários que tem seu poder perpetuado até os dias atuais, tendo em vista que cerca de 40% dos deputados que compõe o poder legislativo fazem parte da chamada Bancada Ruralista. Entretanto, a concentração fundiária do Brasil remonta a 1530, com a criação das capitâneas hereditárias e do sistema de sesmarias¹. Iniciavam-se, assim, os latifúndios no país.

Em 1822, após a Independência do Brasil, a troca de donos das terras se dava sob a 'lei do mais forte', através da violência. Os conflitos não envolviam trabalhadores rurais e ainda predominava o regime escravista. Os principais envolvidos eram

¹ Glebas distribuídas pela Coroa Portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las dando em troca um sexto da produção (INCRA).

proprietários e grileiros apoiados por bandos armados (INCRA, 2019). De acordo com o INCRA, só em 1850 o Império tentou ordenar o campo ao editar a Lei de Terras². Contudo, a proibição de ocupar áreas públicas e a determinação de que, para adquirir terras, só mediante pagamento em dinheiro, essa Lei reforçou o poder dos latifundiários ao tornar ilegais as posses de pequenos produtores.

A instauração da República, em 1889, após a libertação dos escravos, também não melhorou o perfil da distribuição de terras. O poder político continuou nas mãos dos latifundiários, os coronéis do interior. Apenas no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, com a industrialização do País, a questão fundiária começou a ser debatida pela sociedade, que se urbanizava rapidamente (INCRA, 2019).

Na década de 1950, surgiram as Ligas Camponesas, no Nordeste, e o Governo Federal criou a Superintendência de Reforma Agrária (Supra). De acordo com dados do INCRA (2019), ambas foram combatidas pelo establishment (ordem política e econômica), dentro do quadro que resultou na Ditadura Militar de 1964, todavia, contraditoriamente, no início do período militar, foi dado o primeiro passo na direção de uma reforma agrária no País, o Estatuto da Terra é editado (Lei nº 4.504, de 1964) e são criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibira) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), em substituição à Supra.

Em 30 de novembro de 1964, 143 anos após a “Independência” e no 76º da República, foi promulgada a Lei Nº 4.504/1964, mais conhecida como Lei de Terras. Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

De acordo com essa Lei, a reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. Nesse sentido, os objetivos da reforma agrária são: 1) desconcentração e democratização da estrutura fundiária; 2) produção de alimentos básicos; 3) geração de ocupação e renda; 4) combate à fome e à miséria; 5) interiorização dos serviços públicos básicos; 6) redução da migração campo-cidade; 7) promoção da cidadania e da justiça social; 8) diversificação do comércio e dos serviços no meio rural; e 9) democratização das estruturas de poder.

² Lei Nº 4.504/1964, mais conhecida como Lei de Terras. Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

Em 4 de novembro de 1966, o Decreto nº 59.456 instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. Em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, resultado da fusão do Ibra com o Inda. Nessa época, o governo incentivava a colonização da Amazônia. Migrantes de vários estados do Brasil eram levados a ocupar as margens da estrada Transamazônica e empresas de variados ramos receberam incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários.

Em 10 de outubro de 1985, o Decreto nº 97.766 instituiu novo Plano Nacional de Reforma Agrária, com a meta de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989 (INCRA, 2019). Para isso, foi criado o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad). Quatro anos depois, os números alcançados eram bem abaixo da meta: 82.689 famílias assentadas, numa área de aproximadamente 4,5 milhões de hectares. De acordo com dados do INCRA (2019), tudo isso foi reflexo do intenso debate político e ideológico em torno da reforma agrária na Assembleia Nacional Constituinte de 1988.

Em 29 de março de 1989, a responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura e o Congresso Nacional recriou o Incra. A questão foi, então, vinculada diretamente à Presidência da República com a criação, em 29 de abril de 1996, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual imediatamente se incorporou o Incra.

Em 14 de janeiro de 2000, o Decreto nº 3.338 criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão ao qual o Incra foi vinculado até a extinção do ministério estabelecida pela Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei 13.341, de 29 de setembro de 2016, já após o golpe de 2015, no governo Michel Temer. Já demonstrando um passo atrás no caminho que a reforma agrária brasileira vinha percorrendo ao longo de todos esses anos.

A partir de então, o Incra passou a ser vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e, posteriormente, à Casa Civil da Presidência da República, com o Decreto nº 8.760, de 27 de maio de 2016, revogado quatro meses depois pelo Decreto nº 8.865, de 29 de setembro de 2016.

A partir de 1º de janeiro de 2019, com o início do Governo de Jair Bolsonaro, o Decreto nº 9.660 passou a vincular o Incra ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o atual presidente nomeou como Ministra a deputada Tereza Cristina, filiada ao DEM-MS e líder da Bancada Ruralista; indicando um agravamento

na questão agrária brasileira, tendo em vista que a atual ministra é ligada a ruralistas, incluindo o acusado de ser o mandante do assassinato de uma liderança indígena no Mato Grosso do Sul³ e a empresas fortemente ligadas ao agronegócio⁴, além disso, ficou conhecida como "musa do veneno", por sua atuação em defesa do Projeto de Lei 6299/02, que flexibiliza as regras de utilização de agrotóxicos no País, conhecido como PL do Veneno.

As perspectivas, tanto das lideranças dos movimentos sociais, quanto do quadro técnico que compõe o INCRA são extremamente negativas, as famílias assentadas também compartilham dessa preocupação e já sofrem com cortes de verbas e encerramento de projetos de aquisição da produção camponesa como o PAA⁵ e o PNAE⁶, que vinham garantindo tanto o escoamento da produção das famílias assentadas quanto o abastecimento de alimentos em escolas e de famílias de baixa renda que eram atendidas por esses projetos, provocando uma situação de vulnerabilidade social no campo e na cidade.

De acordo com dados do INCRA⁷, o instituto busca com a reforma agrária a implantação de um modelo de **assentamento rural baseado na viabilidade**

3 Tereza Cristina recebeu doação na campanha de 2014 de um fazendeiro acusado de ser o mandante do assassinato do líder indígena Guarani-Kaiowa Marcos Veron, de 73 anos, em 2003, no Mato Grosso do Sul. O cheque de 30 mil, assinado por Jacintho Honório da Silva Filho foi registrado do Tribunal Regional Eleitoral – TER em 30 de setembro de 2014, quando Tereza Cristina concorria a uma vaga na Câmara pelo PSB. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/futura-ministra-da-agricultura-tereza-cristina-recebeu-doacao-de-reu-por-assassinato-de-lider-indigena-em-ms.shtml>

4 Tereza Cristina deu incentivos fiscais à JBS quando foi secretária estadual do governo Puccinelli, no Mato Grosso do Sul e sete meses depois, candidatou-se a deputada federal e recebeu 103 mil dessa empresa para sua campanha. <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/tereza-cristina-deu-incentivo-fiscais-a-jbs-quando-era-secretaria-estadual/>

5 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

6 A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório

7 O Incra é a autarquia federal responsável por executar a reforma agrária. Criado em 1970, atua em todo o país por meio das 30 superintendências. <http://www.incra.gov.br/reformaagraria>

econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial, com destaque para a importância do envolvimento dos governos estaduais e prefeituras na viabilização desse projeto. Além dos assentamentos implantados, o Incra reconheceu projetos criados por outros órgãos, como assentamentos estaduais e reassentamento de barragens, para assegurar o acesso dos agricultores familiares às políticas de reforma agrária, unidades de conservação de uso sustentável e territórios quilombolas.

Dados fornecidos no site do INCRA (2019) indicam que, desde o início do Programa Nacional de Reforma Agrária somam-se, no Brasil, 1.348.484 famílias assentadas, e que, atualmente, 973.451 famílias vivem em assentamentos e áreas reformadas, totalizando 9.437 assentamentos criados e reconhecidos e 87.953.588 hectares de área reformada.

Na Paraíba, a reforma agrária foi realizada sobretudo a partir do desemprego gerado pela crise do Proálcool, com o fim dos incentivos fiscais à produção de álcool na década de 1990.

Sob o impulso do Proálcool, na década de 1970, assistimos ao fenômeno identificado por Oliveira (1991) como territorialização do capital monopolista. Na medida em que o capital sucroalcooleiro, através da expansão do cultivo da monocultura canavieira, se territorializou provocando a expropriação de milhares de camponeses, intensificando o assalariamento, sobretudo o temporário e a redução das relações não capitalistas no campo. Isso sem falar dos danos ambientais gerados representados pela destruição de extensas áreas de Mata Atlântica e de Cerrados dos tabuleiros costeiros. Essa expansão foi financiada por substanciais subsídios fiscais e creditícios promovidos pelo Estado brasileiro.

Os grandes proprietários passaram a usar toda a terra disponível para o cultivo da cana-de-açúcar. Parte dos trabalhadores ainda se organizou no intuito de defenderem o direito de permanecerem na terra, mas foram combatidos com violência, perseguições, prisões, destruições de lavouras e queimas de casebres e até mortes.

Todavia, o capital se desenvolve de forma cíclica e contraditória, o endividamento crescente, a restrição do crédito e o barateamento do preço do petróleo a partir da segunda metade da década de 1980 provocou uma forte crise no setor. O

enfraquecimento do poder oligárquico canavieiro foi verificado, dentre outras coisas, através da significativa diminuição da área plantada, da falência de usinas tradicionais e da forte crise do emprego.

Contudo, de acordo com Moreira e Targino (1997), a crise também aumentou a capacidade de mobilização na luta pela terra e o poder de pressão tanto dos trabalhadores que sofreram desemprego quanto dos que já vinham resistindo às expropriações em conflitos que se arrastavam há décadas. A luta dos trabalhadores passou a receber apoio da igreja católica e do movimento sindical e expandiu-se para além da luta pela permanência na terra. A partir de então, começaram a ser realizadas ocupações em propriedades não produtivas. Para Medeiros *et. al.* (2004), nesse momento, as ocupações de terra, até então pouco expressivas na região, passaram a ser o principal instrumento de luta para o enfrentamento da crise pelos trabalhadores rurais.

Com a constatação da improdutividade das terras, muitas áreas de conflitos foram desapropriadas e destinadas à Reforma Agrária. De acordo com Medeiros *et. al.* (2004), muitas dessas desapropriações resultaram de questões originalmente trabalhistas. A partir daí, assistiu-se ao processo de desterritorialização de parte do agronegócio canavieiro regional e a reterritorialização do campesinato, sendo que agora de maneira diferenciada, já que, mesmo sem o título da terra, não seria mais necessário o pagamento de renda por morar e produzir na terra de algum latifundiário.

A luta dos trabalhadores foi responsável por uma fissura no monopólio latifundiário na região, pela diminuição da concentração fundiária, pela dinamização dos mercados internos municipais, pela redução do preço dos alimentos nas feiras locais, pela diversificação da paisagem e pela melhoria da qualidade de vida e garantia da autonomia e reprodução de milhares de famílias camponesas. O território que antes se reproduzia a partir da exploração da força de trabalho e do esgotamento dos recursos naturais dá lugar a um território que passa a ter sinônimo de vida e esperança.

Entretanto, a partir do ano 2000, a atividade canavieira volta a tomar força, novamente apoiada no aumento do preço do barril do petróleo no mercado internacional. De acordo com Moreira *et. al.* (2009), o preço do barril de petróleo que se apresentou decrescente durante a maior parte da década de 1990 reverteu esta tendência a partir do ano 2000, fazendo ressurgir o debate sobre a fragilidade às

oscilações do mercado por que passam os países desenvolvidos dependentes desta fonte energética não renovável.

A produção da cana-de-açúcar passa a ser novamente estimulada, tanto para atender a demanda externa por agrocombustíveis, quanto para atender a demanda interna estimulada pela obrigatoriedade da mistura do etanol à gasolina em um percentual de 25% e pela expansão da frota de carros *flex fuel*, sobretudo a partir de 2003. De acordo com Moreira e Targino (2011), o Brasil vem aumentando as exportações de etanol e também as de petróleo, na medida em que o aumento do uso do etanol nos veículos gera um excedente da produção petrolífera nacional que está sendo exportado, aproveitando a conjuntura da elevação do seu preço. Um levantamento mais recente realizado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), indicou que o Brasil nunca exportou tanto vm/v quanto em 2018. Foram vendidos ao exterior 1,12 milhões de barris por dia, o que corresponde a uma alta de 13,3% em relação a 2017, segundo dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

Na Zona da Mata Paraibana, a retomada da atividade foi constatada tanto no aumento da área plantada como na intensificação da produção de cana-de-açúcar. Porém, os assentamentos criados durante a crise do Proálcool vêm se constituindo como uma barreira à expansão da produção de cana-de-açúcar pelas usinas.

Foram criados na região, desde 1987, 69 assentamentos rurais nos quais foram assentadas 4.814 famílias, num total de 42.008, 58 hectares desapropriados, muitos deles nos arredores das usinas.

Os latifundiários do agronegócio sucroalcooleiro não podiam mais expandir a produção de cana-de-açúcar e expropriar os camponeses como foi feito nas décadas anteriores. No entanto, passaram a monopolizar seus territórios, na medida em que controlavam a forma de uso e determinavam a política de desenvolvimento territorial.

O espaço agrário da Zona da Mata paraibana é, desde o princípio da colonização, determinado pela atividade canavieira. Os grandes proprietários de terras detinham o poder político, econômico e definiam as formas de exploração do trabalho e da renda da terra. A criação dos assentamentos nos últimos anos trouxe uma nova dinâmica na vida dos camponeses da região, apesar das dificuldades enfrentadas, era a primeira vez na história de muitas daquelas famílias que elas poderiam ter autonomia quanto ao seu tempo, seu trabalho e suas histórias.

Desde 2007, percebemos a disputa territorial representada pela tentativa de reconquista do território perdido para o campesinato pelo agronegócio canavieiro. Esta disputa vem sendo concretizada a partir do avanço da cana-de-açúcar nos assentamentos através do arrendamento de lotes ou de um processo de parceria entre o assentado e a usina ou com atravessadores e fornecedores de cana-de-açúcar.

Entretanto, alguns assentamentos dessa zona canavieira estão organizados e decididos a não produzir cana-de-açúcar, se destacando enquanto resistência a esse processo de monopolização territorial, como é o caso do P.A. Zumbi dos Palmares e do P.A. Tiradentes, localizados no município de Mari, ambos apoiados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

Como podemos observar, esse processo não ocorre sempre de forma pacífica, sem conflitualidades. Algumas famílias reagem lutando para que a terra de trabalho não se transforme mais uma vez em território de exploração. Outras fazem da produção canavieira uma complementação da renda e tem também as que, por motivos variados, se deixam dominar pela lógica capitalista e transformam suas parcelas em terra de negócio, abrindo mão de suas produções de alimentos e ficando dependentes das usinas e à mercê das oscilações do mercado, pondo em risco a soberania alimentar da família.

A pesquisa de campo nos revelou uma multiplicidade de situações e inúmeros vêm sendo os motivos apontados para a redenção do campesinato local ao agronegócio canavieiro. Cada assentamento possui condicionantes territoriais que acabam por concretizar realidades diferenciadas. Esses condicionantes estão relacionados a questões físicas, como relevo, clima e hidrografia; a questões sociais, como a antecedência de um processo de luta pela terra, o acompanhamento dos movimentos sociais na construção territorial e na organização da unidade de classe, servindo de suporte na luta por direitos; e econômicas, como questões ligadas ao escoamento, comercialização e valor da produção.

Como já dissemos, a hipótese central desta Tese é que, na Zona da Mata Paraibana, o cultivo da cana-de-açúcar nos assentamentos vem representando a monopolização do território camponês pelo capital canavieiro, um eixo de retomada do poder do capital sobre a terra e sobre o trabalho das famílias assentadas e, contraditoriamente, se configurando como uma estratégia de reprodução e fortalecimento dessas famílias.

Com o desenvolvimento desta pesquisa, buscamos colaborar para a compreensão das complexidades existentes no campo da Zona da Mata Paraibana, no tocante à questão da produção de cana-de-açúcar e, em especial, da produção de cana-de-açúcar nos assentamentos.

O objetivo geral da pesquisa é compreender como vem evoluindo o processo de monopolização do território camponês da Zona da Mata Paraibana, especificamente a questão da produção de cana-de-açúcar de parte das famílias assentadas. Para isso, buscaremos: a) analisar como foi implantada a política pública de criação de assentamentos na Zona da Mata Paraibana, identificando suas principais fragilidades e os impactos territoriais deste processo; b) analisar os dados disponíveis sobre a produção-de-cana-de-açúcar no Brasil, na Zona Canavieira Nordestina e na Paraíba; c) realizar pesquisa de campo nos assentamentos da região e, a partir da comparação com os dados da CPT, traçar um panorama da produção de cana-de-açúcar nos anos de 2009 e 2019; d) identificar as diferentes estratégias de reprodução camponesa diante da constatada insuficiência da política de criação de assentamentos na região e os principais motivos apontados pelas famílias assentadas para justificar a produção de cana-de-açúcar nas parcelas; e) discutir formas de fortalecimento do campesinato local a partir da realidade posta.

A tese que defendemos foi fundamentada, contextualizada e escrita a partir de pesquisas bibliográficas; do acúmulo de leituras e experiências nas disciplinas cursadas durante o Doutorado; das análises de dados secundários do IBGE, do INCRA, da CPT, da ASPLAN, da CONAB; das pesquisas realizadas na internet, em sites que trazem dados relacionados com a produção de cana-de-açúcar; das trocas realizadas durante a participação nos eventos científicos da Geografia e da Geografia Agrária; dos diálogos com os amigos do GETEC-UFPB e de outros grupos de pesquisa, a exemplo CEGET-UFPB e do LEPEC-UFPE e das companheiras e companheiros da Geografia Agrária e da Geografia de uma forma geral, com os quais pude interagir, exercitar e amadurecer essas reflexões.

Além disso, ela é fruto de um extenso trabalho de campo que foi realizado entre agosto de 2018 e junho de 2019. Visitamos 12 áreas de assentamento que estavam produzindo cana-de-açúcar. Foram aplicados um total de 80 questionários, o que representa uma média de 25% das famílias assentadas produtoras de cana-de-açúcar de cada assentamento pesquisado. Esses dados serviram como base para a realização de uma análise quantitativa e também da construção de um panorama de

como vem evoluindo essa questão nesta última década. Também fizemos registros fotográficos, gravações de áudios e fotografias aéreas com o auxílio de um drone.

Ademais, foram realizadas visitas às parcelas e algumas entrevistas com famílias assentadas produtoras de cana-de-açúcar, presidentes das associações dos assentamentos, presidentes dos sindicatos dos trabalhadores rurais, fornecedores de cana-de-açúcar, representantes do INCRA, da CONAB, da Coletoria Estadual e da ASPLAN.

Buscamos realizar uma análise a partir da realidade com a qual nos defrontamos, procurando compreender sua construção territorial ao longo da história e tentando desvendar as contradições surgidas a partir das disputas entre as classes sociais envolvidas. Concordamos com Guimarães (1960), quando ele diz que a teoria da luta de classes no marxismo enriqueceu o conhecimento humano, incorporando-lhe uma concepção verdadeiramente científica acerca do desenvolvimento das sociedades. A essência dessa teoria reside na descoberta da lei fundamental do desenvolvimento da sociedade humana, do elemento dinâmico que aciona o progresso social e esse elemento dinâmico é a luta de classes em ascensão contra as classes em decadência. A luta de classes representa, para este autor, a força que move a roda da história, o motor do desenvolvimento histórico. Para ele, se não levarmos em conta essa concepção científica não penetraremos no âmago do problema agrário e teremos dele tão somente uma visão estática, um quadro meramente fenomenológico, como os que nos são apresentados pela sociologia vulgar (GUIMARÃES, 1960, *apud* STEDILE, 2000).

O autor acredita que a essência da teoria marxista reside na descoberta da lei fundamental do desenvolvimento da sociedade humana, do elemento dinâmico que aciona o progresso social e esse elemento dinâmico é a luta das classes em ascensão contra as classes em decadência. Concordamos com Guimarães (1960) que a luta de classes representa a força que move a roda da história, que é o motor do desenvolvimento histórico e, portanto, foi nela que centramos nosso olhar ao investigarmos as disputas territoriais entre o agronegócio canavieiro e o campesinato na Zona da Mata Paraibana.

Do ponto de vista de sua estrutura, esta Tese está organizada em 07 capítulos, incluindo a introdução e as considerações finais. No primeiro capítulo, trazemos a introdução do trabalho.

No segundo, realizamos uma fundamentação teórica com a discussão de alguns conceitos-chaves da geografia que consideramos fundamentais para o amadurecimento e compreensão das ideias que pretendemos desenvolver. O resgate efetuado não tem a intenção de dar conta de todos os pontos presentes nas obras consultadas, mas de recuperar alguns dos aspectos relativos à concepção de espaço, espaço agrário, território, disputas territoriais, territorialização do capital no campo, monopolização do território pelo capital e, de forma sucinta, trazer as principais teorias agrárias que tratam do futuro do campesinato com o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo e, em particular, a questão do campesinato brasileiro e sua afirmação enquanto classe revolucionária no país. Essa revisão bibliográfica serviu de base para as reflexões e abordagem que desenvolvemos nesse estudo.

No terceiro capítulo, apresentaremos um resgate histórico da formação territorial da Zona da Mata Paraibana, com destaque para a implantação da política de criação de assentamentos, discussão imprescindível para a compreensão e análise da realidade que nos propomos a estudar, tendo em vista que a configuração territorial que temos na atualidade é produto histórico desse processo.

No quarto capítulo, fizemos uma análise dos dados disponíveis sobre a produção de cana-de-açúcar no Brasil, na Zona Canavieira nordestina e, em especial, na Paraíba. No intuito de compreender como se deu a espacialização e expansão da cana-de-açúcar ao longo dos anos e o papel do Estado enquanto financiador do processo produtivo.

No quinto capítulo, trazemos uma análise de parte dos dados da pesquisa realizada pela CPT e pelo GETEC em 2008/2009, que ajudou a fundamentar nossa pesquisa de mestrado e que nos permitirá ter uma ideia de como a monopolização do território camponês ocorreu nesse período e servindo de ponto de partida para a pesquisa realizada em 2018/2019, para a construção do panorama evolutivo da produção de cana-de-açúcar nos assentamentos da Zona da Mata Paraibana nesses últimos 10 anos e para a discussão sobre a hipótese que defendemos.

No sexto capítulo, aprofundamos as análises a partir de um estudo de caso no P.A. Dona Helena, já pesquisado em 2009, em 2012 e agora em 2018 e 2019. Neste capítulo, buscaremos também desenvolver algumas reflexões a partir das análises qualitativas reveladas a partir dos trabalhos de campo e das entrevistas realizadas.

Em seguida, trazemos as nossas considerações finais sobre a pesquisa e as constatações realizadas e os anexos do trabalho onde estão as fotografias, fotografias aéreas, imagens de documentos e transcrições de depoimentos que posteriormente serão incluídas no corpo do texto.

É importante ressaltar que estamos encerrando este trabalho levando a certeza de que não conseguimos esgotar os debates sobre as temáticas investigadas, porém, diante dos prazos e limites institucionais, foi necessário o submetermos à Banca Avaliadora para, posteriormente, realizarmos os devidos ajustes e a escrita da versão final.

2 ESPAÇO, TERRITÓRIO, CAMPESINATO E A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS PELO CAPITAL

Para fundamentar este trabalho, decidimos partir da compreensão do conceito de espaço geográfico, objeto da Geografia. A construção do texto traz um resgate da evolução teórica do conceito nessa ciência, esse percurso foi fundamental no nosso processo de amadurecimento do fazer geográfico. Em seguida recuperamos a discussão sobre o território entendendo-o como uma categoria de análise que está na base da discussão sobre as disputas territoriais entre a produção de cana-de-açúcar e os assentamentos rurais, objeto de nossa investigação.

O resgate efetuado não tem a intenção de dar conta de todos os pontos presentes nas obras consultadas, mas tão somente recuperar alguns dos aspectos relativos à concepção de espaço, espaço agrário, território, disputas territoriais e campesinato nelas contidos que servirão de base para a abordagem que se pretendeu dar ao estudo.

2.1 SOBRE A CONCEPÇÃO DE ESPAÇO

Para o desenvolvimento deste item, apoiamo-nos em Milton Santos, particularmente em três de suas publicações: *A Natureza do Espaço – técnica e tempo - razão e emoção* (1997); *Por uma Geografia Nova* (1996); e *Técnica Espaço Tempo: globalização e meio técnico científico informacional* (1997), em Ruy Moreira, particularmente através de um ensaio publicado pela revista *Vozes* em 1980, em que ele aborda o espaço na perspectiva da sua relação com as classes sociais e, em Emília Moreira (2003) que aborda o espaço como produto do trabalho.

Santos (1996) coloca que, quando se está mais preocupado em definir a geografia do que o seu objeto, no caso, o espaço, cai-se em um erro já condenado por Durkheim, que é o de dar mais atenção aos conceitos do que as coisas. Ele compreende que a definição do objeto da geografia apresenta certos riscos, porém, nenhum é mais grave do que confundir a geografia em si com o seu objeto. Nesse sentido, ele faz uma crítica a Demartone que, em 1925, discutia as ligações da geografia com as outras disciplinas ao invés de preocupar-se com as relações entre o objeto da geografia, que é o espaço, e os outros aspectos tangíveis ou não da realidade social. Para o autor, o atraso da ciência geográfica no campo teórico-metodológico deve-se justamente ao atraso na definição do seu objeto, e chama a

atenção para a negligência de uma série de autores que, durante muito tempo, se preocuparam exclusivamente com a definição do conceito de geografia.

Falando de objeto, é interessante quando ele coloca que é a sociedade que deve ser a preocupação fundamental, um objeto geral, comum a todo e qualquer ramo do saber humano, uma sociedade total, sendo que cada ciência deve se ocupar de um de seus aspectos, sem perder a unidade, apenas demonstrando outro princípio fundamental, o da divisão do trabalho. E, é por isso que concorda com Durkheim quando ele expõe sua ideia de que:

(...) não se deve querer dar limites muito precisos a uma ciência, pois a parte que ela se propõe a estudar jamais é separada das outras por uma delimitação precisa, porque cada coisa na natureza encontra-se unida com as outras, porém, se não se é capaz de reconhecer seu objeto corre-se o risco de ver sua esfera de ação estender-se ao infinito” (DURKHEIM, 1953, p.179 *apud* SANTOS, 1996, p.113).

Milton Santos complementa que a autonomia de cada disciplina é encontrada dentro de um sistema de ciências que compõe a unidade do objeto de estudo que é a sociedade total. A unidade do objeto de estudo é dada por parcelas da realidade social consideradas como uma totalidade menor que vem a ser o objeto de cada disciplina. No caso da geografia, deve-se centralizar as preocupações em torno do espaço, sua gênese, seu funcionamento e sua evolução, mas, para isso, devemos antes fazer a correta definição de suas categorias analíticas, para que seja possível desmembrar o todo através de um processo de análise, para reconstruí-lo depois através de um processo de síntese. A partir deste desmembramento é que é possível identificar, em cada caso, quais as disciplinas científicas que podem trazer colaborações.

Em síntese, o autor coloca que o ato de definir o objeto de uma ciência é também o de construir-lhe um sistema próprio de identificação das categorias analíticas. A partir da análise de cada categoria, procura-se chegar a uma síntese, pois, afinal, deseja-se a compreensão do todo, e esta análise em parcela servirá para ultrapassar o nível das operações puramente descritivas.

Para Milton Santos, a definição do espaço é extremamente árdua “porque a sua tendência é mudar com o processo histórico, uma vez que o espaço geográfico é também o espaço social” (SANTOS, 1996, p. 120). Para ele, o espaço que interessa aos geógrafos é o espaço humano, o espaço social ou geográfico. Em sua opinião:

O espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho. A concepção de uma natureza natural onde o homem não existisse ou não fora o seu centro, cede lugar à idéia de uma

construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano (SANTOS, 1996, p. 119).

Com relação às mudanças que ocorreram na definição de espaço ao longo da história, Santos (1996) abre um debate que considera válido, discutindo se é possível encontrar uma definição única para a categoria espaço ou se o que se tem são duas coisas diferentes a definir: o espaço como categoria permanente – espaço de todos os tempos; e o espaço que se apresenta diante de nós – o espaço do nosso tempo. No seu entender, no caso da definição do “espaço de todos os tempos” são os progressos filosóficos e científicos que permitem defini-lo diferentemente a cada momento, já no “espaço do nosso tempo” a significação dos objetos, do seu conteúdo e da relação entre eles muda com a história; mas, na realidade, ambos os caminhos se cruzam e um conhecimento de espaço inclui o outro e vice-versa.

Milton Santos afirma, também, que o espaço deve ser considerado

(...) como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas, que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual (SANTOS, 1996, p. 122).

Com isso, ele justifica porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares, pois, para ele, as formas variam de acordo com a dinâmica social, utilizando-se, neste caso, de forma grosseira, de uma comparação com a noção de relatividade introduzida por Einstein.

Durante o processo de construção de uma definição do que seria espaço, Santos (1996) chama a atenção para a interpretação de certos autores sobre o mesmo. Para alguns filósofos, as coisas que existem seriam apenas uma criação do nosso espírito e, baseados nesta perspectiva, alguns autores, como Hetner, por exemplo, definem espaço como sendo um modo de ver as coisas, ou uma intuição. Para Hetner, o espaço é apenas uma forma de percepção. Hegel também se enquadra na lista de autores para quem o espaço se enquadra primeiramente em nosso pensamento.

Santos (1996) afirma ainda que, para um grande número de autores modernos e clássicos, o espaço é apenas um reflexo da sociedade, uma “tela de fundo”, onde os fatos sociais se inscrevem à vontade, na medida em que acontecem. Obtém-se,

assim, uma visão já ultrapassada de um espaço inerte, que se apresenta apenas como palco das ações humanas, como reflexo da sociedade, como se o espaço não interviesse no processo histórico. Essa seria, conforme Santos (1996), uma visão positivista do espaço, da qual nem os marxistas escaparam. Ele critica essa forma positivista de ver o espaço, que considera um produto da herança filosófica de Kant e Newton. No seu entender, o espaço não pode ser considerado como uma forma de percepção e nem mesmo como um reflexo da sociedade, pois, desta forma, seria pensado como sendo uma coisa de dentro do homem, e diversas seriam as formas de entendê-lo, já que os indivíduos têm percepções diferenciadas. Ele acredita, assim como Durkheim, em um espaço de fora do indivíduo, que tem autonomia e se impõe tanto ao indivíduo como à sociedade.

Segundo a aceção durkheimiana o espaço é, pois, uma coisa; ele existe fora do indivíduo e se impõe tanto ao indivíduo como à sociedade considerada como um todo. Assim o espaço é um fato social, uma realidade objetiva. Como um resultado histórico ele se impõe aos indivíduos. Estes podem ter dele diferentes percepções e isso é próprio das relações entre sujeito e objeto. Mas, uma coisa é a percepção individual do espaço, outra é a sua objetividade. O espaço não é nem a soma nem a síntese das percepções individuais. Sendo um produto, isto é um resultado da produção, o espaço é um objeto social como qualquer outro. Se, como para qualquer outro objeto social, ele pode ser apreendido sob múltiplas pseudoconcreções, isto de nenhuma forma o esvazia em sua realidade objetiva (SANTOS, 1996, p. 128).

A natureza é objeto de permanente transformação pela atividade humana e, por isso, ela pode ser considerada como uma realidade social, e não exclusivamente natural. Desta forma, a natureza socializada, segundo Santos, não deve ser entendida como natureza natural, uma vez que as marcas do trabalho humano já se encontram inseridas em sua paisagem, mas como espaço geográfico. Este, não é apenas um “fato social”, mas um “fator social” e uma “instância social” (SANTOS, 1996).

Milton Santos afirma ainda que no processo de evolução do espaço geográfico, a organização espacial tende a fazer com que se reproduzam suas principais linhas de força, e isso pode ser observado em diversos aspectos. Tomando como exemplo a ocupação espacial, é possível observar que, ao longo dos anos, naturalmente acontecem mudanças tanto qualitativas como quantitativas, mas, as raízes de um povoamento, por exemplo, geralmente influenciam o que vem em seguida. Neste processo de reprodução do padrão espacial até mesmo o capital, ao qual é atribuída certa mobilidade tende a segui-lo, e isso, para Santos, é ainda mais evidente nos

países subdesenvolvidos onde a concentração do capital coincide claramente com as regiões metropolitanas que já possuem infraestruturas econômicas e sociais, facilidade de comunicação à distância e interpessoal, além da presença de uma mão de obra barata, que junto a tudo isso faz com que as grandes empresas, mesmo recentes, se instalem nestas regiões fazendo com que o capital, como já foi dito, também reafirme os padrões espaciais iniciais.

Num espaço produzido dentro do sistema capitalista de produção em expansão, onde há uma procura desordenada por um lucro máximo, uma série de vantagens oferecidas por algumas localizações faz com que ele prefira umas e despreze outras, causando, assim, uma concentração ainda maior deste capital e, além disso, o país acaba sendo obrigado a dedicar às zonas que já são ricas, uma parte cada vez maior de seus recursos e orçamento.

Para Santos, uma vez estabelecida uma situação de dominação, ela continua a firmar-se mesmo se outras localidades também sofrem crescimentos importantes. Ele se apoia em Hicks (1959), quando coloca que:

A partir do momento em que as taxas desiguais de crescimento se desenvolvem, elas têm tendência a se perpetuar e a disparidade das taxas de crescimento aumentará porque a indústria e o comércio concentram-se mais em um centro particular, dando a este centro vantagens para novos desenvolvimentos (HICKS, 1959, p. 163 *apud* SANTOS, 1996, p.134).

Além disso, a experiência de Johnson (1970, p.150, *apud* SANTOS, 1996, p. 135), mostra que “aos empresários é pouco ou nada rentável investir fora dos pontos de crescimento”.

Santos chama a atenção para uma colocação de MARRAMA bastante pertinente, de que, a partir do princípio de acumulação, é possível perceber que, quando se tem uma livre utilização do mercado:

(...) um grupo de pessoas, uma cidade ou uma região de um país que por circunstâncias precisas encontra-se historicamente na posição dominante, veem esta posição reforçar-se enquanto continua estacionária a posição dos grupos, pessoas, regiões ou países que caem no domínio dos primeiros ou, no melhor dos casos, permanecem fora do processo cumulativo (MARRAMA, s/d, p. 79 *apud* SANTOS, 1996, p. 137).

Posteriormente, Santos (1996) faz uma consideração que achamos importante ressaltar sobre os escritos de Engels, que, segundo ele, no final do século XIX, já considerava o espaço como elemento de formação da sociedade ao incluir ao conceito

de relações econômicas a base geográfica sobre a qual estas se desenvolvem e, também, os vestígios dos estágios anteriores de desenvolvimento que foram transmitidos ao espaço. Engels demonstrava através deste pensamento que ele já era consciente da ação de subordinação das relações econômicas ao espaço e vice-versa, citando, inclusive, os vestígios de um momento anterior semelhante ao que Santos define como *rugosidades*.

As *rugosidades* são, para Santos (1996, p.138):

(...) o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As *rugosidades* nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestados localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados.

Todavia, o autor complementa que o papel do espaço muitas vezes passa despercebido ou não é analisado em profundidade. O espaço trabalhado, materializado, exerce uma ação passiva sobre os homens, porém, são esses elementos passivos que condicionam a atividade do homem e comandam sua prática social. Para o autor, nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos como o espaço. Isto porque, entre outros, o espaço permite a materialização do trabalho em si, e assim serve como testemunho de momentos históricos do mundo através de formas concretas e duráveis que resistem às mudanças de processos, mudanças de modos de produção etc., fazendo, assim, com que em momentos posteriores alguns processos se adaptem às formas já existentes enquanto outros criem novas formas para se inserirem.

No caso da transição de um modo de produção para outro, os objetos sociais criados no modo de produção anterior podem permanecer e até mesmo assumir funções na produção.

Sem a preocupação analítica que permite distinguir no espaço total seus elementos constitutivos e sem levar em consideração a dimensão temporal, é difícil conceber o espaço tal qual ele é, um objeto real em permanente evolução. As relações com a sociedade, que também está em movimento permanente, não poderão igualmente ser apreendidas (SANTOS, 1996).

Santos (1996) chama a atenção para a existência de um grande número de autores, inclusive marxistas, que consideram a sociedade como um sistema ou como uma estrutura, que compõe uma totalidade e, quando tratam de definir-lhe as

instâncias que compõem esta sociedade, se fixam em um esquema clássico, já enraizado, que a define em três níveis (econômico, político-jurídico e ideológico), sem fazerem referência ao espaço.

Para o autor, o espaço, como qualquer outra estrutura social, ou nível, como preferirem, tende a se reproduzir, acentuar seus traços mais dominantes. Sua estrutura, junto com as demais, é subordinada e subordinante e, embora submetido a uma totalidade, assim como as outras instâncias, dispõe de certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução. Se é possível dizer que as características que definem uma estrutura social também podem ser identificadas no espaço, o autor não hesita em incluir o espaço na lista das estruturas sociais.

Complementa que, se o espaço acompanhasse cada transformação que ocorresse no conjunto das relações sociais, adaptando-se imediatamente às suas necessidades, ele não teria senão um papel passivo mediante as outras estruturas sociais, porém, para ele, o espaço é dotado de uma “inércia dinâmica” que faz com que ele siga uma tendência de reproduzir a estrutura global que lhe deu origem e, ao mesmo tempo, se imponha a essa reprodução social como uma mediação indispensável que às vezes altera o objetivo inicial ou lhe imprime uma orientação particular.

Para Santos (1996), o espaço não é jamais um produto terminado, nem fixado, porém, as formas espaciais são resistentes à mudança social e servem como testemunho do passado – que está fixado no presente; e do futuro – pelo fato da finalidade já atribuída às coisas construídas desde o momento em que ocupam um lugar em um ponto qualquer da superfície da Terra.

Em *A Natureza do Espaço*, o autor segue uma sequência na discussão apontando três propostas de definições de espaço geográfico até chegar a uma que para ele é a mais satisfatória. O intuito de Santos é que o leitor acompanhe as etapas consecutivas do aperfeiçoamento de sua construção intelectual assim como fez Jean Brunhes em seu livro clássico *La Géographie Humaine*.

Num primeiro momento, ele define espaço como sendo “um conjunto de fixos e fluxos”. Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua

significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS, 1997b, p. 50).

Para ele, a interação dos fixos e fluxos expressaria a realidade geográfica, mas, hoje, os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo e os fluxos, por sua vez, cada vez mais diversos, amplos, numerosos e rápidos.

Com isso, ele parte para trabalhar com outro par de categorias. A outra possibilidade citada é a de compreender o espaço como a *configuração territorial* – que seria formada pelos sistemas naturais e os acréscimos que os homens superpuseram sobre eles; e as *relações sociais* – que seria, para ele, a vida que anima o espaço.

Ele complementa que, a princípio, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais, como uma natureza primeira, que ainda não tenha sofrido as transformações causadas pelo trabalho humano. Mas, a partir das relações sociais, o homem cria uma configuração territorial que é resultado de uma produção histórica. A configuração territorial, em sua concepção, tem uma existência material própria, porém, a sua existência real lhe é dada a partir das relações sociais.

Ainda insatisfeito, o autor lança uma última proposta. Esta proposta é a de que o espaço seria formado por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações.

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam as formas como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

Considerar o espaço como esse conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, assim como Milton Santos propõe,

(...) permite, a um só tempo, trabalhar o resultado conjunto dessa interação, como processo e como resultado, mas, a partir de categorias susceptíveis de um tratamento analítico que, através de suas características próprias, dê conta da multiplicidade e da diversidade de situações e processos (SANTOS, 1997b, p. 52).

Para que se tenha uma melhor compreensão do que seja um sistema de objetos, Santos começa falando sobre a opinião de alguns autores que fazem uma discussão que distingue objetos de coisas. Para eles, os objetos seriam artificiais, frutos do trabalho humano, que já traduzem em sua forma o desempenho que dele se espera, já as coisas seriam formas naturais e a sua existência não seria fruto de

nenhum projeto prévio humano. Nesta perspectiva, Santos (1997b) ressalva que hoje e cada vez mais, os objetos tomam o lugar das coisas, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, a partir de sua utilização pelo homem através de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos.

Como já se sabe, o trabalho humano transforma a natureza primeira em uma segunda natureza modificada e alterada quanto à sua dinâmica original e, desta forma, tudo passa a ser objeto e a ter um valor próprio, compondo assim um sistema de objetos. “Assim, a natureza se transforma num verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta um valor” (SANTOS, 1997b: p. 53).

Pensando no objeto desta forma, Santos acrescenta a explicação de Vilhena para justificar que os objetos possuem essência e existência. Essência porque possui uma natureza que lhe é particular e pela qual se distingue de outros objetos; e existência porque é possível de ser constatado pela consciência, e se esta constatação ocorre, é porque ele tem existência, uma existência própria, resultado de uma história própria, mesmo que não independente da história da sociedade (SANTOS, 1997b: p.55).

Santos coloca que toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico e que, sua reprodução também obedece às condições sociais, além disso, poucos objetos são oferecidos sós e tampouco funcionam isoladamente.

Podemos olhar o *écran* da televisão domiciliar sem nenhuma outra reflexão sobre o sistema em que está inserido. Mas, não nos poderíamos beneficiar do que ela nos traz se, ao mesmo tempo, não houvesse a produção do programa a estação emissora de sinais e as torres de sua distribuição e redistribuição. Sem contar com os sistemas elétricos e eletrônicos adrede, criados e instalados em edifícios com desenho especial (SANTOS, 1997b, p.58).

O autor apoia-se em Sauer (1925), ao ressaltar que hoje em dia a correlação entre os objetos é cada vez mais nítida, e acrescenta que ela não deve ser vista pelo geógrafo senão como um sistema. Um sistema seria a disposição de partes de um todo coordenadas entre si, que funcionam como uma estrutura organizada.

Com relação aos objetos de interesse da geografia, o autor acrescenta que é importante entender que eles podem ser móveis, mas também imóveis, como uma

cidade, um porto, uma floresta, e que esses objetos são tanto do domínio da Geografia Física como do domínio da Geografia Humana e, durante os processos de produção e transformação destes objetos, as Geografias Física e Humana se encontram.

Para os geógrafos, os objetos são tudo que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da história humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade (SANTOS, 1997b, p. 59).

O espaço dos geógrafos, para Santos (1997b), leva em conta todos os objetos existentes numa extensão contínua, sem exceção, e para ele é isso que dá sentido a cada objeto. Porém, o pesquisador fará a análise apenas de uma fração desta realidade. Não se trata somente de privilegiar uma parte e considerá-la como um todo assim como na ideia de espaço serial exposta por Ortiz (1944) citada por Santos (1997b), pois, para ele, no enfoque geográfico, os objetos são vistos como componentes de um sistema, e que geralmente possuem um papel funcional dentro dele e não apenas simbólico como em uma coleção. E, esta funcionalidade deve ser compreendida dentro do processo histórico, e pode variar tanto para os grupos que os criaram e para as gerações futuras, como para os outros segmentos do espaço.

Durante esta busca por uma resposta para quais objetos materializados que interessam à geografia, não se deve querer buscar uma definição de um objeto com existência exclusivamente geográfica. É importante saber que estes objetos podem dialogar com diversas disciplinas, sendo vistos por cada uma com um ponto de vista epistemológico particular. Um objeto pode ter ao mesmo tempo uma existência geográfica e uma existência social, a distinção é feita por cada ciência através da forma como ela irá tratá-lo.

Sobre o tratamento dado pelos geógrafos ao seu objeto, Santos coloca a importância de buscarmos as categorias analíticas que permitam rever o todo como realidade e como processo, situação e movimento, formulando conceitos que permitam dar conta do todo e das partes que interagem neste conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que compõem o espaço geográfico, numa tentativa de se reconhecer a significação e valor geográfico que os geógrafos desempenham no processo social.

Já a ação, na concepção do autor, é um comportamento orientado e com um fim. Para ele, ela parte do próprio homem, seja a partir de indivíduos, empresas etc.,

porque o homem, diferentemente da natureza, tem um objetivo que o leva à ação, a partir de uma necessidade natural ou criada.

Os objetos não agem por si só, mas podem nascer predestinados a certo tipo de ação, e ela acaba por defini-lo, dando-lhe um sentido, atuando sobre eles como um processo e com um propósito, onde o homem, ao criar ou transformar alguma coisa, ele transforma a si mesmo concomitantemente, e essa noção é uma das ideias de base de Marx e Engels, quando eles colocam que através do trabalho o homem exerce ação sobre o meio mudando a si mesmo ao mesmo tempo em que modifica a natureza externa.

A partir desta noção de espaço, para Santos, é possível reconhecer as categorias analíticas internas da geografia que ajudarão a compreender esses sistemas através de um processo de desmembramento, mas onde o todo não pode ser perdido de vista. Isto para que se possa, posteriormente, realizar uma análise integrada que será a compreensão das interações dos sistemas que fazem parte da sociedade total, fazendo com que o trabalho geográfico não tenha um caráter somente descritivo, gerando peças isoladas, mas também explicativo, criando a necessidade da existência prévia de um sistema que possibilitará a compreensão, tendo em vista que as partes estão coordenadas entre si e funcionam como uma estrutura organizada.

Em suma, entendendo o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, Santos (1997) afirma ser possível reconhecer suas categorias analíticas internas e externas. As categorias analíticas internas seriam a paisagem, a configuração territorial do trabalho, o espaço produzido ou espaço produtivo, as rugosidades, as formas conteúdo. Estas podem ser vistas através de recortes espaciais, tais como: a região, o lugar, redes e escalas, tecnoesfera, psicoesfera, cotidiano, ordem mundial e local. O grupo dos processos básicos de transformação e organização do espaço, originariamente externos ao espaço, reconhecidos a partir do estudo dinâmico das categorias constituem a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e a totalização, a temporalidade e a temporalização e idealização e a objetivação, os símbolos e a ideologia (SANTOS, 1997b). O estudo das categorias internas deve ser feito de forma sistêmica e com base numa reflexão sobre a essência do espaço, e não se resumir apenas à descrição.

Ruy Moreira (1980), ao abordar a questão espacial, procura estabelecer a relação entre espaço e classes sociais. Para ele, “são as relações de classes que orientam a dialética do espaço do lugar” e é exatamente esse o porquê da fusão sociedade-espaço em uma mesma totalidade social. Desse modo, o espaço se organiza de acordo com a estrutura de classes e estampa, em sua morfologia e organização, o seu caráter de classe.

Na concepção de Ruy Moreira, as classes sociais surgem na natureza das relações de produção, e para ele as relações de produção são um dos fatores determinantes da sociedade e do espaço. Portanto, para que possamos compreender de que forma o espaço se organiza, é de fundamental importância saber quais as classes sociais presentes em cada modo de produção e, quais as transformações que ocorreram nas relações estabelecidas entre as classes ao longo da construção do espaço geográfico.

Emília Moreira concorda com Milton Santos e Ruy Moreira e afirma que o espaço e o espaço agrário como um dos seus segmentos, “constituem um produto do trabalho e, como tal, reproduzem a lógica do modo de produção que lhes origina” (2003, p.4). Para a autora,

(...) nas sociedades estruturadas com base no modo de produção capitalista, o espaço agrário irá refletir a dinâmica deste modo de produção. Isto quer dizer que, se o processo de produção capitalista acha-se subordinado às necessidades de obtenção de lucro, o modo como se organiza e se transforma o espaço dependerá, em última instância, da lei do lucro (MOREIRA, 2003, p.4)

Moreira afirma ainda que:

(...) conforme os recursos técnicos disponíveis, as sociedades transformam a natureza original dos seus territórios, submetendo-a às suas necessidades. Nesse processo, desempenha papel fundamental a luta dos trabalhadores por terra e pela vida na terra, que tem resultado no crescimento do campesinato e na sua recriação (2003, p. 5).

Neste trabalho, entendemos o espaço geográfico e o espaço agrário enquanto um dos seus segmentos com base na perspectiva desses três autores, como um espaço socialmente produzido, como “fruto das relações que se estabelecem entre os homens e a natureza e entre os homens e os próprios homens no processo de trabalho ao longo do tempo histórico” (MOREIRA, 2003, p. 5).

Visto por esse prisma, o espaço agrário da Zona da Mata Paraibana é uma porção do espaço brasileiro e paraibano que traz nas suas rugosidades marcas indeléveis da sua constituição inicial. O processo histórico de transformação desse espaço remete à realidade atual na medida em que, desde os primórdios da colonização, este compreendeu uma relação conflituosa entre a monocultura canavieira e a policultura alimentar, entre o latifúndio e a agricultura camponesa, entre capital e trabalho. Nesse processo, sempre esteve presente a disputa entre o território de exploração e o território de esperança. Para entender o significado desses territórios passamos a discussão conceitual sobre o território e as disputas territoriais no âmbito da geografia.

2.2 DA CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO À NOÇÃO DE DISPUTA TERRITORIAL

A discussão sobre o conceito de território busca, regra geral, resgatar os elementos fundantes para a sua compreensão, quais sejam: o poder, a soberania, o caráter relacional, a totalidade, a multidimensionalidade, a multiescalaridade, a multiterritorialidade, as suas formas materiais e imateriais e a sua tipologia. Não é pretensão nossa dar conta de toda a discussão em todos os níveis nem tampouco buscamos incorporar todos os seus elementos básicos. A nossa preocupação foi a de recuperar as diferentes abordagens do território realizadas por alguns autores que consideramos possuírem uma forma de compreensão que julgamos partilhar com a linha de reflexão do trabalho.

Para tanto, tomamos como referência Claude Raffestin (1980); Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1998; 2002); Larissa Bombardi (2004); Marcelo José Lopes de Souza (2007); Silva, Fernandes e Valenciano (2006); Rogério Haesbaert (2007); Marcos Aurélio Saquet (2007); Bernardo Mançano Fernandes e Molina (2004); Emília Moreira e Ivan Targino (2010) e Emília Moreira (2006, 2012); A abordagem sobre a noção de disputa territorial é realizada a partir da concepção de Bernardo Mançano Fernandes (2009).

Para Claude Raffestin (1980), o território surge a partir da apropriação do espaço pelo homem. O espaço seria anterior ao território, mas, a partir do momento que o homem se apropria deste espaço, seja concreta ou abstratamente e sobre ele projeta sua energia através de intenções de apropriação ou do trabalho, revelando relações de poder, este espaço, que seria a prisão original, deve ser entendido como território que, segundo ele, é a prisão que os homens constroem para si.

Até mesmo a representação de uma simples intenção de se apoderar de um espaço, que seria um local de possibilidades, é suficiente para que ele deixe de ser entendido como espaço e passe a ser visto como território.

O que Milton Santos chama de espaço geográfico nada mais é, para Raffestin, do que o próprio território, porém, o limite territorial seria dado pelo exercício do poder de um indivíduo, alguns indivíduos, ou de uma coletividade de indivíduos, permitindo, neste caso, ao espaço geográfico conter inúmeros territórios. “Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território” (RAFFESTIN, 1980, p. 144).

Para Souza (2007), o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e este poder não é propriedade de um indivíduo e sim de um grupo, e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido.

Silva, Fernandes e Valenciano (2006) seguem esta mesma lógica acreditando que o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, para eles, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade.

São as relações sociais que transformam espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um a priori e o território um a posteriori. O espaço é perene e o território intermitente. Da mesma forma que o território e o espaço são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis. A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade (SILVA, FERNANDES e VALENCIANO, 2003: 26).

Oliveira (2002) acredita que o território deve ser apreendido como síntese contraditória:

(...) como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc) em que o Estado desempenha a função de regulação (OLIVEIRA, 2002, p. 74).

Para ele, o território é o produto concreto das lutas de classe travadas pela sociedade no processo de produção da sua existência. Acredita que é essa lógica contraditória que constrói/destrói *formações territoriais* em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma *formação territorial* conheçam processos

desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando as regiões (OLIVEIRA, 1998).

De acordo com Bombardi (2004), analisar o território significa apreender as relações sociais que o determinam, o que na realidade significa fazer uma análise que abarque o modo capitalista de produção e suas implicações, já que as relações sociais no mundo atual são por ele determinadas.

Para Marx, conforme estudo de Indovina & Calabi e Moraes, o território define-se não pelo domínio, mas pelo uso. É a apropriação (num sentido lato) e não a propriedade (uma relação historicamente mais limitada) que o credencia. Marx é claro ao afirmar que: 'o que faz com que uma região da Terra seja um território de caça é o fato das tribos ali caçarem' (MARX, 1981, 87). Assim é o trabalho social que qualifica o espaço, gerando um território. Este, na concepção marxista, é uma construção social (ETGES, 1989, p. 15 *apud* BOMBARDI, 2004, p. 50).

De acordo com os estudos de Saquet (2007), com base em Gottmann (1973), o território é um compartimento do espaço, e como fruto de sua diversificação e organização possui duas funções principais: a de servir como abrigo, como proteção e a de servir como um trampolim para oportunidades. Para garantir a segurança e permitir que se alcance novas oportunidades, é necessário que haja uma organização territorial interna e relações de poder e dominação com territórios externos. Esta organização acontece em cada caso de forma diferenciada, permitindo ao território assumir diferentes significados nas distintas sociedades e grupos sociais dominantes.

Fernandes e Molina (2004) definem território "como o espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais", sendo seu conceito "fundamental para compreender os enfrentamentos entre agricultura camponesa e o agronegócio, já que ambos projetam distintos territórios" (p.53-54).

Haesbaert (1997) agrupou as abordagens conceituais mais utilizadas, em três vertentes básicas: a jurídico-política; a cultural (ista) e a econômica. A primeira focaliza o território "a partir de sua natureza política vinculada às concepções de Estado e fronteira" (HAESBAERT, 1997, p.33). A segunda prioriza a identidade espacial como produto de uma apropriação da dimensão simbólica e mais subjetiva do espaço. O território é entendido "como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço" (HAESBAERT, 1997, p.39) e é tratado não apenas como território, mas também como lugar,

(...) um imperativo, não tanto para a sobrevivência física dos indivíduos, mas, sobretudo para o 'equilíbrio' e a harmonia homem-natureza, onde cada grupo social estaria profundamente enraizado a um 'lugar' ou a uma paisagem, com a qual particularmente se identificaria (HAESBAERT, 2002, p.118).

A abordagem econômica destaca a “desterritorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação entre capital-trabalho” (HAESBAERT, 1997, p.40). Haesbaert admite, portanto, a preponderância de posições múltiplas para a compreensão de território.

Moreira (2006), buscando contribuir com a discussão sobre o conceito de território, mas com a preocupação de entendê-lo a partir da questão agrária, reconhece a polissemia presente no termo e considera essa apreensão múltipla bastante adequada, “se vista não como resultado da soma de ideias desagregadas, mas como a articulação de ideias que se fundem na busca da unidade, da totalidade” (MOREIRA, 2006, p.5).

Sendo assim, entende território como:

(...) um espaço concreto, definido por fronteiras e delimitado por a partir de relações de poder que se estabelecem e se transformam ao longo do tempo histórico; como uma porção do espaço socialmente produzido, que exprime as características do espaço a que pertence, porém destaca-se pela dimensão que assume enquanto objeto de disputa e de enfrentamento; como um produto da luta de classes e do confronto entre capital e trabalho (MOREIRA, 2006, p. 5).

Segundo esta autora, essa forma de apreensão do território, quando aplicada ao estudo da questão agrária permite, entre outras coisas:

- a) identificar os espaços de disputa e/ou de controle econômico, político e social dos grupos de confronto na questão: de um lado, os latifundiários e, do outro, os camponeses, sejam eles pequenos produtores ou trabalhadores sem-terra;
- b) delimitar os espaços de disputa e/ou de controle econômico, político e social dentro do próprio grupo oligárquico regional;
- c) perceber formas simbólicas subjetivas da apropriação do território;
- d) Dar visibilidade aos processos responsáveis pelos enfrentamentos e disputas por frações do território;
- e) identificar os processos de territorialização, des-territorialização e/ou re-territorialização, resultantes da luta entre capital e trabalho no campo (MOREIRA, 2006, p. 5).

A partir deste embasamento teórico e de seu posicionamento em relação à compreensão do conceito de território a autora cunha a noção de “território de

esperança”. Apesar de deixar claro que se trata um termo ainda em construção, define o “território de esperança” como sendo um território conquistado e construído:

(...) pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem-terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Territórios de esperança, Território de Solidariedade e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. Desse modo, “Território de Esperança” representa a superação do “Território de Exploração” (...). Trata-se, na verdade, de uma forma experienciada de organização social singular, de ordem “da sensibilidade pessoal ou da criação, da invenção de outro modo de relação social, de outra concepção do trabalho social, da cultura, etc.” (GUATTARI e ROLNIK, 1986: p.281). Território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re) delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços retrocessos, ganhos e perdas (MOREIRA, 2006, p. 9).

Visto por este prisma, o território de esperança seria uma nova territorialidade e os acampamentos de luta pela terra e os assentamentos rurais se apresentam como exemplos concretos.

Moreira destaca ainda que:

(...) o Território de Esperança surge de dentro do território capitalista, rompendo com a sua lógica clássica, mas, simultaneamente, sendo um resultado do próprio caráter assumido pelo desenvolvimento contraditório e combinado do capital. Não se trata, pois, de um território fruto de uma ruptura promovida por um processo revolucionário, mas pode se constituir numa possibilidade transformadora. Por isto, ele só pode ser entendido como parte integrante de um processo, como um território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas (MOREIRA, 2006, p. 8).

São as contradições e as conflitualidades presentes nos territórios de esperança que nos remetem à discussão sobre disputa territorial. Considerando que este estudo busca demonstrar a disputa territorial expressa pelo retorno da cana-de-açúcar em algumas áreas de assentamento da Zona da Mata Paraibana, buscamos entender como se configura essa disputa.

Segundo Fernandes:

A disputa territorial ocorre de dois modos: pela desterritorialização ou pelo controle das formas de uso e de acesso aos territórios, ou seja, controlando as suas territorialidades. Exemplos são os estudos de geógrafos e sociólogos que analisam essas disputas e conflitualidades. Oliveira (1991) discute essas disputas denominando-as territorialização do capital ou do campesinato e monopólio do território pelo capital, chamando-as de frações do território (FERNANDES, 2009. p.208).

Fernandes (2008) afirma ainda que a conflitualidade transforma a paisagem. Isto ocorre porque as classes com intencionalidades distintas não se realizam uma sobre as outras. Para o autor, uma classe não se realiza no território de outra classe. Por essa razão, o território do agronegócio e o território da agricultura camponesa são distintos. Eles são organizados de forma diferenciada tanto no que tange à produção quanto ao trabalho. O agronegócio organiza seu território para a produção de mercadorias enquanto os camponeses organizam seu território para garantir sua reprodução e a da sua família.

Desse modo, quando uma fração do território capitalista representado pelo domínio do agronegócio é conquistada pela luta camponesa e transformada em Assentamento de reforma agrária observa-se uma disputa territorial que teve como resultado um avanço do território camponês sobre o território capitalista. É de se supor que essa conquista origine novas territorialidades que serão construídas com base principalmente na produção de alimentos para garantir a soberania alimentar camponesa e para contribuir para a redução dos preços dos alimentos para a população.

Contudo, nem sempre as coisas ocorrem de forma linear. No caso da Zona da Mata Paraibana, o que está se observando é o avanço da cana-de-açúcar nos assentamentos através do arrendamento de lotes ou de um processo de parceria entre o assentado e a Usina ou fornecedores de cana-de-açúcar, que serão apresentados no capítulo cinco.

Esta disputa territorial representada pela tentativa de reconquista do território perdido para o campesinato pelo agronegócio canavieiro reproduz, de um lado, a disputa entre latifúndio e campesinato que marcou a história da região e de outro deixa claro que o capital engendra diferentes formas e estratégias, seja para se territorializar, ou para monopolizar o território através da apropriação da renda da terra extraída dos camponeses.

Esse processo não ocorre sempre de forma pacífica, sem conflitualidades. No caso dos assentamentos, os conflitos emergem no interior dos mesmos e entre os diversos assentamentos. Muitas famílias reagem lutando para que a terra de trabalho não se transforme mais uma vez em território de exploração. Outras procuram uma complementação da renda e ainda há as que se deixam dominar pela lógica capitalista e transformam seus lotes em terra de negócio.

Partindo da noção de que o território é resultado do trabalho social, configurando-se assim como produto das lutas de classe travadas pela sociedade ao longo de sua história e que o camponês e sua organização social são os sujeitos principais que atuam, possibilitam a existência e constroem os Territórios de Esperança, no próximo item, iremos trazer para debate, de forma sucinta, algumas correntes da teoria agrária que tratam do papel do campesinato no processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. E, em seguida, resgataremos como esse debate ocorreu no Brasil e a importância do camponês brasileiro enquanto sujeito social que vem encontrando soluções para a sua reprodução e carregando consigo um histórico de resistência revolucionária em nosso país.

2.3 O CAMPESINATO NA HISTÓRIA E COMO CLASSE REVOLUCIONÁRIA NO BRASIL

O debate acerca do papel do campesinato no desenvolvimento do modo de produção capitalista tem seu início durante os séculos XVIII e XIX, sendo objeto de estudo de diversos pensadores de correntes teóricas variadas.

De acordo com Guzmán e Molina (2005), a gênese do pensamento social agrário, a partir de uma perspectiva científica, tem origem ao longo dos séculos XVIII e XIX, respondendo a um processo de acumulação elaborado pelo legado das teorias evolucionistas provenientes da filosofia da história (de Giambattista Vico até George Hegel), do evolucionismo naturalista (Lamarck, Darwin e Malthus, entre outros) e do socialismo utópico (em sua ampla gama, desde Pierre Joseph Proudhon a Claude Henri de Rouvroy, conde de Saint-Simon) (GUZMÁN E MOLINA, 2005). Desta forma, a partir da consolidação do capitalismo no Ocidente, o campesinato passa ser objeto de estudo de diversos pensadores de correntes teóricas variadas, às quais procuraremos abordar sucintamente a seguir.

No interior do marxismo, são três as concepções sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo e suas consequências para o campesinato.

Uma primeira concepção, proveniente do marxismo ortodoxo, vê o campesinato como uma economia de transição, com resquícios de um modo de produção anterior, no entanto, com algumas características inerentes ao capitalismo, sendo, porém, passivo de uma diferenciação que ocorreria internamente, de forma que os camponeses médios e pobres se transformariam em proletários, pois, perderiam o acesso aos seus meios de produção, enquanto os camponeses ricos tenderiam a tornarem-se pequenos capitalistas, extraíndo a mais-valia proveniente do trabalho de camponeses pobres e médios já metamorfoseados em proletários. Desse modo, proclamavam que o campesinato se extinguiria com a penetração das relações capitalistas de produção no campo.

Os principais representantes desta corrente de pensamento, Vladimir Ilich Ulianov (Lenin) e Karl Kautsky, baseavam-se nas formulações que Marx desenvolveu sobre o capitalismo em *O Capital* (MARTINS, 1995). Os teóricos do marxismo ortodoxo consideram que Marx subscrevia uma teoria geral dos modos de produção e formações socioeconômicas aplicável universalmente a todas as sociedades históricas (GUZMÁN e MOLINA, 2005), na qual a sociedade só chegaria ao socialismo após o pleno desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Na verdade, acreditamos que houve um equívoco na interpretação por parte dos seguidores ortodoxos de Marx, pois, sua análise se referia à realidade da Inglaterra no séc. XVIII e não deveria ter sido aplicada como lei universal.

Todavia, a ideia exposta foi refutada por outros estudiosos marxistas que consideram o capitalismo enquanto um modo de produção contraditório, que se utiliza de relações tipicamente não capitalistas para se desenvolver. Concebem, portanto, o campesinato enquanto uma classe social do interior do capitalismo, no entanto, *sui generis*, pois, ao mesmo tempo que detêm a posse sobre os meios de produção, utiliza-se de sua própria força de trabalho para produzir valores de uso que, ao serem inseridos no mercado capitalista, tornam-se valores de troca, isto é, mercadorias.

Por último, outros marxistas compreendem que existe um modo de produção camponês, guardando suas especificidades. De acordo com Abramovay (1992), este é o caso de Jerzy Tepicht, que após constatar a existência do campesinato em todas as formações sociais que já houve, qualifica-o enquanto um modo de produção, apresentando três características como universais, sendo estas: a) unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e a família, b) uso intensivo do trabalho, c) natureza patriarcal da organização social. No entanto, percebe que o campesinato

não gera formações sociais específicas, sendo essa a principal razão que o levou a se incrustar em todos os outros modos de produção.

Esta discussão não se restringiu apenas ao marxismo, havendo, inclusive, dentro desta vertente (sobretudo no surgimento da vertente narodnista do marxismo) influências de outras correntes, como o *narodnismo* russo, também chamado de “populismo russo”, que rejeitava veementemente a tese do fim do campesinato, e mais do que isso, percebia os camponeses enquanto a única classe que operaria a revolução social. Nesse contexto, tentava-se de todas as formas barrar o desenvolvimento do modo de produção capitalista na Rússia, saltando esta etapa e evitando o desmantelamento do campesinato. Entretanto, a forma como conseguiriam “pular” a fase capitalista não estava bem delineada, devendo ser encontrada juntamente com os camponeses. A revolução só se daria, então, quando as relações de solidariedade, típicas do campesinato, fossem expandidas para toda a sociedade russa, criando assim, uma sociedade mais justa.

Para Guzmán e Molina (2005), os narodniks e populistas russos argumentavam que o campesinato representava um modo de produção a parte, antagônico ao capitalismo. O “modo de produção camponês”, segundo esse ponto de vista, baseava-se na pequena produção de mercadorias, contendo apenas uma classe e, portanto, caracterizava-se pela ausência de relações de exploração entre os próprios camponeses, cujas produções tinham sua organização baseada na unidade familiar.

Por sua vez, o anarquismo agrário, que também via o campesinato enquanto “motor” da revolução social, se diferenciava do populismo russo por compreender o atraso russo como desencadeador da pobreza que atingia o povo daquele país, pregando o fim do Estado por considerá-lo um agente da classe burguesa. Apontava ainda a comuna russa ou *mir* como um dos fatores positivos na organização social russa, havendo uma consciência coletivista na sociedade russa. Dois nomes de destaque do anarquismo agrário são Bakunin e Peter Alekseievich Kropotkin.

No Brasil, as primeiras formas de campesinato vão surgir com o fim do regime escravista no final do séc. XIX. Os senhores de engenhos tinham o intuito de manter o máximo de mão de obra em torno das lavouras, para que a produção não parasse, junto a isso, os trabalhadores não possuíam muitas opções de o que fazer e para onde ir. Sendo assim, os proprietários da terra permitiram a permanência dos ex-escravos na propriedade, o que, de certa forma, foi lucrativo para eles, pois, a partir de então, não tinham mais obrigações com sua alimentação e moradia. Os escravos passaram

a ser responsáveis por sua própria reprodução, além disso, para viverem na terra, era preciso pagar a renda da terra com trabalho ou com parte da produção.

O que podemos constatar, a partir das pesquisas de OLIVEIRA (1997) e MARTINS (1981), é que o campesinato, no Brasil, além de ter sido fundamental no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista possui uma particularidade com relação às diversas outras formas de campesinato estudadas pelos teóricos clássicos, é um campesinato que, desde seu surgimento, não detêm a propriedade da terra, um campesinato historicamente expropriado dos meios de produção.

(...) é importante lembrar que no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, particularmente no que se refere à agricultura, foi o próprio capital que instituiu a apropriação camponesa da terra, como conseqüência evidente da crise do trabalho escravo. Portanto, a apropriação camponesa da terra é fruto das contradições e da lógica do capital, o que vale dizer, o camponês é fruto da história atual do capitalismo no país. É por isso que Martins afirma que o camponês brasileiro não é um enraizado (OLIVEIRA, 1997: p. 49)

(...) ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação. A história dos camponeses proprietários do Sul é uma história de migrações. Há cem anos, foram trazidos da Europa para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo. Há pouco mais de trinta anos deslocaram-se para as regiões novas do Paraná. Hoje, muitos estão migrando para Rondônia e Mato Grosso. Tanto o deslocamento do posseiro, quanto o deslocamento do pequeno proprietário são determinados fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra (MARTINS, 1981: p. 17).

O debate teórico acerca do campesinato no Brasil é bem mais recente. De acordo com Martins (1995), as palavras “camponês” e “campesinato” foram introduzidas pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas. Esses termos foram importados politicamente e os teóricos da época procuravam dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que aconteciam no Brasil na década de 50. Antes disso o trabalhador do campo era classificado de maneiras específicas em cada região: caipira, caiçara, caboclo, tabaréu, etc.

Andrade (1986), concorda com Martins e afirma que:

O termo camponês, geralmente usado na Europa e no Oriente para indicar a grande comunidade de habitantes do campo que se dedica à exploração agrícola, visando precipuamente o auto-abastecimento, não era usado no Brasil para indicar os nossos trabalhadores, até meados do séc. XX, quando estes se organizaram em associações e

passaram a reivindicar seus direitos frente aos grandes proprietários. A partir de então, as correntes políticas de esquerda que apoiavam estes movimentos passaram a chamar, de forma generalizada, os trabalhadores rurais de camponeses, daí o nome das chamadas Ligas Camponesas, popularizando essa denominação (ANDRADE, 1986: p. 6).

Mais que isso, essas denominações dadas aos trabalhadores do campo eram ambíguas e possuíam sentido depreciativo, ora eram sinônimos de ingênuos, ou atrasados, ora de tolos e preguiçosos, eram expressões preconceituosas. Com a entrada do conceito de campesinato no debate político nacional teriam mesmo que desaparecer.

Martins (1981) critica a forma como a classe camponesa é vista pela esquerda brasileira. Ele afirma que o campesinato passa a ser objeto de uma controvérsia aparentemente teórica, mas de fato ideológica e política partidária. Para ele, o campesinato é isolado como se sua existência, sua reprodução, suas tensões e suas lutas não fossem determinadas por relações de classe, diferenças e antagonismos e não é levado em conta nem mesmo suas diversidades, como as que existem entre um camponês-parceiro, um camponês proprietário, como se toda a classe fosse homogênea e precisasse ser desenraizada para que houvesse o desenvolvimento do capitalismo. O autor considera que querer acreditar que a história do Brasil vai ser uma virtualidade da realidade inglesa do séc. XVIII nada mais é do que procedimento metodológico positivista.

Além disso, ele acrescenta que o apoio dado às lutas camponesas passa a ser impugnado sob acusação de que tal compromisso é “populista” e complementa:

A comparação da situação brasileira atual com a situação russa do séc. XIX é totalmente descabida, porque há diferenças substantivas entre o campesinato russo daquela época e o campesinato brasileiro de hoje. Lá, o campesinato resistia à expansão do capital porque era um campesinato apegado, ligado à terra. Era, como comprovava Lenin, um *campesinato estamental* baseado na propriedade comunitária e tradicional da terra. Lá era um campesinato que não queria sair da terra, que queria permanecer defensivamente alheio ao capitalismo, fora e contra ele, que resistia ao processo de expropriação que poderia desenraizá-lo da comuna, abrir-lhes horizontes, aqui ao contrário, o campesinato é uma classe, não um estamento. É um campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com frequência a terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão (MARTINS, 1981: p.15-16).

Mas, no Brasil, independente da pouca importância dada pelos teóricos e pela esquerda, a classe camponesa sempre teve um papel revolucionário. Alguns dos mais importantes acontecimentos políticos do Brasil são camponeses, apesar da maioria da população desconhecer esses fatos e não ter essa consciência. De acordo com Martins, desde a proclamação da República, a classe camponesa é a única que teve inúmeros confrontos diretos com o exército brasileiro, como em Canudos, no Contestado, em Trombas e Formoso etc.

Palmares, Canudos, Contestado, greves nos cafezais paulistas, muitos têm sido os exemplos de luta na história dos trabalhadores e dos rebeldes. Foi, pois, nesse processo combativo que os trabalhadores do campo foram forjando os movimentos sociais de luta pela terra e pelo estabelecimento de relações de trabalho condizentes com a dignidade humana.

O século XX tem sido rico em exemplos de luta pela terra e dois processos têm atuado no sentido de soldar o movimento dos camponeses no Brasil. De um lado, a tentativa de resgate da condição de camponês autônomo frente à expropriação, representada pelos posseiros e sua luta contra os fazendeiros grileiros. De outro, o movimento originado na luta dos camponeses parceiros ou moradores contra a expropriação completa no seio do latifúndio, que os transformava em trabalhadores assalariados.

Estes dois processos gerais de luta no campo vão praticamente comandar o pipocar de conflitos durante todo este século. É a luta sangrenta dos camponeses contra o pagamento da renda da terra.

Exemplos desses processos foram a Revolta de Trombas e Formoso em Goiás, a guerrilha de Porecatu no Paraná e a formação das Ligas Camponesas, sobretudo no Nordeste brasileiro (OLIVEIRA, 1988, p. 22).

Por isso, o autor afirma que as lutas camponesas desde sempre são imediatamente combatidas pelo capital, pela classe burguesa, através de agressões, violências, tentativas de aliciamento, acomodação e de subordinação, contra aqueles que atentam contra o bem maior do modo de produção capitalista: a propriedade privada.

A imprensa brasileira tem registrado as evidências e as marcas da *violência* presentes nos conflitos sociais no campo brasileiro. Notícias sobre assassinatos de posseiros, boias-frias, líderes sindicais, agentes pastorais, padres e advogados têm sido comuns entre nós. Talvez pelo fato de terem se tornado quase diárias, ninguém mais toma se quer conhecimento delas. Com ou sem indiferença geral, a verdade é que muitos brasileiros perderam a vida na luta por um pedaço de terra no território do latifúndio (OLIVEIRA, 1988: p. 19).

O que vemos na atualidade é que os meios de comunicação, enquanto instrumento de afirmação dos interesses burgueses, vêm distorcendo a natureza dos

conflitos por terra que ocorrem no país e criminalizando a classe trabalhadora. Este fato faz com que grande parte da população brasileira tenha um entendimento deturpado da questão agrária e da legitimidade dos conflitos por terra no Brasil. Outro fato é que, em geral, salvo exceções, os trabalhadores se organizam e se reconhecem como classe para si somente durante o processo de luta pela terra, porém, após a conquista efetiva, através da criação dos assentamentos rurais, muitas vezes passam a atuar somente enquanto classe em si.

Além disso, a política de criação de assentamentos proposta pelo Estado brasileiro, a fim de amenizar os conflitos existentes, não foi capaz de dar infraestrutura para que as famílias assentadas tivessem condições de produzir e se reproduzir enquanto camponeses, de forma autônoma. Pelo contrário, incentivam o acesso ao crédito e à inserção dos camponeses no mercado. Porém, a forma como é repassado o crédito, já incluídos pacotes de sementes, insumos e agrotóxicos com marcas previamente definidas, só reforçam a ideia que nos remete ao início da Revolução Verde, na proposta de modernização conservadora da agricultura, que tinha como verdadeiro intuito criar mercado consumidor para a indústria. É fato que os camponeses não têm condições para competir economicamente com o agronegócio, todavia, a busca camponesa é ter condições de produzir e se reproduzir de forma autônoma, com suas culturas e costumes, independentes do modo de produção vigente e, se libertarem, junto às suas famílias, da histórica exploração do trabalho à qual são vítimas.

No próximo capítulo, trataremos um resgate do processo histórico de formação do espaço agrário da Zona da Mata Paraibana e da implantação da política pública de criação de assentamentos na região. Em seguida, partiremos para a análise da produção de cana-de-açúcar nos assentamentos.

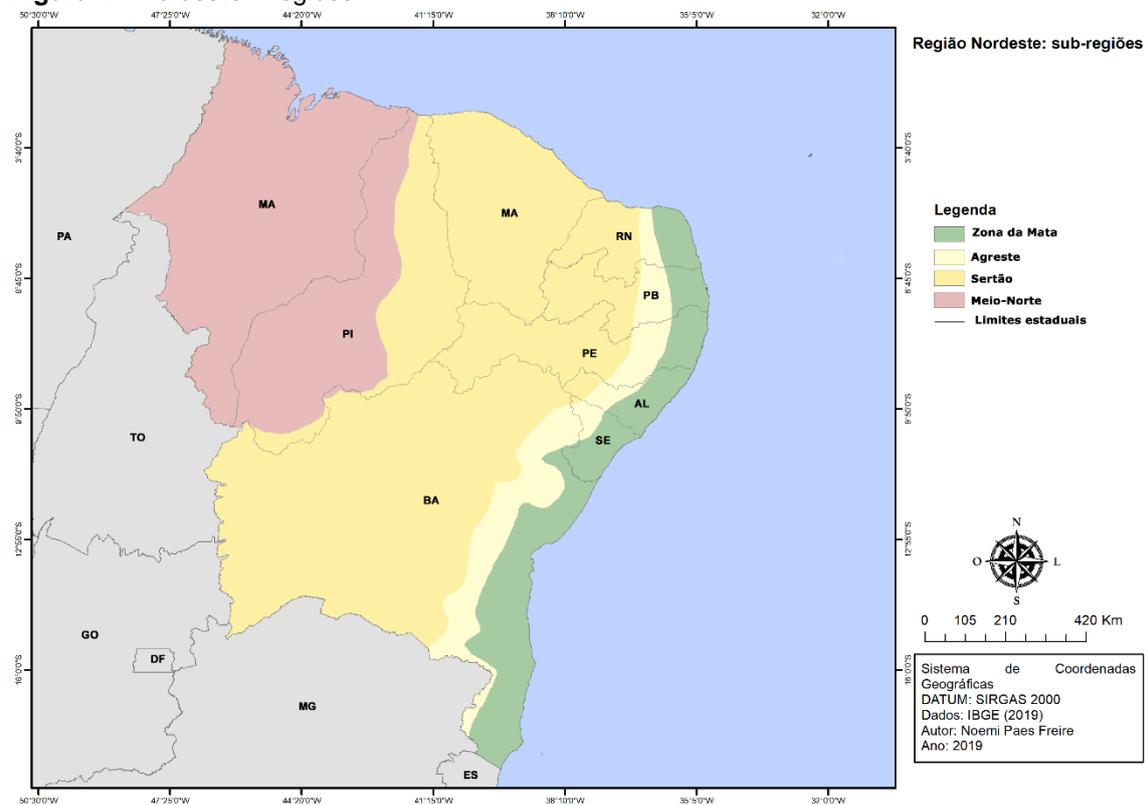
3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DA ZONA DA MATA PARAIBANA

Neste capítulo, na seção 3.1 a seguir, apresentaremos a localização e caracterização da Zona da Mata, a faixa de terras onde se efetua a hegemônica área produtora de cana-de-açúcar e cacau da região Nordeste.

3.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ZONA DA MATA

“Zona da Mata” é uma expressão utilizada para designar a faixa de terras úmidas que se estende ao longo do litoral do Nordeste Oriental (Fig. 1) e que coincide, historicamente, com a principal área produtora de cana-de-açúcar e cacau da região (ANDRADE, 1986; MOREIRA, 2004).

Figura 1 - Nordeste: Regiões

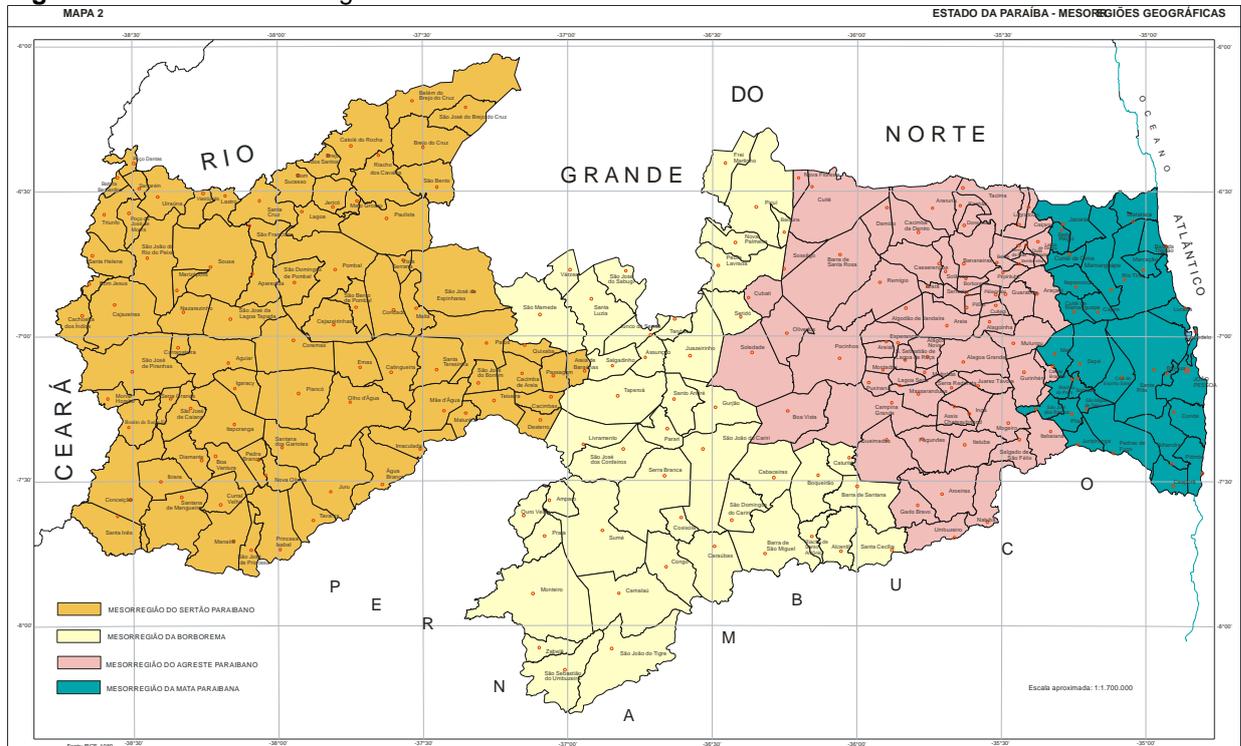


Fonte: ANDRADE, Manuel Correia. *A terra e o homem no Nordeste*. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998. p. 276. Adaptado pela Autora (2019).

Na Paraíba, a área da Zona da Mata coincide com a da Mesorregião da Mata Paraibana (Fig. 2), abrange 5.327,0 km², que correspondem a 9,4% do território estadual e estende-se da borda litorânea do Estado em direção ao interior, abrangendo 30 municípios. Primeiro espaço a ser ocupado pelo colonizador, a Zona da Mata paraibana individualiza-se no conjunto do território estadual tanto pelas

particularidades do meio natural, quanto pelo processo histórico de transformação da natureza natural em natureza humanizada.

Figura 2 - Paraíba: Mesorregiões



Fonte: Moreira (2000).

3.2 OCUPAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO PERÍODO COLONIAL

Foi na Zona da Mata Paraibana que teve início a conquista do atual território estadual. A apropriação das terras pelo colonizador esteve, desde o princípio, atrelada à atividade canieira. Como afirmam Moreira e Targino (1997), o predomínio da cana-de-açúcar na paisagem da Zona da Mata paraibana foi uma constante desde o início da colonização aos dias atuais. Porém, a forma como o espaço se organizou nem sempre foi a mesma.

O espaço da Zona da Mata paraibana sofreu modificações significativas ao longo do tempo, ora impulsionadas por condicionantes externos, ora pelas mudanças nas relações técnicas e sociais de produção. Moreira e Targino (2011), ao analisar o processo histórico de produção do espaço dessa mesorregião, afirmam que:

O processo de ocupação e povoamento da Zona da Mata Paraibana foi comandado pela implantação da *plantation* açucareira, caracterizada pela monocultura, pela escravidão e pelo latifúndio. O controle sobre a terra, sobre o trabalho e sobre a produção concentrou o poder nas mãos do senhor de engenho, conferindo a essa categoria social a mais longa experiência de controle político-econômico já experimentada na história do Brasil (MOREIRA e TARGINO, 2011).

Segundo Neto (s/d, p. 1), “a produção inicial deste espaço esteve subordinada aos interesses do capital mercantil. Dessa forma, ele se moldou para reproduzir as instâncias econômicas, culturais, políticas e ideológicas que caracterizaram esse modo de produção”.

A produção do espaço agrário da Zona da Mata paraibana, se deu, inicialmente, através do modo de produção capitalista mercantil, que foi responsável pela implantação de uma atividade econômica voltada para o atendimento dos seus interesses: a produção de cana-de-açúcar (NETO, s/d, p.1).

Moreira e Targino (2011) acrescentam que, embora o predomínio da cana-de-açúcar tenha estado sempre presente ao longo da história socioeconômica da Zona da Mata Paraibana, a organização do espaço regional foi sofrendo modificações, ora determinadas por condicionantes externos da produção canavieira, como preço e concorrência internacional, ora por condicionantes internos, como as mudanças nas relações técnicas e sociais de produção.

De modo geral, é possível identificar cinco grandes momentos do processo de produção e organização desse espaço: o do domínio dos Engenhos (do início da colonização ao final do século XIX); o da efêmera experiência dos Engenhos Centrais (final do século XIX e início do século XX, e localizada apenas na Zona da Mata), o de dominação da Usina de Açúcar (início do século XX à década de setenta daquele século); o de expansão e crise do Proálcool (de 1975 a 1999) e; o de recuperação da atividade sucroalcooleira, no bojo do aumento do preço do açúcar no mercado internacional e do programa nacional de produção de bioenergia (de 2000 aos dias atuais) (MOREIRA e TARGINO, 2011).

De fato, as modificações nas relações técnicas e sociais de produção observadas desde o início da colonização, que culminaram com a substituição da escravidão pelo sistema de morada, refletiram-se na organização do espaço regional engendrando novas paisagens e novas dinâmicas.

Sobre essas mudanças, Moreira e Targino (1999) revelam que:

Essa organização social e econômica vai se manifestar na paisagem. Os canaviais vão tomar conta das várzeas dos rios. Os grandes casarões dos senhores vão sendo construídos numa verdadeira demonstração de riqueza e de poder. Ao lado destes, as senzalas, mais parecidas com estreitos galpões escuros do que com casas, para abrigar os corpos ressequidos pelo trabalho e as almas despidas de esperanças dos escravos. Os engenhos com as suas chaminés elevadas para o céu, eram ao mesmo tempo o coração do empreendimento econômico e os anunciadores do poder que detinham sobre um vasto território.

O tempo passou. A escravidão foi extinta. Permaneceu, no entanto, a base da organização social e econômica: o latifúndio, a monocultura da cana e a exploração do trabalho.

Os escravos transformaram-se em moradores. Muitos dos engenhos tornaram-se usinas. A terra, no entanto, continuou de poucos. O açúcar, permaneceu a fonte de riqueza e de poder (MOREIRA e TARGINO, 1999, p. 22 e 23).

Em suma, apesar das mudanças, chamamos a atenção para a permanência da base da organização social e econômica da região: o latifúndio, a monocultura canavieira e a exploração do trabalho, apesar da extinção da escravidão.

No final do século XIX e início do século XX, o surgimento da usina de açúcar foi responsável por mudanças significativas nas relações de trabalho tradicionais, principalmente por promover o avanço do trabalho assalariado. Isto sem falar na intensificação da concentração fundiária por ela promovida, uma vez que uma única usina se apropriava, regra geral, das terras de vários engenhos.

O surgimento da usina não trouxe consigo o surgimento de uma nova classe dominante. Constituiu apenas um reflexo da modernização dos meios de produção, uma vez que é a classe dominante inicial que permanece no poder, se reafirma e se fortalece. Esse fortalecimento se dá através do que Moreira e Targino (1997) denominam de “concentração de poder”: o senhor de engenho “beneficiado” com os incentivos do Estado para a implantação da usina transforma-se numa nova figura, “o usineiro”, que acaba por concentrar o poder não só ao anexar terras de engenhos como por transformar os senhores-de-engenho em meros fornecedores de cana-de-açúcar para a usina, destituindo-os da força política que antes eles aglutinavam⁸.

O advento da usina de açúcar representou: a) a intensificação da concentração da propriedade da terra e da produção, e, conseqüentemente, do poder político, econômico e social nas mãos de poucos; b) mudanças significativas nas relações de trabalho – com a instalação das usinas de açúcar, a cana se expande e invade as terras dos moradores, ocasionando a sua expulsão e, por rebatimento, a retração dessa forma tradicional de trabalho; c) a expansão do trabalho assalariado e do emprego sazonal (MOREIRA e TARGINO, 1997).

⁸Ao discutir o conceito de território e buscar construir o conceito de Território de Esperança, Moreira (2007), faz menção a essa disputa pelo controle do território dentro dos próprios grupos oligárquico regionais. Ver essa discussão no capítulo 2.

A mudança do sistema Engenho para a Usina só não mudou o trabalho extenuante e mal pago da multidão de trabalhadores que dependiam do trabalho na cana-de-açúcar para se reproduzir.

A opressão a que era submetida a classe trabalhadora na Zona da Mata resultou na reação de moradores de condição e foreiros contra o pagamento do cambão⁹, o que deu origem a um amplo movimento social, as Ligas Camponesas.

As Ligas Camponesas surgem na Zona da Mata, no município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, na década de 1950. A partir de então, se disseminam pela Paraíba, tendo o município de Sapé como centro irradiador.

A repressão contra as Ligas Camponesas não tardou, em 1962, os associados já eram mais de 20 mil e a organização das Ligas era notável. Os latifundiários descontentes com o movimento e a organização dos trabalhadores logo começaram a usar de violência, seja usando seus capangas ou fazendo uso da força policial, aliada do latifúndio. Não foram poucos os espancamentos, as prisões e as ameaças de morte sofridas pelos associados das Ligas, além de muitos assassinatos que ainda hoje se encontram sem punição para os acusados. Pode-se citar, como exemplo, o assassinato de Alfredo Nascimento, em 1961, o assassinato de João Pedro Teixeira em 1962 (no momento presidente da Liga Camponesa de Sapé e vice-presidente da Federação da Ligas Camponesas da Paraíba) e a chacina de Mari em 1964, ocorrida dois meses antes do Golpe Militar (OLIVEIRA, 2010, p.33).

Vê-se, portanto, que o movimento das Ligas na Paraíba não teve vida longa. Contra ele, abateu-se o poder do latifúndio. As suas lideranças foram mortas e perseguidas. Além de reprimir os líderes do movimento, os donos de terra também começaram a expulsar os moradores das suas propriedades.

Uma vez expulsos, os moradores vão para as cidades e são em parte convertidos em trabalhadores assalariados nos próprios canaviais. Segundo Lygia Sigaud:

(...) os trabalhadores, ao abandonarem os Engenhos, vão se instalar nas periferias das cidades, em locais de difícil acesso, sujeitos a inundações e desabamentos constantes. Privados agora das terras dos Engenhos, vão ter que vender sua força de trabalho todo dia no mercado (SIGAUD, 1979, p.87).

Esse processo vai se intensificar a partir da segunda metade dos anos 70 do século XX, com a modernização do parque agroindustrial canavieiro e a expansão

⁹ Quando a da renda da terra é paga através do trabalho gratuito.

consequente da cana-de-açúcar através do Programa Nacional do Álcool – Proálcool. Observa-se, a partir da implantação desse Programa:

(...) o aumento da área cultivada e da quantidade produzida com cana (em 1970, a região produziu 936.276 toneladas de cana contra 4.576.485 toneladas em 1985, o que representou um aumento de 388,8% no período; a área colhida, de 19.698 hectares em 1970, passou para 92.760 hectares em 1985, o que equivale a crescimento da ordem de 370,9%) (MOREIRA *et. al.* 2003); a intensificação da mecanização e da quimificação da atividade (ampliação nunca vista do uso de fertilizantes químicos, pesticidas, fungicidas etc.) com sérios reflexos sobre a organização da produção e do trabalho. Verifica-se, também, a modernização do parque industrial através da implantação de 4 destilarias anexas às antigas usinas e de 7 destilarias autônomas (MOREIRA, TORRES e MARQUES, 2005, p.13).

3.3 MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA, O PROÁLCOOL E AS TRANSFORMAÇÕES NA PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO

O Proálcool, ao promover a modernização da atividade sucroalcooleira na Paraíba, dentro da perspectiva de uma modernização agrícola conservadora, propiciou a reconcentração da propriedade da terra e promoveu uma expulsão maciça dos trabalhadores moradores que haviam sobrevivido ao sistema usina. A partir de então, cresce significativamente a mão-de-obra assalariada no campo da Zona da Mata Paraibana.

Essa modernização conservadora¹⁰, conhecida também como “revolução verde”, apoiada em mudanças tecnológicas no processo produtivo, substituiu grande número de trabalhadores, sobretudo na limpa da cana-de-açúcar, no combate a pragas e doenças e no preparo do solo por máquinas e outros equipamentos. Assim, ao se subordinar ao modelo capitalista de produção, à montante e à jusante do processo produtivo, o setor canavieiro vai cada vez mais necessitar de um trabalhador “livre”, isto é, desligado da terra, e que tenha de seu, unicamente a força-de-trabalho para vender no mercado.

¹⁰ O termo *modernização conservadora* foi elaborado por Barrington Moore Junior para retratar o caso específico de desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, os quais realizaram revoluções burguesas vindas de cima. Assim, o processo de modernização de sua sociedade alicerçou-se sobre um processo de industrialização condicionado pelo pacto político tecido entre a burguesia e os terratenentes. Os pensadores nacionais utilizam o termo *modernização conservadora* sem as devidas mediações históricas e críticas, mas tiveram uma importância primordial, pois mostraram que houve a penetração das forças produtivas tipicamente capitalistas na agropecuária nacional. Entretanto, estes autores chamam a atenção para o fato de que a estrutura fundiária, ao longo dos séculos, manteve-se concentrada, mormente nas grandes unidades de exploração agropecuária, segundo Pires e Ramos (2009).

Se do ponto de vista do capital esse processo representa a “libertação da terra” e sua metamorfose em capital, do ponto de vista do trabalhador ele significa o “cativeiro da terra”, isto é, a impossibilidade do acesso a ela a não ser enquanto força-de-trabalho assalariada (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.264).

Entre 1970 e 1980, o número de trabalhadores assalariados temporários na região canavieira da Paraíba aumentou em 18,5% (MOREIRA e TARGINO, 1997). Destaque maior teve a microrregião do Litoral Sul no aumento do número de trabalhadores assalariados, justamente aquela onde foi mais forte a ação do Proálcool (MOREIRA e TARGINO, 1997). Esse crescimento do trabalho assalariado foi acompanhado pela precarização das condições de trabalho e de vida dos canavieiros.

O crescimento do trabalho assalariado representou, na verdade, um processo de terceirização das contratações de trabalhadores na agricultura. Vários estudos têm mostrado como, sobretudo na região açucareira, os trabalhadores temporários começaram a ser agenciados por “gatos” ou empreiteiros que contratam os serviços a serem realizados com os proprietários (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 266).

Isso sem falar do empobrecimento dos trabalhadores que passaram a viver nas periferias das cidades com trabalho garantido apenas na época de safra da cana-de-açúcar. Em suma, fica claro que a evolução das relações de trabalho na Zona da Mata Paraibana, assim como em todo o estado, sempre esteve ligada à forma como se organiza o espaço agrário, passando da mão-de-obra escrava para o sistema de morador e deste para o trabalho assalariado. Ou seja, a cada movimento vivenciado pela forma de produção dominante, observam-se mudanças profundas na organização do espaço com reflexos nas relações de trabalho.

Analisando as informações obtidas através do censo agropecuário verificou-se que, na Zona da Mata paraibana existiam, em 1995, 56.155 pessoas ocupadas na agropecuária. Deste total, 13.265 (ou 23,6%) eram empregados assalariados. Em nível municipal, essa participação percentual dos assalariados na força-de-trabalho rural não era homogênea. Como se pode observar na Figura 3, em alguns municípios, essa participação era mais significativa a exemplo de Santa Rita, Caaporã, Mamanguape e Juripiranga. Em outros, era menos expressiva, como é o caso de Baía da Traição, Cabedelo e Jacaraú.

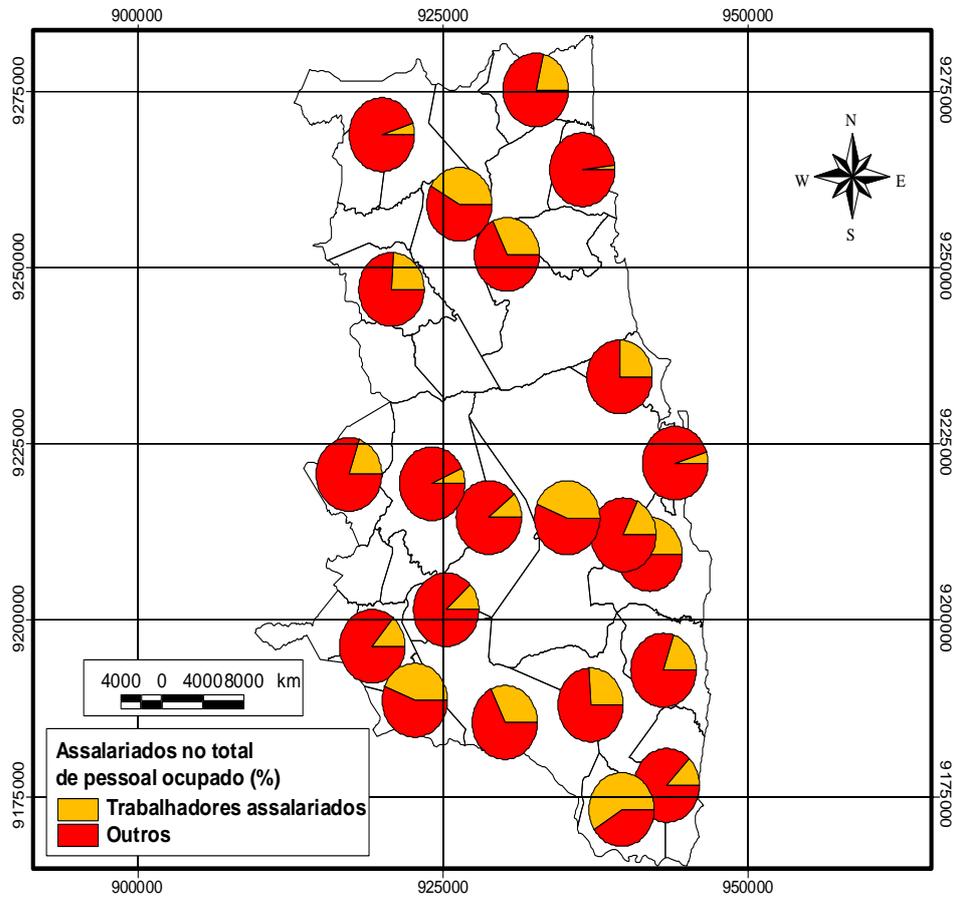
O número de assalariados por município em 1996 variava de menos de 100 a 2.656, no período de realização do censo agropecuário. Isto, ainda, em pleno período

de desaquecimento da atividade. Os municípios com maior número de assalariados eram Pedras de Fogo, onde se situa a Usina Gramame Industrial Agrícola S.A., que até 2007 pertencia ao Grupo pernambucano Tavares de Melo¹¹ e Mamanguape, município que faz fronteira com as Usinas Monte Alegre, AGICAN e Miriri, que nele possuem terras e onde se encontram muitos produtores – fornecedores de cana-de-açúcar para as Usinas.

Os municípios com menor número de assalariados rurais coincidem com os que foram criados a partir do desmembramento do território de antigos municípios a exemplo de Riachão do Poço e Sobrado, que foram desmembrados do município de Sapé; São José dos Ramos que foi desmembrado do município de Pilar; Capim, Curral de Cima, Cuité de Mamanguape e Pedro Régis, que foram desmembrados do município de Mamanguape. Dois outros municípios integram o grupo dos que apresentavam baixo número de assalariados rurais em 1995; Marcação, onde se concentra importante número de comunidades remanescentes dos índios potiguaras e Bayeux, município eminentemente urbano (Fig. 4).

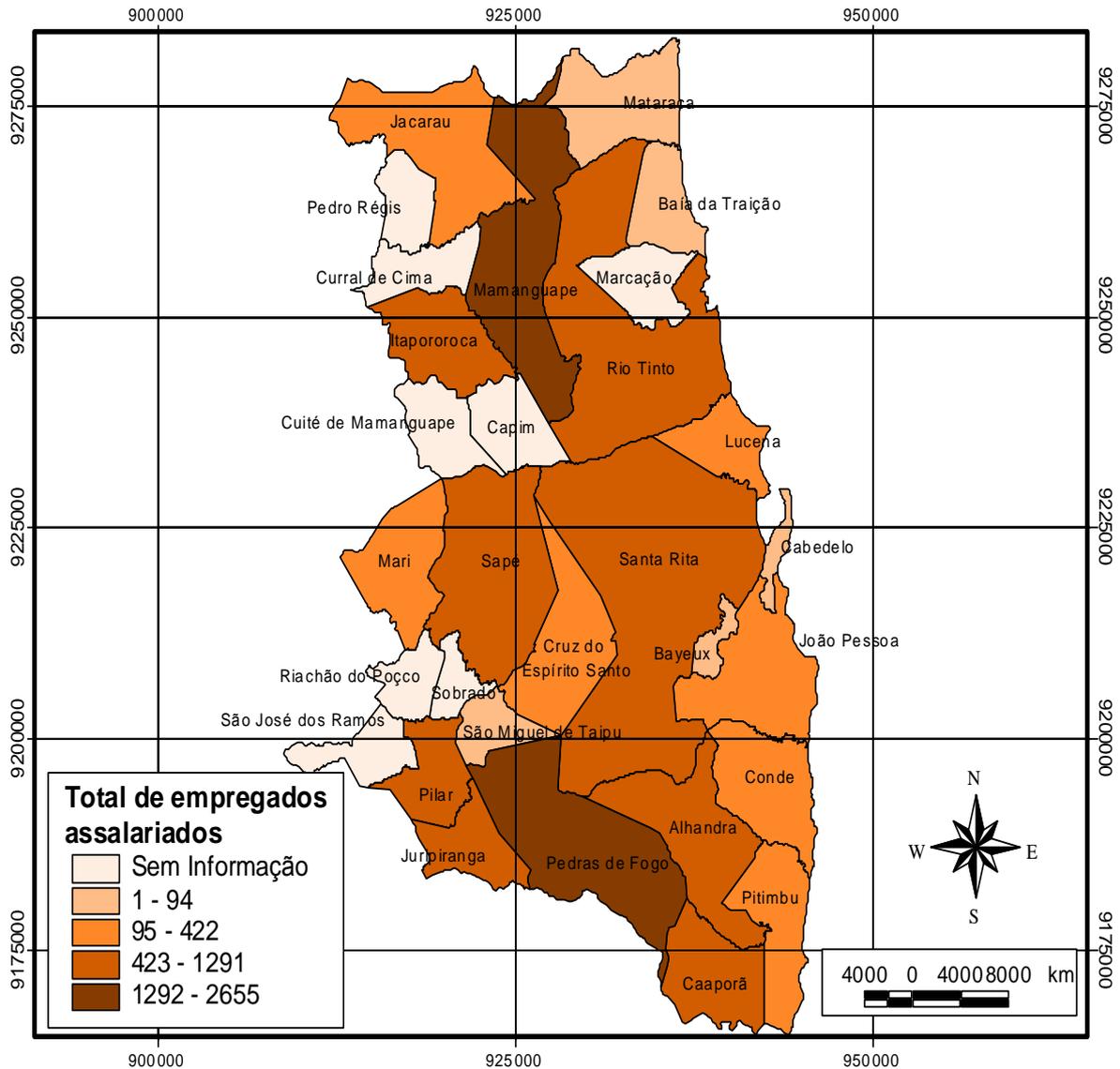
¹¹ A Usina Gramame Industrial Agrícola SA foi adquirida em 2007 pelo grupo francês Louis Dreyfus Commodities.

Figura 3 - Zona da Mata Paraibana: Participação do trabalho assalariado no total do pessoal ocupado na agricultura 1996



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995-96

Figura 4 - Zona da Mata Paraibana: Número de empregados assalariados rurais por município - 1995-96



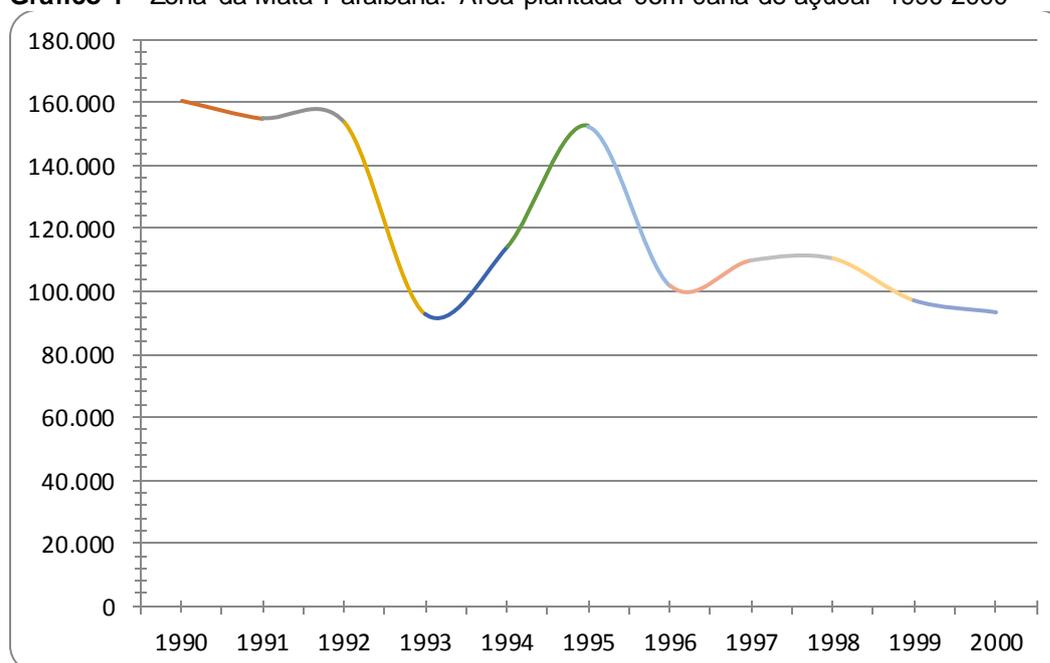
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995-96

Na década de 1985-1995, observou-se uma redução no número de trabalhadores assalariados na atividade primária desenvolvida na Zona da Mata Paraibana. De 29.371 assalariados existentes em 1985, passa-se para 13.265 em 1995, o que representa uma redução de -54,8%. Constatou-se uma grande redução no número de empregados temporários, que passou de 20.258 para 4.562, enquanto os empregados permanentes tiveram uma redução de 4,5%. Observa-se uma redução no número de crianças trabalhando como assalariadas nas atividades agropecuárias (que passaram de 562 para 96 entre 1985 e 1995) e das mulheres (redução da ordem de 74,4%).

De acordo com Moreira *et. al.* (2008), essa grande redução do emprego de trabalho assalariado pode ser explicada em parte pela crise enfrentada pela principal

atividade agrícola empregadora de mão-de-obra assalariada na região, a atividade canieira¹². Tal crise exprime-se através da retração da área plantada com cana-de-açúcar (Gráfico 1), da redução da produção de açúcar e álcool, da falência de usinas tradicionais e da redução dos períodos de safra de nove para quatro meses, com reflexos importantes sobre o emprego no período. A crise de acumulação do setor sucroalcooleiro é uma consequência do desmantelamento do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) através da diminuição dos incentivos fiscais e creditícios.

Gráfico 1 - Zona da Mata Paraibana: Área plantada com cana-de-açúcar 1990-2000



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal - 1990-2000

Como é possível observar no Gráfico 1, a produção canieira passa por uma crise na década de 1990-2000. Apesar de sofrer uma recuperação na produtividade em 1995, ainda fecha a safra de 1999/2000 com uma produção inferior a safra de 1990/1991. Essa crise acabou por resultar na organização dos trabalhadores em torno da luta pela terra e pela permanência na terra.

¹² Sobre a crise da atividade canieira na Zona da Mata paraibana e seus efeitos sobre o emprego rural, leia-se: Moreira et al. 2001.

3.4 A LUTA PELA TERRA E A CRIAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS:

A crise do emprego, a transformação de latifúndios canavieiros em latifúndios improdutivos e o fortalecimento da organização dos trabalhadores através da atuação do MST e da CPT permitiu o avanço da luta dos trabalhadores sem-terra. Parcela dos trabalhadores rurais excluída do processo produtivo ou cansada da intensa exploração de suas forças de trabalho, organizou-se em torno desses movimentos, ocupou terras e levou o Governo a desapropriar imóveis improdutivos. Multiplicaram-se as desapropriações de terras na região, dando origem aos assentamentos de reforma agrária na Zona da Mata Paraibana. Entre 1986 e 2000, foram incorporados ao processo de reforma agrária pelo INCRA e pelo Instituto de Terras da Paraíba (INTERPA), 38.509,92 hectares na Zona da Mata, que deram origem a 55 Projetos de Assentamento, onde foram assentadas 4.678 famílias (MOREIRA, 2001). Esse movimento, embora atenuado a partir dos anos 2000, permanece vivo, dando conta de que a questão agrária regional continua muito atual.

Atualmente, a Zona da Mata |Paraibana conta com 74 Projetos de Assentamento, que ocupam uma área de 52.055,41 hectares, onde estão assentadas 5.467 famílias.

Quadro 1 - Zona da Mata Paraibana – Projetos de Assentamento criados entre 1974 e 2019

Imóvel Desapropriado	Projeto de Assentamento	Município	Área	Famílias
Faz. Águas Turvas	Águas Turvas	Santa Rita	567,9	32
Jaracateá	Jaracateá	Jacaraú	168,12	15
Subaúma	Subaúma	Alhandra	565,934	99
Piabuçu	Campart II	Rio Tinto	1883,95	136
Fazenda Gurugi	Gurugi II	Conde	592,9865	86
Engenho Fazendinha	Fazendinha	Pedras de Fogo	591,812	84
Camucim Grande	Camucim	Pitimbu	277,5091	41
Corvoadas	Corvoadas	Pedras de Fogo	222,4815	31
Sede Velha do Abiaí	Sede Velha do Abiaí	Pitimbu	325	49
Corvoada	Primeiro de Março	Pitimbu	275	34
Fazenda Barra de Gramame	Barra de Gramame	Conde	756,58	78
Árvore Alta	Árvore Alta	Alhandra	1320,625	272
Engenho Santana	Engenho Santana	Cruz do Espírito Santo	370,604	55
Fazenda Geraldo	Estiva do Geraldo	Lucena	468,125	84
Barra do Abiaí	Teixeirinha	Pitimbu	248,6948	32
Paripe III	Paripe III	Conde	137,2762	26
Apasa	Apasa	Pitimbu	1100	150

Prestec	Nova Vida	Pitimbu	894,29	134
Eng. Novo Quinhão 9-C	Amarela I	São Miguel de Taipu	523,25	54
Eng. Novo Quinhão 9-B	Amarela II	São Miguel de Taipu	523,45	42
Fazenda Retirada	Capim de Cheiro	Caaporã	507,6585	112
São Miguel do Rangel	Engenho Novo II	Pedras de Fogo	348,3732	58
Fazenda Nova Tatiane	Nova Tatiane	Pedras de Fogo	209,8	27
Eng. Novo Quinhão 8 e 9	Itabatinga	Pedras de Fogo	660,1366	107
Campo de Sementes e Mudas	Campo de Sementes e Mudas	Cruz do Espírito Santo	207	45
Agropar Engenho Novo	Dona Helena	Cruz do Espírito Santo	762,27	105
Engenho Aurora	Nova Aurora	Pedras de Fogo	407,5217	98
Engenho Massangana (Parte)	Massangana I	Cruz do Espírito Santo	991,4	131
Engenho Massangana (Parte)	Massangana II	Cruz do Espírito Santo	1300,9	158
Engenho Massangana (Parte)	Massangana III	Cruz do Espírito Santo	816,9	131
Fazenda Vale Sta Terezinha	Santa Terezinha	Pedras de Fogo	440,45	62
Fazenda Sta. Luzia	21 de Abril	Sapé	362	60
Canaã	Corvoadas I	Pedras de F./Cruz.E.Sto	152,61	40
Fazenda Sta. Cruz Gameleira	Padre Gino	Sapé	466,3	62
Tabatinga Jacumã	Dona Antônia	Conde	1122	110
Fazendas Santana	Santana II	Cruz do Espírito Santo	370	55
Capim Pindoba	Paulo Gomes do Nascimento	Capim	120	21
Pindoba	Manoel Bento	Capim	193	21
Fazenda Boa Vista	Boa Vista	Sapé	1165	122
Fazenda Imbé	Campo Verde	Pedras de Fogo	1091	142
Fazenda Cobé	Vida Nova	Sapé	505	68
Capim Assu Sta Barbara	Rick Charles	Conde	338	51
Salvador Gomes	Novo Salvador	Jacaraú	968	98
Sta Rosa I e Sta Rosa II	Litoral Sul	Alhandra	95,6553	18
Santa Helena	Santa Helena	Sapé	3251,9	201
Sapucaia	Nova Vivência	Sapé	600	48
Ibitipuca	Boa Esperança	Jacaraú	622	42
Engenho Itaipu	Novo Taipu	São Miguel de Taipu	800	60
Maraú de Cima	Canudos	Cruz do Espírito Santo	1179	113
Garaú	Frei Anastácio	Conde	170	18
Oiteiro de Miranda Fazenda Ipanema	Oiteiro de Miranda	Lucena	668	82
Faz. Bela Vista	Chico Mendes	Riachão do Poço	1770,6	120
Cuité	Rainha dos Anjos	Sapé	577	49
Itapuá	Antônio Conselheiro	São Miguel de Taipu	930,14	120
Fazenda Gendiroba	Tiradentes	Mari	1719,7	160
Cafundó	Zumbi dos Palmares	Mari	1176,53	85

Condominio Tubiacanga	Água Branca	São Miguel do Taipu	523,45	73
Mata do Chocalho	Antonio Chaves	Jacaraú	420	28
Santa Emilia	Santa Emilia	Pedras de Fogo	179,9112	15
Maravalha	Maravalha	S.Miguel do Taipú	234,7567	44
Mata de Vara	Mata de Vara	S.Miguel do Taipú	566,9567	106
Fazenda Reunidas Recreio	Nova Conquista	Pilar/S.J. dos Ramos	781,448	109
Fda Jardim	Jardim	Curral de Cima, Jacaraú e Mamanguape	977,8833	42
Fda Tambauzinho	Dom Jose Maria Pires	Santa Rita	124,5	23
Sem Informação	Barra de São José	Pilar	48,2087	14
Sem Informação	Capim Assú	Conde	32,079	14
Sem Informação	Sítio Tambaba/Colinas do Conde	Conde	90,5025	18
Sem Informação	Engenho Novo I	Pedras de Fogo	311,0476	41
Sem Informação	Muitos Rios	Caaporã	416,4846	29
Sem Informação	Salgadinho	Alhandra	58,1692	9
Sem Informação	Mucatu	Conde/Alhandra/Pitimbu	7865	208
Sem Informação	Jaque	Cruz do Espírito Santo	306,6	131
Sem Informação	Prato Cheio	Pilar	39,48	5
Sem Informação	Canaã	Pedras de Fogo	199,50	24
TOTAL	74 PAs	22 Municípios	52055,41	5467

Fonte: MOREIRA, 2012. Adaptado pela Autora (2019).

Vivia-se, pela primeira vez, um momento em que as famílias camponesas da Mesorregião da Mata Paraibana detinham a posse, sem a necessidade de pagar a renda da terra, mesmo sem possuírem a propriedade de fato, visto que muitos, até hoje, ainda não possuem a titularidade. Foi a primeira vez na história daquelas famílias que elas puderam fazer uso da terra de forma autônoma e com total controle de seu tempo, espaço e trabalho.

Por mais que a maioria das famílias assentadas fossem provenientes da própria Zona da Mata, sabemos que essa região é caracterizada, historicamente, pela presença do latifúndio canavieiro e a grande maioria das trabalhadoras e trabalhadores que viviam naquelas terras, há gerações, eram submetidos à extração da renda da terra. Como já citamos anteriormente, essa renda era extraída de diversas formas, as nossas pesquisas comprovam que a mais comum era o pagamento de um dia de trabalho gratuito para o dono da terra, popularmente chamado de cambão. Além do cambão, a renda da terra também era cobrada em dinheiro, com pagamento anual, chamado de foro; com parte da produção, podendo ser um terço ou metade, os chamados parceiros e meeiros; os que pagavam aluguel, chamados rendeiros; além

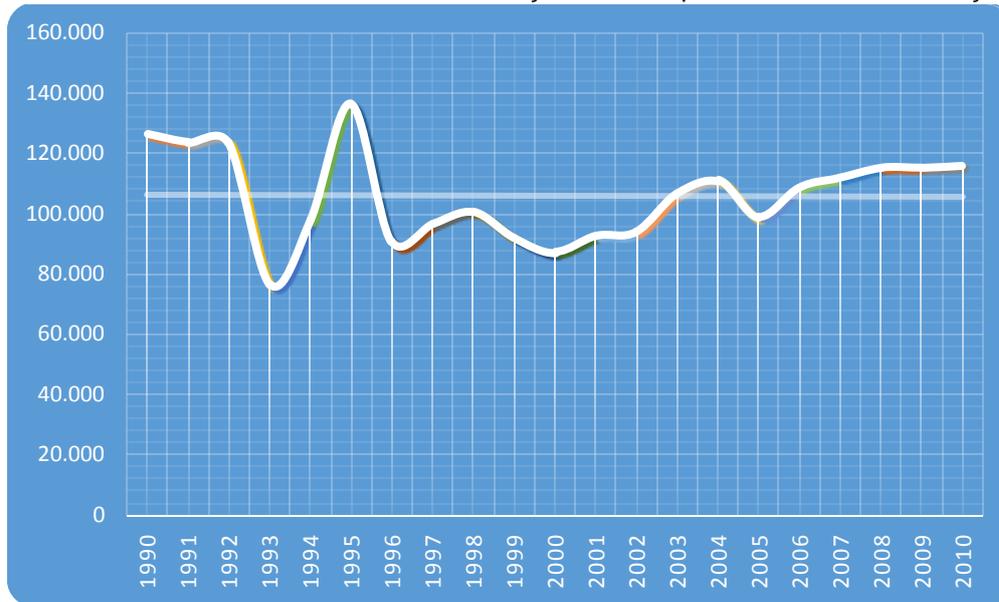
dos que eram apenas posseiros, mas se assalariavam na fazenda ou usina onde viviam, submetendo-se a jornadas exaustivas, baixos salários e sem direitos trabalhistas.

A luta dos trabalhadores foi responsável pela quebra do monopólio latifundiário na região, pela diminuição da concentração fundiária, pela dinamização dos mercados internos municipais, pela redução do preço dos alimentos nas feiras locais, pela diversificação da paisagem e pela melhoria da qualidade de vida e garantia da autonomia e reprodução de milhares de famílias camponesas. O território que antes se reproduzia a partir da exploração da força de trabalho e do esgotamento dos recursos naturais dá lugar a um território que passa a ser sinônimo de vida e esperança.

3.5 A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR

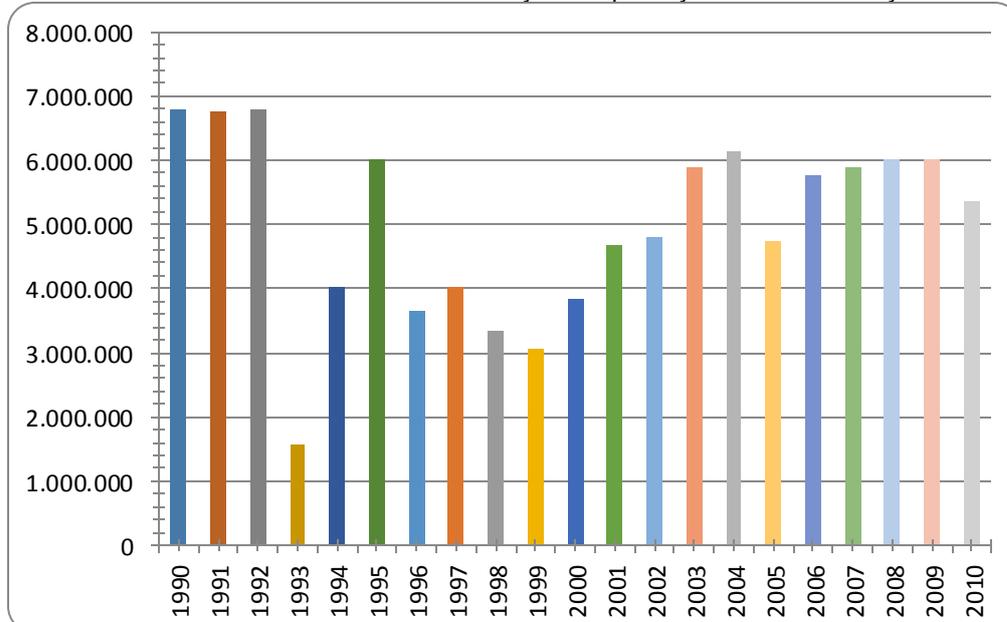
Entretanto, a partir do ano de 2000, o aumento do preço do açúcar no mercado internacional e a nova política energética governamental, pautada no desenvolvimento de agrocombustíveis, com destaque para o incentivo à produção do etanol, abriu novas perspectivas para o setor canavieiro, com reflexos importantes sobre a dinâmica da produção. Assiste-se uma retomada da atividade canavieira constatada a partir do aumento da área plantada e da quantidade produzida com cana-de-açúcar.

A área plantada, que era de 93.055 hectares em 1990, atinge 123.691 hectares em 2010, o que representa um crescimento da ordem de 32,9% no período (Gráfico 2)

Gráfico 2 - Zona da Mata Paraibana: Evolução da área plantada com cana-de-açúcar 1990-2010

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (1990-2010)

A quantidade de cana-de-açúcar produzida, que era de 3,8 milhões de toneladas no ano de 2000, alcançou 6,0 milhões de toneladas nos anos de 2008 e 2009, tendo declinado para 5,3 milhões de toneladas em 2010, devido a problemas de ordem climática que afetaram a região (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Zona da Mata Paraibana: Evolução da produção de cana-de-açúcar 1990-2010

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (1990-2010)

As oscilações da produção no período são decorrentes de problemas de ordem climática (seca ou chuvas em excesso). É notório, porém, o crescimento da produção

entre 1999 e 2004, quando a quantidade de cana-de-açúcar produzida passou de 3.060.066 toneladas para 6.135.972 toneladas o que representa um crescimento médio no período de 99,7%. Há um declínio bem pontual da produção em 2005 e o processo de retomada do crescimento volta ao patamar de 5,7 a 6,0 milhões de toneladas ao ano, com uma ligeira queda em 2010 (5,3 milhões de toneladas) (Gráfico 3).

Segundo Paixão e Fonseca (2011),

Cerca de 60% da cana consumida no Estado é proveniente de lavouras próprias ou arrendadas pelas UPs, enquanto 40% é proveniente de pequenos fornecedores associados à ASPLAN. Convém ressaltar que mais de 90% desses fornecedores são de micro e pequeno portes (p. 176).

Da mesma forma que a produção de cana-de-açúcar, o etanol também apresentou desempenho crescente a partir da década de 2000. Nesse período, a atividade canavieira volta a tomar força tanto apoiada no aumento do preço do açúcar, quanto no do barril do petróleo no mercado internacional. De acordo com Moreira *et al.* (2009), o preço do barril de petróleo que se apresentou decrescente durante a maior parte da década de 1990, reverteu esta tendência a partir do ano de 2000, fazendo ressurgir o debate sobre a fragilidade às oscilações do mercado por que passam os países desenvolvidos dependentes desta fonte energética não renovável. Além disso, mais uma vez, a produção de álcool passa a ser estimulada pelo governo brasileiro, para atender tanto as demandas internacionais, reafirmando o caráter primário exportador que assumimos desde o início da colonização, quanto as demandas internas, sob forte estímulo estatal. Prova disso é o lançamento, em 2004, do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB, no início do governo Lula.

A produção da cana-de-açúcar passa a ser novamente estimulada, tanto para atender a demanda externa por agrocombustíveis, quanto para atender a demanda interna estimulada pela obrigatoriedade da mistura do etanol à gasolina em um percentual de 25% e pela expansão da frota de carros *flex fuel*. Com isso, o governo brasileiro passou a aumentar a exportação de etanol e também a de petróleo, na medida em que o aumento do uso do etanol nos veículos gera um excedente da produção petrolífera nacional que está sendo exportado, aproveitando a conjuntura da elevação do seu preço.

Esse estímulo à exportação de petróleo bruto está fazendo o Brasil atingir índices recordes de exportação. De acordo com levantamento recente da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), o Brasil nunca exportou tanto petróleo bruto quanto em 2018. Foram vendidos ao exterior 1,12 milhões de barris por dia, o que corresponde a uma alta de 13,3% em relação a 2017, segundo dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

Da mesma forma que a produção de cana-de-açúcar, o etanol também apresentou desempenho crescente nos anos 2000. Verifica-se ainda que malgrado tenha havido redução do tradicional território ocupado pela cana-de-açúcar, o agronegócio vem tentando compensar essa redução da área de cultivo com ganhos de produtividade. De acordo com o IBGE, “no final da década de 1990, o setor produzia anualmente cerca de 40 toneladas por hectare (t/ha) e, nos últimos anos, superou 50 t/ha, um crescimento próximo de 30% no rendimento médio da lavoura” (PAIXÃO e FONSECA, 2011, p. 176).

Sobre esse aumento de produtividade nos últimos anos, vale ressaltar que, em 2010, a UFPB criou o Curso Superior de Tecnologia em Produção Sucroalcooleira, de acordo com o Projeto Político e Pedagógico – PPP, o curso foi criado para “Formar profissionais com conhecimentos sólidos em tecnologia, planejamento e gestão, para atuarem e/ou empreenderem no campo científico, tecnológico, administrativo e de inspeção e fiscalização no setor sucroalcooleiro.”. Além disso, o PPP do curso indica como objetivos:

Desenvolver a percepção dos problemas do setor sucroalcooleiro; desenvolver uma visão sistêmica do funcionamento das cadeias de produção dos derivados da cana-de-açúcar;
Estimular ações empreendedoras nas diversas atividades das cadeias de produção dos derivados da cana-de-açúcar;
Incentivar a pesquisa sistemática no desenvolvimento de novas tecnologias de processos, novos produtos e novos métodos de gestão;
Potencializar a capacidade criativa para desenvolver soluções rápidas e simples nas diversas etapas da produção, no controle de qualidade, na logística, na preservação do meio ambiente;
Potencializar a capacidade de pensar de forma reflexiva, com autonomia intelectual e sensibilidade;
Fornecer base tecnológica que permita o egresso atuar nas áreas de produção agrícola, processamento industrial, armazenamento, transporte e comercialização dos derivados da cana-de-açúcar. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO SUCROALCOOLEIRA DA UFPB, 2010, p.14)

Todo esse investimento em ciência e tecnologia relacionado à produção sucroalcooleira vem resultando no aumento cada vez maior da produtividade. Recentemente, pesquisadores do Centro de Ciências agrárias da UFPB realizaram a correção do solo com o uso do calcário e conseguiram aumentar o número de toneladas de cana por hectare (TCH) da cana-planta, como é chamada a cana-de-açúcar de primeira colheita. Segundo Fabio Mielezski, do Departamento de Fitotecnia e Ciências Ambientais do CCA, em entrevista publicada no Portal da UFPB, em 02 de maio de 2019, “A maioria dos genótipos estudados apresentou aumento, alguns chegando até 50% de acréscimo, chegando a 80 toneladas por hectare.”.

Esse novo comportamento da atividade canavieira também tem rebatimentos sobre a organização do espaço agrário e se reflete na dinâmica do emprego e nas relações de trabalho assalariadas, que sempre deram sustentação a essa atividade, e na relação do agronegócio com a agricultura camponesa reformada.

De fato, algumas mudanças são perceptíveis na dinâmica da organização do espaço agrário regional. A primeira já foi explicitada, a retomada da expansão da produção de cana-de-açúcar a partir do processo de monopolização do território camponês. A segunda é a aquisição de usinas por empresas multinacionais no rastro da valorização da política de incentivo à produção do etanol.

De acordo com uma pesquisa realizada por Moreira (2012), sobre estrangeirização das terras na Paraíba, pelo menos duas empresas (a Destilaria Tabu e a Gramame Industrial SA - GIASA) já foram adquiridas por empresas de capital estrangeiro. Atualmente, o parque industrial da região é composto por 9 unidades de produção industrial, das quais 6 produzem exclusivamente etanol, 2 são mistas e 1 produz unicamente açúcar (Quadro 2). Segundo a Associação dos Plantadores de Cana-de-açúcar da Paraíba (ASPLAN) a produção da cana-de-açúcar respondia, em média, a 24% do PIB anual da Agricultura no Estado (ASPLAN, 2008).

Quadro 2 - Paraíba: Unidades de produção do setor sucroalcooleiro e produção de etanol, safra 2009/2010

Razão Social	Localização	Produto	Produção em m³ Safra 2009/2010
Usina Monte Alegre S/A.	Mamanguape	Mista	17.740
Agroval Agroindústria Vale do Paraíba Ltda.	Santa Rita	Açúcar	-
Destilaria Miriri S/A.	Santa Rita	Etanol	64.974
Pemel – Empreends. Agroind. e Com. Ltda.	Rio Tinto	Etanol	35.841
Japungu Agroindustrial S/A.	Santa Rita	Etanol	82.717
LDC S/A. (GIASA)	Pedras de Fogo	Etanol	96.860
Agro Industrial Tabu S/A. Bioenergy	Caaporã	Etanol	46.258
Una Açúcar e Energia Ltda. - Filial	Sapé	Etanol	32.112
Companhia Usina São João	Santa Rita	Mista	13.533
TOTAL			390.035

Fonte: ANP (2008) *apud* PAIXÃO e FONSECA, 2011.

Quanto ao emprego do trabalho assalariado, forma característica de trabalho da atividade canavieira, verifica-se que a expansão da atividade não contribuiu para o seu crescimento. Em 1996, como já foi demonstrado, existiam 13.265 empregados assalariados na região e, em 2006, segundo o IBGE, estes eram 13.108. O que vale dizer que, de acordo com os dados censitários, até 2006, a retomada da atividade sucroalcooleira não teria contribuído para aumentar o emprego na região. Essa é uma linha de investigação que não vamos aprofundar, mas que merece ser abordada. Podemos pressupor que as mudanças tecnológicas introduzidas no processo produtivo e o aumento do ritmo laboral do trabalhador na busca de obter salários maiores estejam contribuindo para a diminuição ou estabilização do emprego de mão de obra no processo produtivo canavieiro.

Por outro lado, pode-se questionar como a produção de cana-de-açúcar continua a se expandir na Zona da Mata, descontando-se evidentemente o aumento da produtividade ou seja, a intensificação da produção, se foi criada na região uma fronteira camponesa com 72 Projetos de Assentamento. São mais de 50 mil hectares

de terras e mais de 5 mil famílias que ocupam hoje o território historicamente dominado pela monocultura canavieira. É de se pensar, naturalmente, que essa área anteriormente dominada pela cana-de-açúcar tenha dado lugar à policultura alimentar.

Se observarmos o município de Pedras de Fogo, no qual se localiza a primeira destilaria de álcool implantada na Paraíba e uma das maiores produtoras de álcool do estado, a GIASA, veremos que só nesse município ela está cercada por 10 Assentamentos.

Este é um fato relativamente recente na paisagem da Zona da Mata que, como já vimos, foi historicamente dominada pela monocultura da cana-de-açúcar. O capital canavieiro, no período de crise de acumulação, mesmo que tenha utilizado todos os meios coercitivos, não impediu o avanço da agricultura camponesa reformada sobre o território por ele dominado ao longo dos séculos.

Neste novo momento de retomada da acumulação da atividade canavieira, pretendemos estudar como estão se dando as relações entre esses dois polos antagônicos. O que percebemos com todo esse processo é que existe uma relação inversamente proporcional entre a produção capitalista e a produção camponesa. Assim, nos momentos de crise, o capital permite a expansão dos camponeses, já nos momentos áureos ele avança sobre o território camponês. Prado Junior (1981) já havia atentado para este fato ao estudar a questão agrária brasileira. Segundo ele:

É na medida em que a grande exploração rural se expande e prospera, ou pelo contrário se retrai e entra em decadência, que inversamente o setor secundário, em ambas as formas acima assinaladas em que se apresenta, se restringe (no primeiro caso), e no outro se estende e ganha terreno. É que quando a grande exploração se fortalece e prospera, ou em outras palavras, se torna rendoso “negócio”, ela tende a se ampliar e absorver um máximo de extensão territorial e força de trabalho, sobrarão tanto menos espaços e tempos disponíveis para os trabalhadores cuidarem de outras atividades. Inversamente, é na medida em que se deteriora o negócio que a grande exploração realiza, que ela se torna menos exigente e é obrigada a fazer maiores concessões àquelas atividades secundárias que se desenvolvem à sua sombra (PRADO JUNIOR, 1981, p. 53).

Um outro fato é que as desapropriações resultantes da luta pela terra reduziram o território dos latifúndios destinados à produção de cana-de-açúcar e que os assentamentos criados durante a crise do Proálcool se constituíram como uma barreira à expansão da produção de cana pelas usinas. O agronegócio canavieiro precisa se expandir, mas, dessa vez, não pode mais desterritorializar os camponeses, como foi feito outrora, sendo assim, ele vem criando estratégias para monopolizar o

território camponês, controlar a forma de uso e determinar a política de desenvolvimento territorial.

Desde 2007, temos percebido esta disputa territorial entre a produção do agronegócio canavieiro e a produção da policultura camponesa, concretizada pelo avanço da produção de cana-de-açúcar nas áreas de assentamentos, numa tentativa de reconquista do território perdido pelas usinas com a criação dos assentamentos em seus arredores. Esse avanço vem se dando pela produção de cana-de-açúcar para fornecer as usinas, pelo arrendamento de lotes e por processos de parceria entre os assentados e as usinas, ou com fornecedores de cana-de-açúcar, como apresentaremos nos próximos capítulos.

Como veremos, já é notória a disputa territorial entre a policultura alimentar e a monocultura da cana-de-açúcar, ou seja, entre a agricultura camponesa e o agronegócio canavieiro. De fato, assiste-se, de um lado, a expansão da cana-de-açúcar e a monopolização do território da agricultura camponesa reformada pelo agronegócio canavieiro, porém, de outro, a contradição também está presente, representada pela resistência de parcela desse campesinato a esse processo.

Diante do exposto, podemos corroborar com Moreira (2003) que o espaço, e o espaço agrário como um dos seus segmentos,

(...) não é algo dado e acabado, mas algo dinâmico, determinado historicamente, um produto da ação do homem sobre a natureza e das relações que se estabelecem entre os homens através do processo de trabalho ao longo do tempo histórico (MOREIRA, 2003).

Desse modo, o espaço agrário da Zona da Mata é tanto um produto histórico quanto um produto do modo de produção capitalista e, como tal, reproduz a lógica do seu desenvolvimento contraditório e combinado.

No próximo capítulo, trazemos um levantamento de dados realizado sobre a produção de cana-de-açúcar no Brasil, nas Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste; nos estados apenas da Região Nordeste, com destaque para a Zona Canavieira Costeira nordestina e, em especial, a paraibana. Esses dados serviram de base para a pesquisa que desenvolvemos, possibilitando a compreensão de como a produção de cana-de-açúcar se territorializou e avançou sobre o espaço agrário brasileiro desde sua chegada no território, no Período Colonial, até a atualidade.

4 DO ENGENHO À USINA: A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL

Neste capítulo, apresentaremos um histórico e um levantamento de dados sobre a produção de cana-de-açúcar no Brasil, delimitando as Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste; destacando os estados da região Nordeste, da Zona Canavieira nordestina e, em especial, a Paraíba. Esses dados foram pesquisados nos Censos Agropecuários do IBGE disponíveis e no site da UNICA - União da Indústria de Cana-de-Açúcar, que atualmente representa a maior organização representativa do setor de açúcar e etanol¹³ do Brasil.

De acordo com os dados mais recentes, na safra 2018/2019, o Brasil produziu aproximadamente 620 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, matéria-prima utilizada para a produção de 29 milhões de toneladas de açúcar, 33 bilhões de litros de etanol e 21,5 TWh para a rede elétrica nacional. (ÚNICA, 2019)

4.1 A CHEGADA DA CANA-DE-AÇÚCAR NO TERRITÓRIO E O PAPEL DO ESTADO:

Somente em meados do século XVI, Portugal começou a implantar no Brasil um sistema produtor açucareiro. De acordo com Camellini (2011) os primeiros testes de plantio de cana-de-açúcar foram realizados pelos portugueses, na primeira década de 1500, com mudas trazidas da Ilha da Madeira, a sudoeste da costa portuguesa.

Silva (2017) indica que o primeiro engenho foi instalado no Brasil em 1532, na capitania de São Vicente, onde hoje é a costa da região Sudeste, e foi nomeado como São Jorge dos Erasmos. Apesar disso, a produção de cana-de-açúcar se adaptou melhor às condições edafoclimáticas da costa onde hoje denominamos região Nordeste. Inicialmente, a cana-de-açúcar ocupou parte da costa do que hoje chamamos de Nordeste brasileiro, a produção atendia aos objetivos da plantation¹⁴, tendo como destino final o mercado externo, em especial, o europeu.

Sobre a produção de cana-de-açúcar na região nordeste, Silva (2017), acrescenta que:

O primeiro engenho dessa região foi instalado em 1935, em Pernambuco, onde em 1950 somavam 4 engenhos, número que passou para 30 em 1570 e 140 em 1624. Na Bahia, a área do Recôncavo possuía em 1570 o total de 18 engenhos, e em 1584 eram

13

14 Produção realizada em grandes propriedades, com o uso da mão de obra escrava e voltada para exportação.

40 unidades. Em meados do século XVII, a produção avançou para o Rio Grande do Norte e Paraíba, que juntos somavam cerca de 20 engenhos (SILVA, 2017, p. 23).

A expansão do cultivo, em função das boas condições naturais do clima e do solo, além de favorecer a ocupação, fizeram com que, pouco tempo depois, o açúcar já fosse considerado o produto comercial mais relevante da colônia, superando a extração e comercialização de pau-brasil, tornando a base da economia brasileira e passando a determinar as formas de ocupação do espaço.

Andrade (2006) também afirma que a Mata Pernambucana e o Recôncavo Baiano foram, até o século XVII, as principais áreas produtoras de cana-de-açúcar no período colonial. E, acrescenta que nesse período, a principal mão-de-obra empregada era a escrava, primeiramente a exploração da força de trabalho indígena e, em seguida, majoritariamente, a de trabalhadores de origem africana, trazidos forçadamente em navios com condições desumanas. Esse regime, que permaneceu até o fim do século XIX, determinou as origens e favoreceu a conservação do racismo e da desigualdade latentes na sociedade brasileira.

Um fato importante destacado por Prado Jr. (1987) foi que, durante o período colonial, o alto preço cobrado para aquisição da mão-de-obra escrava e a grande demanda de força de trabalho necessária para dar conta da produção canavieira, devido às técnicas de produção ainda rudimentares, fizeram com que a produção de cana-de-açúcar se tornasse restrita aos indivíduos que possuíssem condições financeiras para produzir.

Além disso, para Silva (2017), o conhecimento e experiência dos colonos portugueses, que já estavam familiarizados com a plantação na Ilha da Madeira e nos Açores também foi um dos fatores que favoreceu o desenvolvimento da economia canavieira no Brasil no período colonial. Outra questão é que os preços do açúcar vinham garantindo uma lucratividade vultosa, uma vez que, nessa época, o produto era altamente valorizado na Europa, favorecendo ainda mais a produção e exportação canavieira brasileira.

Contudo, todo processo tem seu apogeu e declínio e, com a economia açucareira, não foi diferente. Segundo Soares (2011), a decadência da produção canavieira começou em meados da segunda metade do século XVI, diretamente relacionada à concorrência com a produção holandesa nas Antilhas. O autor afirma que os holandeses expulsos do Brasil em 1654 investiram em um complexo produtor

de açúcar e no desenvolvimento de técnicas consideradas modernas para a época, possibilitando o aumento da produtividade, a diminuição dos custos de produção, de transporte e de comercialização.

Silva (2017) destaca um aspecto que consideramos fundamental, a produção canavieira no Brasil se pautou, historicamente, em alianças político-econômicas entre o Estado e o setor agroindustrial. Segundo a autora, desde o período Mercantilista, diante do cenário de concorrência posto à produção canavieira nacional, os produtores de cana-de-açúcar recorreram ao Estado para buscar a modernização e industrialização dos engenhos, alegando que as técnicas rudimentares de produção vinham se apresentando como um empecilho para a produção e comercialização da produção canavieira.

Ao analisar a dinâmica produtiva da cana-de-açúcar, Silva (2017), realizou uma periodização demonstrando como, ao longo da história, o Estado brasileiro sempre se destacou como figura central para o setor sucroalcooleiro.

Desde o período colonial, o Estado exerce um papel central na produção de cana-de-açúcar no Brasil. Inicialmente, o objetivo da produção de cana-de-açúcar foi a ocupação do território. Os reflexos dessa ocupação territorial, baseada no tripé latifúndio, monocultura e exploração do trabalho, determinaram a formação territorial, tanto na imensa concentração fundiária brasileira, quanto na perpetuação dos poderes oligárquicos regionais e do patriarcado de maneira geral.

Silva (2017), no intuito de facilitar a análise da dinâmica da produção da cana-de-açúcar no Brasil, propôs uma divisão em quatro momentos, na qual demonstra como o Estado brasileiro sempre se destacou como figura central para o setor sucroalcooleiro desde o período Colonial até os dias atuais. Adiante, trazemos essa periodização. No entanto, essa autora adverte que a mudança entre esses períodos não ocorreu de forma abrupta e sim processual.

Segundo a autora, o primeiro período enquadra-se entre os séculos XVI e XVII. Em seu decorrer, não houveram grandes alterações nas técnicas e formas de produzir. Em todo ele, a mão de obra foi escravizada e a produção tinha como destino final o mercado externo. O cenário da transição desse período para o próximo, que vai de 1930 a 1975, segundo a autora, foi marcado pela criação dos chamados engenhos centrais.

A mudança técnica dos engenhos centrais elucida essa transição: o Estado (política) determinou/incentivou novas formas de produção

(técnica) que contrariaram a forma anterior (que, inclusive, constituiu relações sociais específicas e figuras de poder, por exemplo, a do senhor de engenho) e o território se adequou, novos objetos surgiram e novos agentes entraram no processo. A resistência dos senhores de engenho quanto aos engenhos centrais no Nordeste, por exemplo, demonstrou como uma mudança técnica (inerentemente política e conseqüentemente social), trouxe implicações para a situação estruturada em torno de técnicas anteriormente hegemônicas. Mudanças políticas como a formação da Primeira República e a centralidade das oligarquias paulistas e mineiras também trouxeram transformações do ponto de vista do território, como o início da mudança do eixo produtivo da cana-de-açúcar e da hegemonia das usinas, derivados dos primeiros esforços de instituir os engenhos centrais (SILVA, 2017, p.134-135).

O segundo período, delimitado por Silva (2017), representa um momento político de centralização dos poderes oligárquicos, paralelo à conjuntura internacional de intervencionismo estatal decorrentes das implicações da crise de 1929. Para a autora, a mudança de um modelo de acumulação agrário-exportador para urbano-industrial fez com que o estado centrasse esforços no estímulo à industrialização da atividade canavieira e na planificação da produção através da criação de autarquias como o Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA¹⁵

A criação do IAA marcou a consolidação do intervencionismo governamental na agroindústria canavieira do país, instituído a pedido dos usineiros, principalmente os do Nordeste, então às voltas com uma violenta crise de superprodução. A intervenção do governo federal no subsetor teve início pouco depois da Revolução de 1930 (outubro), por meio do Decreto nº 19.717, de 20 de fevereiro de 1931, que tornou obrigatória a mistura de 5% de álcool à gasolina importada, bem como a utilização pelos veículos pertencentes a órgãos públicos de combustível que contivesse álcool pelo menos numa proporção de 10%. O mesmo decreto isentava de impostos e taxas de importação, até 31 de março de 1932 o material “necessário à montagem de usinas para o fabrico e redistilação do álcool anidro” e/ou “indispensável ao aperfeiçoamento e adaptação das destilarias existentes no país”. Os vários dispositivos desse decreto foram posteriormente complementados por uma série de medidas administrativas dos ministérios da Agricultura e da Fazenda. Entre tais medidas, cabe destacar a resolução baixada em 4 de agosto de 1931 pelo ministro da Agricultura, instituindo a Comissão de Estudos sobre o Alcool-Motor (CEAM), uma das entidades precursoras do IAA.

Quase simultaneamente, iniciava-se também a intervenção governamental na economia açucareira através do Decreto nº 20.401,

¹⁵ Autarquia do governo federal com sede no Rio de Janeiro, criada em 1º de junho de 1933, por meio do Decreto nº 22.789, com o objetivo de orientar, fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool e de suas matérias-primas em todo o território nacional. Alguns dias depois, esta lei foi regulamentada e parcialmente modificada pelo Decreto nº 22.981 de 25 de julho de 1933. Extinto em 1990 pelo presidente Fernando Collor. SZMRECSÁNYI e SÁ (s/d). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-do-acucar-e-do-alcool-iaa>

de 15 de setembro de 1931, que obrigava as usinas a depositarem, em armazéns previamente indicados, 10% do açúcar destinado aos mercados consumidores, para constituição de um estoque regulador a fim de evitar a ocorrência de grandes oscilações nos preços do produto. Não tendo proporcionado os efeitos dele esperados, o decreto em questão teve seus dispositivos complementados e reforçados através de outro, de nº 20.761, de 7 de dezembro de 1931, o qual também instituiu a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar (CDPA). As atribuições e atividades desse órgão, precursor do IAA, foram regulamentadas pelo Decreto nº 21.010, de 1º de fevereiro de 1932. Outra importante medida precursora do IAA foi o Decreto nº 22.152, de 28 de novembro de 1932, o primeiro diploma legal a contemplar simultaneamente o açúcar e o álcool, limitando a produção do primeiro em todo o território nacional e criando novos incentivos para a produção no país de álcool anidro para fins carburantes. SZMRECSÁNYI e SÁ (s/d).

Para Szmrecsány e Sá (s/d), todas essas medidas ainda se revelaram insuficientes frente às dificuldades socioeconômicas e políticas do momento. A produção de açúcar continuava excedendo as necessidades do consumo interno, que era praticamente seu único mercado nesse período. O mesmo fenômeno também vinha ocorrendo em outros países, inviabilizando a exportação dos excedentes. Com a criação do IAA, a intervenção do governo federal no subsetor, antes exercida em caráter precário por órgãos de emergência, passou a ser definitiva e atribuída a uma entidade permanente que tomou a seu cargo, em especial, o controle da produção de açúcar e de álcool. A partir daí, a expansão da produção de cana-de-açúcar passou a ser determinada pelo Estado. De acordo com Silva (2017), a queda das exportações gerada pelo pós-guerra e o crescente mercado consumidor interno devido ao processo de industrialização e urbanização da região em que atualmente localiza-se a região Sudeste, associados à disponibilidade de capital excedente da cafeicultura, favoreceram a mudança no eixo produtivo da cana-de-açúcar para esta região.

O terceiro período, delimitado por Silva (2017), corresponde ao Proálcool, que para a autora, foi o momento de consolidação do setor canavieiro. Esse programa surgiu no contexto da primeira grande crise internacional do petróleo. Michellon *et. al.* (2008), aponta que essa crise, que teve início em 1973, impulsionada por um conflito entre Israel, Egito e Síria, resultou na quadruplicação do preço do barril e deflagrou uma crise internacional conhecida como Primeiro Choque do Petróleo.

Para Michellon *et. al.* (2008), os países que dependiam desse combustível sofreram sérios impactos na economia, entre eles o Brasil, que chegava a importar 80% do petróleo consumido nessa época.

Essa crise mundial afetou seriamente a economia brasileira, uma vez que o país era extremamente dependente do petróleo, importando 80% do necessário para atender a demanda nacional. Portanto, refletindo negativamente no balanço de pagamentos e gerando pressão inflacionária, tornando necessária uma medida imediata do governo (FRACARO, 2005, *apud* Michellon *et. al.* 2008, p. 1)

No intuito de amenizar os efeitos dessa crise, o governo brasileiro voltou-se para pesquisas com o objetivo de encontrar uma alternativa energética renovável para substituir o petróleo. De acordo com Michellon *et. al.* (2008) além disso, o governo também propôs alguns programas como o: Proóleo¹⁶, Procarvão e o Proálcool¹⁷.

De acordo com Santin (2016), o Proálcool foi criado em 1975, tendo como principais objetivos: diminuir a dependência externa de combustível; economizar divisas; interiorizar o desenvolvimento; evoluir a tecnologia nacional; proporcionar o crescimento nacional da produção de bens de capital e gerar emprego e renda.

Para Michellon *et. al.* (2008), a primeira Fase do Proálcool se deu entre 1975 e 1979.

A fase inicial é marcada fundamentalmente pela produção de álcool anidro para ser utilizado como aditivo à gasolina, diminuindo assim a importação de petróleo e conseqüentemente a redução do déficit do balanço de pagamentos. A produção, inicialmente, foi realizada em destilarias anexas a usinas de açúcar, não só pela existência do parque industrial modernizado e ampliado pelos programas do Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA, mas também pela disponibilidade de matéria-prima que não poderia ser absorvida na produção de açúcar, o qual o preço estava em queda no mercado internacional. A produção de álcool começa a ganhar impulso contando com a ajuda governamental, que concedeu financiamentos e subsídios ao setor, e, ficando a cargo da Petrobrás a compra, transporte, armazenamento, distribuição e a mistura do álcool à gasolina. Ficou a cargo do governo também a determinação do preço de venda do produto. Nesse período, a produção de álcool passou de 555,6 mil m³ na safra

¹⁶ Pró-Óleo (Plano de Produção de Óleos Vegetais para Fins Energéticos), nascido em 1975. “Seu objetivo era gerar excedentes de óleo vegetal que tornassem seus custos de produção competitivos com os do petróleo. Previa-se uma mistura de 30% de óleo vegetal ao óleo diesel, com perspectivas de sua substituição integral em longo prazo” (Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011, p.78). No entanto, com a queda do preço do petróleo, o Pró-Óleo foi abandonado em 1986.

¹⁷ O Programa Nacional do Álcool ou Proálcool foi criado em 14 de novembro de 1975 pelo decreto nº 76.593, com o objetivo de estimular a produção do álcool.

1975/76 para 2.490,6 mil m³ na safra 1978/79, um aumento superior a 300% no período (MICHELLON *et. al.* 2008, p. 4)

Um destaque desse período é o surgimento do carro movido a álcool hidratado, em 1978.

Segundo Michellon *et. al.* (2008), um novo conflito no Oriente Médio, dessa vez, entre Irã e Iraque, em 1979, fez com que os preços do petróleo atingissem patamares ainda mais elevados, dando origem ao segundo choque do petróleo e marcando o início de uma nova fase do Proálcool no Brasil, na qual o governo passa a incentivar além da produção de álcool anidro, a produção de álcool hidratado, que passa a ser a nova prioridade de produção, para o consumo de veículos movidos exclusivamente a álcool e para utilização do combustível nos setores químicos.

A partir de 1986, o preço do petróleo no mercado internacional começou a diminuir e estabilizar, o que acabou por gerar uma desaceleração no Proálcool. Todavia, a fabricação de carros movidos a álcool continuou em ascensão, por conta do menor preço do álcool frente ao da gasolina e da isenção dos impostos nos veículos a álcool. De acordo com Michellon *et. al.* (2008), esse processo acabou provocando uma crise de abastecimento em 1989. Além disso, Michellon *et. al.* (2008) acrescenta que, junto ao processo de desaceleração da produção de álcool ocorreu também a desativação contínua do IAA, até a sua extinção no ano de 1990.

As décadas de 1980 e 1990 foram consideradas como um momento de transição desse período para o atual. Nesse momento, tem-se uma transição político-econômica advinda do próprio fim do regime militar e da ascensão das práticas políticas de caráter neoliberal, que promoveram a abertura econômica e advogavam a diminuição do intervencionismo estatal (obviamente após uma intensa centralização dos esforços do estado no período militar em constituir os macrossistemas técnicos necessários à reprodução capitalista). Um marco para o setor sucroenergético desse momento foi sem dúvidas o fim do IAA e do Proálcool no primeiro ano da década de 1990, que representou o fim do controle direto do Estado sobre as atividades e abriu espaço para uma organização a partir da ótica e interesses privados (SILVA, 2017, p.136).

Entretanto, a partir da década de 2000, Silva (2017) indica que temos um retorno da centralidade do Estado como impulsionador do agronegócio de uma maneira geral, reforçando o papel do Brasil como fornecedor de matéria-prima, dentro da Divisão Internacional do Trabalho. Dentro desse contexto, o setor sucroalcooleiro passou a se beneficiar das políticas do Estado, sobretudo através de operações de financiamento do BNDES, esse seria o quarto período delineado por esta autora.

Agentes nacionais e estrangeiros se beneficiaram dessa nova forma de intervenção do Estado, uma vez que a estruturação político-econômica no Brasil após a década de 1990 (com abertura dos mercados e inserção da mundialização financeira) permitiu a inserção cada vez maior de agentes estrangeiros nas atividades o que, como vimos, se intensificou após os anos 2000, decorrente da crise financeira acentuada (SILVA, 2017, p.137)

Além do papel do Estado como incentivador e financiador da produção canavieira, uma outra questão importante a ser ressaltada é que, por ser perecível, a cana-de-açúcar não permite a estocagem, o que acaba determinando que a área de produção seja relativamente próxima à unidade produtiva. Esse fator provoca um engessamento das áreas adjacentes às usinas em torno da atividade canavieira. Sobre essa questão, Silva (2017) acrescenta que

Isso torna o território enrijecido, uma vez que a instalação de uma usina aciona as regiões adjacentes para se ocupar do plantio de cana, o que atrai outros agentes para essa fração do território. Juntamente a essa situação, a necessidade de produção em grande escala para alcançar lucro significativo (tendência geral de todas as commodities devido ao baixo preço das mesmas no mercado de destino) acarreta esforços dos agentes de controlar as áreas próximas para garantir matéria-prima para as usinas, o que culmina na concentração fundiária e expulsão dos pequenos produtores (SILVA, 2017, p.137).

Em alguns casos, quando não há a possibilidade de expulsão dos pequenos produtores nos entornos das usinas, como no caso dos assentamentos rurais, passa a existir uma pressão territorial para que esses pequenos produtores se tornem fornecedores de cana-de-açúcar, tendo em vista que a atividade canavieira se torna predominante e atraente do ponto de vista econômico. Um exemplo dessa dinâmica é o avanço da produção de cana-de-açúcar dentro dos assentamentos da Zona da Mata Paraibana, que apresentaremos no capítulo seguinte.

Antes disso, fizemos uma análise dos dados disponíveis sobre a quantidade de cana-de-açúcar processada pelas usinas no Brasil, na Zona Canavieira Nordeste e, em especial, na Paraíba. A análise desses dados reforça a compreensão desse histórico da produção de canavieira no Brasil que apresentamos e abre perspectivas para reflexões que iremos realizar posteriormente.

4.2 A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL:

Iniciaremos essa seção trazendo alguns dados relacionados a produção canavieira existentes nos Censos Agropecuários do IBGE.¹⁸

O Censo Agropecuário foi realizado pela primeira vez em 1920, como parte integrante do Recenseamento Geral realizado pelo governo brasileiro. Na década de 1930, segundo dados disponíveis no site da instituição, ele não ocorreu por motivos de ordem política e institucional. A partir de 1940, o levantamento foi decenal até 1970 e passou a ser quinquenal posteriormente, realizando-se no início dos anos de final 1 e 6 e referido aos anos de final 0 e 5.

No Censo Agropecuário 1995-1996, as informações foram referidas ao ano-safra (agosto de 1995 a julho de 1996). No Censo Agropecuário 2006, a referência dos dados voltou a ser o ano civil. A edição de 2006 caracterizou-se tanto pela inovação tecnológica introduzida na etapa da operação de campo, com a substituição do questionário em papel pelo questionário eletrônico desenvolvido em computador de mão, o Personal Digital Assistant - PDA, quanto pelo refinamento metodológico, especialmente no que diz respeito à reformulação de seu conteúdo e à incorporação de novos conceitos. Nessa edição, também foi implementado o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - Cnefe, que reúne, além da descrição detalhada dos endereços dos domicílios e dos estabelecimentos agropecuários, as coordenadas geográficas de todos os domicílios e estabelecimentos (agropecuário, religioso, de ensino, de saúde e de outras finalidades) da área rural, o que traz subsídios ao planejamento de futuras pesquisas do IBGE. O Censo Agropecuário 2017 voltou a ter como referência o ano-safra (outubro de 2016 a setembro de 2017), porém, em período distinto daquele adotado no Censo Agropecuário 1995-1996. No levantamento de 2017, foram introduzidas novas tecnologias para o controle da coleta, tais como: lista prévia de endereços, utilização de imagens de satélite nos dispositivos móveis de coleta para melhor localização do recenseador em relação ao terreno, e uso de coordenadas do endereço e do local de abertura do questionário, as quais permitiram melhor cobertura e avaliação do trabalho. A pesquisa fornece informações sobre o total de estabelecimentos agropecuários; área total desses estabelecimentos; características do produtor; características do estabelecimento (uso de energia elétrica; práticas agrícolas; uso de adubação; uso de agrotóxicos; uso de agricultura

¹⁸ O Censo Agropecuário do IBGE investiga informações sobre os estabelecimentos agropecuários e as atividades agropecuárias neles desenvolvidas, abrangendo características do produtor e do estabelecimento, economia e emprego no meio rural, pecuária, lavoura e agroindústria. Tem como unidade de coleta toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, subordinada a uma única administração (produtor ou administrador), independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização, com o objetivo de produção para subsistência ou para venda. Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuaria.html?=&t=o-que-e>

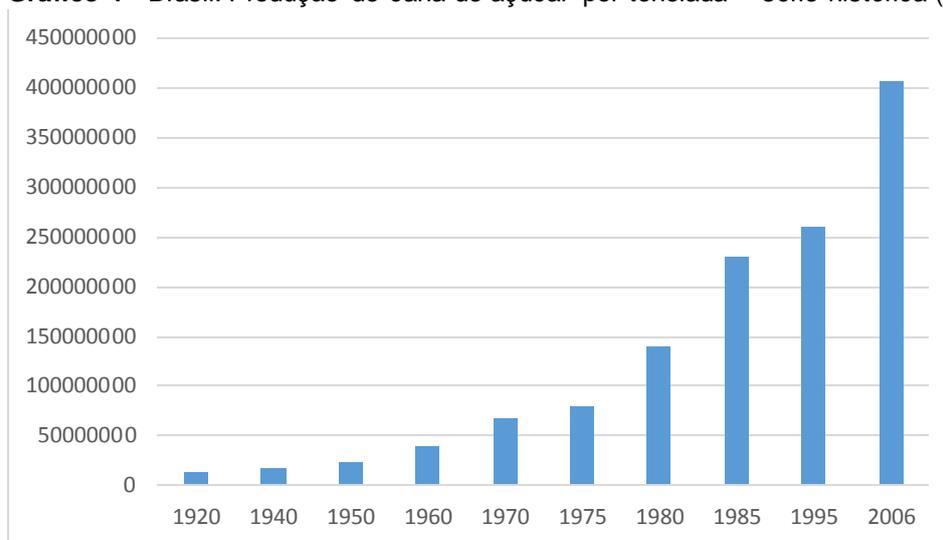
orgânica; utilização das terras; existência de recursos hídricos; existência de depósitos e silos; existência de tratores, máquinas e implementos agrícolas, veículos, entre outros aspectos); pessoal ocupado; movimentação financeira; pecuária (efetivos e produção animal); aquicultura e produção vegetal (silvicultura, extração vegetal, floricultura, horticultura, lavouras permanentes, lavouras temporárias e agroindústria rural). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 08 de agosto de 2019

Como vimos, a partir da década de 1970, a periodicidade da pesquisa passou a ser quinquenal, porém, os levantamentos de 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015 não foram levados a efeito devido a cortes orçamentários do governo. Segundo o IBGE:

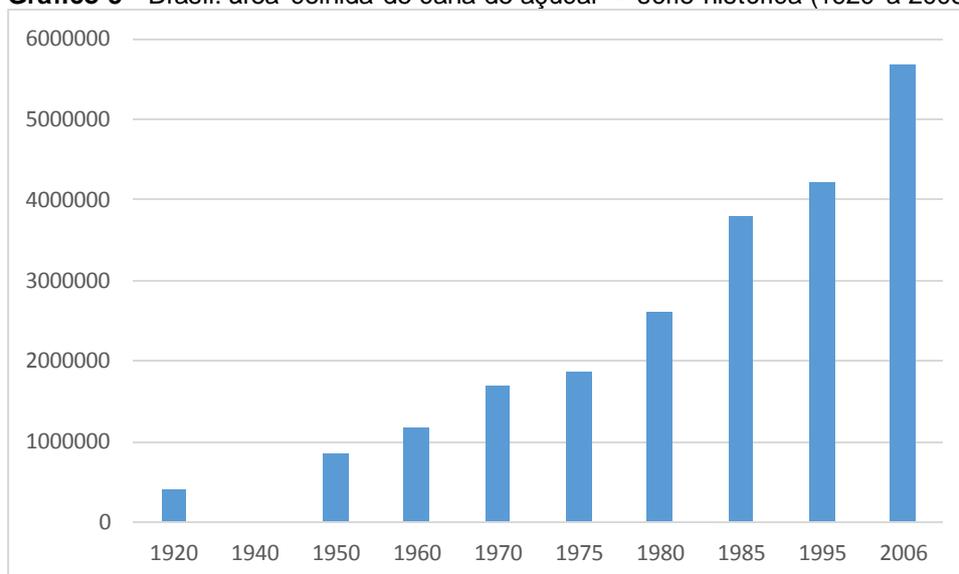
O Censo Agropecuário 1990 não ocorreu; o levantamento de 1995 foi realizado em 1996 junto com a Contagem da População; o de 2000 não foi realizado; o de 2005 foi a campo em 2007 junto, mais uma vez, com a Contagem da População; o de 2010 não foi realizado; e o de 2015 foi a campo em 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/20700-1995-1996-censoagro1995.html> Acesso em: 08 de agosto de 2019.

Apesar de sua abrangência geográfica ser nacional, com resultados divulgados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios. Os resultados do Censo Agropecuário 2006, que têm o ano civil como período de referência, não são estritamente comparáveis aos do Censo Agropecuário 1995-1996 e aos do Censo Agropecuário 2017, cujo período de referência, em ambos os casos, é o ano-safra. Essas mudanças nas metodologias utilizadas nas pesquisas podem trazer alguns problemas na hora da comparação.

Ao analisarmos os dados disponíveis sobre a produção de cana-de-açúcar no Brasil trazidos nos Censos Agropecuários do IBGE, desde 1920, é possível observar que, tanto do ponto de vista da área colhida, quanto da quantidade de cana-de-açúcar produzida, o agronegócio canavieiro brasileiro vem apresentando um crescimento gradativo ao longo dos anos. Os Gráficos abaixo trazem a representação desses dados.

Gráfico 4 - Brasil: Produção de cana-de-açúcar por tonelada – série histórica (1920-2006)

Fonte: Censos Agropecuários (2014)

Gráfico 5 - Brasil: área colhida de cana-de-açúcar – série histórica (1920 a 2006)

Fonte: Censos Agropecuários (2014)

Porém, esses dados encobrem as diferenças regionais de produtividade e, por serem decenais e quinquenais, acabam por homogeneizar alguns momentos de oscilação da produção da agroindústria canavieira.

Nesse sentido, recorreremos também aos dados anuais disponibilizados pela UNICA desde a safra de 1980/1981 até a safra de 2018/2019, na intenção de realizarmos uma análise mais detalhada de como vem evoluindo o setor agroindustrial no Brasil, por região, com olhar direcionado para Região Norte-Nordeste. Os dados da UNICA são organizados de acordo com informações disponibilizadas por várias

organizações ligadas à produção de cana-de-açúcar, dentre elas: UNICA, ALCOPAR, BIOSUL, SIAMIG, SINDALCOOL, SIFAEG, SINDAAF, SUDES e MAPA¹⁹.

No próximo item, analisaremos esses dados disponibilizados pela UNICA. Nosso intuito com isso é entender a evolução da produção canavieira do ponto vista regional e os possíveis rebatimentos das oscilações da produtividade agroindustrial em nossa área de pesquisa.

4.2.1 Cana-de-açúcar processada no Brasil entre 1980/1981 e 2018/2019

A partir de agora, apresentaremos o levantamento de parte de dados estatísticos pesquisados. O objetivo desse levantamento foi observar como evoluiu a produção de cana-de-açúcar no Brasil, na Região Norte-Nordeste e na Região Centro-Sul, ao longo desses anos, buscando refletir sobre os possíveis desdobramentos dessa dinâmica na produção da Zona da Mata paraibana e na produção de cana-de-açúcar nos assentamentos dessa Mesorregião. Como dissemos, nos apoiamos nos dados anuais disponibilizados pela UNICA desde a safra de 1980/1981 até a safra de 2018/2019, na intenção de realizarmos uma análise mais detalhada de como vem evoluindo o setor agroindustrial no Brasil.

O caminho que escolhemos para a apresentação dos dados relacionados à quantidade de cana-de-açúcar processada no Brasil consistiu no agrupamento dos dados das safras por década, no intuito de facilitar a análise. Os dados absolutos foram agrupados em quatro tabelas de 1980 a 1990; de 1990 a 2000; de 2000 a 2010; e de 2010 a 2019, para facilitar a leitura. Em seguida, essas tabelas foram organizadas em gráficos e mapas visando favorecer a visualização e interpretação desses dados. Essa coletânea também objetiva subsidiar pesquisas futuras sobre essa temática.

Tabela 1 - Cana-de-açúcar processada no Brasil por região produtora segundo ano safra - 1980/1990

	Região Centro-Sul	Região Norte-Nordeste	Brasil
1980/1981	83432,11	40248,49	123680,6
1981/1982	58387,44	32693,93	91081,36
1982/1983	65320,07	36661	101981,1
1983/1984	66663,95	38485,1	105149,1
1984/1985	145779,6	57088,14	202867,8
1985/1986	163374	59804,19	223178,2

1986/1987	156608,4	71237,7	227846,1
1987/1988	169794,7	54702,87	224497,6
1988/1989	166487	53617,4	220104,4
1989/1990	162436,3	60466,02	222902,3

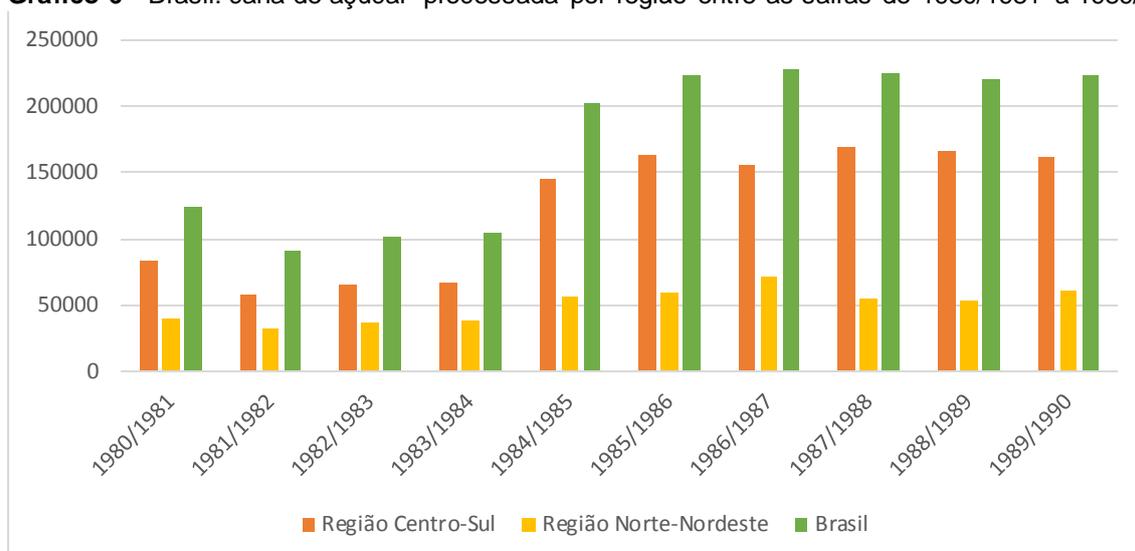
Fonte: UNICA (2019)

De acordo com dados levantados, no Brasil, na década de 1980, a quantidade de cana-de-açúcar processada – apesar da queda registrada entre as safras de 1980/1981 e 1983/1984, atingindo o menor patamar da década na safra de 1981/1982, equivalente a 91.081 toneladas – entre as safras de 1983/1984 e 1985/1986, quase dobrou de quantidade, passando de 105.149 toneladas, para 202.867 toneladas.

Na safra seguinte, em 1986/1987, a quantidade de cana-de-açúcar processada foi a maior da década, correspondendo a 227.846 toneladas. Nas três últimas safras desta década, a quantidade total de cana-de-açúcar processada no Brasil sofreu um discreto decréscimo (Gráfico 6).

Na região Norte-Nordeste, a quantidade de cana-de-açúcar processada na década de 1980/1990 seguiu a mesma tendência nacional, tendo seu mínimo na safra de 1981/1982, o equivalente a 32.693 toneladas de cana-de-açúcar processada, retomando o crescimento da produção a partir da safra seguinte, e chegando a seu ápice na safra de 1986/1987, o equivalente a 71.237 toneladas de cana-de-açúcar processada. A partir da safra de 1987/1988, também houve uma leve queda na quantidade de cana-de-açúcar processada no Nordeste.

Já com relação à quantidade de cana-de-açúcar processada na região Centro-Sul, é possível constatar que, desde o início da década de 1980, a quantidade de cana-de-açúcar processada, que era de 83.432 toneladas, já representava mais que o dobro da quantidade de cana-de-açúcar processada na região Norte-Nordeste, na mesma safra, 40.248 toneladas. Mesmo assim, a quantidade de cana-de-açúcar processada na região Centro-Sul, também apresentou uma queda na quantidade processada nas primeiras safras da década de 1980 a 1990, chegando ao mínimo de 58.387 toneladas processadas na safra de 1981/1982. Só a partir da safra de 1982/1983, a atividade voltou a crescer, tendo um salto de mais que o dobro entre as safras de 1983/1984 e 1984/1985, passando de 66.663 toneladas processadas, para 145.779 toneladas. Na safra de 1987/1988, a produção atingiu o patamar máximo nesta década, cerca de 169.794 toneladas de cana-de-açúcar processada.

Gráfico 6 - Brasil: cana-de-açúcar processada por região entre as safras de 1980/1981 a 1989/1990

Fonte: UNICA (2019)

Dando sequência, vamos observar a Tabela 2 com a quantidade de cana-de-açúcar processada no Brasil e por região produtora, anualmente, na década de 1990 a 2000.

Tabela 2 - Cana-de-açúcar processada no Brasil por região produtora segundo ano safra - 1990/2000

	Região Centro-Sul	Região Norte-Nordeste	Brasil
1990/1991	170194,7	52234,5	222429,2
1991/1992	179030,9	50191,33	229222,2
1992/1993	176295,4	47164,43	223459,9
1993/1994	173264,4	33271,08	206535,5
1994/1995	196037,3	44810,72	240848
1995/1996	204383,2	44547,04	248930,2
1996/1997	231558,2	57236,45	288794,6
1997/1998	248730	53883,2	302613,2
1998/1999	269748,8	46729,82	316478,7
1999/2000	263893,9	43118,82	307012,7

Fonte: ÚNICA (2019)

Observando os dados, percebemos que a quantidade de cana-de-açúcar processada no Brasil, que havia fechado em aproximadamente 222.902 toneladas, na safra de 1989/1990, iniciou em queda, chegando ao mínimo de 206.535 toneladas de cana-de-açúcar processada na safra de 1993/1994, no auge da crise gerada pelo fim do Proálcool. Tendo retomado um crescimento discreto nas safras seguintes, atingindo, na safra de 1998/1999, o máximo de produtividade até então, o equivalente a 316.478 toneladas de cana-de-açúcar processada.

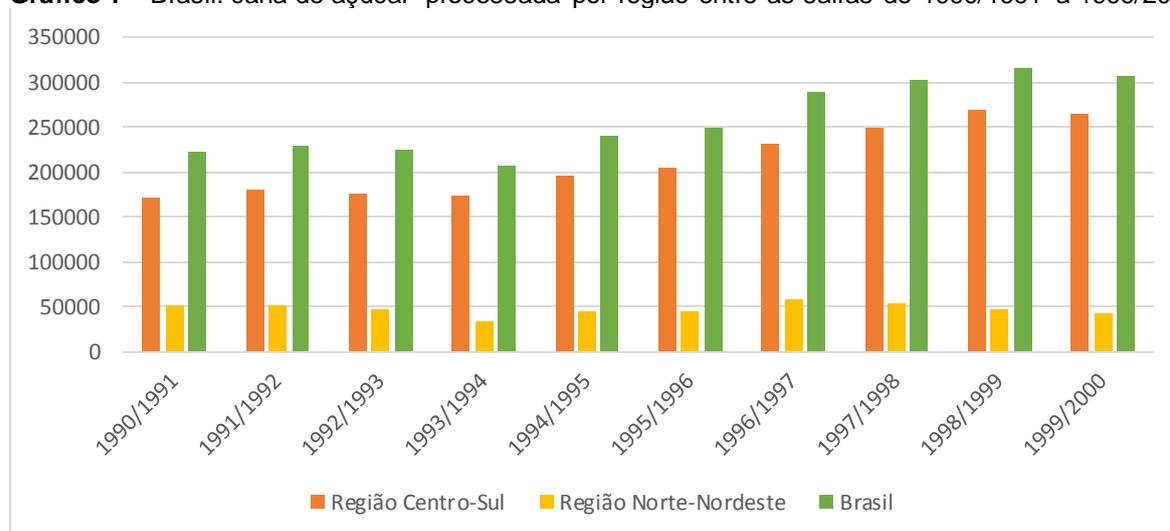
A região Norte-Nordeste, que fechou a safra de 1989/1990 com aproximadamente 60.466 toneladas de cana-de-açúcar processada, na década seguinte, apresentou uma queda gradativa nas primeiras safras, chegando ao mínimo de 33.271 toneladas de cana-de-açúcar processada na safra de 1993/1994, o que representou uma redução de 45% no período. Nas safras seguintes, houve uma leve recuperação da produtividade. A quantidade máxima de cana-de-açúcar processada nessa década, na região Norte-Nordeste, foi de 57.236 toneladas, na safra de 1996/1997.

Importante destacar ainda que, nos anos seguintes, a quantidade de cana-de-açúcar processada seguiu caindo, fechando a safra de 1999/2000 com 43.118 toneladas processadas, em torno de 17.348 toneladas a menos que na safra de 1989/1990. Seguindo na contramão do gradativo aumento que vinha tendo a produtividade nacional.

Em compensação, a região Centro-Sul, que fechou a safra de 1989/1990, processando 162.436 toneladas de cana-de-açúcar, iniciou a década seguinte já com um pequeno aumento, processando 170.194 toneladas na safra de 1990/1991 e seguiu com produção crescente, apesar de declínios pontuais nas safras de 1994/1995 e 1996/1997.

Nesta década, a região Centro-Sul, chegou ao máximo de 269.748 toneladas na safra de 1998/1999 e fechou o período com uma leve redução para 263.893 toneladas de cana-de-açúcar processada na safra de 1999/2000.

Gráfico 7 - Brasil: cana-de-açúcar processada por região entre as safras de 1990/1991 a 1999/2000



Fonte: UNICA (2019)

Na década de 2000/2010, o Brasil atinge um patamar de processamento de cana-de-açúcar nunca atingido anteriormente. Observe a Tabela 3.

Tabela 3 - Cana-de-açúcar processada no Brasil por região produtora segundo ano safra - 2000/2010

	Região Centro-Sul	Região Norte-Nordeste	Brasil
2000/2001	207099,1	49718,47	256817,5
2001/2002	244218,1	48823,91	293042
2002/2003	270406,7	50243,38	320650,1
2003/2004	298772,1	59990,03	358762,2
2004/2005	327806,4	57392,76	385199,1
2005/2006	336783,3	48345,36	385128,6
2006/2007	372753,6	54904,02	427657,6
2007/2008	431113,6	64609,68	495723,3
2008/2009	505115,9	64099,74	569215,6
2009/2010	541961,8	60231,41	602193,2

Fonte: UNICA (2019)

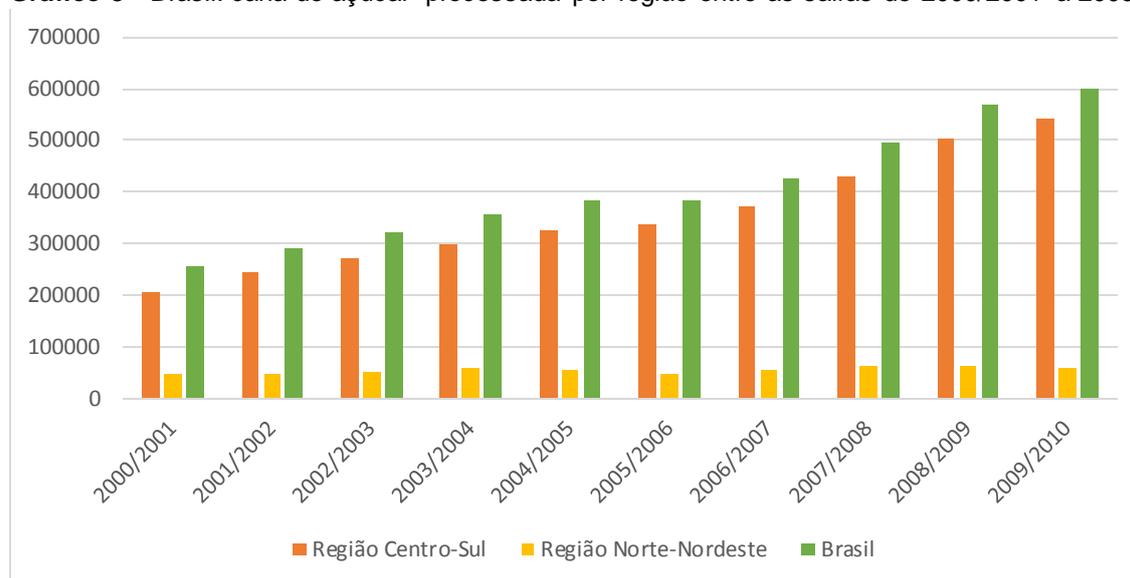
A quantidade de cana-de-açúcar processada no país, que havia fechado a safra de 1999/2000 com aproximadamente 307.012 toneladas processadas, cai para 256.817 toneladas no início da década seguinte. Mas, segue retomando o crescimento até atingir um montante de 385.199 toneladas de cana-de-açúcar processada na safra de 2004/2005. Apesar de uma pequena queda na safra de 2005/2006, a produção continuou crescente, atingindo um patamar máximo de 602.193 toneladas processadas na safra de 2009/2010.

A região Norte-Nordeste, que havia fechado a safra de 1999/2000 com 43.118 toneladas de cana-de-açúcar processada, inicia a década seguinte com um pequeno acréscimo, tendo processado 49.718 toneladas na safra de 2000/2001. Nas safras seguintes, o total de cana-de-açúcar processada na região sofreu uma leve alteração, chegando a um mínimo de 48.345 toneladas processadas na safra de 2005/2006 e um máximo de aproximadamente 64.609 toneladas na safra de 2007/2008, fechando essa década com 60.231 toneladas de cana-de-açúcar processada, na safra de 2009/2010.

Já a região Centro-Sul, que fechou a safra de 1999/2000 tendo processado aproximadamente 263.893 toneladas de cana-de-açúcar, apesar de iniciar a década seguinte apresentando um declínio para 56.794 toneladas processadas na safra de 2000/2001, nas safras seguintes, acompanhou a tendência nacional de crescimento

gradativo da quantidade de cana-de-açúcar processada, batendo ao recorde de 541.961 toneladas de cana-de-açúcar processada na safra de 2009/2010.

Gráfico 8 - Brasil: cana-de-açúcar processada por região entre as safras de 2000/2001 a 2009/2010



Fonte: UNICA

Para finalizar essa etapa do trabalho, trazemos abaixo os dados relacionados à quantidade de cana-de-açúcar processada nos últimos nove anos, entre as safras de 2010/2011 e 2018/2019. Observe a Tabela 4.

Tabela 4 - Cana-de-açúcar processada no Brasil por região produtora segundo ano safra - 2010/2019

	Região Centro-Sul	Região Norte-Nordeste	Brasil
2010/2011	556944,9	63463,78	620408,7
2011/2012	493159,2	66056,13	559215,4
2012/2013	532758,3	55719,56	588477,8
2013/2014	597061,2	54233,2	651294,4
2014/2015	573145	60782,44	633927,4
2015/2016	617709,4	49114,86	666824,2
2016/2017	607136,7	44703,99	651840,7
2017/2018	596259,8	44806,16	641065,9

Fonte: UNICA

Como podemos ver, o Brasil, que havia atingindo um patamar máximo de 602.193 toneladas processadas na safra de 2009/2010, inicia a década seguinte em alta. Na safra de 2010/2011, foram processadas 620.408 toneladas. Na safra de 2011/2012, ocorre uma

pequena queda na produtividade, chegando a 559.215 toneladas de cana-de-açúcar processada, representando a menor produtividade desse período.

A quantidade de cana-de-açúcar processada seguiu em alta, tendo atingido o máximo de produtividade na safra de 2015/2016, quando foram processadas aproximadamente 666.824 toneladas de cana-de-açúcar.

Apesar da leve queda nas duas últimas safras, a quantidade de cana-de-açúcar processada na safra de 2017/2018 ainda foi cerca de 38.872 toneladas maior que a primeira safra desta década. Demonstrando que a atividade segue a todo vapor, mantendo a média dos índices de produtividade do período do Proálcool.

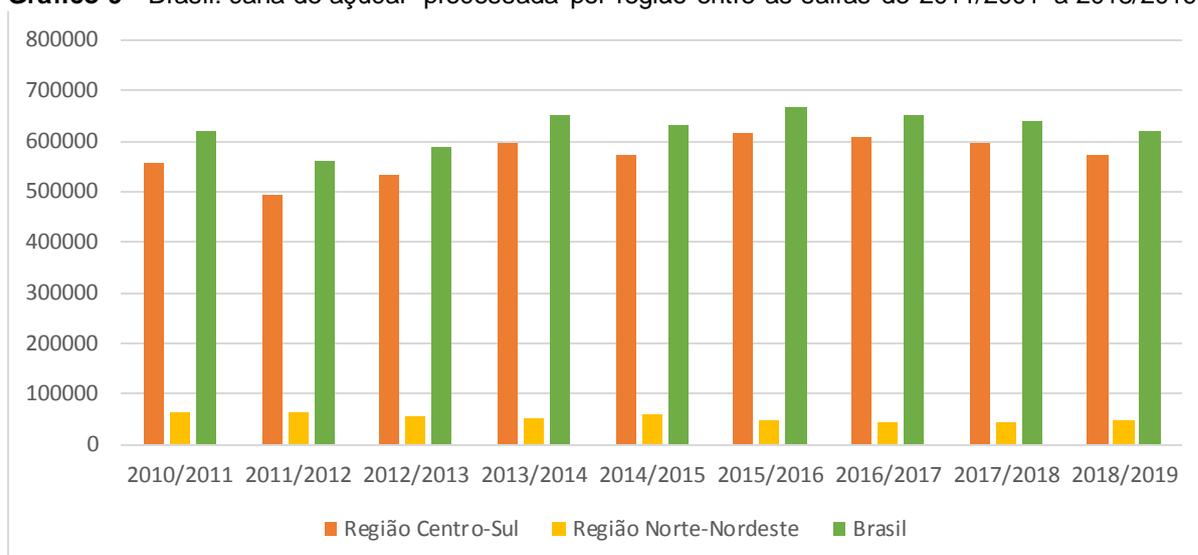
Já a região Norte-Nordeste, que vinha apresentando uma pequena recuperação no setor, tendo fechado a década de 2000-2010, com 60.231 toneladas de cana-de-açúcar processada, na safra de 2009/2010, continuou apresentando crescimento, chegando ao ápice na safra de 2011/2012, na qual processou um montante de 66.056 toneladas de cana-de-açúcar.

Nas safras seguintes, a Região Norte-Nordeste apresentou suaves oscilações na quantidade total de cana-de-açúcar processada. Todavia, nas duas últimas safras analisadas nota-se uma leve crise no setor industrial canavieiro regional.

A região Centro-Sul, por sua vez, mantém uma evolução da produtividade nessas últimas nove safras, semelhante ao que acontece com o Brasil. Indicando sua importância na composição do valor total de cana-de-açúcar processada no país. Seguindo a tendência nacional nessas últimas safras, a região vem apresentando os maiores índices de produtividade da sua história, tendo demonstrado queda apenas na safra de 2011/2012, na qual foram processadas 493.159 toneladas de cana-de-açúcar.

A produção dessa Região no período apresentou um aquecimento tão significativo que, nas safras de 2015/2016 e 2016/2017, ultrapassaram a casa das 600.000 toneladas processadas. Especificamente na safra de 2015/2016, foram processadas 617.709 toneladas de cana-de-açúcar, batendo todos os recordes de produtividade, representando, aproximadamente, 93% do total da produção nacional.

No Gráfico 9, é possível visualizar melhor o que estamos dizendo.

Gráfico 9 - Brasil: cana-de-açúcar processada por região entre as safras de 2011/2001 a 2018/2019

Fonte: UNICA (2019)

Foi possível constatar que a produtividade da agroindústria canavieira brasileira, apesar de ter apresentado alguns momentos pontuais de crise, desde a década de 1980 até a safra mais recente vem, no geral, apresentando um aumento progressivo. A partir da safra de 2009/2010, o setor já ultrapassava as 600.000 toneladas processadas, nessa safra, especificamente, foram processadas 602.193 toneladas. Desde então, somente na safra de 2011/2012, se produziu menos que esse valor, mesmo assim, nessa safra chegou a 559.215 toneladas de cana-de-açúcar processada.

Na safra de 2015/2016, o Brasil atingiu o maior patamar de produtividade da história, totalizando 666.824 toneladas de cana-de-açúcar processada. Nem durante o Proálcool se processou tanta cana-de-açúcar. Apesar da leve queda registrada nas duas últimas safras, o mercado canavieiro nacional vem mantendo o aquecimento no setor.

O que pudemos constatar no tocante à quantidade de cana-de-açúcar processada na região Norte-Nordeste entre os anos de 1980 e 2018 foi que, de fato, houve um aumento na quantidade de cana-de-açúcar processada durante a segunda metade da década de 1980, sob os estímulos do Proálcool, tendo chegado ao auge da produtividade dessa região na safra de 1986/1987, na qual chegou a processar 71.237 toneladas de cana-de-açúcar. Mas, logo em seguida, em meados da década de 1990, os reflexos da crise do Proálcool já se materializam no espaço agrário regional, tendo como consequência a diminuição da produção agroindustrial. O período entre os anos de 1990 e 2000 foi o que apresentou os menores índices de

produtividade dentre as quatro décadas analisadas. Justamente na década onde os subsídios e incentivos fiscais e creditícios estatais estagnaram. A safra de 1993/1994, na qual foram processadas apenas 33.271 toneladas de cana-de-açúcar, representou o auge da crise.

Desde a safra de 1981/1982, na qual foram processadas, aproximadamente, 32.693 toneladas de cana-de-açúcar, por conta de uma longa seca²⁰ que atingiu a região, que a região Norte-Nordeste não apresentava um índice de produtividade tão baixo.

Agora, reflitam conosco, se os anos de escassez hídrica provocam impactos significativos na produtividade da agroindústria canavieira do Norte-Nordeste, que tem toda a infraestrutura de produção e irrigação, imaginem na vida dos camponeses da região.

Outro fato a se considerar é que, mesmo nos momentos em que houve diminuição na produtividade na região Norte-Nordeste, essa queda na produção, apesar de influenciar a produtividade nacional, não chegou a impactar no crescimento progressivo do total de cana-de-açúcar processada no país neste período. Indicando a baixa expressividade da produção canavieira da região Norte-Nordeste no total de cana-de-açúcar processada no Brasil.

Depois de uma longa temporada de intervenção direta nas atividades sucroenergéticas (1930-1990) e um curto período de ausência (anos 1990), o Estado retorna após os anos 2000 como um mediador entre as atividades sucroenergéticas e os usos do território, e fornece as condições técnicas e normativas necessárias à fluidez da produção. (SILVA, 2017, p. 21)

A região Centro-Sul, por sua vez, apresentou uma evolução da produtividade semelhante à do Brasil, confirmando sua importância no total de cana-de-açúcar processada no país. Do mesmo modo que a tendência nacional, a região Centro-Sul, nas nove últimas safras, vem apresentando os maiores índices de produtividade da sua história.

²⁰ Essa foi uma das secas mais prolongadas da história do Nordeste: durou 7 anos. O auge do problema foi em 1981. A estiagem deixou um rastro de miséria e fome: lavouras perdidas, animais mortos, saques à feiras e armazéns por uma população faminta e desesperada. Atingiu toda a região, deixando um rastro de miséria e fome em todos os Estados. No período, não se colheu lavoura nenhuma numa área de quase 1,5 milhões de km². No período, 3,5 milhões de pessoas morreram, a maioria crianças sofrendo de desnutrição. Pesquisa da Unesco apontou que 62% das crianças nordestinas, de 0 a 5 anos, na zona rural, viviam em estado de desnutrição aguda. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/historico-de-secas-no-nordeste-do-brasil/> Acesso em agosto de 2019.

Avaliando todas as quatro décadas, identificamos um aumento progressivo até a safra de 1998/1999, na qual foram processadas 269.748 toneladas e, em seguida, uma leve queda, até a safra de 2001/2002, na qual foram processadas 207.099 toneladas.

Daí em diante, a partir das safras de 2002/2003, na qual processou 298.772 toneladas, a quantidade de cana-de-açúcar processada na região Centro-Sul só cresceu, até a safra de 2010/2011, em que foram processadas 556.944 toneladas. Apenas na safra de 2011/2012 e 2014/2015, apresentou quedas pontuais de produtividade, devido às secas.

A região Centro-Sul veio, ao longo dos anos, se configurando como o carro chefe da produção canavieira nacional, tendo, na safra de 2015/2016, atingindo recorde de produção, totalizando 617.709 toneladas de cana-de-açúcar processada, 93% do total da produção nacional. E, apesar de ter apresentado uma leve queda na quantidade de cana-de-açúcar produzida nas duas últimas safras, a média dos patamares que vêm sendo mantidos são as maiores da história da produção de cana-de-açúcar nessa Região.

Daí em diante, o montante de cana-de-açúcar processado na Região Centro-Sul só cresceu, tendo a produção de cana-de-açúcar se expandido para novas fronteiras agrícolas, sobretudo no domínio do Cerrado brasileiro²¹. A seguir, trazemos Mapas com dados relacionados a área plantada, produção em toneladas e média de toneladas produzidas por área colhida no Brasil. Além disso, nos anexos desse trabalho, existe um atlas representando os dados coletados e disponibilizados pelos Censos Agropecuários e na PAM do IBGE e da UNICA, para quem tiver interesse de observar as diferenças. Porém, de uma maneira geral, esses mapas demonstram uma tendência parecida, por isso, no corpo do texto, decidimos apresentar apenas uma das representações, especificamente, a elaborada com os dados dos Censos Agropecuários do IBGE. Abaixo, apresentamos as principais impressões observadas.

Os primeiros três primeiros Mapas, que estão representados acima, na próxima página, foram elaborados a partir do cruzamento dos dados sobre a área colhida de cana-de-açúcar por hectare e da média da produção por tonelada, nos anos de 1995, 2006 e 2017, respectivamente. Neles, o tamanho da bolinha vermelha indica a

proporção da produção de cana-de-açúcar por tonelada e a intensidade área colhida está representada por um *dégradé* de bege a marrom.

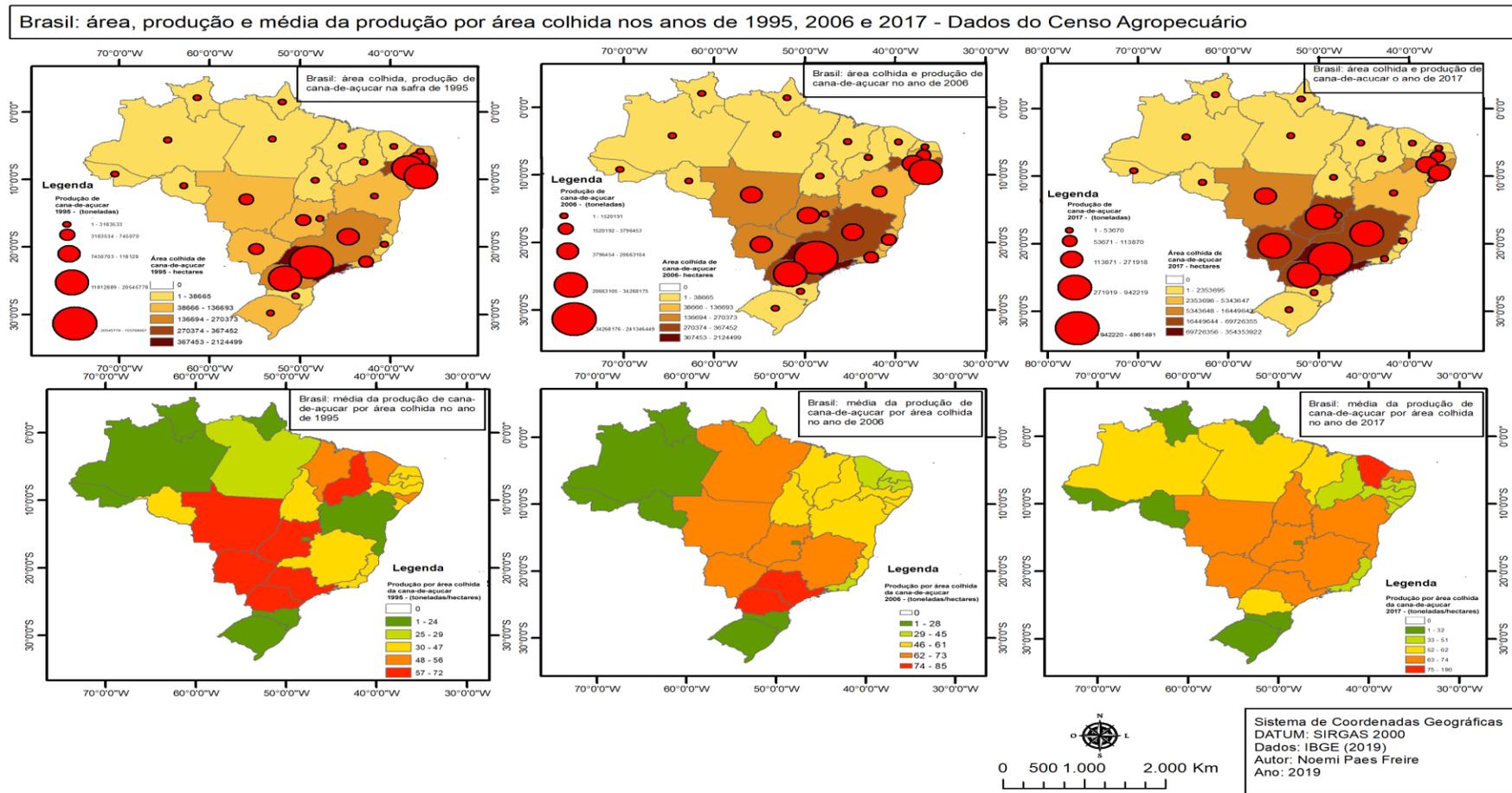
Ao analisar os três primeiros Mapas, foi possível ver claramente a espacialização da expansão da produtividade na Região Centro-Sul, principalmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul. Voltando a olhar para a região Nordeste, é possível confirmar uma certa continuidade na produção, porém, sem crescimentos, pelo contrário, revelando uma leve queda na concentração da produtividade na safra de 2017.

Já os três Mapas abaixo foram elaborados a partir da espacialização dos dados da média de produção por área colhida, em toneladas por hectare, representada por um *dégradé* crescente que varia de verde a vermelho.

Esses outros Mapas nos revelam que a cana-de-açúcar também está se expandindo em direção ao Norte, ampliando sua área plantada sobretudo em direção aos estados do Mato Grosso, Tocantins e Bahia.

Agora, observe os Mapas e perceba essas informações:

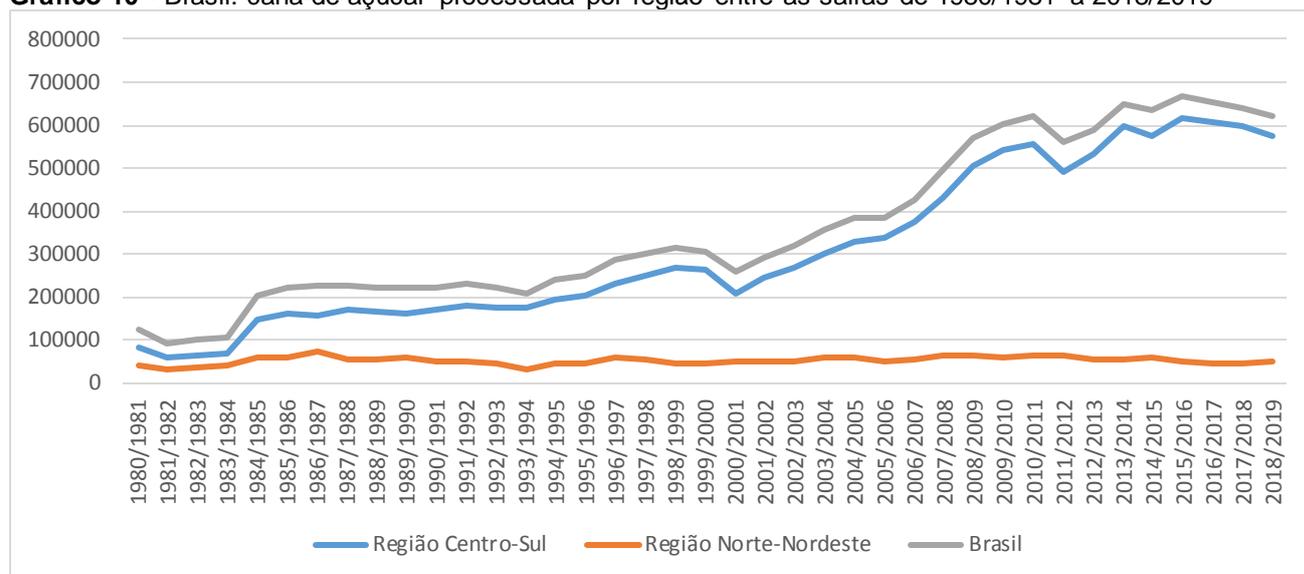
Mapa 1: Brasil: área, produção e média da produção por área colhida nos anos de 1995, 2006 e 2017.



Fonte: A Autora (2019)

Também organizamos as informações coletadas sobre a quantidade de cana-de-açúcar processada no Brasil e por Região produtora desde a safra de 1980/1981 até a safra de 2018/2019 no Gráfico 10, que nos traz menos detalhes, mas possibilita a visualização da linha de evolução da produtividade. Nele, fica mais fácil perceber algumas constatações que já vínhamos destacando.

Gráfico 10 - Brasil: cana-de-açúcar processada por região entre as safras de 1980/1981 a 2018/2019



Fonte: UNICA (2019)

Como é possível observar, desde a safra de 1980/1981, a região Centro-Sul já apresentava praticamente o dobro da produção da região Norte-Nordeste, representando a maior parte da produção nacional, havendo entre essas duas variáveis uma diferença quase que constante, que representa exatamente a produção da Região Nordeste.

Se expandir a produção de cana-de-açúcar vem significando crescimento econômico na região Centro-Sul do Brasil, dentro da lógica do agronegócio brasileiro sabemos que paralelamente a isso também cresce o combo monocultura, uso de agrotóxicos e exploração do trabalho.

Sendo assim, o fato de a produção de cana-de-açúcar no Norte-Nordeste ser considerada, de uma maneira geral, constante (Gráfico 10), apresentando algumas oscilações, mas não ultrapassando os valores produzidos no Proálcool, ou seja, longe de apresentar a expansão de produção que a região Centro-Sul teve nos últimos anos, isso, em partes, também significa uma vitória para a natureza, para o trabalho e para a diversificação da produção local regional.

Quando cruzamos essa realidade com a realidade da região Canavieira Nordestina e lembramos que, ao mesmo tempo em que ocorreram as crises da agroindústria canavieira houve também um processo de resistência e luta pela terra encampado pelos trabalhadores rurais, junto aos Movimentos Sociais e a Igreja, que resultou na desapropriação de milhares de hectares de terra, destinados às famílias camponesas, conseguimos confirmar essa vitória, que, numa escala local, foi extremamente significativa e é facilmente percebida na paisagem.

No próximo item, iremos nos aprofundar nos dados sobre a produção de cana-de-açúcar no Nordeste, destacando a presença da Zona Canavieira²², ou Zona da Cana Nordestina²³ na qual a Paraíba está inserida.

4.3 PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NA ZONA CANAVIEIRA DO NORDESTE:

A partir de agora, iremos apresentar a análise dos dados e gráficos relacionados à quantidade de cana-de-açúcar processada somente nos estados da região Nordeste, com destaque para os estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, que compõem a Zona canavieira nordestina.

Os dados indicam que há produção de cana-de-açúcar em todos os Estados da região Nordeste, mas, a produção da agroindústria canavieira de Alagoas, Pernambuco e Paraíba são as que mais se destacam.

A produção de cana-de-açúcar nesses estados ocupa, historicamente, a região da Zona da Mata, em especial as áreas de várzea dos tabuleiros costeiros. Essa porção do espaço na qual um dia já predominou a Mata Atlântica, desde o início da ocupação, foi transformada de acordo com a necessidade da produção de cana-de-açúcar e com os interesses dos seus maiores produtores, donos de usinas e engenhos, representados pelas famílias oligárquicas que até hoje exercem o poder nas cidades canavieiras.

Na Tabela 5 abaixo, apresentaremos os dados absolutos referentes à quantidade de cana-de-açúcar processada na região Nordeste, por estado produtor,

²² MOREIRA, 1997.

²³ LIMA, 2009.

segundo a safra, desde a safra de 1980/1981 até a safra de 2018/2019. Foram esses os dados que

subsidiaram as análises que faremos nesse item. Porém, fizemos questão de demonstrar esses dados absolutos, tendo em vista a possibilidade de serem utilizados para auxiliar pesquisas futuras.

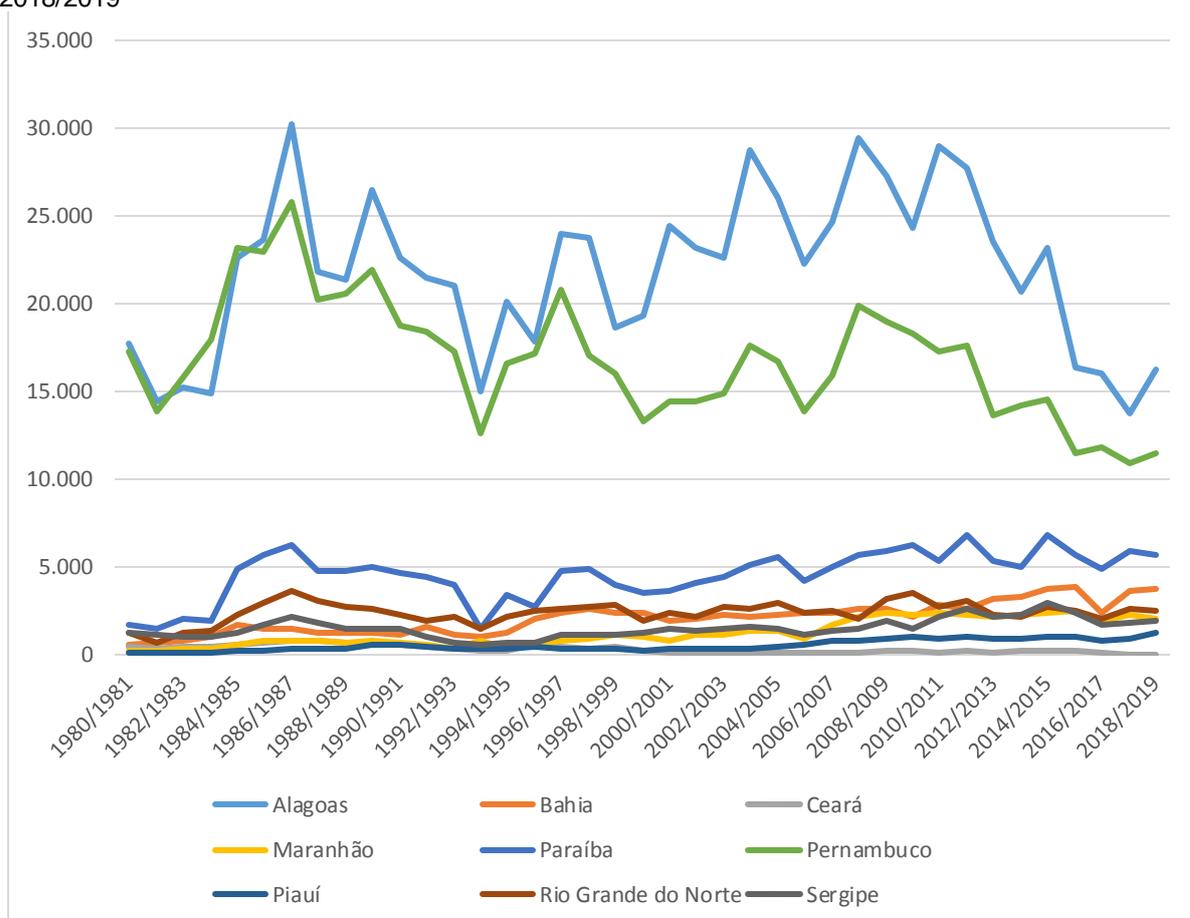
Tabela 5 - Cana-de-açúcar processada no Nordeste por estado produtor segundo ano safra - 1980/2019

Estado/Safra	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Paraíba	Pernambuco	Piauí	Rio Grande do Norte	Sergipe
1980/1981	17.668	559	425	189	1.682	17.197	40	1.199	1.153
1981/1982	14.408	572	326	184	1.436	13.831	23	685	1.125
1982/1983	15.199	699	446	235	1.947	15.801	24	1.240	939
1983/1984	14.903	918	428	241	1.874	17.894	16	1.280	932
1984/1985	22.645	1.691	548	532	4.784	23.144	152	2.209	1.222
1985/1986	23.641	1.425	625	732	5.601	22.887	189	2.949	1.666
1986/1987	30.263	1.435	714	780	6.172	25.794	264	3.578	2.131
1987/1988	21.799	1.186	795	727	4.777	20.185	241	2.998	1.731
1988/1989	21.317	1.224	655	624	4.677	20.499	287	2.650	1.414
1989/1990	26.411	1.212	579	733	4.983	21.886	459	2.530	1.415
1990/1991	22.617	1.053	506	595	4.570	18.679	464	2.169	1.395
1991/1992	21.483	1.487	420	540	4.416	18.328	384	1.908	948
1992/1993	21.048	1.073	286	299	3.891	17.279	306	2.100	671
1993/1994	15.000	1.019	132	732	1.438	12.555	250	1.414	477
1994/1995	20.067	1.168	160	260	3.316	16.571	328	2.064	620
1995/1996	17.771	2.041	467	568	2.673	17.122	414	2.414	617
1996/1997	23.923	2.378	405	725	4.743	20.771	319	2.558	1.044
1997/1998	23.698	2.581	326	899	4.873	16.971	337	2.645	1.121
1998/1999	18.561	2.347	368	1.118	3.888	15.961	313	2.808	1.038
1999/2000	19.315	2.282	131	938	3.418	13.239	218	1.893	1.163
2000/2001	24.394	1.921	66	799	3.594	14.367	248	2.388	1.414
2001/2002	23.125	2.048	74	1.094	4.001	14.343	274	2.065	1.317
2002/2003	22.645	2.214	89	1.105	4.336	14.891	284	2.682	1.430
2003/2004	28.758	2.137	64	1.304	5.017	17.538	323	2.614	1.565
2004/2005	26.030	2.268	79	1.275	5.474	16.685	349	2.918	1.465
2005/2006	22.254	2.391	41	844	4.209	13.798	492	2.356	1.109
2006/2007	24.643	2.279	27	1.660	4.909	15.832	706	2.397	1.349

2007/2008	29.444	2.523	8	2.135	5.653	19.844	689	2.048	1.372
2008/2009	27.309	2.542	122	2.280	5.886	18.950	900	3.187	1.832
2009/2010	24.270	2.095	154	2.209	6.242	18.259	1.014	3.516	1.481
2010/2011	28.958	2.792	36	2.327	5.246	17.196	837	2.733	2.059
2011/2012	27.705	2.557	120	2.266	6.723	17.642	992	2.973	2.548
2012/2013	23.460	3.084	57	2.072	5.293	13.574	828	2.248	2.148
2013/2014	20.671	3.206	129	2.206	4.981	14.119	851	2.158	2.213
2014/2015	23.115	3.730	130	2.348	6.723	14.492	949	2.726	2.850
2015/2016	16381	3816	208	2455	5585	11394	967	2467	2295
2016/2017	16030	2366	73	1842	4856	11825	760	1974	1706
2017/2018	13733	3539	0	2220	5899	10862	850	2516	1718
2018/2019	16201	3742	0	1964	5589	11425	1167	2429	1896

Fonte: UNICA (2019)

Gráfico 11 - Nordeste: toneladas de cana-de-açúcar processada por Estado de 1980/1981 a 2018/2019



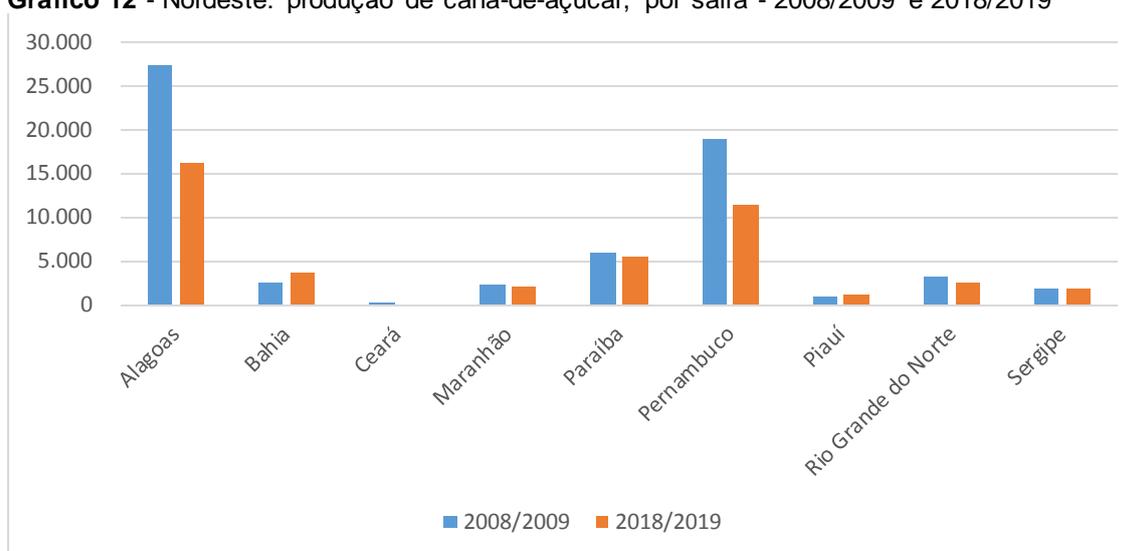
Fonte: ÚNICA (2019)

No gráfico, vemos claramente como a produção de cana-de-açúcar alagoana e pernambucana se sobressaem dentre as demais. A Paraíba, apesar de apresentar

produção inferior aos estados de Alagoas e Pernambuco, se destaca como terceiro estado com maior quantidade de cana-de-açúcar processada. Tendo estado acima da produtividade de todos os demais estados da região Nordeste.

Abaixo, trazemos uma comparação entre os dados de produtividade da Região Nordeste, por estado produtor, somente nas safras de 2008/2009 e 2018/2019 (Gráfico 12), para termos uma noção geral de como evoluiu essa produção na última década.

Gráfico 12 - Nordeste: produção de cana-de-açúcar, por safra - 2008/2009 e 2018/2019

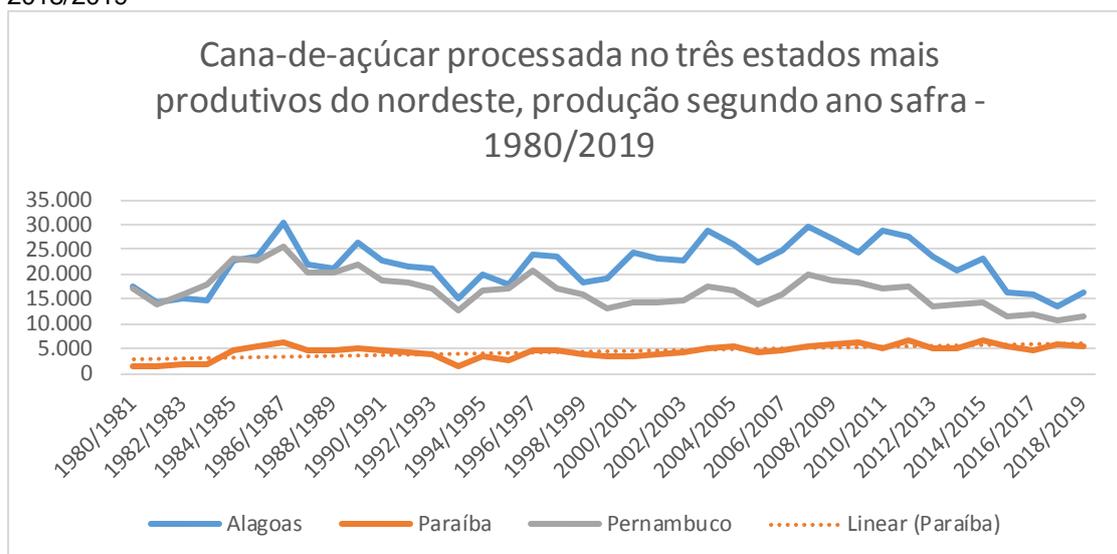


Fonte: UNICA (2019)

Como vemos, a quantidade de cana-de-açúcar processada na região Nordeste continua concentrada nos estados de Alagoas, Pernambuco e, em menor proporção, na Paraíba. Outro fato que pode ser observado é que, com exceção da Bahia, todos os outros estados tiveram queda na produtividade na safra de 2018/2019. Fato que já havíamos identificado mais acima, na representação cartográfica dos dados do Censo Agropecuário de 2017.

Para finalizar esse item, demonstraremos um gráfico com as linhas evolutivas da produtividade agroindustrial canavieira entre as safras de 1980/1981 e as de 2018/2019 somente dos três estados do Nordeste que compõe a chamada Zona Canavieira, Alagoas, Pernambuco e Paraíba. (Gráfico 13)

Gráfico 13 - Zona canieira nordestina: cana-de-açúcar processada entre as safras de 1980/1981 e 2018/2019



Fonte: UNICA (2019)

Mais uma vez, confirmamos a posição de destaque do estado de Alagoas no tocante à quantidade de cana-de-açúcar processada na região Nordeste. O estado de Alagoas processou, nesse período, cerca de 850.863 toneladas de cana-de-açúcar, uma média anual de 21.817 toneladas; enquanto Pernambuco processou 653.630 toneladas, uma média anual de 16.760; e a Paraíba 175.375, uma média anual de 4.497.

Uma coisa interessante é que, ao contrário da tendência nacional de aumento da produtividade agroindustrial canieira, os dados mais recentes sobre produção de cana-de-açúcar, tanto da UNICA quanto dos Censos Agropecuários, indicam que há uma diminuição na produtividade do Nordeste nas duas últimas safras.

Vale ressaltar que a maior safra registrada no estado da Paraíba nesse período não alcança os valores das menores safras dos estados de Pernambuco e Alagoas. Vejamos, O estado da Paraíba, que atingiu seu auge de produtividade agroindustrial na safra de 2014/2015, na qual processou 6.723 toneladas de cana-de-açúcar, teve sua produção mínima na safra de 1981/1982 e 1993/1994, na qual processou, respectivamente 1.436 e 1.438 toneladas de cana-de-açúcar.

O estado de Pernambuco, por sua vez, atinge sua produtividade máxima na safra de 1986/1987, chegando a processar 25.794 toneladas de cana-de-açúcar. Na safra de 1988/1989 a produtividade começa a cair e segue caindo gradativamente até os dias atuais, salvo a safra de 1996/1997, que apresentou uma pequena recuperação da produtividade, tendo sido processadas 20.771 toneladas. Daí em diante a

produtividade seguiu em queda, atingido seu mínimo, na safra de 2017/2018, o equivalente a 10.862 toneladas processadas. O que demonstra, mais uma vez, a atual crise no setor agroindustrial canavieiro regional.

O estado de Alagoas, assim como Pernambuco, também apresentou seu ápice de produtividade na safra de 1986/1987, na qual processou 30.263 toneladas e também está vivendo atualmente seu momento de maior crise. Desde a safra de 2008/2009, a produtividade vem caindo, chegando a atingir o mínimo de 13.733 toneladas processadas na safra de 2017/2018. As oscilações de produtividade entre os estados de Alagoas e Pernambuco são bem parecidas.

Como já dissemos, valores mínimos de produtividade alcançados pelos estados de Pernambuco e de Alagoas são maiores do que os máximos atingidos pela Paraíba. Além disso, é importante destacar que a diferença entre o valor máximo de cana-de-açúcar processada na Paraíba e o mínimo em Alagoas é praticamente o dobro.

Entretanto, a produtividade canavieira da Paraíba demonstra seguir uma certa constância, que pode ser constatada ao observar que o máximo de cana-de-açúcar processada, que foi de 6.723 toneladas não é tão distante da média anual nesse período, que é de 4.497 toneladas.

Sabemos, também que, ao longo dos anos, a produtividade da agroindústria canavieira paraibana foi marcada por alguns momentos de aquecimento no setor, como nos anos do Proálcool, e alguns picos pontuais de crise, sobretudo na década de 1990, com a diminuição dos subsídios estatais. Mas, atualmente, na contramão do que vem acontecendo nos estados de Pernambuco, Alagoas e no Nordeste em geral, a Paraíba vem apresentando um crescimento na produtividade.

A análise de todos esses dados só nos confirmou como a dinâmica canavieira da Paraíba é extremamente particular, não seguindo os padrões gerais de produção nem do Brasil, nem da Zona Canavieira nordestina.

Sendo assim, para fechar esse capítulo, no intuito de analisar mais detalhadamente a realidade da agroindústria canavieira paraibana, faremos a análise dos dados referentes ao processamento de cana-de-açúcar somente da Paraíba, nosso objeto de estudo.

4.4 A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NA PARAÍBA:

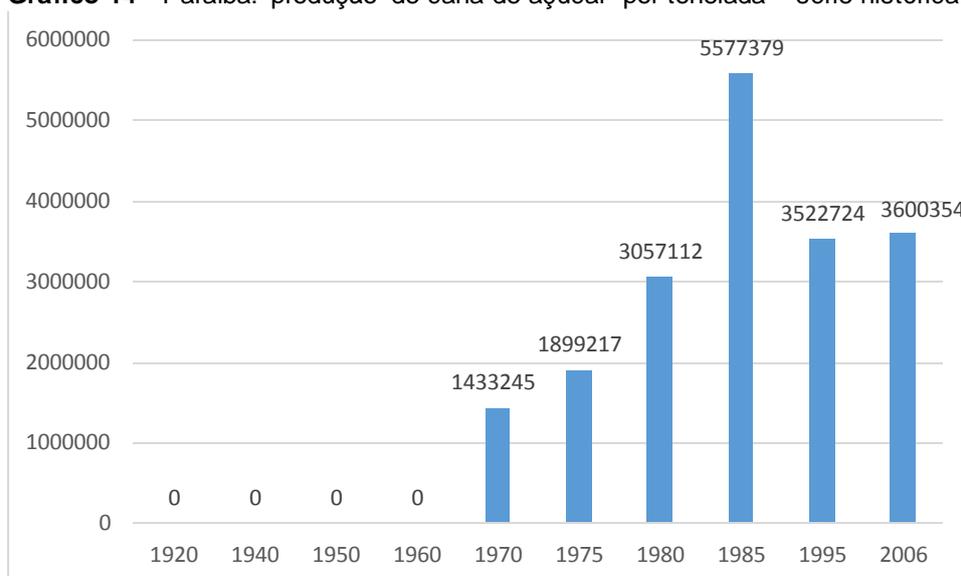
Ao direcionar o olhar exclusivamente para a Paraíba, conseguimos perceber que, apesar da quantidade de cana-de-açúcar processada no estado vir mantendo uma certa constância ao longo dessas 04 últimas décadas, quando olhamos numa escala mais próxima, é possível destacar várias oscilações na produtividade (Gráfico 14).

Neste item, iremos fazer uma análise mais detalhada dos dados pesquisados sobre a quantidade de cana-de-açúcar processada na Paraíba. Traremos inicialmente os dados disponíveis nos Censos Agropecuários disponíveis até o momento desta pesquisa, de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995, 2006 e, em seguida, a análise mais detalhada dos dados da UNICA, que compreendem as safras de 1980/1981 até 2018/2019.

Mais uma vez, decidimos fazer a leitura dos dados, a partir do agrupamento das safras por décadas. Nosso intuito é entender quais foram os condicionantes territoriais que determinaram as principais variações na produtividade, buscando fundamentar as reflexões dos próximos capítulos que se dedicam, em especial, a discutir sobre a produção de cana-de-açúcar nos assentamentos rurais da Zona da Mata Paraibana, nosso objeto de estudo.

O que podemos notar a partir dos dados do Censos Agropecuários é que a produção de cana-de-açúcar na Paraíba teve um grande aumento de produtividade entre o ano de 1970 e o ano de 1985. No ano de 1970, foi registrada uma produção de aproximadamente 1.433 milhões toneladas de cana-de-açúcar, em 1985 essa produção aumentou para aproximadamente 5.577 milhões de toneladas, o que significa um salto de 389%.

Na década seguinte, no Censo Agropecuário de 1995, a produção de cana-de-açúcar na Paraíba apresentou uma queda de produtividade, tendo produzido aproximadamente 3.522 milhões de toneladas. No Censo agropecuário de 2006, foi registrado uma produção aproximada de 3.600 milhões de toneladas produzidas, representando uma variação pouco significativa com relação à década anterior.

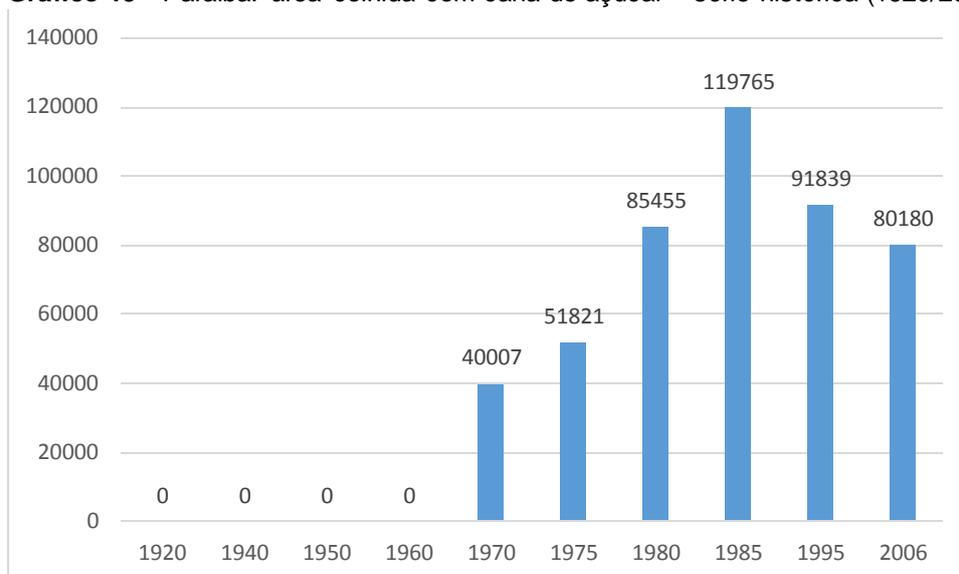
Gráfico 14 - Paraíba: produção de cana-de-açúcar por tonelada - série histórica (1920 a 2006)

Fonte: UNICA (2019)

Os dados sobre a área colhida de cana-de-açúcar na Paraíba evoluem de uma forma parecida com os da produção de cana-de-açúcar por tonelada. Porém, apesar de também ser registrado um salto de produtividade entre os anos de 1970 e 1985, esse salto é menos expressivo do que o registrado na quantidade produzida. O percentual aumentado na área colhida de 1970 para 1985 foi de 299%, o da quantidade produzida, nesse mesmo período, foi de 389%.

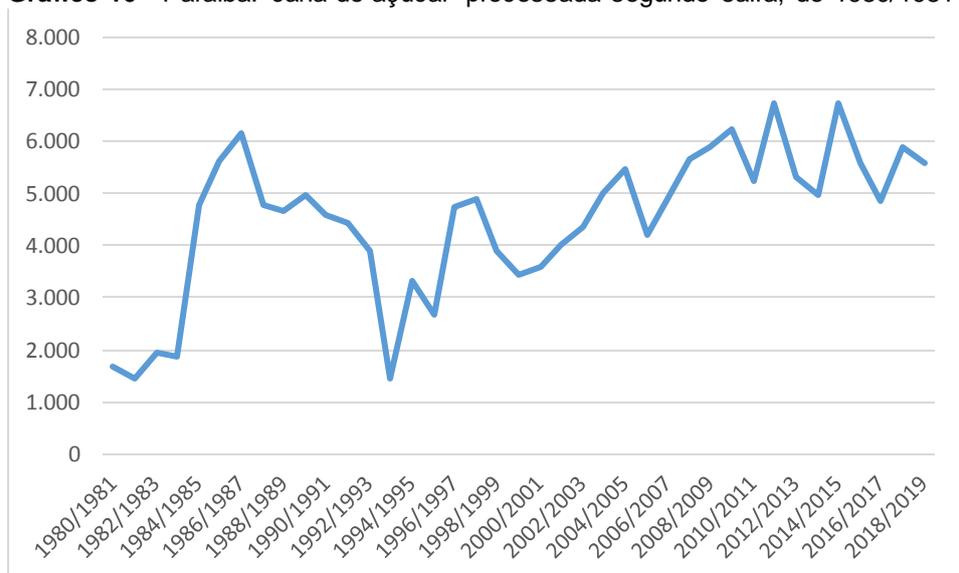
Constatar esse aumento no percentual da produtividade superior ao do que foi registrado na área colhida, representa os resultados da modernização conservadora que foi implantada, sobretudo, a partir da década de 1970, e provocou a intensificação da produção, ou seja, garantiu uma maior quantidade de toneladas de cana-de-açúcar produzidas por hectare.

Outro aspecto que também verificamos foi a diminuição da área colhida tanto em 1995, quanto em 2006, mantendo a mesma média de produção do início da década de 1980.

Gráfico 15 - Paraíba: área colhida com cana-de-açúcar - série histórica (1920/2006)

Fonte: UNICA (2019)

Já os dados da UNICA, por serem anuais, permitem uma maior aproximação com a realidade. Como já dissemos, os dados foram agrupados por década e cada década foi analisada individualmente. Todavia, antes de iniciarmos essa análise, vamos observar a linha evolutiva gerada por esses dados entre as safras de 1980/1981 até 2018/2019.

Gráfico 16 - Paraíba: cana-de-açúcar processada segundo safra, de 1980/1981 a 2018/2019

Fonte: UNICA (2019)

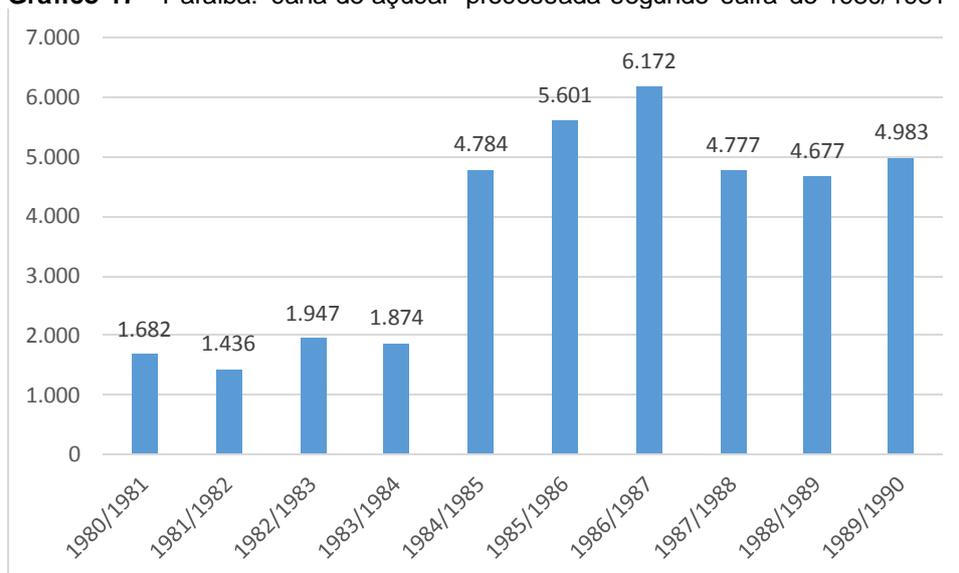
Recordamos que, quando analisamos os dados sobre a cana-de-açúcar processada nos três estados da Zona Canavieira nordestina, a produção da Paraíba nos pareceu apresentar certa constância na produtividade, aspecto que, inclusive, foi

destacado. Mas, ao aproximarmos nosso olhar, identificamos variações que, em escala local, podem representar grandes impactos no trabalho e na economia.

De uma maneira geral, a década de 1980/1990 iniciou com uma baixa produtividade, apresentando um crescimento significativo somente na safra de 1984/1985, já como reflexo da expansão da produção durante o Proálcool. Daí em diante, a produtividade segue crescendo, até que na safra de 1986/1987, atinge 6.172 milhões de toneladas, o valor máximo de todo o período.

Nas safras seguintes, é registrada uma queda, mas os índices de produtividade se mantém sempre acima de 4.500 milhões de toneladas de cana-de-açúcar processada. Fechando a safra de 1989/1990 com 4.983 milhões de toneladas de cana-de-açúcar processada.

Gráfico 17 - Paraíba: cana-de-açúcar processada segundo safra de 1980/1981 a 1989/1990



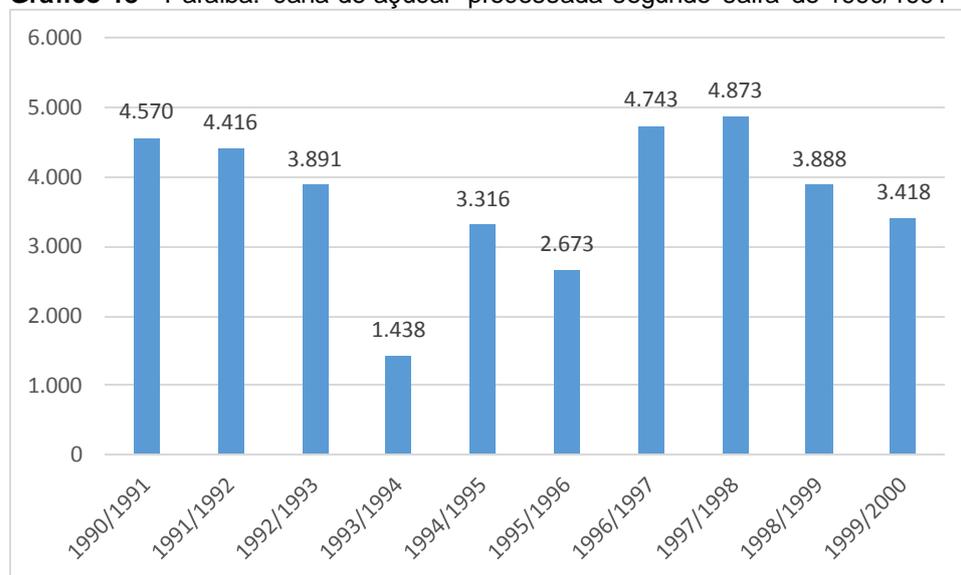
Fonte: ÚNICA (2019)

O período que vai da safra de 1990/1991 até 1999/2000 representa a década de produtividade mais baixa no período analisado. Como já vimos, foi também a década onde houve menos incentivos fiscais e creditícios por parte do estado, a chamada “crise do Proálcool”.

Esse foi o período com menor média de produtividade, cerca de 3.723 milhões de toneladas. Nessa década, a safra de menor produtividade foi a de 1993/1994, na qual foram processadas 1.438 toneladas.

Já a safra de maior produtividade nesse período foi a de 1997/1998, em que foram processadas 4.873 toneladas. Mesmo assim, esse valor caiu nas safras seguintes e a década ainda fechou com produtividade inferior às primeiras safras.

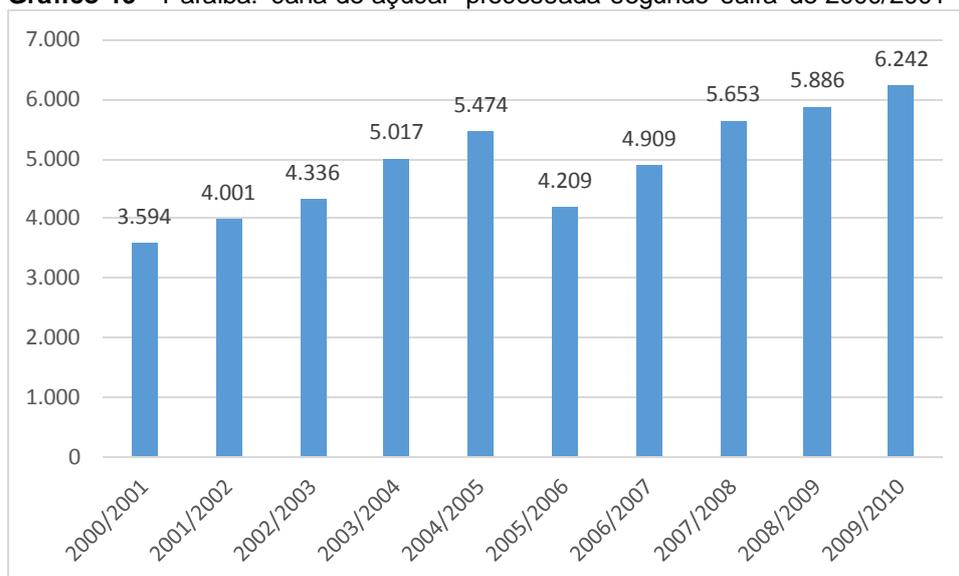
Gráfico 18 - Paraíba: cana-de-açúcar processada segundo safra de 1990/1991 a 1999/2000



Fonte: UNICA (2019)

Na década que vai da safra de 2000/2001 até 2009/2010, a quantidade de cana-de-açúcar processada cresceu consideravelmente. A média de cana-de-açúcar processada na década anterior, que era de cerca de 3.723 milhões de toneladas, subiu para 4.932 nessa década, um aumento de 32,4%.

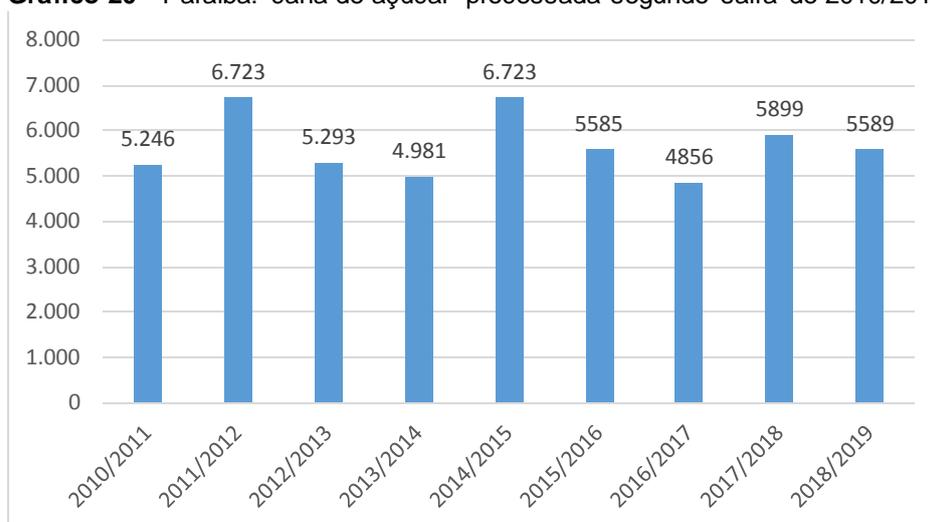
Esse período iniciou com 3.594 toneladas de cana-de-açúcar na safra de 2000/2001, representando a menor produtividade e seguiu em alta, tendo fechado com 6.242 toneladas, processadas, a maior produtividade até então.

Gráfico 19 - Paraíba: cana-de-açúcar processada segundo safra de 2000/2001 a 2009/2010

Fonte: UNICA (2019)

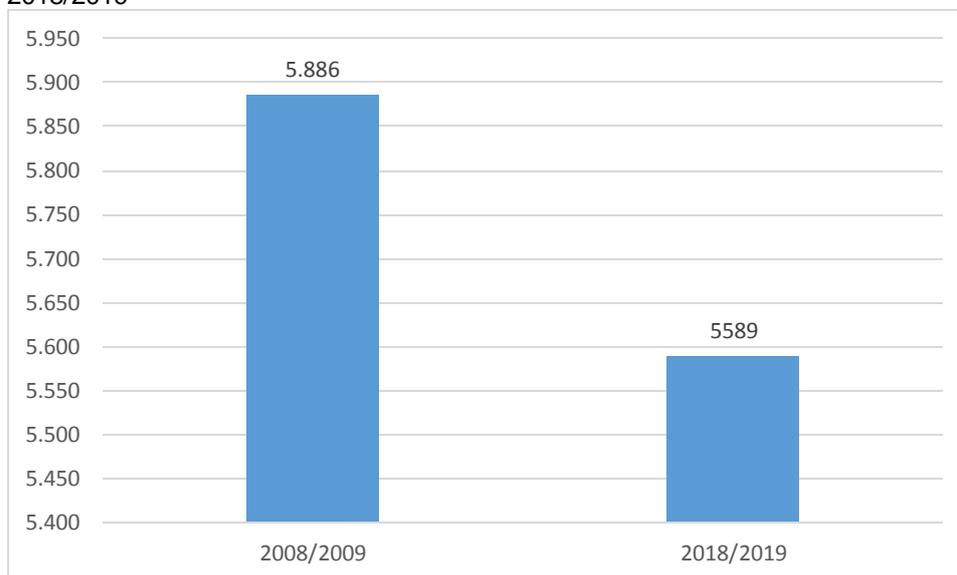
O último período analisado corresponde à quantidade de cana-de-açúcar processada nas nove safras mais recentes. Nesse período, a média de cana-de-açúcar processada foi a mais alta registrada na história da produção de cana-de-açúcar da Paraíba, 5.655 milhões de toneladas.

Essas safras mantiveram certa proximidade da média registrada tendo o maior valor alcançado sido 6.723 toneladas de cana-de-açúcar processada, tanto na safra de 2011/2012 como na safra de 2014/2015. O menor valor registrado no período analisado foi de 4.856 toneladas de cana-de-açúcar processada. (Gráfico 20)

Gráfico 20 - Paraíba: cana-de-açúcar processada segundo safra de 2010/2011 a 2018/2019

Fonte: ÚNICA (2019).

Para finalizar essa etapa, apresentaremos o Gráfico 21, com os dados referentes à quantidade de cana-de-açúcar processada nas safras de 2008/2009 e 2018/2019.

Gráfico 21 - Paraíba: toneladas de cana-de-açúcar processada entre as safras de 2008/2009 e 2018/2019

Fonte: UNICA (2019).

Apesar de notarmos a redução na quantidade de cana-de-açúcar processada, essa diminuição foi de apenas 5%, com relação ao valor de toneladas processadas em 2008/2009. No fim das contas, é esse o principal destaque que fazemos antes de partirmos para os próximos capítulos, sem desconsiderar a importância de toda essa construção sobre a evolução da produtividade e a especialização da produção

agroindustrial canavieira no Brasil, por região produtora, no Nordeste, na Zona Canavieira nordestina e, em especial, na Paraíba.

De acordo com dados fornecidos pela ASPLAN, mais da metade da cana-de-açúcar processada pelas usinas na safra de 2018/2019 chegou até as usinas através de fornecedores. No quadro abaixo, trazemos o total de cana-de-açúcar processada pelas 8 usinas existentes na Zona da Mata paraibana, o total de fornecedores de cana-de-açúcar e o total de toneladas compradas desses fornecedores, entre as safras de 2008/2009 e 2018/2019.

Tabela 6 - Cana-de-açúcar processada por usina e fornecedores, por safra – 2008/2019

SAFRA	TABU	GIASA	S. JOAO	JAPUNGU	AGROVAL	M. ALEGRE	MIRIRI	D'PADUA	TOTAL	QUANT. FORN	FORN TON
2008/2009	627.366	975.528	526.32	862.293	757.575	651.528	752.462	593.299	5.746.371	2.215	3.286.790,34
2009/2010	660.172	1.055.717	588.234	767.397	854.115	689.854	781.232	437.223	5.833.944	2.298	3.309.736,70
2010/2011	565.193	804.448	487.689	809.673	749.126	570.389	633.999	365.140	4.985.657	2.072	2.876.880,37
2011/2012	628.697	1.142.022	703.176	1.057.782	4.724.142	777.439	885.454	484.032	6.402.744	2.215	3.723.424,04
2012/2013	462.027	1.021.729	562.742	795.908	646.521	588.165	776.829	399.076	5.252.997	2.414	3.138.289,97
2013/2014	664.988	1.142.238	550.393	1.004.374	528.532	639.430	734.634	453.946	5.718.535	2.362	3.076.603,44
2014/2015	707.093	1.325.845	424.809	1.246.613	694.346	871.486	903.581	549.550	6.723.323	2.408	3.812.286,35
2015/2016	514.391	1.035.006	244.557	1.100.536	641.421	781.678	700.565	567.652	5.585.806	2.104	2.977.465,03
2016/2017	445.402	870.767	93.456	884.762	722.738	781.199	707.441	480.175	4.985.940	1.764	2.823.060,66
2017/2018	486.570	1.181.434	164.000	1.222.991	747.939	941.133	830.081	586.540	6.160.688	1.791	3.437.600,27
2018/2019	610.371	937.319	150.000	1.199.580	629.939	845.860	775.577	526.459	5.675.105	1.555	3.387.064,05

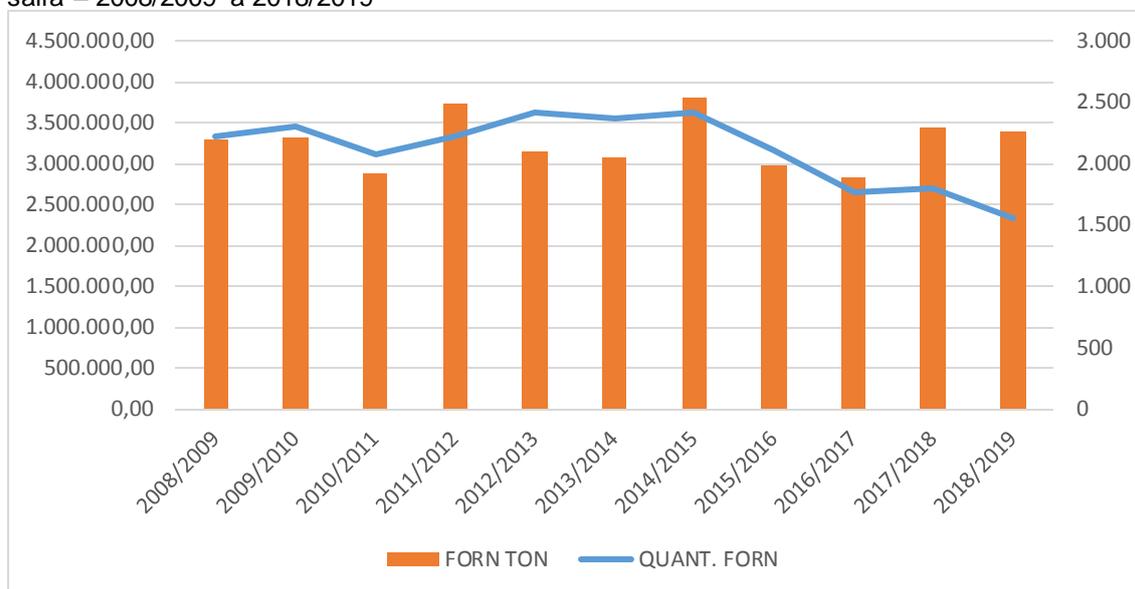
Fonte: UNICA (2019)

Como vemos, na safra de 2018/2019, mais da metade da cana-de-açúcar processada, aproximadamente 59,6% do total processado, veio de fornecedores que, atualmente, totalizam 1.555 fornecedores cadastrados, demonstrando uma certa dependência da produção agroindustrial canavieira paraibana com esses produtores.

Outro dado a se considerar é que, desde a safra de 2009/2010, o número de fornecedores vem caindo, todavia, esse fato não representa a queda na quantidade de cana-de-açúcar vendida para as usinas. A quantidade de cana-de-açúcar fornecida tem se mantido acima da média no período analisado. Isso indica que está havendo a unificação da produção dos fornecedores, através da compra de terras ou de acordos. Representantes da ASPLAN nos confirmaram a informação de que está havendo uma maior concentração da produção por conta da incorporação das áreas de pequenos fornecedores a fornecedores maiores, pois, em sua opinião, a produção de cana-de-açúcar possui custos elevados e só é lucrativa para grandes fornecedores.

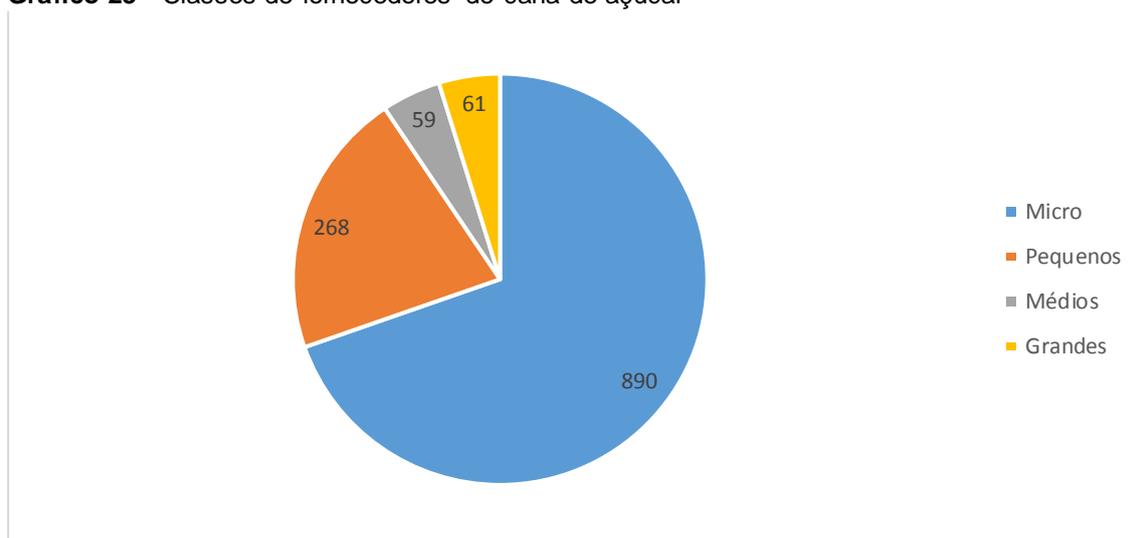
Além disso, é possível perceber o destaque das usinas Japungu e Giasa no total de cana-de-açúcar processada nesse período.

Gráfico 22 - Cana-de-açúcar: quantidade processada por toneladas e vendida por fornecedores, por safra – 2008/2009 a 2018/2019



Fonte: ASPLAN (2019)

Sobre os fornecedores de cana-de-açúcar, os dados da ASPLAN indicam que, dos 1.555 fornecedores de cana-de-açúcar das usinas na safra de 2018/2019, 890, o correspondente a 69,6% desse total, são micro fornecedores, ou seja, fornecem até 1.000 toneladas de cana-de-açúcar. Os pequenos fornecedores, que forneceram entre 1000 e 5.000 toneladas de cana-de-açúcar, totalizam 268 e representam 20,9% do total de fornecedores. Os médios fornecedores, que venderam entre 5.000 e 10.000 toneladas de cana-de-açúcar para as usinas, somam apenas 59 e representam 4,6% do total de fornecedores. Já os grandes fornecedores, que comercializaram acima de 10.000 toneladas de cana-de-açúcar com as usinas, totalizam 61 e representam 4,7% do total de fornecedores.

Gráfico 23 - Classes de fornecedores de cana-de-açúcar

Fonte: ASPLAN (2019)

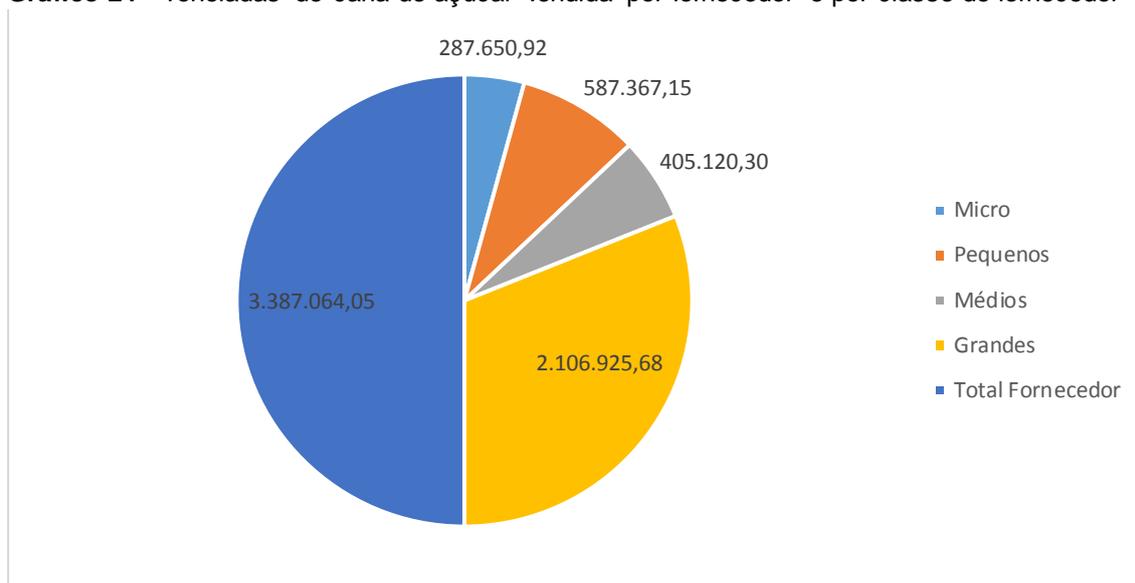
Vemos, claramente, que há um predomínio de micro fornecedores cadastrados nas usinas. Porém, quando analisamos a fatia no total de cana-de-açúcar fornecida por cada classe de fornecedor, vemos que a quantidade de cana-de-açúcar fornecida pelos micro fornecedores só representa 8,5% do total de cana-de-açúcar vendida pelos fornecedores.

Tabela 7 - Relação de fornecedores de acordo com sua produção

Classes de Produtores	Produção (t)	% da Produção
Micro - 890 (69,64%)	287.650,92	8,5%
Pequenos - 268 (20,97%)	587.367,15	17,37%
Médios - 59 (4,62%)	405.120,30	11,98%
Grandes - 61 (4,77%)	2.106.925,68	62,15%
Total Fornecedor	3.387.064,05	100%

Fonte: ASPLAN (2019)

No Gráfico 24, é possível visualizar melhor essas informações. No lado esquerdo, temos representado o total de cana-de-açúcar vendida pelos fornecedores na safra de 2018/2019 e do lado direito a fatia que cada classe de fornecedor representa nesse total.

Gráfico 24 - Toneladas de cana-de-açúcar vendida por fornecedor e por classe de fornecedor

Fonte: ASPLAN (2019)

Utilizando como parâmetro a produtividade média de cana-de-açúcar por hectare considerada pela ASPLAN, que é de 50 toneladas por hectare, e levando em consideração que a maior parcela registrada nos assentamentos pesquisados foi de 10 hectares, mesmo que a família assentada produzisse cana-de-açúcar em toda sua parcela, teríamos uma produção média de 500 toneladas. Ou seja, os assentados e assentadas que se tornaram fornecedores de cana-de-açúcar fazem parte da classe de micro fornecedores, que totalizam hoje 890 fornecedores (69,4% do total de fornecedores).

A proposta, agora, é, a partir da análise desses dados, pensar até que ponto essas variações da agroindústria canavieira paraibana podem estar influenciando a produção de cana-de-açúcar nos assentamentos da Zona da Mata Paraibana.

5. PANORAMA DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NOS ASSENTAMENTOS DA ZONA DA MATA PARAIBANA

Neste capítulo, pretendemos traçar um panorama da evolução da produção de cana-de-açúcar nos assentamentos da Zona da Mata Paraibana, buscando entender de que forma vem se dando o processo de monopolização do território camponês pelo capital sucroalcooleiro entre os anos de 2009 e 2019. Partiremos dos resultados de uma pesquisa realizada coletivamente por membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), juntamente com o Grupo de estudos sobre Espaço, Trabalho e Campesinato (GETEC) do Programa de Pós-graduação em Geografia do departamento de Geociências, o Professor Ivan Targino e um aluno do Curso de Economia, ambos da UFPB e resultou no relatório de pesquisa intitulado “Expansão do plantio de cana nas áreas de assentamento da Zona da Mata paraibana”, organizado por Emília de Rodat Fernandes Moreira, em 2009.

A pesquisa de campo desta tese foi realizada entre os meses de agosto de 2018 e junho de 2019. Foram visitados 12 Projetos de Assentamento, distribuídos pela Mesorregião da Zona da Mata paraibana abrangendo as Microrregiões Geográficas de João Pessoa, Litoral Norte e Litoral Sul. Chamamos a atenção para a regionalização que adotaremos no decorrer deste trabalho. Consideramos mais conveniente com nossa proposta de estudo utilizar a divisão realizada pela CPT, segundo sua área de atuação, por entender que é a que mais se aproxima de nossa área de pesquisa, as três subunidades espaciais são: Várzea, Litoral Sul e Litoral Norte.

representantes sindicais, representantes do INCRA, representantes da CONAB, representantes da Coletoria Estadual e representantes da ASPLAN. Além disso, foram realizadas visitas aos lotes dos assentados, participação em assembleias, reuniões, eventos e visitas às feiras agroecológicas.

A proposta deste capítulo é, a partir da análise dos dados coletados nas pesquisas realizadas em 2009 e 2019, traçar um panorama da produção de cana-de-açúcar nos assentamentos da Zona da Mata paraibana. Para isso foram aplicados 80 questionários com assentados que estão produzindo cana-de-açúcar atualmente na Mesorregião. Conseguimos dialogar com uma média de 25% dos assentados que plantam cana em cada assentamento visitado (Tabela 8).

Na tabela abaixo, é possível observar quais foram os P.A. visitados durante a pesquisa e o município e a subunidade espacial da Zona da Mata paraibana em que estão localizados. Trazemos, também, o número total de famílias assentadas em cada P.A. escolhido; o valor absoluto de famílias assentadas produzindo cana-de-açúcar; o percentual de famílias produtoras de cana em relação à amostra total de famílias produtoras pesquisadas e dentro de cada P.A., analisado individualmente em 2009 e 2019. Um outro dado que pode ser observado é como foi realizada a distribuição dos 80 questionários entre os assentamentos pesquisados.

Tabela 8 - Assentamentos pesquisados

Subunidade Espacial	Município	Nome do assentamento	Núm. de famílias	Famílias produzindo cana 2009			Famílias produzindo cana 2019			Núm. de quest. 2009	Núm. de quest. 2019
				Total	% no P.A.	% no total	Total	% do total	% no P.A.		
Várzea	Cruz do Espírito Santo	Campos de Sementes e Mudas	45	10	22,2	2,3	19	6,4	48,7	3	5
		Canudos	113	41	36,2	9,6	35	11,9	30,9	0	5
		Dona Helena	105	85	80,9	19,8	69	24	65,7	26	20
		Massangana I	132	65	49,2	15,2	41	13,9	31,0	20	10
	Sapé	Boa Vista	160	30	18,7	7	29	9,8	18,1	10	8
		Santa Helena I	48	20	41,6	4,6	17	5,8	35,4	7	6
Litoral Sul	São Miguel de Taipu	Mata de vara	106	3	2,8	0,7	0	0	0	0	0
	Pedras de Fogo	Fazendinha	82	5	6,0	1,1	5			2	4
		Nova Aurora	98	35	35,7	8,2	41	13,9	41,8	11	10
		Santa Terezinha	62	1	1,6	0,2	0	0	0	0	0
		Campo Verde	142	3	2,1	0,7	0	0	0	2	0
Litoral Norte	Rio Tinto	Campart	136	56	41,1	13,1	42	14,3	30,8	18	12
Total	5 municípios	12 P.A.	1.311	426	-	100%	293	100%	-	99 questionários	80 questionários

A amostra trabalhada compreendeu 12 P.A., distribuídos, 7 na Subunidade espacial da Várzea, 4 no Litoral Sul e 1 no Litoral Norte, que, juntos, totalizam 1.311 famílias assentadas. Destas, atualmente, 293 encontram-se produzindo cana-de-açúcar, o que corresponde a 22,3% do total de famílias assentadas. Foi possível dialogar com uma média de 25% dos produtores de cana-de-açúcar de cada P.A. visitado.

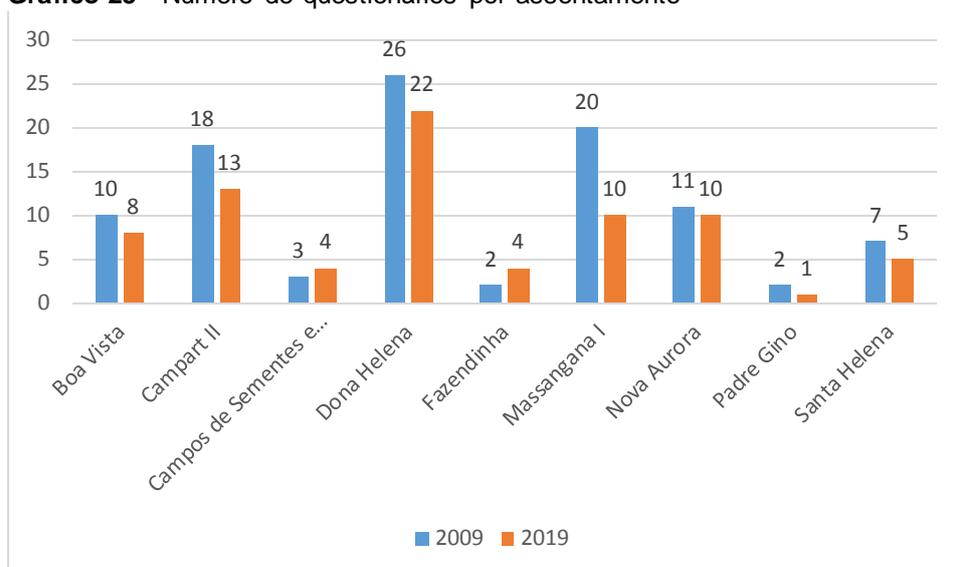
De pronto, ao fazer uma análise geral dos dados coletados, é possível perceber uma redução no número de famílias plantadoras de cana-de-açúcar. Os dados indicam que, das 1.311 famílias assentadas, 426, o que corresponde a 32,5% do total, estavam produzindo cana em 2009. A pesquisa atual revela que houve uma redução de 133 famílias assentadas produtoras cana-de-açúcar nos últimos 10 anos, representando uma diminuição de 10,2% no total de famílias da amostra pesquisada, e 5,3% do universo de famílias assentadas na Zona da Mata paraibana atualmente.

Esse dado por si só já nos traz um fato novo, tendo em vista que as perspectivas que se delineavam ao final das pesquisas realizadas em 2009²⁴ e em 2012²⁵, apontavam para uma tendência ao aumento do número de famílias assentadas produzindo cana-de-açúcar. De acordo com Moreira *et. al.* (2009), neste período, das 120 famílias assentadas pesquisadas 43,7%, o equivalente a 52 famílias, haviam aumentado a área plantada com cana-de-açúcar, se comparada com o início da produção. Apenas 8,4%, 9 famílias tinham diminuído suas áreas plantadas com cana-de-açúcar.

O Gráfico 25 demonstra a distribuição dos questionários aplicados por assentamento rural pesquisado.

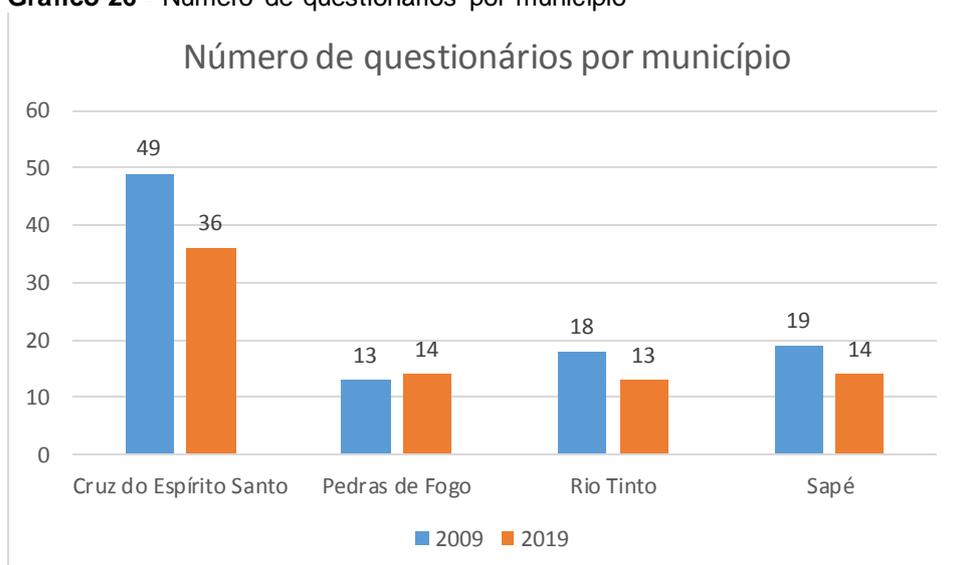
²⁴ A luta pela terra e a territorialização camponesa na Zona da Mata paraibana um caso de resistência a expansão da atividade canavieira da Zona da Mata paraibana: um caso de resistência camponesa. Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Geografia da UFPB, 2009.

²⁵ Produção de cana-de-açúcar nos assentamentos rurais da Zona da Mata paraibana: contradições e resistência camponesa. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPB, 2012.

Gráfico 25 - Número de questionários por assentamento

Fonte: Pesquisa de campo - 2018/2019

Os assentamentos pesquisados estão localizados em 4 municípios: Cruz do Espírito Santo, Sapé, na subunidade espacial da Várzea; Pedras de Fogo, na subunidade espacial do Litoral Sul; e em Rio Tinto, na subunidade espacial do Litoral Norte. Abaixo, podemos observar a distribuição dos questionários aplicados por município nas duas pesquisas.

Gráfico 26 - Número de questionários por município

Fonte: Pesquisa de campo - 2018/2019

A concentração de questionários na subunidade da Várzea, sobretudo nos municípios de Cruz do Espírito Santo e Sapé, se deu pela alta concentração da

produção de cana-de-açúcar nessa região, tanto pelas Usinas, quanto por fornecedores, incluindo as famílias assentadas.

Como já foi possível observar na Tabela 7, apesar da diminuição do número de famílias produzindo de cana-de-açúcar na pesquisa recente, dois assentamentos seguiram um movimento inverso e tiveram aumento nesse número, o P.A. Campos de Sementes e Mudas e o P.A. Nova Aurora. Nos próximos itens, 3.1 e 3.2, respectivamente, buscaremos apresentar um pouco da história desses assentamentos e analisar como vem evoluindo a produção de cana-de-açúcar nos últimos anos, no intuito de entender quais condicionantes territoriais vem intensificando esse processo, na contramão dos demais assentamentos.

5.1 ASSENTAMENTO QUE AUMENTARAM DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR:

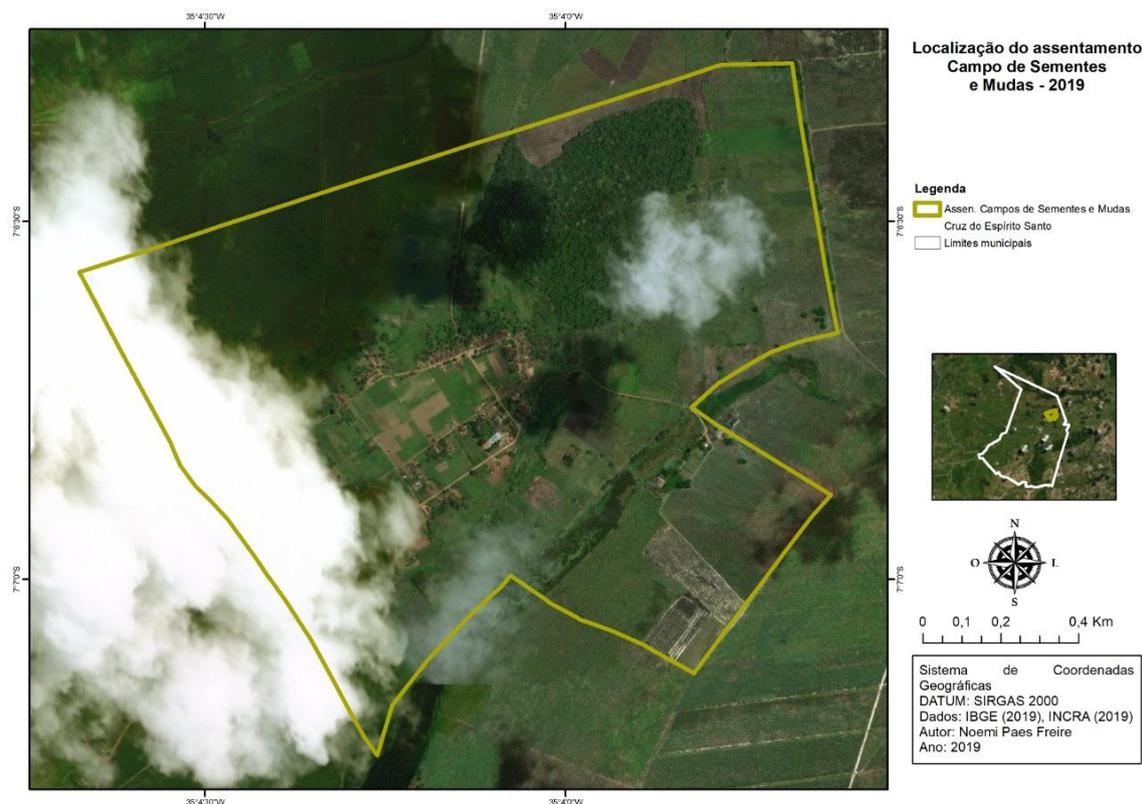
Como já foi colocado, foi possível constatar que a grande maioria dos P.A. pesquisados diminuiu o número de famílias produzindo de cana-de-açúcar ao longo desses 10 últimos anos, apenas dois dos assentamentos visitados tiveram esse valor aumentado, o P.A. Campos de Sementes e Mudas, localizado no município de Cruz do Espírito Santo, na Várzea, e o P.A. Nova Aurora, localizado no município de Pedras de Fogo, no Litoral Norte.

Neste item, traremos um pouco da história desses dois assentamentos e faremos uma análise da questão da produção de cana-de-açúcar, no intuito de compreender como vem se dando o processo de monopolização do território do assentamento pelo capital sucroalcooleiro regional tendo como foco a disputa territorial entre a produção de cana-de-açúcar e a policultura alimentar.

5.1.1 P.A. Campos de Sementes e Mudas

Iniciaremos esse item fazendo uma breve análise sobre o P.A. Campos de Sementes e Mudas. Esse assentamento ocupa uma área de 270 hectares e fica localizado no município de Cruz do Espírito Santo, na subunidade espacial da Várzea, com 45 famílias assentadas. O Acesso para o assentamento se dá pela PB 004, sentido Santa Rita-Sapé, entrando à direita depois da Ponte da Batalha, onde tem uma cajazeira bem alta, e, depois, seguindo por quatro quilômetros.

Imagem 1: Localização do assentamento 2019



Antes da chegada dos trabalhadores à terra na qual hoje se localiza, o P.A. Campos de Sementes e Mudas, pertencia ao Governo Federal. Era uma propriedade na qual funcionava um viveiro de mudas da EMPAER (Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária).

De acordo com os depoimentos coletados, no ano de 1985, houve uma grande enchente no Rio Paraíba, deixando muitas famílias de trabalhadores rurais do município desabrigadas; o governador, Wilson Braga, na época, permitiu que as famílias desabrigadas ocupassem as casas desocupadas da propriedade, que já vinha sem funcionar há alguns anos.

Em 1996, o P.A. Campos de Sementes e Mudas foi criado com os novos e antigos moradores das proximidades. A média do tamanho das parcelas é de 3ha, bem abaixo da média das parcelas dos assentamentos da região, que é de 5ha. O P.A. conta ainda com uma área de reserva, coletiva, que ocupa 8 hectares da área do assentamento.

O trabalho de campo aconteceu no dia 17 de agosto de 2018, no período da tarde. Acompanhamos uma reunião dos assentados com duas representantes do

INCRA, onde foi realizada a entrega do CCU (Contrato de Concessão de Uso)²⁶ e, também, dado informes sobre as possibilidades de créditos para financiamento de projetos dentro de uma linha de crédito do Governo Federal, chamada de Fomento Mulher²⁷.

No momento, uma das representantes do INCRA reiterou que as assentadas e assentados não podem desviar o dinheiro dos projetos para outros fins e ameaçou não liberar mais créditos e punir quem utilizar o dinheiro recebido para outra finalidade que não conste no projeto. Em seguida, ela chamou atenção para a importância das assentadas e assentados não se tornarem inadimplentes, sob pena de serem impedidos de retirar novos créditos.

A reunião prosseguiu e as assentadas começaram a ser chamadas para assinar uma lista de interesse no crédito do Fomento Mulher, porém, uma delas anunciou que não tinha interesse, que tinha receio desses endividamentos e a representante do INCRA solicitou que a assentada assinasse um termo em que se afirmava se negar a receber o valor direcionado ao projeto.

Após a reunião, conversamos com o presidente da Associação do assentamento e mais cinco assentados produtores de cana-de-açúcar. Apesar do presidente da associação do P.A. Campos de Sementes e Mudas ter indicado que houve um aumento na quantidade de famílias produtoras de cana-de-açúcar de 10 para 19 famílias – subindo que 22,2% para 48,7% das 45 famílias assentadas, 6,4% do valor absoluto de famílias plantadoras de cana-de-açúcar investigadas e 0,5% do universo da pesquisa – os assentados que conversamos asseguraram que a área

²⁶O Contrato de Concessão de Uso (CCU) transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo Inca e a outros programas do Governo Federal de apoio à agricultura familiar. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/titulacao> acessado em 07 de julho de 2019 18:23.

²⁷ . O Fomento Mulher é uma linha de crédito específica para mulheres, lançada no Governo da Presidenta Dilma Rousseff. A linha de crédito Fomento Mulher disponibilizada pelo Inca é o reconhecimento da importância do trabalho produtivo das mulheres da reforma agrária. As mulheres que contam com o apoio de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) podem usar o fomento para a implantação de quintais produtivos e com isso garantir alimentação saudável, mais qualidade de vida para sua família e gerar renda. O benefício pode ser acessado por todas as trabalhadoras assentadas da reforma agrária atendidas por serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Para isso, é necessário que o cadastro esteja atualizado no Inca, não ter recebido crédito Apoio Mulher anteriormente e estar inscrita no CadÚnico. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/FOMENTO_MULHER_0.pdf Acesso em: 07 de julho de 2019.

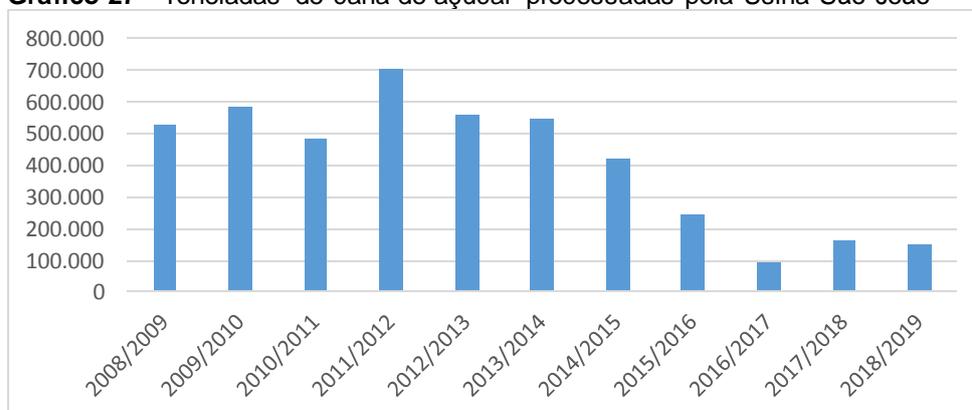
plantada com cana-de-açúcar dentro das parcelas do P.A. Campos de Sementes e Mudanças vem diminuindo nos últimos anos.

Eles citaram a problemática dos baixos preços pagos pela tonelada da cana-de-açúcar nos últimos anos e, também, os prejuízos sofridos por vários assentados de lá, relacionados a vendas de cana-de-açúcar para a Usina São João, que, segundo nos informaram, “está em processo de falência, pois ficou devendo a vários produtores”.

Além disso, fomos informados de que existem dívidas da Usina São João com os assentados produtores de cana-de-açúcar que já completaram 8 anos, às quais eles não têm mais esperança de que sejam pagas, fazendo com que decidissem parar de negociar com essa Usina. Atualmente, eles afirmaram vender a cana-de-açúcar para a Usina Japungu.

Apesar dos relatos dos endividamentos da Usina São João, na safra de 2018/2019, de acordo com dados da ASPLAN-PB a Usina processou 150.000 toneladas de cana-de-açúcar²⁸.

Gráfico 27 - Toneladas de cana-de-açúcar processadas pela Usina São João



Fonte.: A Autora (2019) Fonte: ASPLAN-PB

A partir de agora, iremos direcionar nosso olhar para os dados coletados a respeito da produção de cana-de-açúcar no P.A. Campos de Sementes e Mudanças. Nossa intenção é analisar esse aumento registrado no número de famílias assentadas produzindo cana-de-açúcar entre as safras de 2008/2009 e 2018/2019.

²⁸ De fato, a análise dos dados de produção das Usinas da Paraíba nos últimos 10 anos nos mostra que, desde a safra de 2011/2012 a Usina São João vem tendo uma queda vertiginosa em sua produtividade, chegando a produção mínima de 93.456 toneladas de cana processada na safra de 2016/2017. Porém, nas últimas duas safras, a Usina vem apresentando um aumento de produtividade discreto.

5.1.1.1 A Produção de Cana-de-Açúcar no P.A. Campos de Sementes e Mudas

A partir de agora, analisaremos os dados da pesquisa relacionados ao P.A. Campos de Sementes e Mudas. Nosso intuito é entender porque, ao contrário dos demais assentamentos, nesse houve o aumento de 90% no número de famílias assentadas produzindo cana-de-açúcar.

Como sabemos, essa foi a primeira constatação a que chegamos com relação a esse assentamento. Vimos que houve um aumento na quantidade de famílias produtoras de cana-de-açúcar de 10 famílias em 2009, para 19 famílias, em 2019 – o que representa um aumento de 22,2%, para 48,7% do total das 45 famílias assentadas. As famílias produtoras de cana-de-açúcar desse assentamento representam 6,4% do valor absoluto de famílias plantadoras de cana-de-açúcar investigadas.

Quando observamos as informações relativas à dimensão da área plantada com cana-de-açúcar dentro das parcelas constatamos que, em 2009, todos os assentados que responderam à pesquisa afirmaram produzir cana-de-açúcar numa área “entre dois e meio a quatro hectares”.

Já na pesquisa realizada em 2019, 50%, metade dos assentados produtores de cana-de-açúcar afirmou que diminuiu a área plantada para uma área “entre meio e dois hectares” da parcela e os outros 50% mantiveram a produção “entre dois e meio e quatro hectares”. Confirmando o que os assentados já haviam nos informado durante o trabalho de campo, que, apesar do número de assentados produzindo cana-de-açúcar ter tido um aumento considerável, eles acreditavam que a quantidade de cana-de-açúcar produzida dentro das parcelas vinha diminuindo nos últimos anos.

Quando questionamos sobre a área plantada comparada à área plantada no início da produção de cana-de-açúcar, em 2009, todos os assentados responderam que mantinham as mesmas áreas desde o início, já em 2019, concordando com dados anteriores, identificamos que apenas 50% afirmaram manter a mesma área plantada. Os 50% restantes afirmaram ter diminuído. Como pudemos ver, apesar do aumento no número de famílias assentadas produzindo cana-de-açúcar, nenhum deles aumentou a área plantada nesse últimos 10 anos. Além disso, todas as famílias que afirmaram ter diminuído a área plantada asseguraram que essa diminuição foi de 2 hectares.

Além da cana-de-açúcar, todos os assentados que participaram da pesquisa afirmaram produzir feijão, milho e outros cultivos. Ademais, 75% deles disseram que também produzem batata doce e mandioca; 50% que também produzem fava e 25% que também produzem inhame, hortaliças e possuem fruteiras. Ou seja:

- 100% produzem: feijão, milho, mandioca, batata doce e cana-de-açúcar;
- 50% produzem: feijão, milho, mandioca, batata doce, fava e cana-de-açúcar;
- 25% produzem: feijão, milho, mandioca, batata doce, fava, inhame, hortaliças, fruteiras e cana-de-açúcar;

Como podemos ver, todos os assentados que produzem cana-de-açúcar produzem também pelo menos feijão, milho, mandioca e batata doce, que são a base da alimentação dos camponeses da Região. Essas constatações demonstram que apesar da produção de cana-de-açúcar, atendendo às necessidades da agroindústria canavieira local, as famílias assentadas também produzem alimentos diversificados, garantindo a sua subsistência, sendo a cana-de-açúcar um complemento para a renda familiar camponesa.

Na questão que tratava sobre o motivo que levou as famílias a produzirem cana-de-açúcar, na primeira pesquisa, todos os assentados responderam que o principal motivo era o mercado garantido. Já na pesquisa recente, as motivações indicadas foram mais variadas, 25% alegou produzir cana-de-açúcar por conta dos baixos preços dos outros produtos; 50% que produzia porque demandava menos força de trabalho, e 25% porque a cana-de-açúcar não precisava irrigar.

Essa diversificação nos motivos que levaram os assentados a produzir cana-de-açúcar merece reflexão. Apesar de terem sido apontadas outras motivações, a cana-de-açúcar vem se apresentando sempre como uma opção diante das dificuldades que as famílias assentadas enfrentam. Seja resolvendo a problemática do escoamento e comercialização da produção, já que existe garantia de compra pelas Usinas; seja garantindo uma renda certa, um complemento para renda camponesa; seja demandando menos força-de-trabalho no processo produtivo; ou por ser mais resistente aos períodos de estiagem.

Mais uma mudança importante registrada foi que, em 2009, todos os assentados afirmaram que quem se responsabilizava pelas despesas da produção de cana-de-açúcar era o Engenho. Vale lembrar que P.A. Campos de Sementes e Mudanças fica localizado ao lado do Engenho São Paulo. No entanto, na pesquisa de 2019, 75%

dos assentados asseguraram que eles mesmos se responsabilizavam pelos custos da produção, indicando a retomada da autonomia no processo produtivo e do poder de escolha no momento da comercialização. Somente 25%, afirmaram que é a usina que assume esses custos, tornando-se, nesse caso, obrigados a destinar a produção a esta usina específica e tendo os gastos anuais descontados do valor total de toneladas vendidas.

Com relação à mão de obra que realiza o plantio e as limpas da cana-de-açúcar, 67% dos assentados afirmaram que contratam mão de obra para o plantio e 33% disseram que o plantio era realizado pela própria família. Além disso, metade dos que afirmaram contratar mão-de-obra disseram que é a própria família que contrata os trabalhadores e o restante afirmou que é a usina que contrata.

O fato de, em 2009, o Engenho ter sido responsável pelas despesas da produção de cana-de-açúcar no P.A. Campos de Sementes e Mudas nos leva a observar a situação de extrema necessidade que os assentados deveriam estar passando nesse momento, não tendo condições nem de sequer arcar com os custos de sua produção.

Essa investigação também nos leva a crer que, a princípio, a cana-de-açúcar foi procurada pelos assentados como uma solução emergencial para um momento de crise no qual, nem condições de arcar com os custos da produção eles possuíam. Em contrapartida, verificamos que, em 2019, parte dos assentados tornou-se capaz de assumir essas despesas, demonstrando uma melhoria nas condições econômicas dessas famílias nos últimos anos.

Outra questão identificada, relacionada ao processo de comercialização foi que, em 2009, pelo fato de o Engenho assumir as despesas da produção de cana-de-açúcar, os assentados ficavam presos a ter que vender a produção a esse engenho. Já em 2019, 75% afirmou ter vendido a produção diretamente para as usinas e 25% ter vendido para atravessadores.

No tocante à lucratividade da produção de cana-de-açúcar, foi unânime, em 2009, que o valor recebido não era suficiente para sustentar a família o ano todo, porém, em 2019, 50% dos assentados que participaram da pesquisa informaram conseguir administrar esse valor durante o ano.

Importante lembrar que todas as famílias produtoras de cana-de-açúcar produzem também alimentos que garantem a subsistência, sendo a renda da cana-de-açúcar destinada somente às demais despesas. Outro fato é que se metade das

famílias produzem ‘entre meio e dois hectares’ e a outra metade, “entre dois e meio e quatro hectares”, considerando que a média de cana-de-açúcar produzida por hectare na região é de 50 toneladas, mesmo a família que tiver a maior produção do P.A. Campos de Sementes e Mudas, não ultrapassará as 200 toneladas de cana-de-açúcar por ano.

No quesito que tratava sobre o que os assentados achavam que o Governo Federal deveria investir mais nas áreas de assentamento, em 2009, 67% dos assentados disseram que deveria ter mais incentivos na produção de cana-de-açúcar. Todavia, em 2019, 75% afirmaram que deveria haver mais investimentos na produção de alimentos diversificados e animais e 25%, que deveria haver mais investimento na infraestrutura do assentamento, sobretudo no tocante à irrigação. A cana-de-açúcar não chegou a ser citada.

Por fim, apuramos que, no caso de haver mais investimentos por parte do governo, tanto na produção de alimentos, quanto na infraestrutura do assentamento, 75% dos assentados que participaram da pesquisa asseguraram que continuariam produzindo cana-de-açúcar e apenas 25% afirmaram que interromperiam a produção.

Em resumo, das 45 famílias assentadas no P.A. Campos de Sementes e Mudas, 48,7%, o equivalente a 19 famílias, afirmaram estar produzindo cana-de-açúcar atualmente, representando um aumento de 26,5%, 9 famílias, com relação a 2009. Mas, metade dessas famílias afirmou ter diminuído dois hectares na área plantada com cana-de-açúcar nesses últimos anos. Ou seja, esse aumento no número de famílias produzindo cana-de-açúcar não representa, necessariamente um aumento na área plantada com cana-de-açúcar dentro do assentamento.

Outro destaque fazemos antes de passar para o próximo item, é sobre uma possível relação entre a melhoria nas condições econômicas das famílias assentadas e a retomada do controle da produção e comercialização da cana-de-açúcar.

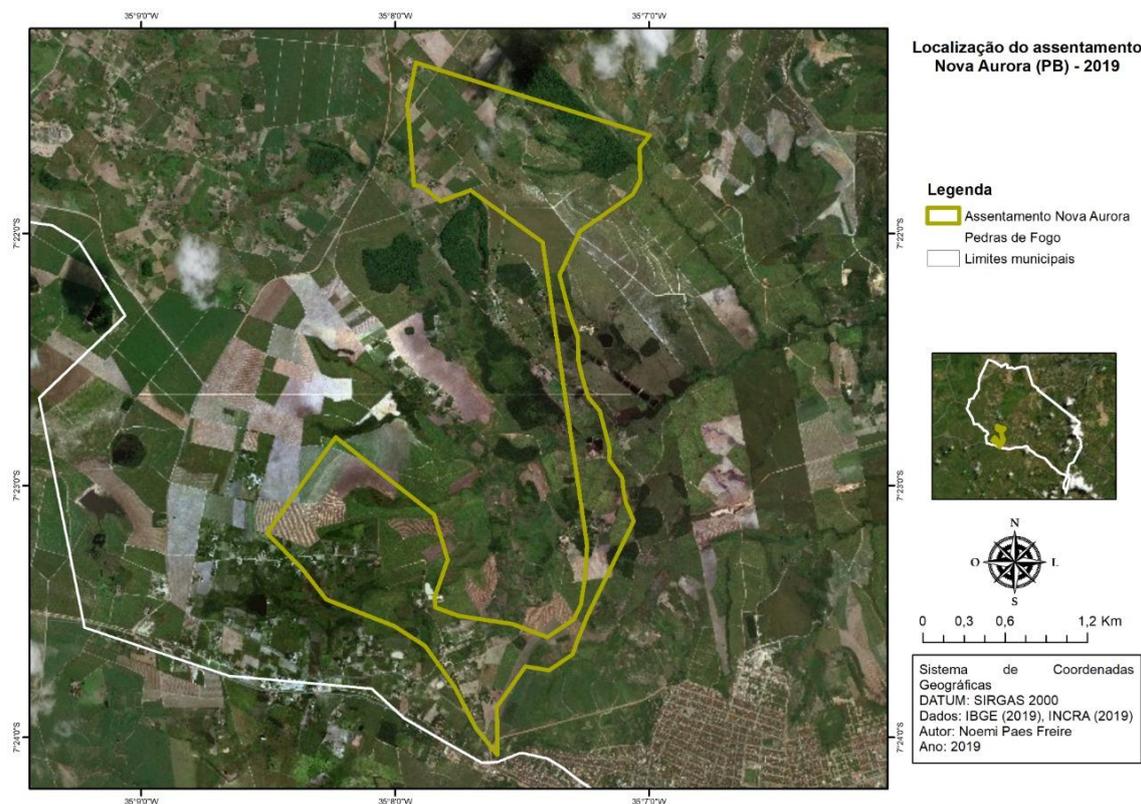
Esses são os principais pontos que destacamos com relação à produção de cana-de-açúcar no P.A. Campos de Sementes e Mudas, pretendemos retomar essas constatações nas reflexões futuras.

Passaremos, agora, para a apresentação da análise da produção de cana-de-açúcar no P.A. Nova Aurora que, assim como o P.A. Campos de sementes e Mudas, também teve aumento no número famílias produzindo cana-de-açúcar.

5.1.2 P.A. Nova Aurora

O P.A. Nova Aurora fica localizado no município de Pedras de Fogo, na subunidade espacial do Litoral Sul, na Zona da Mata paraibana (Imagem XX). Esse assentamento ocupa uma área de 407,5 hectares e possui 98 famílias assentadas.

Imagem 2 localização do assentamento Nova Aurora-PB



Fonte: A Autora (2019)

Na imagem, é possível observar em amarelo os limites do P.A. Nova Aurora, a Sudeste, a área urbana do município de Pedras de Fogo e, a Sudoeste, o limite entre os municípios de Pedras de Fogo e Itambé, já no estado de Pernambuco.

O trabalho de campo no município de Pedras de Fogo aconteceu em dois momentos, nos dias 11 e 19 de dezembro de 2018. Inicialmente, marcamos uma conversa com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no dia 11 de dezembro de 2018. Neste dia, também estava havendo uma eleição para eleger o novo Conselho de Desenvolvimento Rural de Pedras de Fogo, na qual os presidentes das Associações dos Assentamentos do município também tinham direito a voto.

Esse momento nos possibilitou conversar com representantes de alguns assentamentos rurais do município, dentre eles, do P.A. Mata de Vara, que, de acordo com os dados fornecidos pelo INCRA, faz parte do município de São Miguel de Taipu, mas que, por também possuir parte de seu território no município de Pedras de Fogo,

também estava ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais deste município; do P.A. Santa Terezinha, no qual já houve produção de cana-de-açúcar, mas que, atualmente, foi substituída pela produção de alimentos, principalmente batata doce, inhame, feijão, abacaxi e mandioca; do P.A. Campo Verde, que, em 2009, tinham 3 famílias produzindo cana-de-açúcar, mas que também deixaram de produzir, segundo eles, porque a parcela é pequena e a produção de cana-de-açúcar só é viável em grandes áreas; do P.A. Fazendinha, e do P.A. Treze de Maio.

Do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, seguimos para a zona rural da cidade em direção ao P.A. Nova Aurora, localizado bem próximo à cidade, com acesso tanto quanto pela BR230, entrando sentido Pedras de Fogo; quanto pela BR101-Sul, entrando à direita em direção à Usina Giasa.

A área onde hoje localiza-se o P.A. Nova Aurora, antes da criação do assentamento, fazia parte do Engenho Aurora, que se estendia por 407,5 hectares de terra e no qual, de segundo Moreira (1997), trabalhavam 104 famílias de agricultores na condição de arrendatário. A história de luta pela terra do P.A. Nova Aurora foi recuperada por Moreira (1997), em sua obra *Por um pedaço de chão I*, lançada pela Editora UFPB. De acordo com a autora, o conflito iniciou em março de 1980, quando um dos arrendatários adquiriu 362,4 hectares da propriedade, o correspondente a 89% da área total. De acordo com depoimentos coletados pela pesquisadora, as terras pertencentes ao novo proprietário não foram delimitadas e ele acabou avançando sua produção de cana-de-açúcar para áreas de outros agricultores.

Foi gerada uma situação de tensão entre as partes e, em 1986, os arrendatários resolveram dar entrada em um processo de desapropriação junto ao INCRA, que tramitou no órgão até 1995. Segundo constatamos neste trabalho, o processo não correu sem conflitualidades.

Em março de 1991, cerca de 50 trabalhadores apoiados pela FETAG procuraram o Superintendente do INCRA, Sr. Abdom Miranda, recebendo deste a promessa de agilização do processo de desapropriação do imóvel. Na oportunidade, denunciaram que o Sr. |Pedro Gonçalves continuava fazendo ameaças, chegando a destruir casas e roçados, na tentativa de intimidá-los (...) (p. 250).

Como destaca Moreira (1997), a morosidade da ação dos órgãos competentes permitiu que o conflito do Engenho Aurora durasse 15 anos. Somente em 1996, o

imóvel foi declarado de interesse social para a Reforma Agrária e o P.A. Nova Aurora foi criado e nele foram assentadas 104 famílias, com parcelas de em média 4 hectares.

De acordo com o presidente da Associação do P.A. Nova Aurora, atualmente o assentamento possui 98 famílias. Segundo ele, dessas famílias, 41 estão produzindo cana-de-açúcar, o que corresponde a 41,8% do total de famílias do assentamento e 13,9% do público alvo da pesquisa.

Em 2009, das 98 famílias assentadas, 35 estavam produzindo cana-de-açúcar, cerca de 35,7% das famílias assentadas, que correspondiam, na época, a 8,2% do público alvo selecionado. Ao realizar essa comparação identificamos um aumento de 6,1% no total de famílias produtoras de cana-de-açúcar.

O alto número de produtores de cana-de-açúcar no P.A. Nova Aurora fez com que o trabalho de campo fosse realizado em dois momentos. No primeiro dia, visitamos a casa de 4 assentados e, no dia 19 de dezembro, visitamos mais 6 famílias, totalizando a aplicação de 10 questionários e nos permitindo conhecer mais de perto a realidade daquelas famílias e as dificuldades que enfrentam para permanecer na terra.

Nesse momento do trabalho de campo, já se delineavam em nossas reflexões alguns condicionantes territoriais, naturais, sociais e econômicos, que vinham implicando a expansão da produção de cana-de-açúcar nos assentamentos. Todos esses condicionantes puderam ser constatados no P.A. Nova Aurora, devido ao elevado número de famílias produzindo e as diversidades de situações que passam as famílias para continuarem produzindo e vivendo na terra. Dentre esses condicionantes territoriais, destacamos: a) a falta de acesso à água para irrigação; b) menor risco de prejuízos devido a intempéries climáticas; c) menor demanda de força-de-trabalho, tendo em vista que a cana-de-açúcar após plantada dá até 5 safras, sem precisar replantar; d) venda garantida, em contrapartida as dificuldades de escoar e comercializar a produção; e) menos gastos na produção e no trato; f) menor possibilidade de saque.

5.1.2.1 A Produção de Cana-de-Açúcar no P.A. Nova Aurora

Nesse momento, iremos apresentar a análise dos dados da pesquisa relacionados ao P.A. Nova Aurora. Mais uma vez, buscaremos entender porque, ao contrário dos demais assentamentos, nesse houve o aumento no número de famílias assentadas produzindo cana-de-açúcar.

Em 2009, das 98 famílias assentadas, 35, o correspondente a 35,7% das famílias estava produzindo cana-de-açúcar. Em 2019 registramos que esse valor aumentou para 41 famílias, o correspondente a 41,8% do total de famílias. O que representa um aumento de 6,1% nas famílias produtoras de cana-de-açúcar.

Ao avaliar a área ocupada pela cana-de-açúcar nas parcelas constatamos que tanto em 2009, quanto em 2019, 82% das famílias pesquisadas produziam cana-de-açúcar entre “meio de dois hectares” e 18% produziam numa área maior, entre “dois e meio e quatro hectares”. Não sendo identificada variação nesse quesito.

Com relação ao tempo que as famílias estão produzindo cana-de-açúcar, em 2009, 45% das famílias produzia cana-de-açúcar há apenas um ano; 27% há dois anos; 18% há três anos e somente 10% já produzia há mais de cinco anos. Indicando que na época da primeira pesquisa, a expansão da cana-de-açúcar era recente no P.A. Nova Aurora. Ao analisar a pesquisa de 2019, verificamos que apenas 30% das famílias pesquisadas afirmaram produzir cana-de-açúcar há apenas 5 anos, o restante já produz há mais tempo.

Ao questionarmos se a área plantada com cana-de-açúcar havia sofrido alteração com relação ao início da produção, mais uma vez não houve variação entre as duas pesquisas. Tanto em 2009, quanto em 2019, 60% afirmaram manter a mesma área do início; 30% disseram que aumentaram a área plantada com cana-de-açúcar e 10% falaram que diminuíram.

Considerando os 30% que alegaram ter aumentado a área plantada, em 2009 eles informaram que aumentaram entre “meio a dois hectares”. Já em 2019, 20% afirmaram ter aumentado de “meio a dois hectares”, mas 10%, acresceram mais de seis hectares.

Avaliando somente os 10% que disseram que diminuíram as áreas plantadas, em 2009, 5% tinham diminuído “meio hectare” e os outros 5% diminuído “um hectare”. Na pesquisa de 2019, 5% diminuíram “dois hectares” e 5% “um hectare”. A área diminuída em 2019 foi um pouco maior que a de 2009.

No tocante aos motivos que levaram as famílias a produzirem cana-de-açúcar na pesquisa de 2009, 45% afirmaram que decidiram produzir por conta do mercado garantido; 36%, para complementar a renda e 18%, por conta os baixos preços dos outros cultivos. Em 2019, uma nova questão teve destaque, 60% das famílias pesquisadas afirmaram que resolveram produzir cana-de-açúcar porque dá menos trabalho e 40% por conta dos baixos preços dos outros produtos.

Esse dado nos fez lembrar dos diversos depoimentos que colhemos no P.A. Nova Aurora indicando que o principal fator que motiva a produção de cana-de-açúcar atualmente é o fato dela demandar menos força de trabalho no processo produtivo. Recordamos que um número significativo de assentadas e assentados que responderam à pesquisa já eram aposentados. O Assentamento Nova Aurora já tem 23 de criação, levando em consideração que os assentados tivessem uma média de 30 anos na época da criação, boa parte já estaria se aproximando da terceira idade.

Em relação às despesas da produção, na pesquisa de 2009 a maioria dos assentados assumia os custos, apenas em 9% dos casos o atravessador arcava com as despesas e, em 9%, a usina. Atualmente, todas as famílias que produzem cana-de-açúcar se responsabilizam pelos gastos. Demonstrando, mais uma vez, que quando há possibilidade, os assentados fazem questão de realizar a produção, que só procuram ajuda dos atravessadores e usinas quando não têm condições econômicas de produzir.

Um dado que merece atenção é que, no P.A. Nova Aurora, em 2009, 64% das famílias produtoras de cana-de-açúcar vendiam a produção a atravessadores; 18% a fornecedores; e 9% às usinas. Em 2019, o número de famílias que alegaram que negociavam com atravessadores, apesar de ter diminuído, ainda era alto, 50%. Já as que vendiam diretamente para a usina aumentaram para 30%, e as que vendem para fornecedores, 20%.

O P.A. Nova Aurora possui essa particularidade, a maioria dos assentados negocia com atravessadores e fornecedores. Em geral, eles dizem que vendem “o pedaço”, ou seja, o que os atravessadores e fornecedores pagam um valor fixo pela área plantada, nesse caso, a cana-de-açúcar não é pesada. Como veremos mais adiante, a maior parte dos assentados da região negociam diretamente com as usinas e a cana-de-açúcar é pesada e paga por tonelada. Esse assentamento é um caso à parte dentre os demais.

Os assentados do P.A. Nova Aurora acreditam que as usinas só compram cana-de-açúcar de grandes fornecedores. Não sabemos se por falta de informação, ou por comodidade, mas a maioria escolhe não negociar diretamente com a usina, em consequência, acabam recebendo um valor inferior do que se a venda fosse feita por toneladas, já que os atravessadores e fornecedores consideram uma produtividade de 50 toneladas por hectare e que algumas localidades podem alcançar uma produtividade maior.

Uma outra mudança constatada foi que em 2009, 81% dos assentados disse que a produção de cana-de-açúcar era feita pela própria família e 9% afirmaram contratar mão-de-obra. Já em 2009, o número de assentados que afirmou que contratava mão-de-obra aumentou para 40%. Demonstrando uma limitação na força-de-trabalho familiar nos últimos anos. Nos casos de contratação de mão-de-obra, são os próprios assentados que se encarregam, já que todos são responsáveis pela produção.

Mais uma questão que dialoga com essa é a que questionou porque as famílias assentadas produzem cana-de-açúcar. Em 2009, 64% informou que a cana-de-açúcar era um complemento da renda e, 27%, falou que produzia porque era mais fácil de vender. Já na pesquisa recente, metade dos assentados respondeu que a cana-de-açúcar servia de complemento da renda e a outra metade disse que produzia porque a cana-de-açúcar dava menos trabalho, indicando novamente a problemática relacionada à força-de-trabalho.

Em 2009, 73% dos assentados assegurou que, se houvesse mais incentivos para produção de alimentos e criação de animais, pararia de produzir cana-de-açúcar. Entretanto, em 2019, 70% afirmaram que continuariam produzindo cana-de-açúcar, mesmo se houvessem mais incentivos governamentais para cultivos diversos.

Além da cana-de-açúcar, todos os assentados informaram que também produzem outros gêneros agrícolas, dentre eles:

- 100% produzem inhame, batata doce e feijão e cana-de-açúcar;
- 90% produzem inhame, batata doce, feijão, milho e cana-de-açúcar;
- 80% produzem inhame, batata doce, feijão, milho, fava, fruteiras e cana-de-açúcar;
- 10% produzem inhame, batata doce, feijão, milho, fava, fruteiras, hortaliças e cana-de-açúcar.

Ou, seja, assim como no P.A. Campos de Sementes e Mudas, nenhuma família assentada está produzindo apenas cana-de-açúcar, todos mantêm produção de pelo menos feijão, inhame e batata doce, garantindo a base da subsistência da família.

Esses dados não foram suficientes para nos indicar os porquês do aumento do número de produtores de cana-de-açúcar no P.A. Nova Aurora, mas, junto a alguns depoimentos coletados, conseguimos perpetrar algumas ponderações.

Uma questão importante a ser considerada é o envelhecimento da população assentada e, conseqüentemente a diminuição na força de trabalho familiar. Ademais,

boa parte dos jovens complementa a renda da família se assalariando nas usinas, seja permanentemente, seja sazonalmente, nos momentos de corte.

Além da cana-de-açúcar, a renda das aposentadorias também vem sendo fundamental para o orçamento familiar, já que as parcelas são muito pequenas, bem abaixo do módulo rural da Região que é de 10 hectares.

As dificuldades relacionadas ao acesso à água e à irrigação também foram bastante citadas. Mesmo assim, foi possível conhecermos o caso de um dos assentados que, apesar de também produzir cana-de-açúcar, por ter a parcela numa área de várzea e ter facilidade para irrigar, consegue manter uma produção de frutas e hortaliças bastante diversificadas, produzidas de forma agroecológica, agregando um valor diferencial à produção, que é comercializada, semanalmente, na feira de Pedras de Fogo.

No próximo item, iremos apresentar a análise geral dos dados coletados durante a pesquisa nos assentamentos, focando nosso olhar nas principais transformações observadas entre os anos de 2009 e 2019 e buscando entender qual o papel da produção-de-cana-de-açúcar na vida dos assentados da região atualmente.

Somente no P.A. Nova Aurora, pelo fato dos assentados negociarem sobretudo com atravessadores e fornecedores, 70% dos assentados não possuem nenhum acordo formal, nem participam de nenhuma organização de plantadores de cana-de-açúcar.

5.1.2.2 A Produção de cana-de-açúcar nos assentamentos

Nosso objetivo, neste item, é trabalhar com parte dos dados levantados sobre a produção de cana-de-açúcar nos assentamentos da Mesorregião da Zona da Mata paraibana em 2009, e os dados pesquisados entre os anos de 2018 e 2019. O nosso intuito é traçar um panorama da monopolização do território dos assentamentos da região pelo capital sucroalcooleiro nesse período.

Como já apresentamos, os dados indicam que, das 1.311 famílias assentadas, 426, o que corresponde a 32,5% do total, estavam produzindo cana em 2009. A pesquisa nos revelou que houve uma redução de 133 famílias assentadas produtoras cana-de-açúcar nos últimos 10 anos, representando uma diminuição de 10,2% no total de famílias da amostra pesquisada, e 5,3 % do universo de famílias assentadas na Zona da Mata paraibana atualmente.

O fato de, em 2009, das 120 famílias assentadas pesquisadas 43,7%, o equivalente a 52 famílias, terem aumentado a área planta com cana-de-açúcar, se comparada com o início da produção, e apenas 8,4%, 9 famílias, terem diminuído suas áreas plantadas, atrelado às Políticas Públicas de incentivo à produção de etanol, aos altos preços do açúcar no mercado internacional e as dificuldades por que vinham passando grande parte dos assentados, nos levou a acreditar que nos anos seguintes haveria um aumento, ao menos discreto, no número de famílias produzindo cana-de-açúcar na Mesorregião. Entretanto, esse fato se confirmou apenas em dois assentamentos, já expostos nos itens anteriores.

A partir de agora, assumiremos o desafio de apresentar um pouco sobre às trabalhadoras e os trabalhadores rurais assentados que possibilitaram esta pesquisa. As principais questões que eles nos ajudaram a responder foram: quais as condições de trabalho antes da criação do assentamento?; se participaram da luta pela terra; de qual instituição receberam apoio; a quanto tempo estão produzindo cana-de-açúcar?; o que mais produzem além da cana-de-açúcar?; qual a área ocupada pela cana-de-açúcar na parcela?; se a área com cana-de-açúcar aumentou ou diminuiu nos últimos anos; se já fizeram empréstimos para produzir a cana-de-açúcar; de que forma a cana-de-açúcar é produzida e comercializada?; como é a relação com os usineiros, com o estado e com outras organizações?; e se há relação entre a produção de cana-de-açúcar e possíveis problemas ambientais no assentamento.

Ter acesso aos dados das duas pesquisas nos permitiu, fazer uma análise gráfica e efetivar comparações entre a realidade dos anos de 2009 e de 2019. Nas questões que diziam respeito a realidade anterior ao assentamento, apresentaremos gráficos com os valores brutos e buscamos tirar uma média do percentual de cada variável nos dois anos investigados.

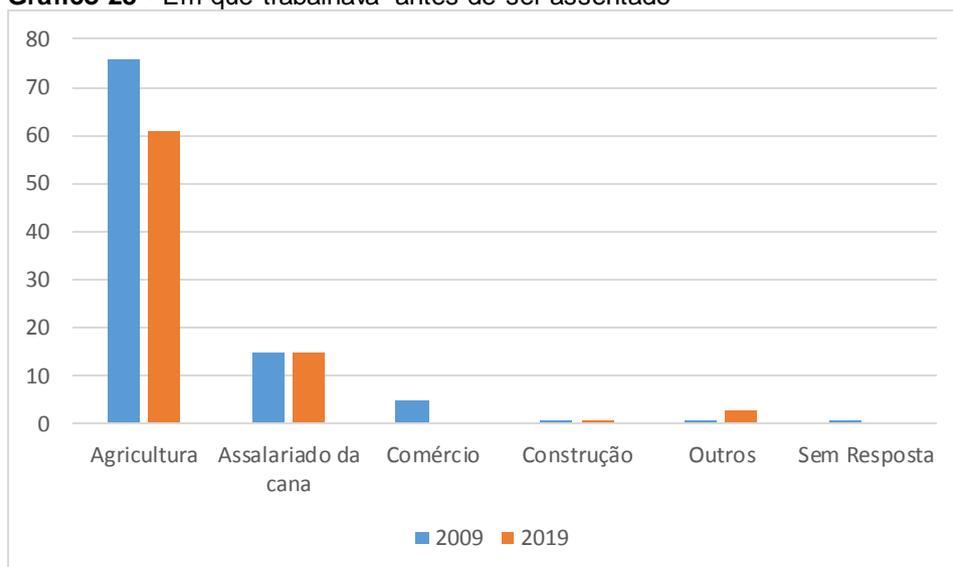
5.2 ORIGEM, ORGANIZAÇÕES DE APOIO NA LUTA DOS ASSENTADOS PLANTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E CONDIÇÕES DE TRABALHO ANTERIORES À POSSE DA TERRA:

Podemos afirmar que, a maior parte dos trabalhadores que participaram da pesquisa, em média de 78%, já trabalhavam na agricultura antes da criação do assentamento. A segunda atividade que mais empregava esses trabalhadores era o trabalho assalariado na produção de cana-de-açúcar, tanto fixo, quanto sazonal, nas

usinas, engenhos, e grandes propriedades produtoras. Cerca de 17% da população entrevistada trabalhava como assalariada da cana-de-açúcar. Em média, 3% afirmou trabalhar no comércio anteriormente. Apenas 1% afirmou trabalhar na construção civil antes de ser assentado, 2% em outras atividades e 1% não respondeu à questão.

No Gráfico 28 abaixo, é possível observar os valores absolutos aos quais estamos nos referindo.

Gráfico 28 - Em que trabalhava antes de ser assentado



Fonte: Pesquisas de Campo - 2009/2019

De fato, a grande maioria da população que hoje vive nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária na Paraíba trabalhava na agricultura anteriormente, ou era filho ou filha de trabalhadores rurais. Como já viemos discutindo ao longo deste trabalho, o camponês da Paraíba segue a lógica do campesinato brasileiro. Trata-se de um trabalhador rural, que trabalha junto à sua família e tem acesso à terra, mas não possui a propriedade da terra.

Sabemos que, não por acaso, pouco antes do trabalho ser livre no Brasil, o acesso à terra foi limitado a quem tivesse condições de pagar por ela. Por isso, as famílias de trabalhadores rurais, para terem o direito de continuar a viver na terra, eram submetidas à extração da renda da terra de diferentes maneiras.

Dentre os assentados que participaram da pesquisa, foi possível identificar a existência de diversas condições para o uso da terra e formas de extração da renda. De acordo com os dados trazidos pelo Gráfico 26, dentre essas condições destacou-se a opção 'Outros', principalmente na pesquisa recente. Apesar de se tratar de uma questão de múltipla escolha, essa questão, em especial, trazia um espaço para a

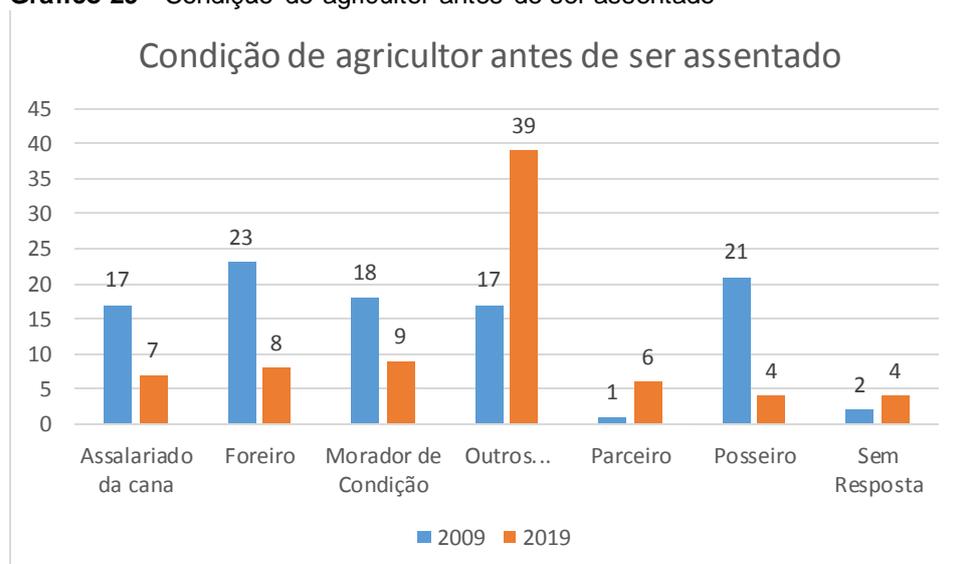
especificação por extenso da condição que não estaria entre as alternativas. Ao analisar essas especificações, pudemos constatar que a grande maioria dos casos se tratava do Cambão, que representava o pagamento de um dia gratuito de trabalho para o dono da terra. No questionário, esse tipo de relação de subordinação corresponderia a opção 'Morador de condição'. A condição, neste caso, seria o trabalho gratuito. Entretanto, muitos trabalhadores da região conhecem essa condição como 'cambão'.

Outras formas de extração da renda identificadas foram o pagamento de um foro anual²⁹. Nestes casos, o trabalhador era intitulado 'foreiro'. Os assentados que eram foreiros representam uma média de 17% dos trabalhadores que responderam à pesquisa. O 'morador de condição', já citado anteriormente, representou uma média de 15% e os 'posseiros', uma média de 13%, assim como os 'Assalariados da cana-de-açúcar'. As relações de parceria só foram identificadas em 4% da população que participou da pesquisa e, 4%, não souberam responder à questão, em geral, porque eram crianças na época.

No caso dos assalariados da cana-de-açúcar, os trabalhadores recebiam baixos salários que serviam como complemento da renda camponesa. Já que lhes era permitido viver na terra e produzir junto à família para garantir a subsistência.

O Gráfico 29 representa esses valores.

Gráfico 29 - Condição de agricultor antes de ser assentado

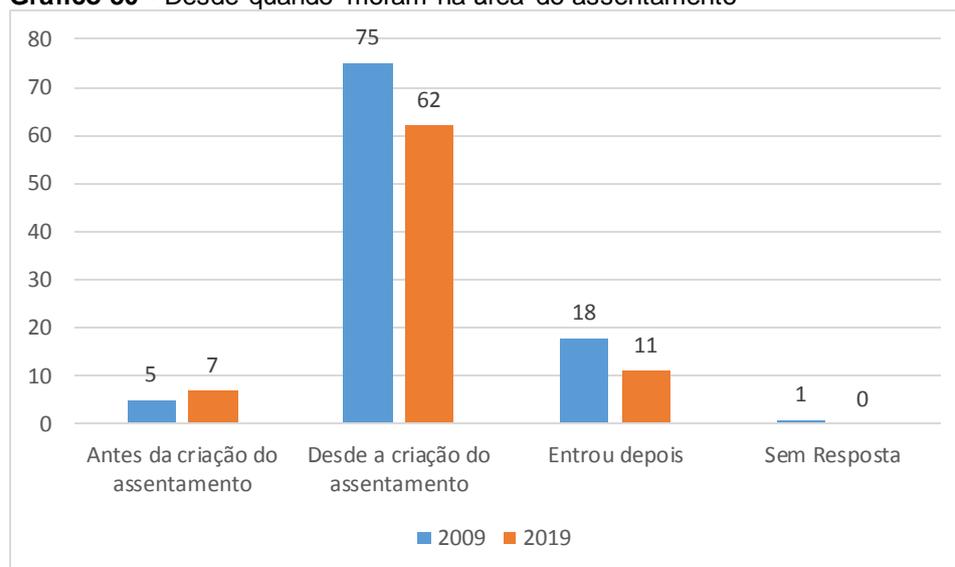


Fonte: Pesquisas de Campo - 2009/2019

Dentre os assentados que participaram da pesquisa, em média 78%, moram no assentamento desde sua criação. Apenas 16% entrou depois e 7% já morava na terra desde antes da criação do assentamento.

O Gráfico 30 também demonstra os dados absolutos a que nos referimos.

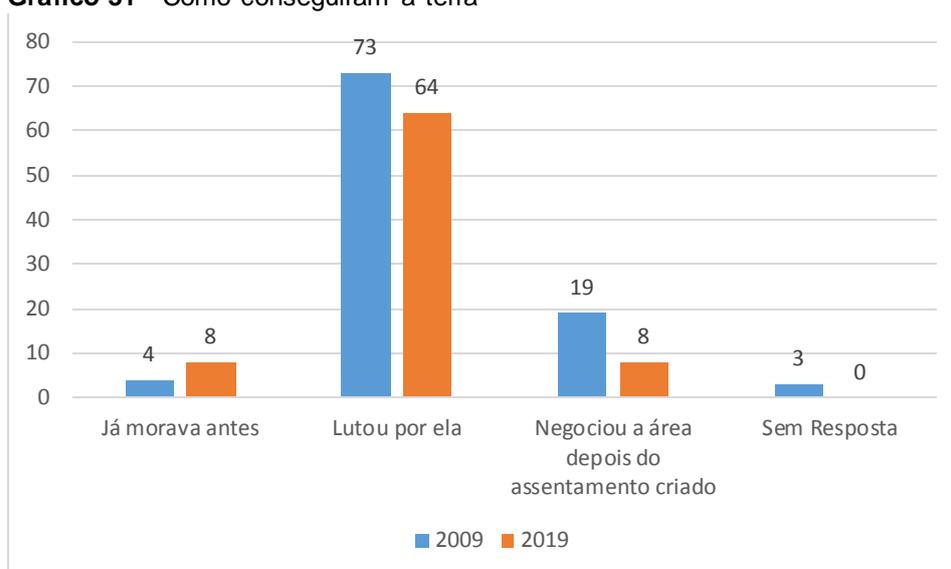
Gráfico 30 - Desde quando moram na área do assentamento



Fonte: Pesquisas de Campo 2009/2019

Com relação ao processo de luta pela terra, de uma maneira geral, os assentados que moram no assentamento desde sua criação participaram do processo de luta pela terra, no caso pesquisado, 78% do público alvo. Uma média de 15% chegou depois do assentamento já criado, por herança ou proximidade com assentados beneficiados, e 7% já vivia na terra desde antes da criação.

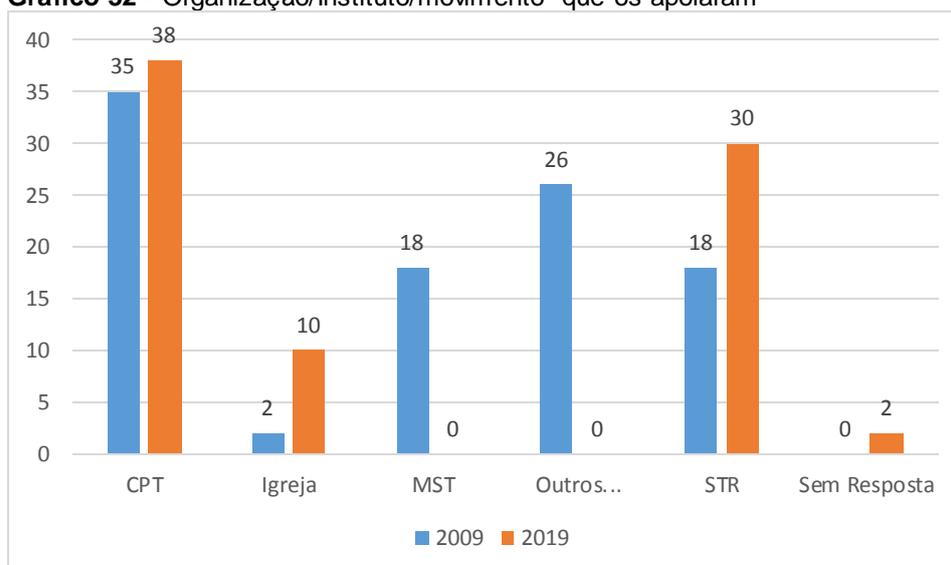
O Gráfico 31 nos permite visualizar melhor essa distribuição.

Gráfico 31 - Como conseguiram a terra

Fonte: Pesquisas de Campo - 2009/2019

Quando perguntados sobre quem os apoiou no processo de luta pela terra e criação do assentamento, o papel da CPT ganha destaque.

Cerca de 43% afirmaram ter sido apoiados pela CPT no processo de luta pela terra. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais aparecem como apoiadores da luta de 29% dos que responderam à pesquisa. O MST foi citado numa média de 9% dos casos, seguido da Igreja, apontada por 8% dos assentados pesquisados.

Gráfico 32 - Organização/Instituto/movimento que os apoiaram

Fonte: Pesquisas de Campo 2009/2019

No que se refere à forma de organização dentro do assentamento, pode-se afirmar que, em todos os assentamentos pesquisados, os assentados e assentadas

se organizam criando uma Associação para o assentamento. Essas Associações possuem uma diretoria eleita por voto direto e secreto, bianualmente. Em geral, os assentados associados se reúnem em Assembleias mensais para discutirem pautas de interesse coletivo.

Em alguns casos, identificamos a existência de Cooperativas, porém, essa forma organizativa não chega a substituir as Associações.

No próximo item, partiremos para uma apresentação e análise de como vem sendo realizado o processo de produção de cana-de-açúcar dentro das parcelas.

5.3 A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR PELOS ASSENTADOS

Nesse momento, iremos tratar das variáveis relacionadas à produção de cana-de-açúcar nas parcelas. A ideia é apresentar os resultados das duas pesquisas realizadas nesse intervalo de dez anos e fazer uma análise comparativa, no intuito de entender como e porque ocorreram as transformações constatadas.

O Gráfico 30 nos traz dados sobre quem é o responsável pela produção da cana-de-açúcar dentro da parcela. Numa primeira análise, já é possível perceber algumas mudanças que merecem destaque. Na pesquisa realizada em 2009, foram identificados 4 casos de arrendamento de terras do assentamento para a produção de cana-de-açúcar. Fato extremamente preocupante. O arrendamento das terras da parcela para produzir para o agronegócio canavieiro representaria uma das piores faces do processo de monopolização do território camponês pelo capital, pois o assentado perderia completamente o controle sobre a terra e o processo produtivo, o capital passaria a determinar as formas de uso da terra e, paralelamente a isso, os assentados perderiam suas autonomias, tornando-se dependentes dessa renda e colocando em risco a soberania alimentar da família.

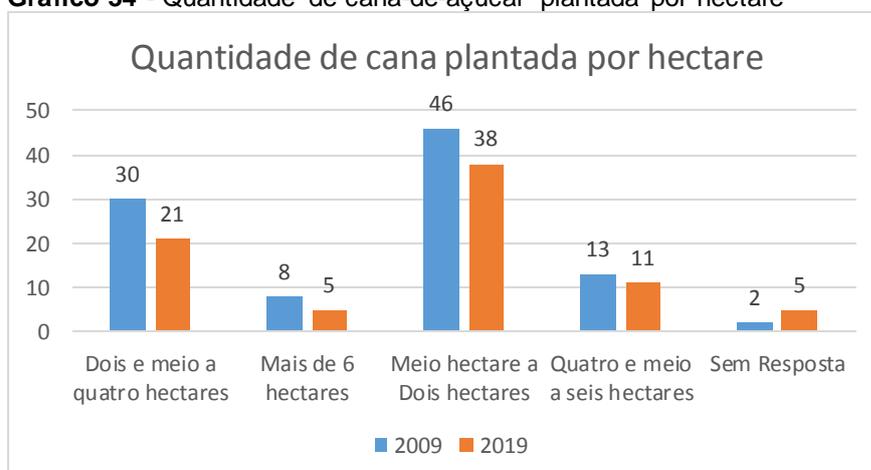
Todavia, na pesquisa recente, não constatamos, nem soubemos de nenhum caso de arrendamento. Todos os assentados que participaram da pesquisa eram responsáveis por suas produções, junto com suas famílias. Houve casos de algum parente ou amigo produzir a cana-de-açúcar na terra do assentado, mas nada que caracterizasse uma relação de arrendamento.

Gráfico 33 - De quem é a cana-de-açúcar produzida

Fonte: Pesquisas de Campo - 2009/2019

No tocante à espacialização da cana-de-açúcar dentro das parcelas, constatamos que, de fato, a cana-de-açúcar vem diminuindo em todas as classes de valores indicadas. A maior parte dos assentados se mantém produzindo entre meio e dois hectares de cana-de-açúcar. O percentual de produtores que produzem entre meio e dois hectares teve um aumento discreto, passou de 46% do total dos assentados que produziam cana-de-açúcar em 2009 para 49% dos que produziam em 2019.

Já o percentual dos assentados que produziam de dois e meio a quatro hectares sofreu uma diminuição de 30% para 27%. Os que produziam em áreas de quatro e meio a seis hectares, apesar de terem diminuído em valores absolutos, como pode ser observado no Gráfico 34, aumentaram de 13% em 2009, para 14% em 2019.

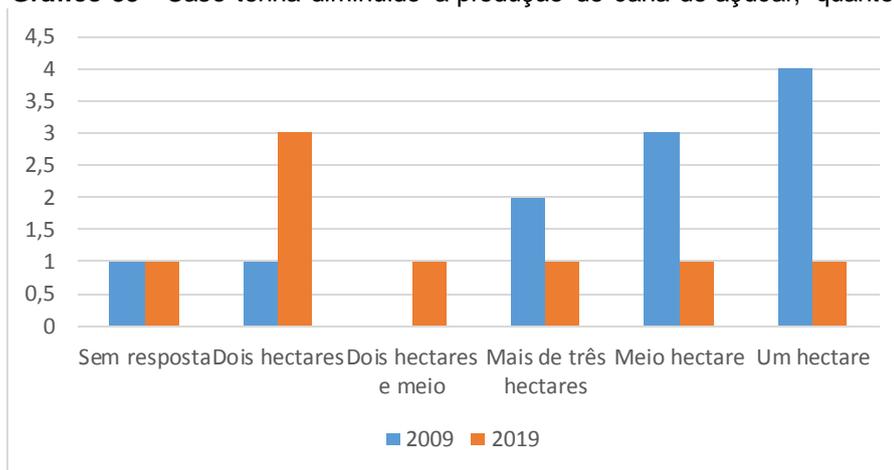
Gráfico 34 - Quantidade de cana-de-açúcar plantada por hectare

Fonte: Pesquisas de Campo - 2009/2019

Os que possuíam mais de seis hectares de cana-de-açúcar produzida representam uma minoria, inclusive, grande parte dos assentados da região possui parcelas com áreas inferiores a seis hectares. Todavia, esse valor também vem diminuindo. A pesquisa indica que, em 2009, 8% dos assentados pesquisados produziam em mais de seis hectares, mas, em 2019, esse valor reduziu para 6% do total pesquisado. Vale ressaltar que cerca de 6% dos participantes da pesquisa em 2019, o correspondem a 5 assentados, não souberam responder qual a área total que produziam de cana-de-açúcar.

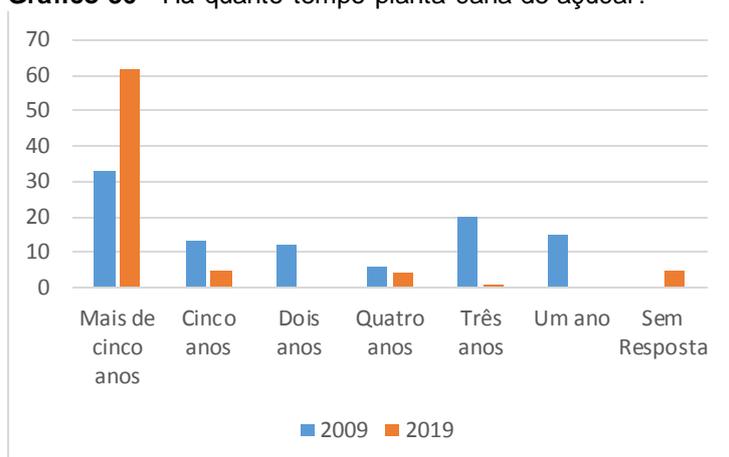
Dentre os que afirmaram ter diminuído a área plantada em 2019, apenas 3 assentados diminuíram o equivalente a dois hectares, os outros cinco assentados diminuíram áreas variadas entre meio, um, dois e meio, e mais de três hectares de diminuição, como está demonstrado no Gráfico 35.

Gráfico 35 - Caso tenha diminuído a produção de cana-de-açúcar, quantos hectares a menos?



Fonte: Pesquisas de Campo, 2009/2019.

Ao avaliar os dados recentes que indicam há quanto tempo os assentados estão produzindo cana-de-açúcar, constatamos que a maior parte deles, o equivalente a 81% do total (62 assentados), já produz há mais de 5 anos. Dentre os que iniciaram a produção mais recentemente, 6% (5 assentados) afirmaram produzir há cinco anos, 4% (4 assentados) disseram que produziam há quatro anos, 1% (1 assentado) alegou produzir há três anos e 6% (5 assentados) não souberam responder há quanto tempo produziam. O Gráfico 36 vem trazendo os valores absolutos aos quais estamos nos referindo.

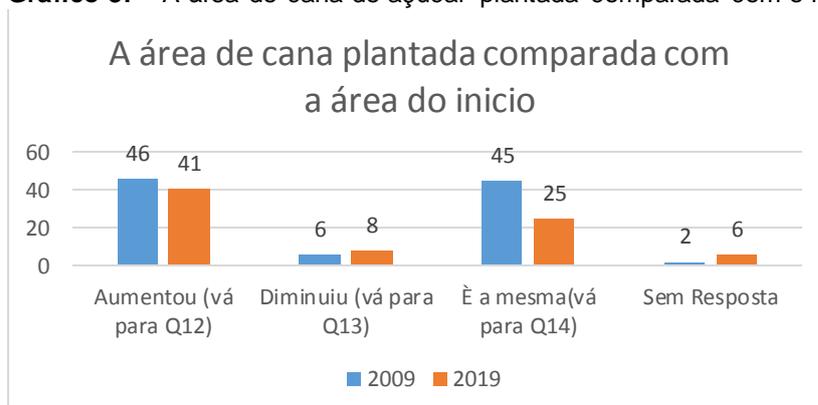
Gráfico 36 - Há quanto tempo planta cana-de-açúcar?

Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

Assim como em 2009, os dados indicam que, no decorrer dos anos, a maior parte dos assentados aumentou a área plantada com cana-de-açúcar, se comparada com a área plantada inicialmente. Esse percentual, que era de 46%, aumentou para 53% do total em 2019. O número de assentados que mantiveram a mesma área produzida, que representavam 45% do total pesquisado em 2009, reduziu para 32% em 2019.

O equivalente a 6% dos assentados pesquisados afirmou ter diminuído suas produções em 2009. Já em 2019, esse valor representa 10% do total pesquisado. Nesse ano, 8% (6 assentados), não soube responder a essa questão.

Abaixo, no Gráfico 37, estão representados os dados absolutos da variação da área plantada em 2009 e 2019.

Gráfico 37 - A área de cana-de-açúcar plantada comparada com o início da produção

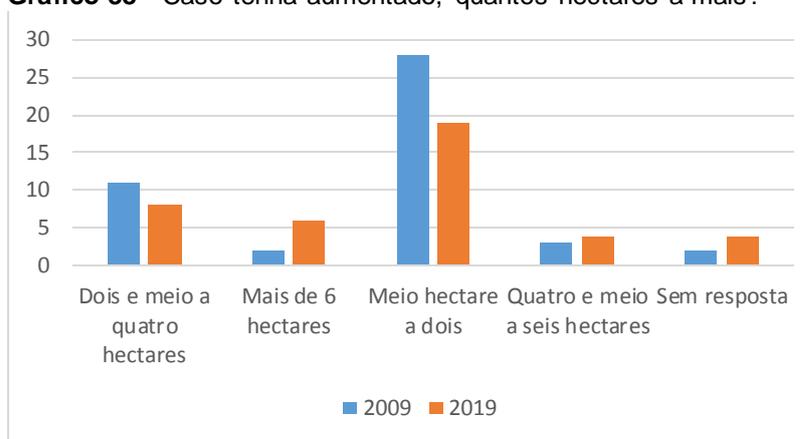
Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

Considerando apenas os assentados que afirmaram ter aumentado a área plantada com cana-de-açúcar, podemos afirmar que os que aumentaram suas áreas

plantadas de ‘meio a dois hectares’, que em 2009 representavam 60% dos que tinham aumentado, atualmente representam apenas 46% dos que ampliaram a produção.

Os que acresceram a área plantada de ‘dois e meio a quatro hectares’, que, em 2009, representavam 24% do total que expandiu, atualmente, representam 19,5%. Já o percentual dos que tiveram um aumento de ‘quatro e meio a seis hectares’ sofreu um aumento de 4% em 2009, para 15% em 2019. Em torno de 10% dos assentados não souberam responder a área exata aumentada.

Gráfico 38 - Caso tenha aumentado, quantos hectares a mais?



Fonte: Pesquisas de Campo 2009/2019

Uma questão muito importante a ser considerada é a motivação que levou os assentados a decidirem produzir cana-de-açúcar dentro de suas parcelas. Em 2009, 62% (61 assentados), afirmaram produzir cana-de-açúcar por conta do ‘mercado garantido’, tendo em vista que quem produzisse cana-de-açúcar tinha venda certa e, diante das dificuldades de escoamento da produção e comercialização – problema que alguns assentados afirmavam enfrentar e ainda hoje afirmam, sobretudo nos assentamentos que estão mais distantes das estradas e cidades – a cana-de-açúcar acabava por se tornar uma alternativa de cultivo comercial com saída assegurada.

O cenário atual nos apresenta uma realidade diferente, se o mercado garantido teve destaque dentre os motivos apontados pelos assentados para produzirem cana-de-açúcar em 2009, hoje em dia, o fato da produção de cana-de-açúcar demandar menos força-de-trabalho vem sendo a causa mais citada. Essa alternativa foi apontada em 56% dos casos pesquisados. Enquanto os que afirmaram que o motivo era o mercado garantido, caíram de 62%, em 2009, para 21% em 2019.

Atualmente, a questão que mais vem sendo colocada como motivadora da produção de cana-de-açúcar é o fato dessa produção dar menos trabalho. De acordo

com os assentados, a produção de cana-de-açúcar é considerada menos trabalhosa em vários sentidos. Os principais motivos indicados foram:

a) o fato da cana-de-açúcar, mesmo após a queima e o corte, ser capaz de brotar 5 safras, no mínimo. Havendo depoimentos extremos de produtores que afirmaram possuírem a mesma cana-de-açúcar produzindo há mais de 18 anos. Alguns assentados expuseram que ao chegaram no assentamento, há mais de 10 anos, muitos deles já receberam a parcela com cana-de-açúcar plantada e que, com cuidado no trato e irrigação, alguns conseguiram manter essas canas produtivas até hoje em dia;

b) o fato de a cana-de-açúcar só necessitar de uma ou duas limpas por ano, em contrapartida a outros cultivos que necessitam de tratos diários ou semanais;

c) o fato da cana-de-açúcar ser mais resistente à seca, sendo produzida, na maioria dos casos, sem irrigação;

d) o fato do corte e do transporte não serem da responsabilidade dos produtores e sim de quem as compra, seja usineiro, seja atravessador.

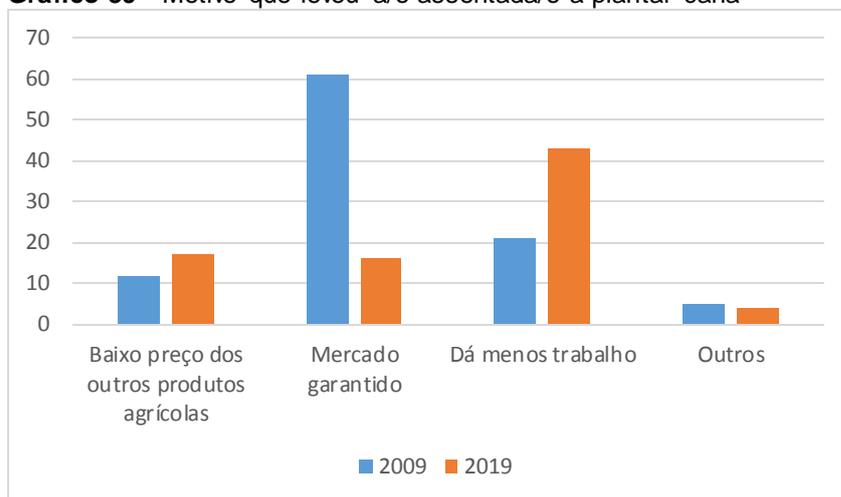
Os 'baixos preços dos outros produtos agrícolas' também foram apontados como motivadores da produção de cana-de-açúcar. Como nem todos possuem acesso à água e infraestrutura para irrigação, grande parte dos assentados fica dependendo das águas das chuvas para conseguirem produzir. Entretanto, esse é mais um dos dilemas por que passam boa parte dos assentamentos da região, nos momentos em que chove, há uma elevação na produtividade em toda região e, conseqüentemente, no montante disponibilizado para comercialização.

Esse aumento da oferta vem resultando na baixa dos preços pagos pelos atravessadores. Ouvimos vários depoimentos de assentados que afirmaram que, em 2018, por conta das chuvas e do aumento da oferta o quilo da macaxeira chegou a R\$0,20. Fazendo com que passe a não compensar o investimento, nem a força de trabalho empregada na produção e no arranque. Um desses depoimentos foi o de uma assentada do P.A. Massangana I, no município de Cruz do Espírito Santo.

A pessoa investir 900,00 pra botar 2 hectares de macaxeira pra quando for tirar os atravessador querer pagar vinte centavo, pra num da pra pagar nem o trabalhador pra arrancar, eu prefiro deixar aí pro gado, do que vender a esse preço. Depoimento de assentada do P.A. Massangana I em março de 2019

No Gráfico 39, apresentamos os dados absolutos que demonstram os principais motivos que levaram os assentados a produzirem cana-de-açúcar nas duas pesquisas.

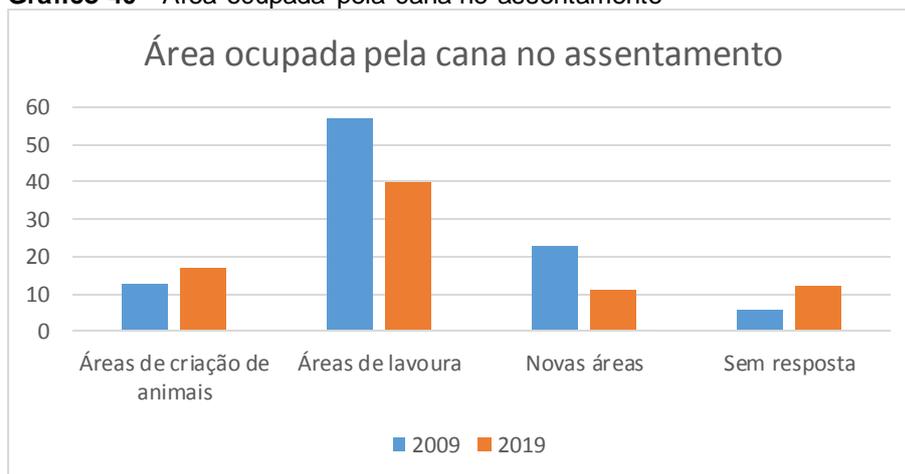
Gráfico 39 - Motivo que levou a/o assentada/o a plantar cana



Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

Outra variável investigada foi quais as áreas ocupadas pela cana-de-açúcar dentro das parcelas. Se ela ocupou antigas áreas de policultura de alimentos, áreas de criação de animais, ou novas áreas. No Gráfico 40, podemos visualizar melhor esses dados.

Gráfico 40 - Área ocupada pela cana no assentamento



Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

Ao analisar os dados, constatamos que tanto na pesquisa anterior, quanto na pesquisa recente, foi indicado que a cana-de-açúcar ocupou principalmente áreas que antes eram destinadas a lavouras. Em 2009, o percentual de famílias que afirmou que a cana-de-açúcar ocupou áreas de lavouras correspondia a 58%. Já em 2019, foram

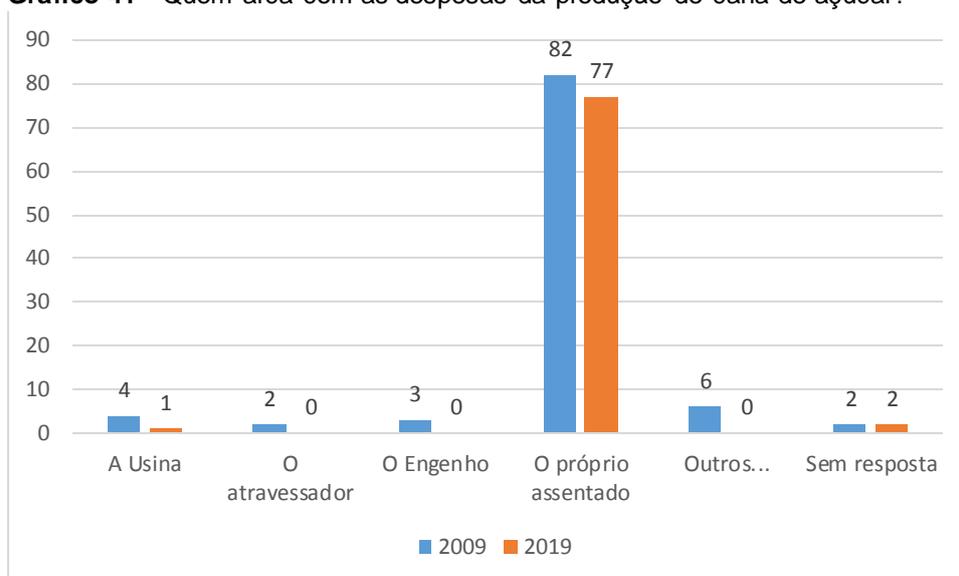
52%. O percentual de famílias que afirmou que a cana-de-açúcar ocupou áreas que eram destinadas à criação de animais teve uma elevação de 13%, em 2009, para 22%.

Vale advertir que esses assentamentos foram criados em áreas historicamente ocupadas pela monocultura canavieira, inclusive, como já citamos anteriormente, alguns assentados chegaram a receber as parcelas com canaviais já plantados. Dentro desse contexto, alguns assentados já receberam a parcela com sinais de degradação, sem a cobertura vegetal e com solo desgastado pelo cultivo, pelas queimas e pelo uso de agrotóxicos.

Um fato que notamos é que, geralmente, as áreas de Reserva Legal³⁰ dos assentamentos da região, muitas vezes são coletivas. Os assentados buscam preservar coletivamente fragmentos de Mata Atlântica, Mata Ciliar e áreas próximas a nascentes. Existem alguns casos em que o assentado e sua família, reflorestaram parte da parcela e garantiram sua área própria de preservação, como verificado no P.A. Dona Helena, P.A. Santa Helena, dentre outros.

Uma questão que merece destaque é a relacionada a quem arca com as despesas da produção de cana-de-açúcar. Na primeira pesquisa, foi identificado que 83% dos assentados arcavam com as despesas do processo produtivo, mas que em 17% dos casos, eram outras pessoas que se responsabilizavam pelos custos da produção. Geralmente esses gastos eram abatidos na primeira safra. Analisando esses 17%, vimos que em 4% dos casos (4 assentados), era a Usina que tinha arcado com as despesas da produção; em 2% (2 assentados), o atravessador; em 3% (3 assentados), o Engenho; e em 6%, (6 assentados), outras pessoas.

Na pesquisa de 2019, identificamos apenas um episódio em que a Usina arcou com as despesas da produção de cana-de-açúcar do assentado. Em todos os outros casos, foram os próprios assentados que se responsabilizaram pelos custos e controle da produção. Observe o Gráfico 41.

Gráfico 41 - Quem arca com as despesas da produção de cana-de-açúcar?

Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

Os assentados são conscientes das desvantagens existentes em deixar que a Usina, o Engenho ou os atravessadores assumam os custos de produção. Nos depoimentos que colhemos eles se queixam dos descontos efetivados no total apurado e afirmam saber que são cobrados valores acima dos de mercado. Outro ponto negativo apontado é que, nesses casos, eles tornam-se obrigados a vender a cana-de-açúcar para quem investiu na produção, fazendo com que eles percam a possibilidade de negociação no momento da comercialização.

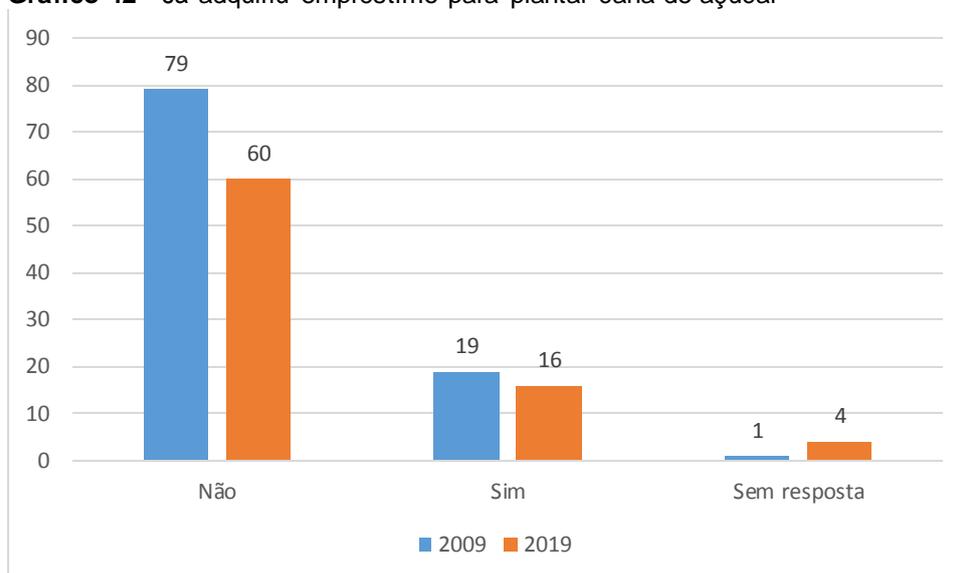
Uma coisa que constatamos foi que os assentados só aceitam essa condição quando de fato não têm outra forma de arcar com as despesas. Os dados revelam que, à medida que foram tendo condições de assumir esses custos, os assentados que antes dependiam de terceiros para garantir suas produções, foram, gradativamente, tornando-se independentes.

Outra questão investigada foi a relacionada a aquisição de empréstimos para produção de cana-de-açúcar. Percebemos um leve aumento no percentual de assentados que adquiriu esse empréstimo, apesar desse aumento não ser constatado em termos absolutos, o percentual elevou de 19%, em 2009, para 21% em 2019 (Gráfico 42).

Mas é fato que a grande maioria continua sem contrair esses créditos, os assentados que nunca pegaram empréstimos para produzir representam, hoje, 78%, do total. Em 2009 esse valor era de 80%. A diminuição do percentual dos assentados

que nunca se renderam aos empréstimos acaba por indicar um pequeno aumento nesse quesito.

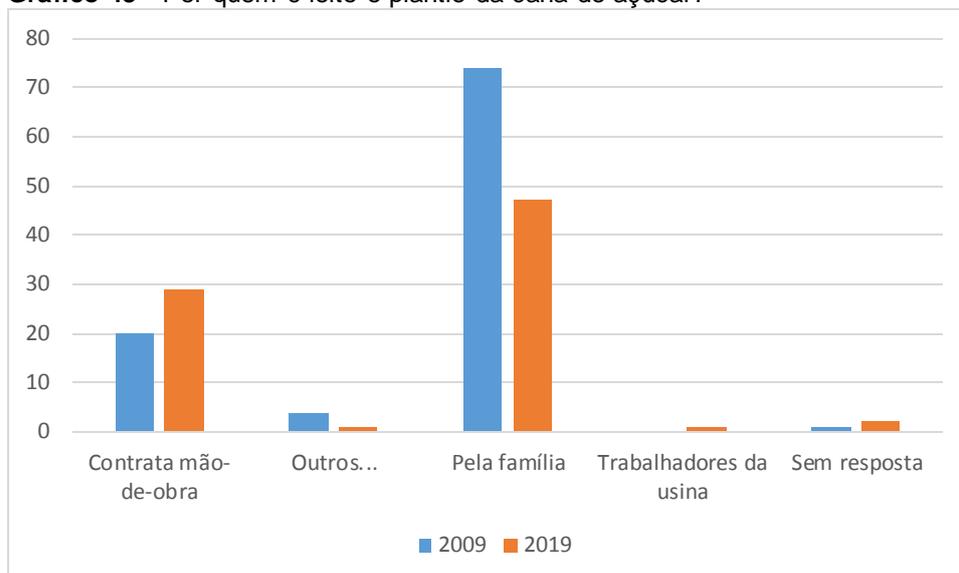
Gráfico 42 - Já adquiriu empréstimo para plantar cana-de-açúcar



Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

Somente no Assentamento Santa Helena, os assentados afirmaram terem sido beneficiados por uma linha de empréstimos para “Tratos e Cultivos” do Banco do Nordeste³¹. Os demais alegaram que os empréstimos eram contraídos diretamente nas Usinas, sendo descontado no momento da comercialização.

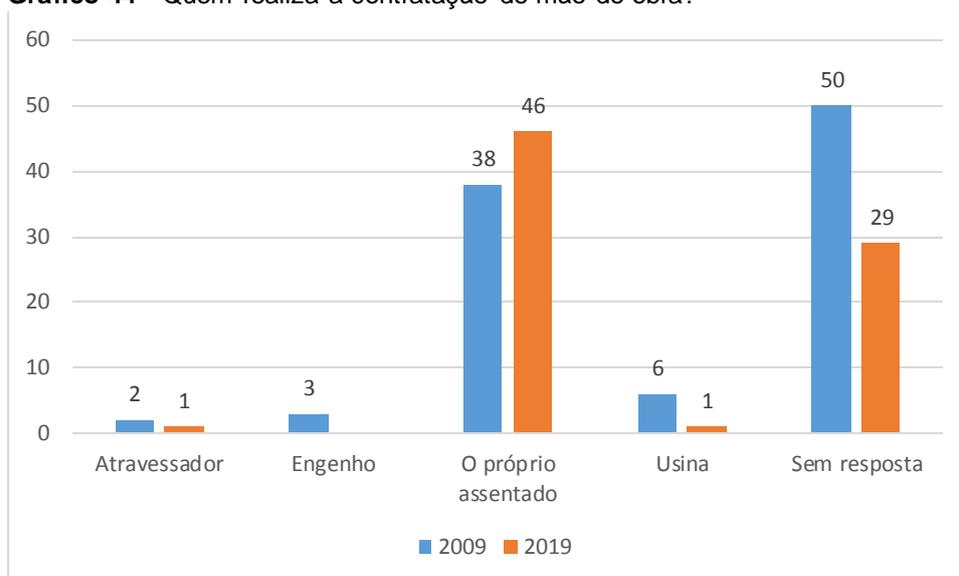
Sobre a mão de obra empregada no plantio da cana-de-açúcar, na maioria dos casos, a força-de-trabalho familiar ainda vem sendo suficiente. Porém o percentual de assentados que contrata mão-de-obra para o plantio vem se elevando. Se em 2009, 20% dos assentados contratavam trabalhadores para fazer a plantação, em 2019, esse valor foi elevado para 38%. Esse processo ocorre paralelamente a diminuição do emprego da força-de-trabalho familiar nessa etapa da produção. Os canaviais feitos pela família, que em 2009, representavam 75% dos casos, sofreram uma redução de 60%.

Gráfico 43 - Por quem é feito o plantio da cana-de-açúcar?

Fonte: Pesquisas de Campo 2009/2019.

No tocante a quem realizava a contratação dessa mão-de-obra, dentre os assentados que responderam à questão, apenas um indicou que a mão-de-obra era contratada pela Usina e outro que era contratada pelo Atravessador, todos os demais, cerca de 70%, demonstraram que, no caso da necessidade de contratação de mão-de-obra é o assentado que se responsabiliza pelo acordo com o trabalhador.

Geralmente são contratados trabalhadores do próprio assentamento e apenas nos momentos em que há necessidade. De acordo com os depoimentos escutados nos assentamentos, atualmente, uma diária de trabalho no campo corresponde a R\$50,00 e em geral elas são para plantio, realização de limpas, colheitas e aplicação de agrotóxicos e fertilizantes.

Gráfico 44 - Quem realiza a contratação de mão de obra?

Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

Hoje em dia, ao menos para o preparo da terra para o plantio, pode-se dizer que praticamente todos os assentados utilizam o auxílio do trator. Em geral, os tratores são alugados por R\$100,00 a hora. Conseguimos constatar dois casos em que os assentados tiveram tanto sucesso em suas produções que conseguiram adquirir seu próprio trator. Atualmente, eles além de usarem o trator para atender suas necessidades, costumam alugar a hora para os demais assentados.

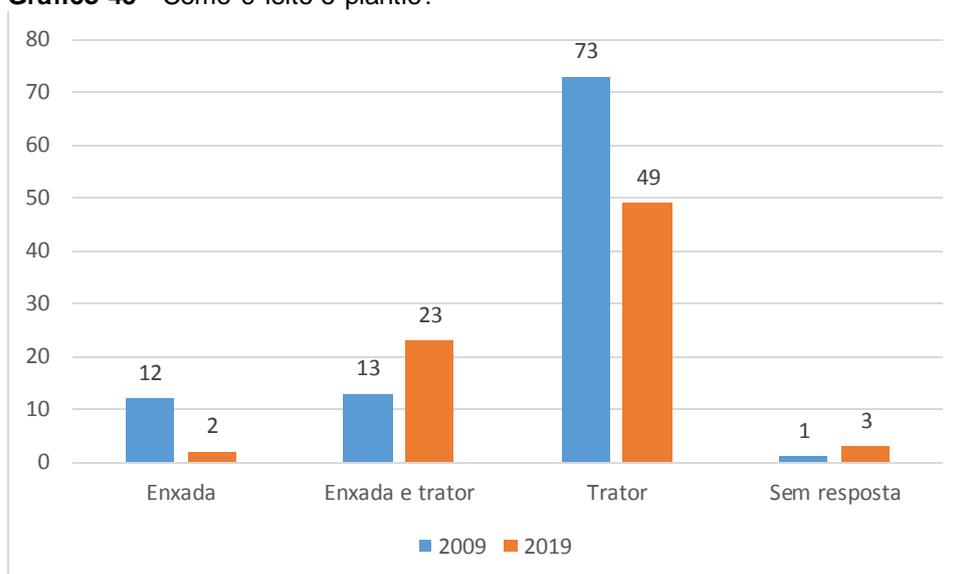
Não podemos deixar de mencionar que esses assentados que tiveram êxito, um do P.A. Massangana I e outro do P.A. Santa Helena, possuem suas parcelas em áreas privilegiadas do ponto de vista geográfico, sobretudo no que se refere à oferta hídrica. Nesses casos, é possível constatar a alegria e o bem viver dessas famílias no campo. As famílias conseguem se manter produzindo para sua subsistência, comercializando o excedente e alguns produtos comerciais específicos, que servem como complemento da renda camponesa. Assim, garantem uma receita distribuída ao longo do ano que possibilita que as suas necessidades de reprodução e bem-estar sejam atendidas.

Reflexo disso são os dois filhos do assentado do P.A. Massangana I. Todos os dois moram com a família, no assentamento, e trabalham produzindo na terra junto com os pais, todos trabalham coletivamente, mas cada um possui seu roçado individual. É notável também que essa parcela, especificamente, por se tratar de uma família que já vivia na terra há muitos anos e durante o conflito lutou apenas pela permanência na terra, fez com que, no momento da criação do assentamento, a

família fosse mantida onde já vivia, fazendo com que ela, além de ocupar esse espaço com melhores condições de irrigação, recebesse também uma parcela um pouco maior que a dos assentados que moram na agrovila.

Quando os assentados afirmam que utilizam enxada e trator no plantio significa que o trator será usado para arar a terra e os demais tratos serão feitos com ajuda da enxada. Mesmo os que afirmaram utilizar somente o trator, acabam por usar a enxada vez ou outra.

Gráfico 45 - Como é feito o plantio?



Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

Como vemos no Gráfico 45, apenas 2 assentados afirmaram utilizar somente a enxada no plantio da cana-de-açúcar, esses casos acontecem quando as condições financeiras do assentado são tão limitadas que o mesmo não consegue manter o aluguel do serviço e por isso, acaba arando manualmente ou com ajuda da tração animal. Jamais realizar essa atividade somente com a enxada é uma opção do assentado, prova disso é a gradativa diminuição do percentual dos que realizam esse trabalho manualmente. Em 2009, 12% dos assentados pesquisados afirmaram usar apenas a enxada para realizar o plantio, agora, em 2019, esse percentual caiu para 3%, demonstrando que quase todos os assentados tiveram acesso ao aluguel de tratores.

Uma constatação preocupante é o aumento do uso de adubos químicos nas produções. Esse valor, que já era elevado em 2009, correspondendo a 45% do total

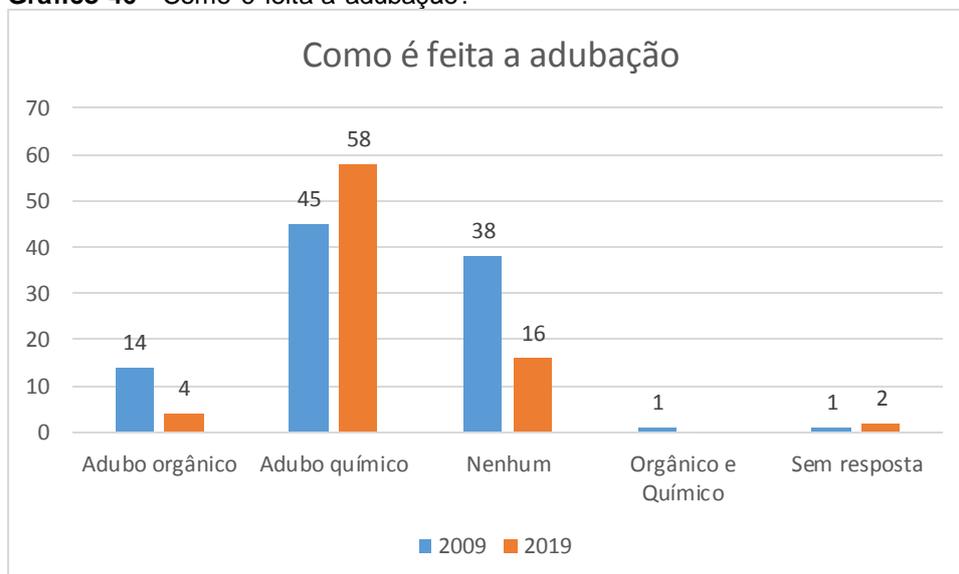
de produtores, atualmente compreende 75% dos assentados que produzem cana-de-açúcar.

Assim como no caso do uso do trator, muitas famílias não realizam a adubação química por falta de condições para adquirir os insumos, nesses casos, quando sentem a necessidade de adubar, utilizam os adubos orgânicos que têm à disposição ou, quando não os tem, as dificuldades financeiras os fazem seguir sem utilizar fertilizantes.

Poucos são os casos em que os assentados não utilizam nenhuma forma de adubação química por consciência ecológica. Quando ocorre de eles não usarem, em geral, é por falta de condições financeiras. Somente no P.A. Dona Helena, encontramos casos de assentados que mantêm produções agroecológicas e dentro delas também a produção de cana-de-açúcar.

Prova disso é que o percentual de assentados que utilizam adubo orgânico para adubar a cana-de-açúcar caiu de 14%, em 2009, para 5%, em 2019. Indicando que uma possível melhora nas condições sociais nos últimos dez anos, pode ter favorecido o acesso à compra de fertilizantes de parte dos assentados que antes não conseguiam garantir a compra desses insumos (Gráfico 46).

Gráfico 46 - Como é feita a adubação?



Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

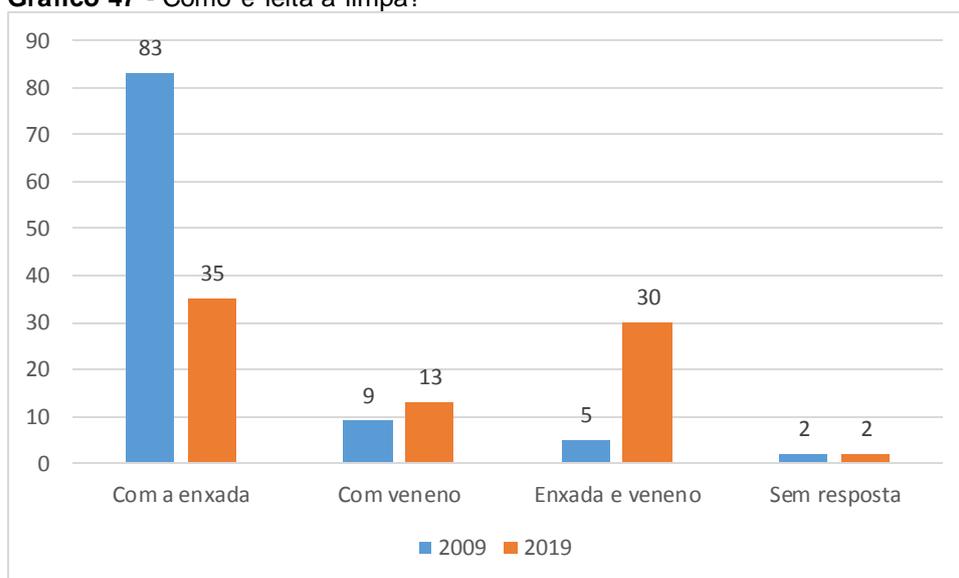
Durante o ano, é recomendada que seja realizada ao menos uma limpa no canavial, para retirar matos e outras ervas que nascem ao redor da cana e acabam atrapalhando a circulação dentro da plantação. Essa limpa pode ser realizada

manualmente, com o uso da enxada, ou utilizando agrotóxicos que matam toda a vegetação que envolve a cana-de-açúcar.

O número de assentados que utilizavam somente a enxada para fazer a limpa dos canaviais caiu de 84%, para 45% dos produtores. Isso significa que muito mais assentados passou a usar esses venenos, chamados, não por acaso, de herbicidas, no intuito diminuir a ideia dos riscos que eles provocam para a natureza e para os seres humanos passada pelo termo agrotóxico.

Já os percentuais, tanto dos que afirmaram que utilizam veneno, quanto dos que disseram usar enxada e veneno subiram bastante. Confirmando a afirmativa inicial de que a utilização de agrotóxicos na produção de cana-de-açúcar dentro dos assentamentos também vem aumentando. O percentual dos que realizavam a limpa somente com o veneno subiu de 9%, para 17%. E o dos que alegaram usar enxada e veneno, teve um salto de 5%, em 2009, para 39%, na pesquisa mais recente.

Gráfico 47 - Como é feita a limpa?



Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

O uso de agrotóxicos pelos camponeses é um fato que sempre vai nos incomodar, sobretudo porque sabemos que, na maioria dos casos, eles não utilizam todos os equipamentos de segurança necessários para a aplicação desses insumos. De qualquer forma, mesmo quando usam esses equipamentos, acabam por contaminar o solo, lençóis subterrâneos e os cultivos em geral, colocando a natureza e a saúde da família em risco.

Triste constatar que alguns assentados que sabem dos riscos que correm ao aplicar os agrotóxicos acabam contratando outros trabalhadores, muitas vezes do próprio assentamento, para realizar esse ofício, fazendo com que um outro assentado, em uma situação mais precarizada, acabe por aceitar o serviço e correr os riscos.

A partir de agora, tentaremos compreender de que forma vem ocorrendo o processo de comercialização da cana-de-açúcar produzida nos assentamentos da Zona da Mata e identificar quais foram as principais transformações constatadas ao longo desses últimos dez anos.

5.4 O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR

O processo de escoamento e comercialização da produção agrícola comumente se apresenta como uma das maiores dificuldades vividas pelos assentados. A falta de transporte e a distância das parcelas para as estradas fazem com que, muitas vezes, os assentados fiquem à mercê dos atravessadores que circulam pelos assentamentos da região.

No caso da produção de cana-de-açúcar, os assentados não têm essa preocupação. Como já vimos anteriormente, se ele estiver disposto a aceitar as condições e preços oferecidos pelas usinas, a venda é garantida. Também já observamos que esse fato é frequentemente apontado como um dos motivos que os levam a produzir cana-de-açúcar.

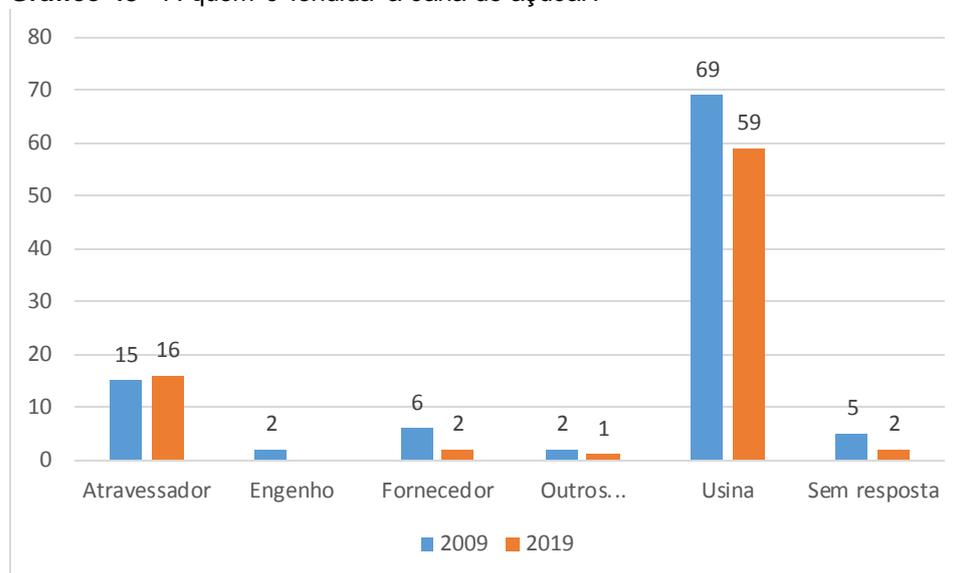
A partir desse momento, apresentaremos a parte da pesquisa que traz os resultados das questões relacionadas com o processo de comercialização da cana-de-açúcar pelos assentados.

As usinas foram e continuam sendo o principal destino da cana-de-açúcar produzida nos assentamentos. Se, antes, elas representavam 70% dos compradores, atualmente esse percentual aumentou para 77%. Demonstrando assim a grande dependência do camponês assentado produtor de cana-de-açúcar com o agronegócio canavieiro. Não existem outros compradores com o potencial das usinas. Mesmo a cana-de-açúcar que é comprada pelos atravessadores e fornecedores, no fim das contas, terá como destino principal algumas usinas.

Uma outra verificação é que o percentual de assentados que vende a produção de cana-de-açúcar para atravessadores subiu de 15%, para 21%. Apenas o percentual de assentados que vende para fornecedores de cana-de-açúcar que

diminuiu. Em 2009, esse percentual que era de 6%, caiu para 3% em 2019. Como é possível verificar no Gráfico 48.

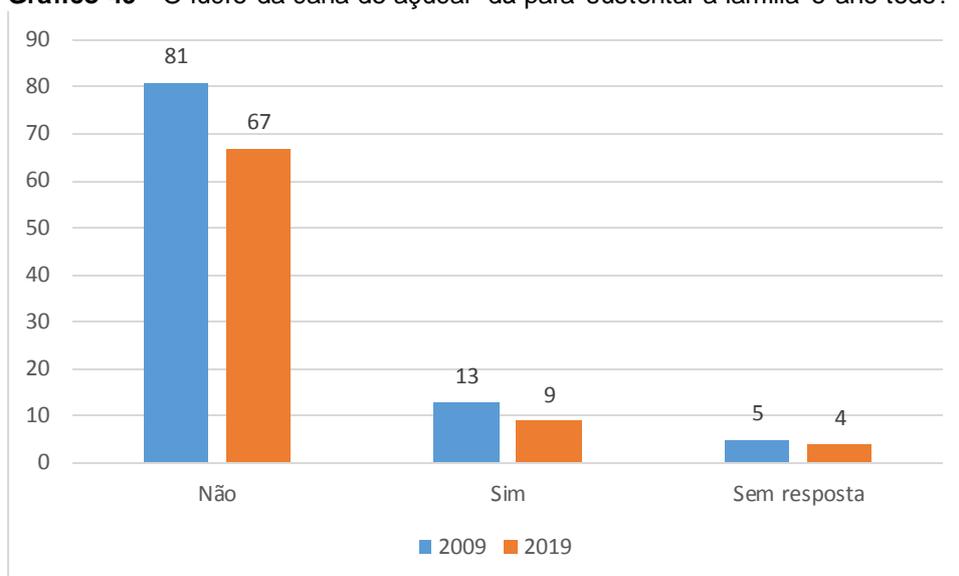
Gráfico 48 - A quem é vendida a cana-de-açúcar?



Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

Ao serem questionados sobre se o lucro da cana-de-açúcar era suficiente para sustentar a família o ano todo, um número expressivo de assentados respondeu que não, que o lucro não é suficiente. O percentual de assentados que afirmaram não conseguir se manter todo o ano com o dinheiro adquirido com a cana-de-açúcar aumentou de 82%, em 2009, para 87%, em 2019.

Em contrapartida, o percentual de assentados que disseram que o lucro obtido com a produção de cana-de-açúcar dá para sustentar a família o ano todo diminuiu de 13%, para 12% e os 5% restante dos assentados pesquisados, nas duas pesquisas, não souberam responder essa questão.

Gráfico 49 - O lucro da cana-de-açúcar dá para sustentar a família o ano todo?

Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

Dá para perceber com clareza que somente em poucos casos o lucro obtido com a venda da cana-de-açúcar garante o sustento da família assentada. As famílias que garantiram isso, na maioria das vezes, possuem uma produção de subsistência e/ou algum membro da família aposentado, o que assegura uma renda monetária mensal ao orçamento familiar, já que a cana-de-açúcar possui somente uma safra anual.

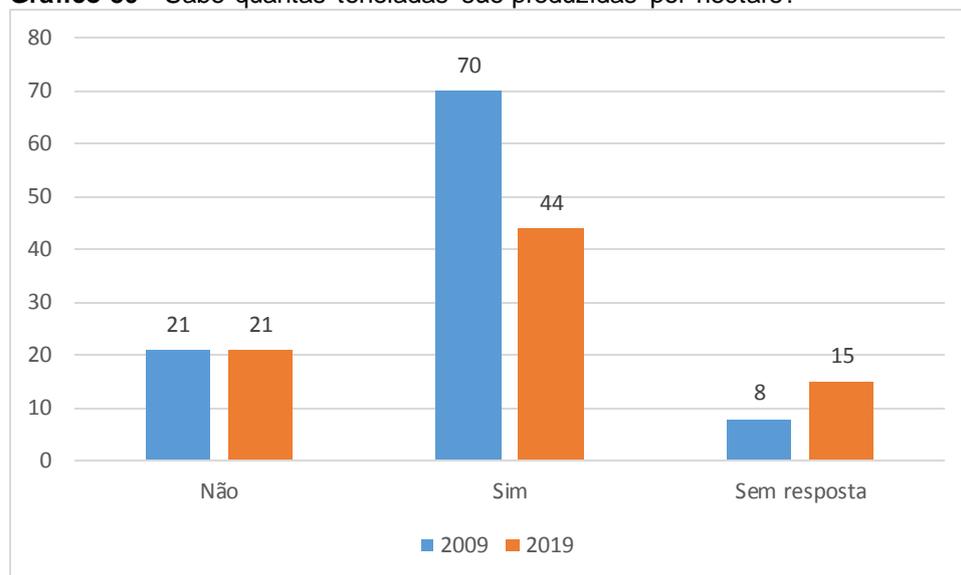
A produtividade dos canaviais varia segundo alguns critérios, dentre eles: fertilidade do solo, declividade, irrigação, adubação. As áreas de várzeas, seguramente são as mais produtivas. Apesar da ASPLAN aceitar como média de produção por hectare, 50 toneladas de cana-de-açúcar, esse valor varia bastante de uma área para outra, fazendo com que algumas parcelas acabem atingindo níveis de produtividade bem particulares.

Aos poucos, os assentados vão entendendo como essa produtividade varia a cana safra, também chamadas por eles de 'folhas'. Geralmente, as primeiras são as mais produtivas. A tendência é que a cada folha essa produtividade diminua, a não ser que hajam investimentos em adubação para recuperar o solo.

A maioria dos assentados afirmaram saber a média de toneladas de cana-de-açúcar que produzem por hectare em suas parcelas. Todavia, o percentual desses que afirmaram saber essa média, sofreu uma redução de 71%, em 2009, para 57%, em 2019. Além disso, o percentual dos que afirmaram não saber quantas toneladas produzem por hectare também subiu, mesmo discretamente. Esse valor que era de

21%, em 2009, passou para 27%, em 2019. Curiosamente, o número de assentados que não respondeu essa questão aumentou de 8%, na primeira pesquisa, para 19% na pesquisa mais recente.

Gráfico 50 - Sabe quantas toneladas são produzidas por hectare?



Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

O valor pago pela cana-de-açúcar vem sendo calculado de duas formas. A principal delas é o pagamento por tonelada feito pelas usinas e engenhos. A outra é o pagamento realizado pelo atravessador. Em geral, o atravessador compra a cana-de-açúcar por área e não pelo peso. Ele observa a área produzida e faz um cálculo médio, usando como base a média de produção por hectare utilizada pela ASPLAN, ou seja, 50 toneladas por hectare. Quando são questionados sobre a quantidade de toneladas produzidas por hectare, os assentados costumam dizer que não sabem ao certo, pois venderam 'o pedaço'.

Vender o pedaço é receber pela cana-de-açúcar produzida um valor fixo, calculado em cima do tamanho da área plantada. É aí, geralmente, que os atravessadores tiram suas vantagens sobre os assentados. A maior parte dos assentados que afirmou saber quantas toneladas de cana-de-açúcar são produzidas por hectare, disse que esse valor variava entre 80 e 50 toneladas, asseguraram também que um hectare de cana-de-açúcar plantada em boas condições pode chegar a produzir até 140 toneladas de cana-de-açúcar. Fazendo com que os atravessadores lucrem em cima do que seria pago aos assentados. Claramente um negócio desvantajoso para o assentado.

Alguns assentados acreditam que as usinas não compram quantidades pequenas de cana-de-açúcar, esse discurso é disseminado por alguns atravessadores da região, às vezes do próprio assentamento, que se apresentam como vantagens para os assentados, pelo fato de comprarem a cana-de-açúcar, independente da área plantada e com menos burocracia, sem necessitar de cadastro na usina nem na ASPLAN.

Essa facilidade na venda é o que faz alguns assentados acabarem vendendo suas produções aos atravessadores, mesmo sabendo que acabam recebendo menos do que se estivessem vendendo para a usina.

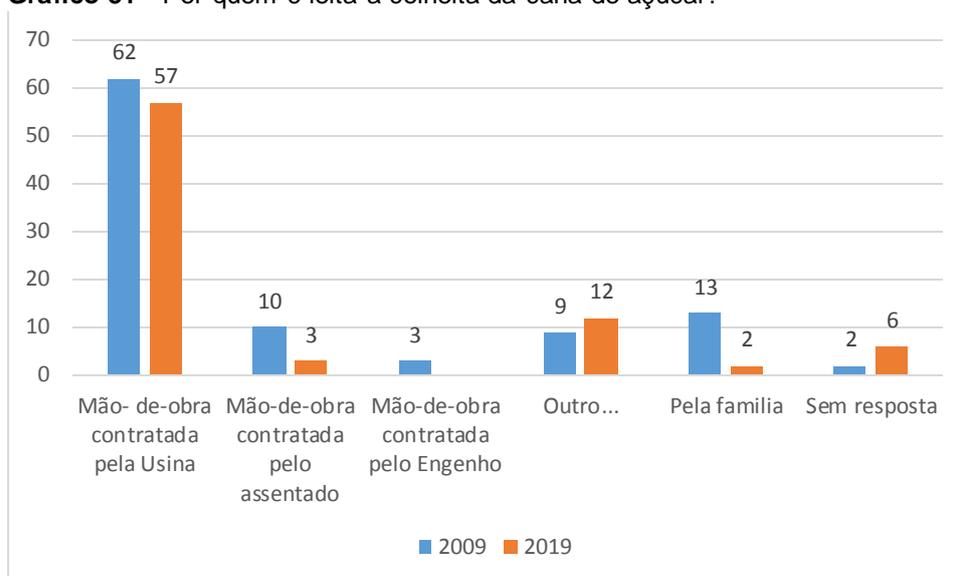
Quando é a usina que compra a cana-de-açúcar, após a queima, o assentado liga e a empresa agenda uma data e envia os trabalhadores assalariados sazonalmente para cortarem e transportarem a cana-de-açúcar até os caminhões. De lá, a cana-de-açúcar é levada para as usinas e, em menor quantidade, para os Engenhos, onde é pesada e avaliada quanto à sua concentração de sacarose, chamada de ágil.

No que se refere ao corte da cana-de-açúcar, quando a venda é feita para as usinas, como já afirmamos, a empresa é quem contrata a mão-de-obra para realizar a atividade. Esses casos, que correspondiam a 63% em 2009, atualmente representam 74%.

Os casos de contratação de mão-de-obra pelo próprio assentado tiveram queda de 10% em 2009, para 4%, na pesquisa recente. E, os casos de corte realizado pela força-de-trabalho da família também sofreram uma redução. O número de assentados que afirmou que o corte da cana-de-açúcar é realizado pela própria família caiu de 13%, em 2009, para 3% em 2019.

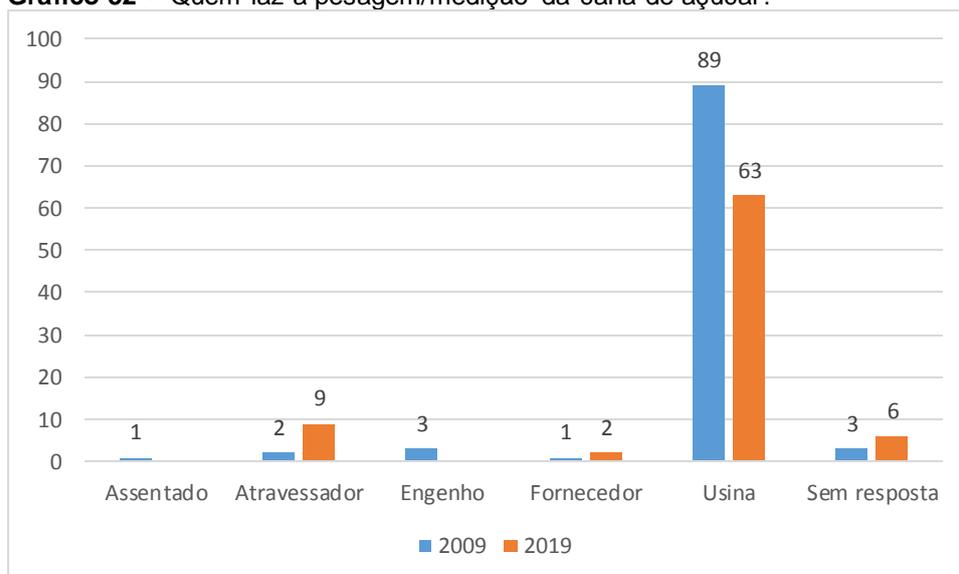
O corte da cana-de-açúcar é, sem dúvidas, o momento mais exaustivo do processo produtivo. Fazendo do assalariado sazonal do corte da cana, uma das atividades mais precarizadas e sujeita a acidentes de trabalho. O pagamento por produção, atrelado aos endividamentos por que passam os canavieiros vem levando, inclusive, a casos de mortes por exaustão.

No Gráfico 51, estão demonstrados os dados a que estamos nos referindo.

Gráfico 51 - Por quem é feita a colheita da cana-de-açúcar?

Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

Os dados demonstram que o percentual de assentados que comercializam a cana-de-açúcar diretamente com as usinas sofreu uma redução de 90%, em 2009, para 82%, em 2019. Paralelamente a isso, o percentual de assentados que comercializava com atravessadores subiu de 2%, em 2009, para 12%, em 2019. A venda para fornecedores também sofreu um leve aumento em 2019, assim como o número de assentados que não respondeu à questão.

Gráfico 52 - Quem faz a pesagem/medição da cana-de-açúcar?

Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

Outra questão que problematizamos foi a que se refere ao controle da pesagem da cana-de-açúcar. Enquanto a cana-de-açúcar é levada nos caminhões para ser

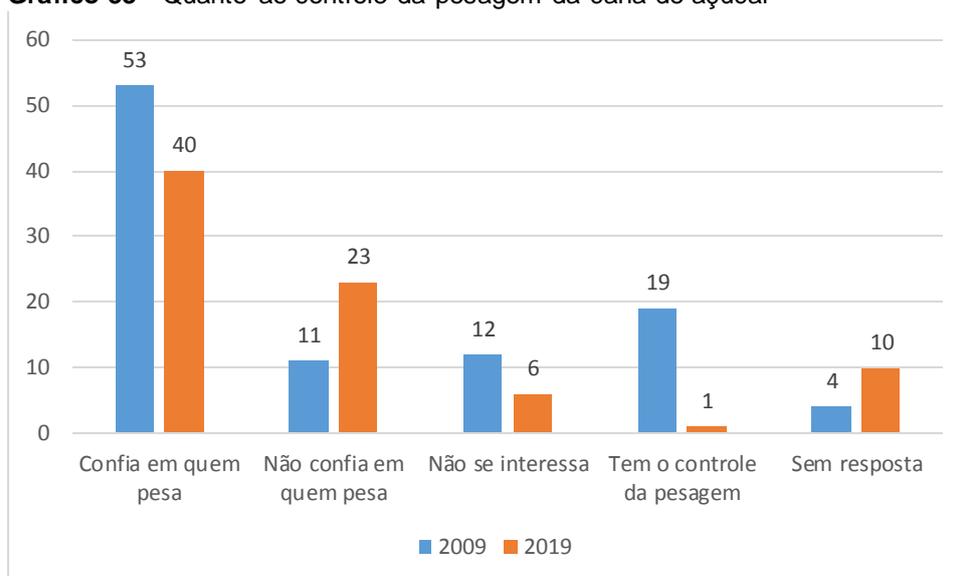
pesada e avaliado seu teor de sacarose, o assentado não tem controle nenhum desse processo. Segundo contam, depois que a cana-de-açúcar é pesada e avaliado seu teor de sacarose é emitido um recibo que é trazido de volta pelo motorista da usina.

Ao serem questionados sobre se confiavam em quem realizava a pesagem, a maioria dos assentados sorri e diz que confia, e em seguida, que tem que confiar, pois não há outra opção. De acordo com funcionários da ASPLAN, existe um fiscal da Associação que acompanha o processo de pesagem e avaliação do teor de sacarose.

Os assentados não costumam questionar os valores que voltam nos recibos entregues pelos motoristas, mas, alguns, que inclusive já trabalharam em usinas cortando cana-de-açúcar e acompanhando processos de pesagem, reclamam que, muitas vezes, os caminhões saem carregados, parecendo que estão levando em torno de vinte toneladas de cana-de-açúcar, mas quando o motorista traz o recibo só constam menos.

De uma maneira geral, o percentual dos que afirmaram confiar em quem faz a pesagem da cana-de-açúcar reduziu muito pouco, de 54% em 2009, passou para 52%, em 2019. Em contrapartida, o valor dos que alegaram que não confiam em quem pesa subiram de 11% em 2009, para 30%, 2019. Chega a soar como ironia, mas acreditamos que essa variação se deu, sobretudo, porque mais assentados se sentiram encorajados para dizer que desconfiam da pesagem realizada pela Usina.

Os que afirmam não se interessar complementam que se preocupar com isso será apenas desgaste, pois o procedimento é esse e não há o que ser feito. Outro fato interessante é que, em 2009, 19% dos assentados afirmaram ter o controle da pesagem e esse valor caiu para 1%, em 2019. Já o percentual dos que preferiram não responder subiu de 4%, para 13% (Gráfico 53).

Gráfico 53 - Quanto ao controle da pesagem da cana-de-açúcar

Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

No próximo item, apresentaremos como vem se dando as relações entre os assentados produtores de cana-de-açúcar e os usineiros, com o Estado e com as Organizações de plantadores de cana.

5.5 RELAÇÃO DOS USINEIROS COM O ESTADO E COM A ORGANIZAÇÃO DOS PLANTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR

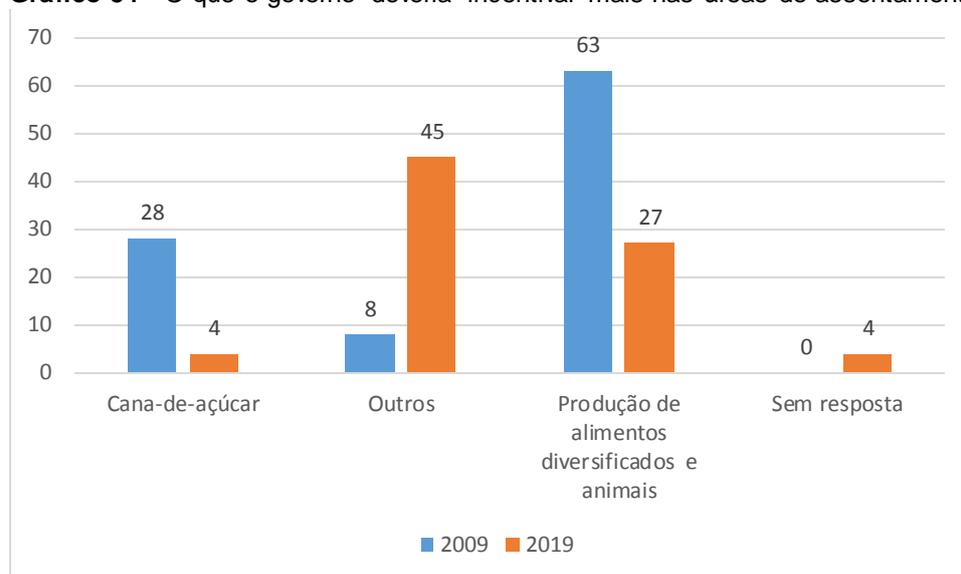
Mais uma coisa que nos interessou saber foi que os assentados produtores de cana-de-açúcar acham que deveriam ser mais incentivados nas áreas de assentamento. As alternativas sugeridas eram: 1) a produção de alimentos diversificados e animais; 2) a cana-de-açúcar; e 3) outros, opção que abria o espaço para o preenchimento por extenso.

Ao analisarmos as respostas, de imediato, notamos um destaque para o crescimento da opção 'outros'. Os assentados que preencheram essa alternativa aumentaram de 8%, em 2009, para 58%, em 2019. Quando fomos conferir as especificações citadas pelos assentados, notamos um forte apelo com relação, especialmente, à instalação de infraestrutura para a irrigação; a infraestrutura na rede elétrica de bifásica, para trifásica, também buscando promover a irrigação e, numa concentração menor, a melhoria nas estradas, para favorecer os processos de escoamento e comercialização dos cultivos.

Nas primeiras pesquisas realizadas, o equivalente a 28% dos assentados que participou afirmou que o governo deveria investir mais na produção de cana-de-

açúcar. Esse valor atualmente reduziu para 5%. Os que alegaram que os investimentos deveriam ser mais na 'produção de alimentos diversificados e animais' tiveram uma redução de 64% em 2009, para 35% agora. Verificamos que esse percentual que diminuiu, dos assentados que afirmaram que os investimentos na produção diversificada de alimentos e animais deveriam aumentar foi transferido para os que reivindicam outras questões que vêm se pondo como centrais, com destaque para o acesso à irrigação.

Gráfico 54 - O que o governo deveria incentivar mais nas áreas de assentamento?

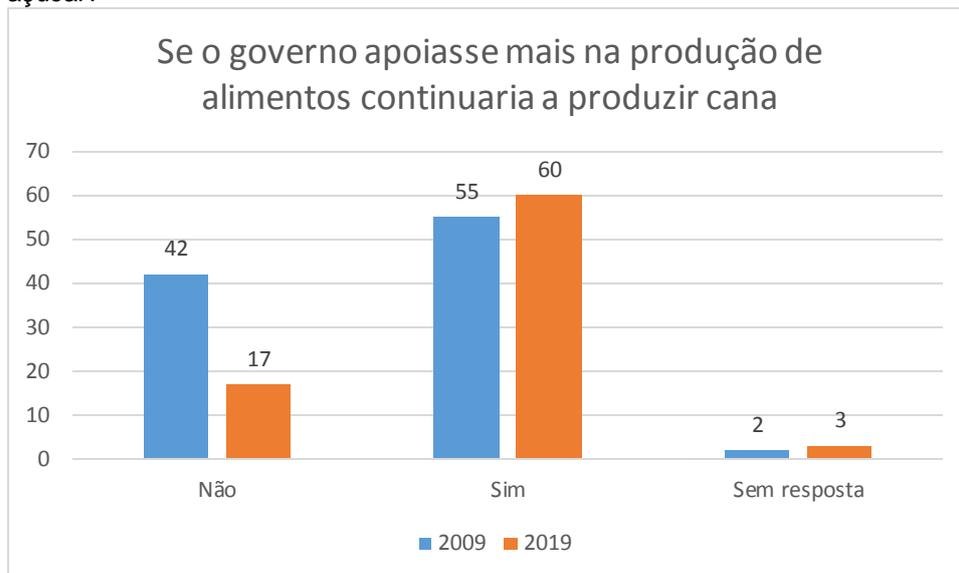


Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

Ao serem questionados sobre o fato de caso o governo atendesse à sua reivindicação de investimentos, eles continuariam a produção de cana-de-açúcar, grande parte afirmou que sim, que daria prosseguimento a esse cultivo. Esse percentual aumentou de 56%, em 2009, para 78%, em 2009.

Os que afirmaram que se houvesse mais investimentos governamentais parariam a produção de cana-de-açúcar tiveram uma diminuição de 42%, em 2009, para 22%, em 2019. E, os que não responderam à questão, subiram de 2% para 4%.

Gráfico 55 - Se o governo apoiasse mais na produção de alimentos continuaria a produzir cana-de-açúcar?



Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

Apesar dos assentados não centrarem suas preocupações nos investimentos na produção de cana-de-açúcar, no caso de terem suas queixas atendidas, a maior parte afirma que, mesmo assim, permaneceria com a produção de cana-de-açúcar dentro das parcelas, demonstrando que essa produção vem se tornando um importante complemento da renda camponesa.

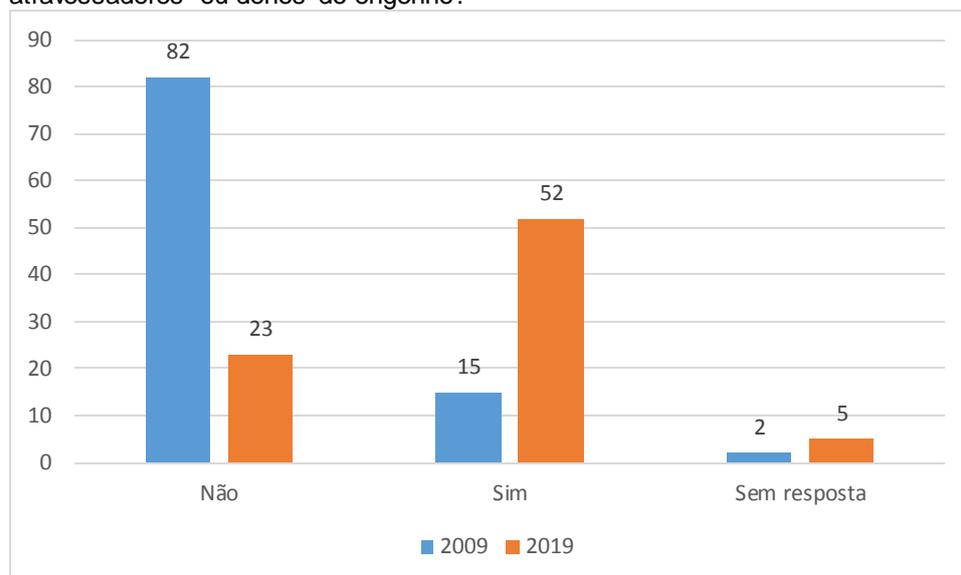
No tocante à existência da formalização do processo de comercialização, a investigação nos leva a um dado que vale a reflexão. Quando participávamos da pesquisa realizada em 2009, percebemos que, salvo as poucas ocorrências de arrendamento identificadas, eram escassos os casos em que os assentados produtores de cana-de-açúcar afirmavam possuir acordos formais com usineiros, fornecedores, atravessadores e donos de engenhos, inclusive alguns assentados temiam que a produção de cana-de-açúcar fosse proibida pelo INCRA, já que não se tratava de um cultivo alimentar e, por si só, não garantia o cumprimento da função social da terra.

Hoje em dia, para comercializar diretamente com as empresas processadoras de cana-de-açúcar, os assentados, assim como os demais fornecedores, têm que ser previamente cadastrados nas usinas. Essa questão é notadamente expressa pelos dados.

Se antes, 83% dos assentados não possuía cadastro nas usinas, hoje, o fato de esse ser um pré-requisito para a comercialização favoreceu que esse percentual caísse para 30%. Desta forma, o percentual de assentados que possuem esse

cadastro acabou dando um salto de 15%, em 2009, para 68%, em 2019. O percentual dos que não responderam essa questão também subiu, de 2% para 6% na última pesquisa.

Gráfico 56 - Há algum acordo formal entre a/o assentada/o e os usineiros, fornecedores, atravessadores ou donos do engenho?

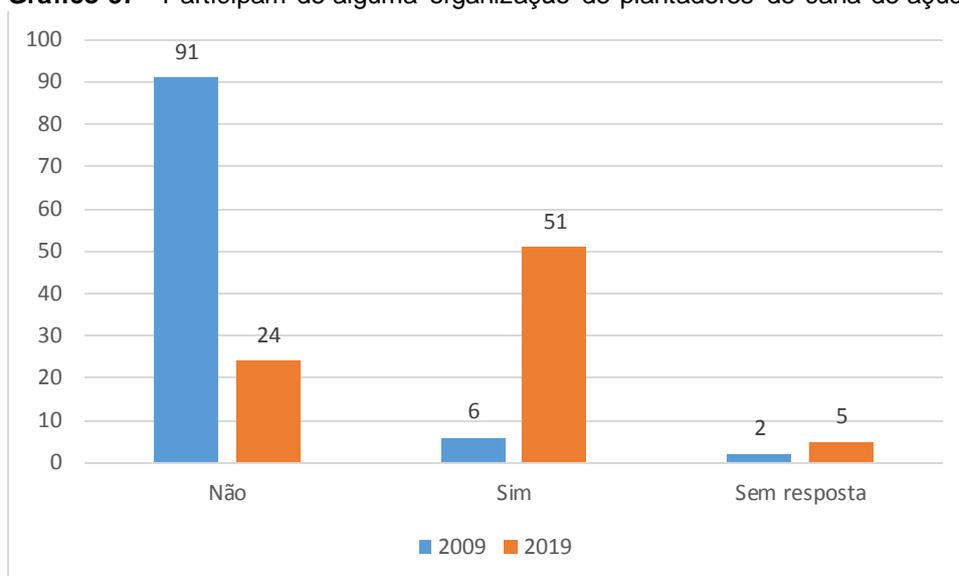


Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

Atualmente, no momento da comercialização, os assentados responsáveis pela comercialização também passam a ser associados à ASLAN. A cada tonelada de cana-de-açúcar comprada, a usina já realiza o desconto e direciona à Associação. Em geral, os assentados nem sabem quanto é esse percentual debitado, nem dos benefícios que passam a ter direito a partir da associação.

A ASPLAN está sediada num prédio imponente numa área tombada no Centro de João Pessoa. De lá, são gerenciados diversos setores do mercado canavieiro da Paraíba. Nem todos os assentados conhecem à ASPLAN, mas a Associação afirma, em contrapartida, que oferece a seus sócios oferecer assistência técnica, jurídica, médica e odontológica.

Porém, só um assentado afirmou saber dessas benesses oferecidas, disse que já havia utilizado o serviço de assistência odontológica. Os demais, regra geral, ficavam surpresos ao saber desses benefícios.

Gráfico 57 - Participam de alguma organização de plantadores de cana-de-açúcar?

Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

Como pode ser observado no gráfico, em 2009, a grande maioria dos assentados produtores de cana-de-açúcar não participava de nenhuma organização de plantadores. Esse valor representava 92% do total dos assentados produtores nessa época. Apenas 31% afirmava participar. Já atualmente, o número de assentados que alegaram fazer parte de alguma organização de plantador de cana-de-açúcar, que era de 6% em 2009, subiu para 66%, em 2019.

Talvez essa, junto à questão da necessidade de um cadastro formal na usina, na Coletoria Estadual, na ASPLAN, sejam as mudanças mais expressivas encontradas durante a pesquisa. Lembramos que, no momento da investigação de 2009, era nítida uma tensão ao se falar sobre essa questão da cana-de-açúcar nos assentamentos. Os assentados acreditavam que era proibido produzir cana-de-açúcar, pois tinham consciência da questão da função social da terra a ser cumprida pelos assentamentos rurais, deveriam produzir alimentos diversificados. Alguns diziam que o INCRA os proibia de plantar cana-de-açúcar, mas que plantavam mesmo assim, por não terem outra alternativa.

Essa tensão também existia na CPT, na universidade, no próprio INCRA. Sabia-se que de fato aquele não era o objetivo almejado com a criação dos assentamentos.

Nesse momento, durante nossa pesquisa de Mestrado, a Zona da Mata paraibana estava passando por uma forte crise hídrica. Os assentamentos rurais, sobretudo, estavam vivendo um momento difícil. Mesmo a maioria deles tendo sido

criado na década de 1990 e, nessa época, parte deles já existirem há mais de 15 anos, a grande maioria dos assentamentos ainda não possuía água encanada, nem acesso à água e infraestrutura para irrigação.

Diante desse cenário de seca, a produção de cana-de-açúcar, tornou-se quase que a única alternativa para muitos assentados, pois vinham sofrendo vários prejuízos com os outros cultivos. Nesses casos de extrema escassez hídrica, a cana-de-açúcar serve também como uma reserva de alimento para o gado.

Hoje em dia, essa produção vem se consolidando, não mais como a única, mas como uma cultura complementar da renda camponesa na região. Ela vem assumindo, em algumas situações, o papel que o boi assume nas sociedades camponesas do Brasil, servindo como uma poupança.

Entretanto, no caso do boi, ele é vendido quando ocorre situação de emergência ou no fim do ano. É uma reserva de valor da família, que a família pode escolher quando monetizar. Já a da cana-de-açúcar tem sua importância, não nos casos de emergência, mas, por se tratar de um cultivo que possui apenas uma safra anual, a renda da cana-de-açúcar acaba por se tornar um tipo de fundo anual da renda camponesa.

O dinheiro recebido da cana-de-açúcar é tipo uma reserva que já faz parte da renda familiar camponesa de muitas famílias assentadas da Zona da Mata paraibana. Normalmente, as épocas de cortes vêm sendo iniciadas em junho e seguem até o final do ano. Esse valor recebido é usado de diversas formas. Ouvimos muitas afirmações de que se tratava de um dinheiro para ajudar nas despesas do fim do ano, para comprar roupas para família, para pagar a dívida no banco, para fazer alguma melhoria na propriedade. É um dinheiro “extra” que o assentado espera anualmente.

A maior parte dos camponeses que conversamos afirmaram preferirem deixar a cana-de-açúcar ficar bem madura para cortar. Segundo eles, esse cuidado influenciaria nos níveis de Açúcares Totais Registrados – ATR. Sobretudo na subunidade espacial da Várzea, os assentados vendem suas produções mais próximo ao final do ano. A renda da cana-de-açúcar chega para ajudar a complementar as dívidas do final do ano, os empréstimos no banco, para realizar uma melhoria na parcela e também para criar uma reservada para ser usada no próprio trato da cana-de-açúcar, no ano seguinte.

Na pesquisa de 2009, 92% dos assentados afirmaram não participar de nenhuma Associação ou Organização de produtores de cana-de-açúcar. Todavia, ao

questionarmos a cobrança dessa taxa na ASPLAN, fomos informados que essa cobrança sempre foi realizada. Para fechar esse capítulo, iremos apresentar de forma sucinta algumas reflexões sobre os impactos da produção de cana-de-açúcar na natureza.

5.6 OS IMPACTOS DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NA NATUREZA:

Nesse item, traremos algumas impressões sobre os impactos da produção de cana-de-açúcar na natureza, com relação aos impactos ambientais que a produção de cana-de-açúcar pode gerar para a família no assentamento.

A monocultura é sempre a pior forma de produção agrícola, do ponto de vista da natureza, por conta do desgaste do solo, da atração de determinados animais ou do afastamento de outros. A aplicação de agrotóxicos para fazer a limpa do canavial e a utilização do adubo químico, desde a chamada “revolução verde” vem sendo utilizada, de forma quase que naturalizada, quando o produtor tem condições financeiras de realizar a compra e as aplicações.

No caso de um produtor de cana-de-açúcar qualquer, a utilização desses insumos é praxe. No caso dos assentados, em geral, esses insumos só não são utilizados em duas situações, ou quando o assentado não tem condições financeiras de adquirir, ou quando ele tem consciência dos riscos de contaminação da família e da natureza que passa a correr.

Somente no P.A. Dona Helena, vimos casos de assentados que se rendem à produção de cana-de-açúcar, como complemento de suas rendas. Mas, que realizam a limpa manualmente, com a enxada, porque sabem dos malefícios dos usos de agrotóxicos. O P.A. Dona Helena se destaca dentre os demais, tanto por ser o assentamento identificado com o maior percentual de famílias produzindo cana-de-açúcar, desde a pesquisa de 2009, quanto por ter um número expressivo de assentados produzindo de forma agroecológica, consciente e com comercialização garantida.

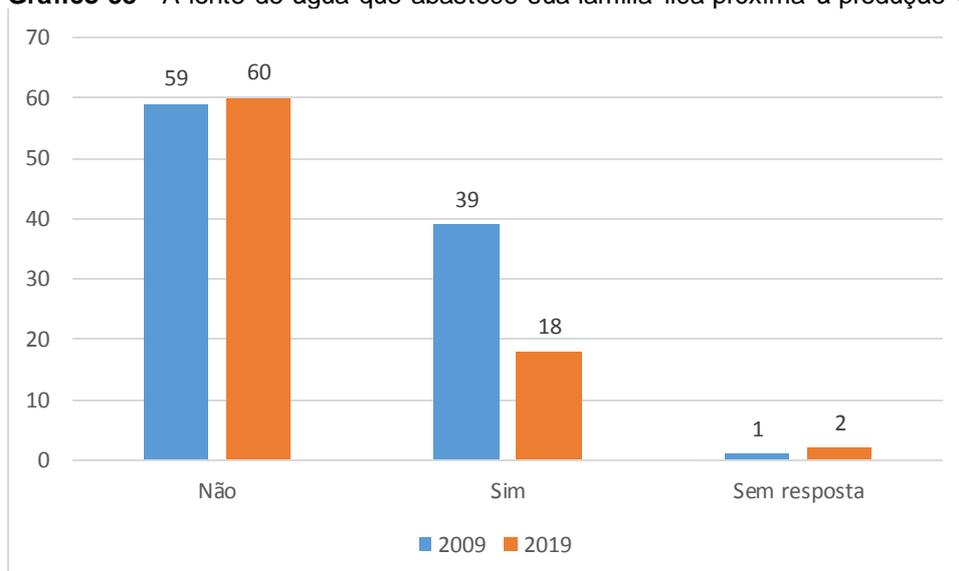
O P.A. Dona Helena vem realizando um trabalho de base agroecológico há alguns anos. Acompanhamos esse processo desde 2009, mas, na realidade sabíamos que, desde 2004, alguns assentados do P.A. Dona Helena já produziam com base na agroecologia e comercializavam na feira agroecológica da UFPB.

Os assentados do P.A. Dona Helena que afirmavam não usar agrotóxicos nem adubos químicos respondiam essa questão com muita segurança, com muita consciência do mal que o uso desses químicos poderia lhes causar.

Os demais casos que observamos em que a limpa era feita na enxada foram casos em que o assentado não tinha condições nem de comprar os agrotóxicos. Uma observação interessante é que as limitações financeiras, por mais que exijam mais da força-de-trabalho familiar, acabam por, contraditoriamente, defender muitas famílias de contaminações.

Ao questionarmos sobre a proximidade da fonte água que abastece a família com a produção de cana-de-açúcar, a maior parte afirmou que a área com cana-de-açúcar fica distante da fonte de água.

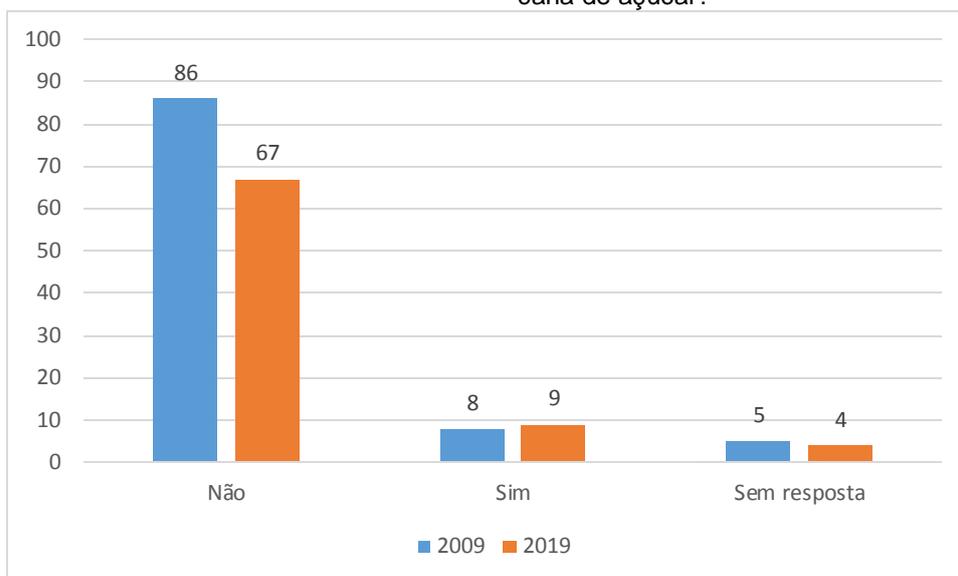
Gráfico 58 - A fonte de água que abastece sua família fica próxima à produção de cana-de- açúcar?



Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

Da mesma forma, quando perguntamos se eles já souberam de algum tipo de contaminação das águas do assentamento pelos venenos usados nos canaviais, a maioria respondeu que não. O fato é que nunca foi feito nenhum teste de qualidade das águas.

Gráfico 59 - Sabe se já houve contaminação das águas pelos agrotóxicos usados na produção de cana-de-açúcar?

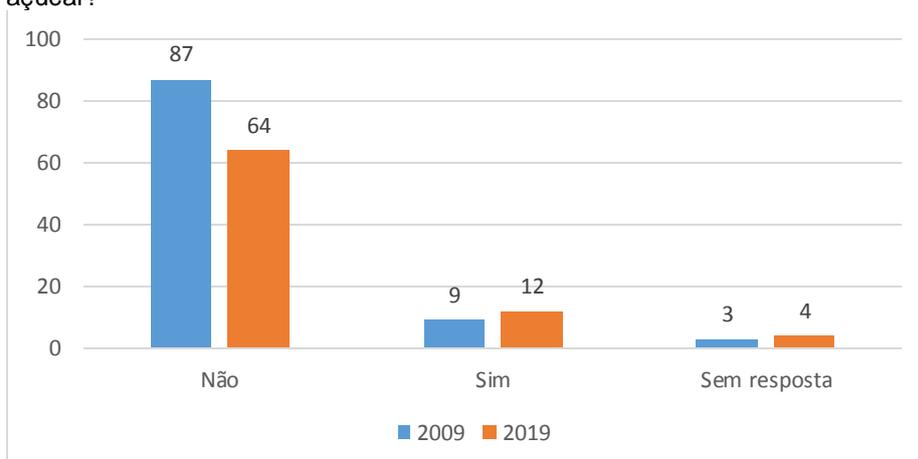


Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

Sobre possíveis contaminações de outras lavouras pelos venenos aplicados na cana-de-açúcar, a maior parte dos assentados que participaram da pesquisa afirmaram não saberem de casos de contaminações. Em 2009, 88% disseram não ter conhecimento de contaminações de lavouras pelos agrotóxicos, em 2019 foram 83%.

Os que afirmaram saberem de casos de contaminação, que representavam 9%, em 2009, atualmente representam 16%.

Gráfico 60 - Já houve contaminação de lavouras pelos venenos usados na produção de cana-de-açúcar?



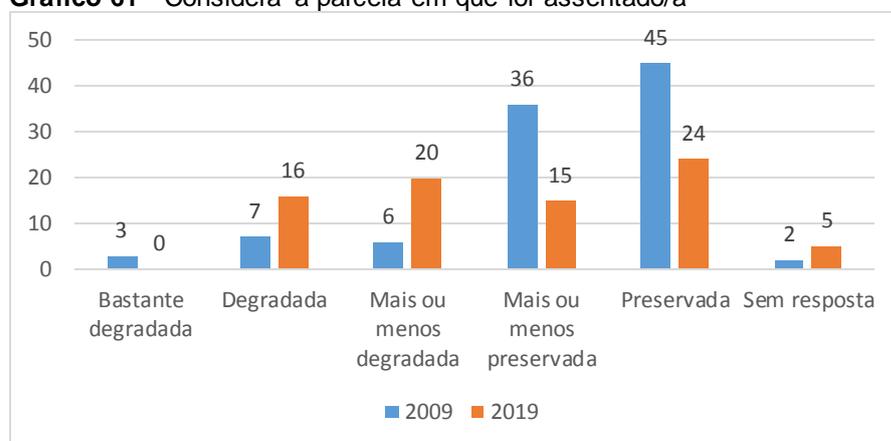
Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

Uma outra questão difícil de ser respondida foi a que avaliava as condições naturais da parcela. Em 2009, 45% dos assentados que participaram da pesquisa

afirmaram que suas parcelas eram preservadas; 36% disse que eram mais ou menos preservadas; 7%, afirmaram que era degradada; 6% mais ou menos degradadas e 3%, bastante degradadas.

Em 2019, o percentual que afirmou que a parcela era preservada caiu para 31%; o que afirmou que a parcela era mais ou menos degradada subiu de 6% para 26%; os que afirmaram que a parcela estava degradada subiram de 7% para 21%; mas os que afirmaram que a parcela era mais ou menos preservada diminuíram de 36% para 19%.

Gráfico 61 - Considera a parcela em que foi assentado/a



Fonte: Pesquisas de Campo (2009/2019)

No próximo capítulo, trataremos uma análise do estudo de caso realizado no P.A. Dona Helena.

6 A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ASSENTAMENTO DONA HELENA

O campesinato brasileiro, apesar das distinções regionais, sempre foi subordinado à classe dos proprietários de terra, muito embora, ao longo dos anos, a história de luta desses trabalhadores tenha sido responsável pela diminuição do monopólio fundiário através da desapropriação de milhares de hectares de terra e da criação dos assentamentos rurais hoje existentes.

No capítulo anterior, apresentamos um panorama da produção de cana-de-açúcar nos assentamentos da Zona da Mata, Mesorregião de domínio do agronegócio canavieiro na Paraíba. Contudo, os trabalhos de campo também proporcionaram vivências e reflexões que nos levaram a perceber que a produção de cana-de-açúcar nos assentamentos não se dá de forma homogênea. E, apesar de ser possível identificarmos tendências gerais do processo de monopolização do território desses assentamentos da Zona da Mata pelo capital sucroalcooleiro, nesses últimos anos, e de, numa escala maior, todos estarem submetidos à lógica das contradições do capital, alguns assentamentos possuem realidades com particularidades que merecem destaque.

Nosso objetivo geral foi demarcar o processo de monopolização do território dos assentamentos da Zona da Mata paraibana, porém, também gostaríamos de manifestar algumas questões apresentadas pelas famílias camponesas assentadas sobre suas realidades e sugerir algumas reflexões. Para aprofundar a investigação, delimitamos como objeto de estudo o assentamento que mais se destacou dentre os pesquisados.

O assentamento escolhido para a realização da pesquisa foi o P.A. Dona Helena. A escolha não se deu de forma aleatória, já conhecíamos alguns assentamentos da região e já havíamos visitado esse assentamento em 2009, durante uma reunião coletiva realizada com assentados produtores de cana-de-açúcar junto a membros da CPT e UFPB. Em 2012, durante o Mestrado, também realizamos uma pesquisa nesse assentamento, que fez parte dos resultados da Dissertação apresentada em agosto de 2012, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB, trabalho que também é referência para a construção desse texto e das reflexões que pretendemos realizar.

Neste capítulo, apresentaremos o caso do P.A. Dona Helena, na busca de entender as principais características da disputa territorial entre a agricultura

camponesa e o agronegócio canavieiro para além da interpretação quantitativa dos dados. Nesse sentido, partiremos do resgate da história da luta pela terra dos camponeses deste assentamento e da construção dessa nova territorialidade após a luta e a desapropriação da terra, para, em seguida, discutir a questão específica de como vem se dando a produção de cana-de-açúcar pelas famílias assentadas, a partir das informações coletadas nas pesquisas realizadas em 2009 e em 2019.

Além disso, na pesquisa realizada em 2012, realizamos alguns trabalhos de campo nesse assentamento. Entrevistamos a presidente da Associação dos Moradores do Assentamento nessa época, acompanhamos 4 Assembleias Gerais, fizemos a cobertura e o registro audiovisual da comemoração dos 17 anos da luta pela terra e participamos de algumas reuniões realizadas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rita. Neste período, refizemos algumas questões fundamentais contidas no questionário aplicado na pesquisa de 2009, no intuito de analisarmos de que forma a questão da produção de cana-de-açúcar vinha evoluindo. Além disso, outras indagações de teor mais qualitativo foram feitas para que, a partir delas, pudéssemos compreender algumas especificidades e inquietações dos próprios assentados.

Na pesquisa realizada entre 2018 e 2019, já durante o doutorado, conseguimos entrevistar o atual presidente da Associação do P.A. Dona Helena; acompanhamos 3 Assembleias Gerais; conhecemos algumas parcelas, voltamos a outras já visitadas nos anos anteriores; frequentamos a Feira Agroecológica da Ecovárzea, da UFPB, na qual alguns assentados produtores de cana-de-açúcar também comercializam suas produções de alimentos; fizemos alguns registros fotográficos simples e aéreos oblíquos; entrevistamos famílias produtoras de cana-de-açúcar, que já produziram e deixaram de produzir, que produzem cana-de-açúcar com uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, que produzem de forma agroecológica, que não têm condições de comprar os insumos, famílias em boas condições financeiras, que garantem a subsistência com dignidade e também famílias em situação de pobreza extrema.

6.1 O PORQUÊ DA ESCOLHA DO ASSENTAMENTO DONA HELENA

O P.A. D. Helena tem uma grande importância dentre os assentamentos da Zona da Mata Paraibana, em especial, no município de Cruz do Espírito Santo. Ele foi um dos primeiros assentamentos criados na região, em julho de 1996. Além disso, é também um dos que possui o maior número de famílias assentadas: 105 famílias.

Ocupa uma área de 762,27 hectares e tem grande parte do seu território na Várzea do Rio Paraíba.

Igualmente outros aspectos também merecem ser evidenciados, dentre eles:

a) a história de resistência e luta pela terra dos trabalhadores na busca de uma vida autônoma, que resultou na criação do assentamento em uma área de forte tradição da monocultura canavieira;

b) as formas de cooperação e de solidariedade existentes entre os assentados e assentadas;

c) a organização de sua Associação na luta por educação, pela água, pela preservação ambiental;

d) a diversidade dos cultivos agrícolas, produção de plantas medicinais e criação de animais;

e) o respeito à natureza, a exemplo do tratamento adequado do lixo doméstico e orgânico, do reflorestamento com base no cultivo de cerca viva, das reservas de mata e do uso por parte dos assentados e assentadas de produtos naturais destinados ao combate de fungos e lagartas nos cultivos agrícolas, evitando, desta forma, a contaminação do solo, dos mananciais hídricos e dos alimentos;

f) a participação nas Feiras Agroecológicas da Ecovárzea, que ocorre todas as sextas-feiras de manhã, na UFPB e nas terças-feiras de manhã, no IFPB;

g) a forte concentração de projetos e de assistência de agentes externos a exemplo do Centro de Formação para a Reforma Agrária (CRF), da CPT, do CEDESP'S, do INCRA-PB, dentre outros.

Porém, apesar da forte organização interna, da consciência política e da assistência recebida dos agentes externos, o P.A. Dona Helena se constitui num exemplo concreto da contradição posta pela produção de cana-de-açúcar nos assentamentos para fornecer às usinas. Como pôde ser observado na Tabela 7, o P.A. Dona Helena é o que possui o maior número de famílias plantando cana-de-açúcar em suas parcelas, em 2009, eram, 85 famílias, 80,9% do total de famílias desse assentamento e 20% do total das famílias produtoras de cana-de-açúcar pesquisadas nesse período; em 2019, esse valor reduziu para 69 famílias, o que corresponde a 65,7% das famílias do P.A. Dona Helena e 24% do total de famílias que plantam cana-de-açúcar atualmente.

No próximo item, iremos trazer um resgate da história da luta pela terra que culminou na criação do P.A. Dona Helena, em seguida, perpetraremos uma breve

caracterização do assentamento e, por fim, faremos uma análise da produção de cana-de-açúcar nos anos de 2009 e 2019, identificando os diferentes condicionantes territoriais que vem favorecendo a produção de cana-de-açúcar no assentamento ao longo desses anos e, a partir daí, apresentando uma análise qualitativa das impressões da investigação; alguns depoimentos, que trazem as vozes dos assentados e assentadas à pesquisa; e, alguns registros fotográficos, incluindo alguns registros aéreos de junho de 2019, que possibilitarão ter uma dimensão espacial e produtiva desse assentamento.

6.2 A LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO DONA HELENA

De acordo com Freire (2012), a área onde hoje se localiza o Assentamento D. Helena, antes da desapropriação, pertencia a José Fernandes Ribeiro Coutinho e era conhecida como Fazenda Engenho Novo. Moreira (1997) acrescenta que ela ocupava 762,0 hectares, nos quais residiam até o início dos anos 1960 160 famílias, que trabalhavam em pequenas posses, nas quais cultivavam alimentos. A maior parte dessas famílias foi sendo expulsa da terra em virtude de suas posses terem sido reduzidas pelo proprietário, “ao limite dos quintais das casas (4 contas ou 1/2 hectare)” (MOREIRA, 1997, p. 277) o que não possibilitava a reprodução da vida das famílias camponesas com dignidade. Das 160 famílias de origem, apenas 35 permaneceram em suas posses, mesmo sendo proibidas de realizar qualquer benfeitoria (MOREIRA, 1997).

Essas famílias residiam em moradias construídas por elas mesmas, e cultivavam lavouras alimentares, dentre esses cultivos: feijão, macaxeira, inhame, milho, jerimum, hortaliças e uma variedade de frutas. Parte da produção destinava-se ao autoconsumo e parte às feiras livres das cidades de Cruz do Espírito Santo, Sapé, Santa Rita, entre outras.

De acordo com o depoimento da ex-presidente da Associação do P.A. Dona Helena, coletado em maio de 2012, o conflito teve início em 1991, quando o proprietário da terra mandou derrubar a casa de taipa que um posseiro edificara dentro da sua gleba e entrou com ação judicial de despejo contra o mesmo. O proprietário reagiu entrando na justiça e tirando-lhe o direito de entrar na casa. Em seguida, através de ações de despejo, tentou concretizar a expropriação dos posseiros. Todavia, as famílias resistiram à ordem judicial, o que “resultou na prisão de quatro

deles ainda em 1992, os quais só foram libertados graças à ação da assessoria jurídica da CPT” (MOREIRA, 1997, p. 277).

Este fato revoltou muitos dos trabalhadores que, posteriormente, com apoio da CPT – que já vinha organizando um grupo de cortadores de cana-de-açúcar de vários municípios da região – e de alguns setores da UFPB, que atuavam na subunidade espacial da várzea paraibana desde 1970, se organizaram e articularam a ocupação do imóvel.

A ocupação se deu em 24 de abril de 1994, quando 60 novas famílias camponesas oriundas dos municípios de Sapé, Cruz do Espírito Santo, Itatuba, Boqueirão, Conde e Mamanguape entraram em Engenho Novo, armaram um acampamento e prepararam um grande roçado (MOREIRA, 1997).

A partir de então, a polícia e a justiça promoveram três despejos das famílias acampadas. A cada despejo, o proprietário mandava limpar as terras ocupadas com lavoura de alimentos e plantava cana-de-açúcar. As famílias voltavam a ocupar a propriedade e arrancavam a cana-de-açúcar e replantavam os alimentos.

O clima de tensão agravou-se ainda mais quando um empregado do proprietário atingiu com cinco tiros um dos trabalhadores rurais acampado, numa tentativa clara de assassinato. Vigílias passaram a ser feitas, a partir desse crime, para impedir novas agressões.

Numa das vezes em que o trator chegou para destruir as lavouras, os trabalhadores conseguiram dominar o tratorista, queimaram o trator e 80,0 hectares de cana, criando assim um fato político que levou à desapropriação da terra em 05 de maio de 1995 (MOREIRA, 1997, p. 279)

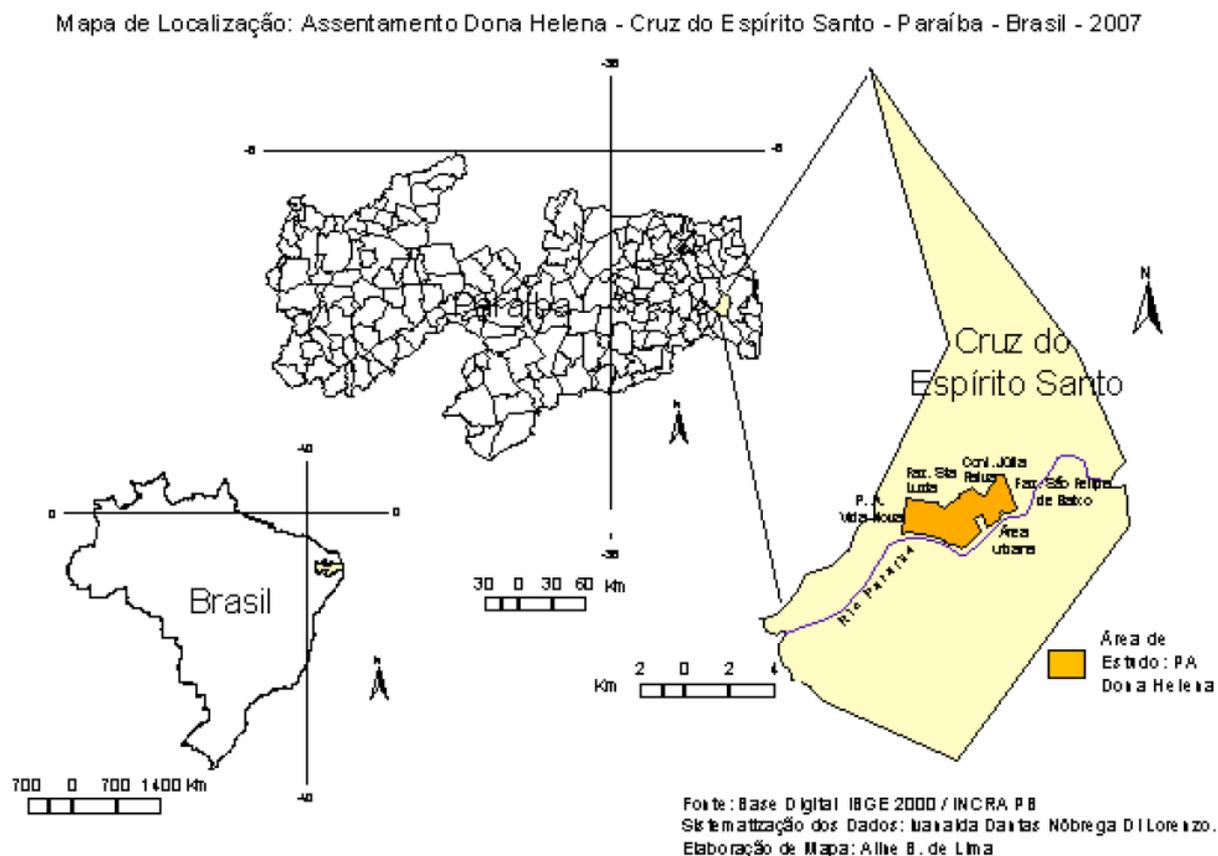
Depois de um ano e meio de acampamento, em 6 de maio de 1995, os trabalhadores entraram definitivamente na propriedade. A emissão de posse pelo Incra se deu no dia 07 de maio de 1995. O nome do assentamento foi dado pelos camponeses em homenagem a uma posseira, Dona Helena, que teve grande atuação na organização das trabalhadoras e trabalhadores durante o conflito e que faleceu por conta de um derrame cerebral durante a luta (MOREIRA, 1997).

6.3 CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO DONA HELENA

O P.A. Dona Helena localiza-se no município de Cruz do Espírito Santo-PB (Figura 5), e possui como limites ao Norte uma área periférica do município, na qual está localizado, o Conjunto Residencial Júlia Paiva; ao Sul, o Rio Paraíba e a área

urbana do próprio município; a Leste, a área urbana do município e a Fazenda São Felipe de Baixo, pertencente à Usina São João; e, a Oeste, o assentamento Vida Nova, antiga Fazenda Cobé e a Fazenda Santa Luzia. (LORENZO, 2007).

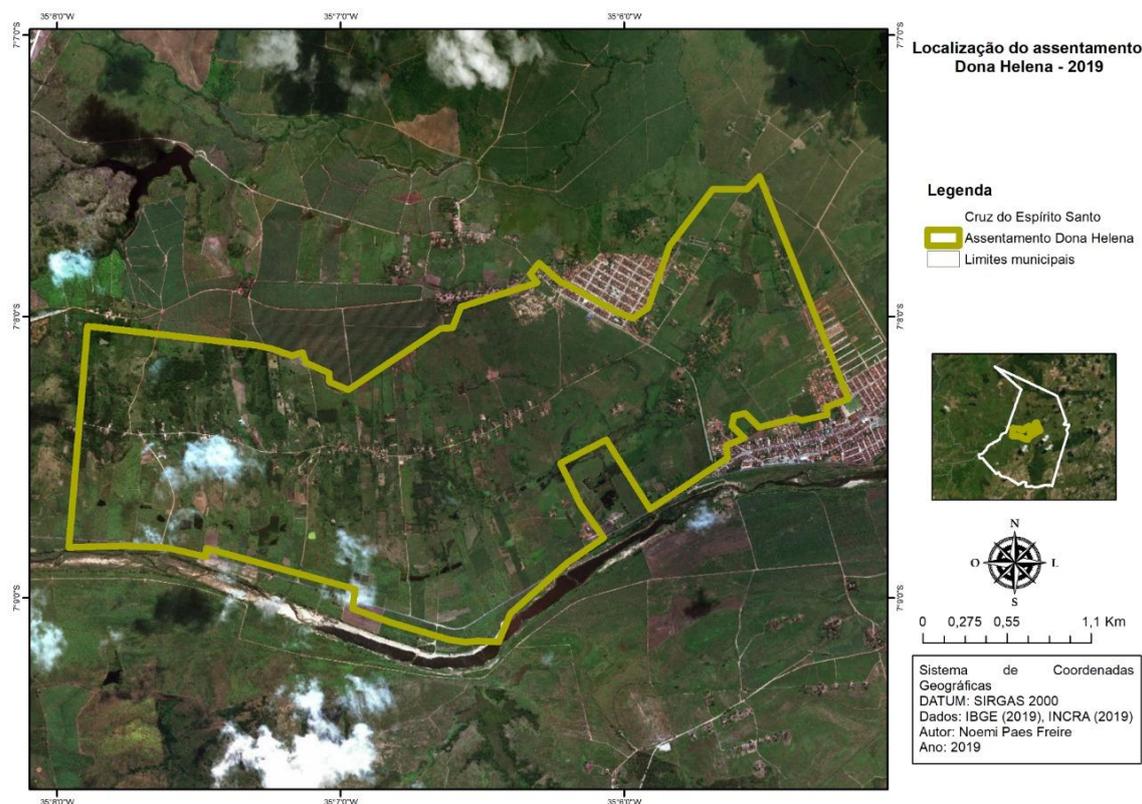
Figura 5 - Localização do Assentamento Dona Helena



Fonte: Di Lorenzo (2007).

O acesso ao assentamento se dá através da PB 004, entrando à direita ao final da Zona Urbana do Município de Cruz do Espírito Santo e, em seguida, à esquerda um pouco antes de chegar no Conjunto Residencial Júlia Paiva, já na via principal do assentamento, na qual as parcelas estão distribuídas nas duas margens.

Imagem 3: Localização do Assentamento Dona Helena



Fonte: A Autora (2019)

Nessa imagem de satélite, de 2019, é possível observar, em amarelo, os limites territoriais do P.A. Dona Helena. O limite, a Sul, praticamente acompanha o contorno da margem do Rio Paraíba. Vemos, também, a produção de cana-de-açúcar realizada sobretudo nessa parte mais ao Sul do assentamento, na margem Norte do rio, na qual também é possível observarmos a existência de alguns barreiros feitos através da retirada de argila, numa parceria entre os assentados e os vendedores de barro de que possuem retroescavadeiras. A área urbana do Município de Cruz do Espírito Santo está a Leste da imagem. E, o Conjunto Residencial Júlia Paiva, na periferia do município, pode ser observado a Norte, pouco antes da rua que dá acesso e cruza todo o assentamento, praticamente dividindo-o ao meio. As casas dos assentados ficam localizadas nas parcelas, distribuídas ao longo dessa via e também podem ser observadas na imagem.

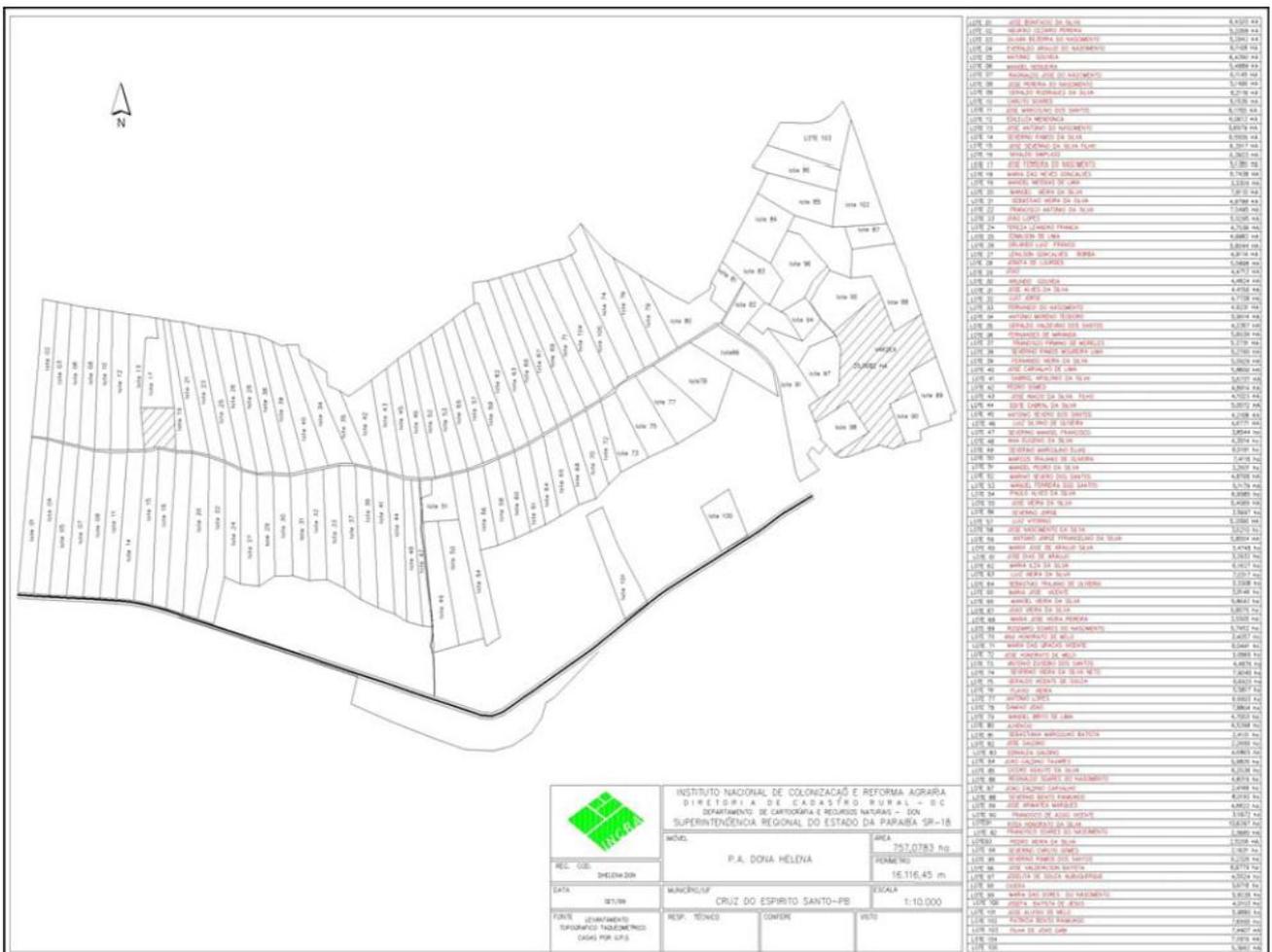
Este assentamento é conhecido na região como o “pai dos assentamentos da Várzea Paraibana”, tendo em vista que foi o primeiro a ser conquistado dentro da subunidade espacial da Várzea. Como se sabe, esta subunidade espacial foi tradicionalmente dominada pela produção de cana-de-açúcar e o P.A. Dona Helena

foi o pioneiro a fissurar o monopólio canavieiro, tendo se constituído inicialmente em uma ilha de produção camponesa dentro do mar de cana-de-açúcar.

O P.A. Dona Helena possui 762,27 hectares, nos quais estão assentadas 105 famílias. Cada família possui uma parcela de, em média, sete hectares. As famílias não aderiram ao regime de Agrovila e construíram suas casas diretamente nas parcelas, de forma independente, através de um projeto de custeio do INCRA. As parcelas foram distribuídas ao longo da principal via de circulação do assentamento, tanto do lado direito quanto esquerdo. Esta via, que não é calçada, como já citamos, divide o assentamento em dois. Uma parte fica na porção da Várzea a Norte do Rio Paraíba e a outra parte ainda mais a Norte, na porção mais alta do tabuleiro, uma área mais arenosa e mais seca.

Abaixo, é possível observar a Planta cartográfica do P.A. Dona Helena, com a distribuição das parcelas.

Figura 6 - Planta Cartográfica do Assentamento Dona Helena



Fonte: BRASIL. INCRA. Escala 1:10.000, 1995 *apud* Di Lorenzo (2007).

Essa planta cartográfica é fornecida pelo INCRA, nela é possível vermos as parcelas distribuídas uniformemente ao longo da via principal do assentamento e essas parcelas mais desiguais, a Leste, são os complementos das parcelas ao longo da via principal que possuem área inferior a 7 hectares.

No local em que se localizava a sede do antigo Engenho, atualmente funcionam a Associação dos Moradores do P.A. Dona Helena e o Centro Rural de Formação (CRF). Os eventos, as assembleias e parte dos cursos realizados pelos agentes externos que atuam no assentamento são realizados nesses espaços.

As assembleias ocorrem sempre na primeira segunda-feira de cada mês e contam, em média, com a presença de 50 assentadas e assentados que, de acordo com representantes da diretoria da associação, é um número que garante boa representatividade na tomada de decisões. Nessas reuniões, são discutidos problemas de infraestrutura, como a falta de água, a organização de mutirões; de articulação de mobilizações, como a organização de eventos e de militância política; os cursos oferecidos pela assistência técnica; questões relacionadas aos problemas ambientais, como a destinação do lixo e os problemas causados pelo areeiro existente às margens do Rio Paraíba, o uso de agrotóxicos; prestações de contas; problemas existentes na relação com o município de Cruz do Espírito Santo, dentre eles, a tentativa do prefeito de lotear parte da área coletiva do assentamento. Inclusive, recentemente, o P.A. Dona Helena teve destaque em rede nacional com a exibição de uma reportagem no programa “Fantástico”, da rede Globo, denunciando venda de parcelas do assentamento. Essas denúncias foram feitas pelos próprios assentados há mais de 5 anos e só agora estão tendo repercussão jurídica e midiática. De acordo com representantes do INCRA, quem comprou as terras terá que devolvê-las.

O P.A. Dona Helena também possui uma Escola Municipal de Ensino fundamental, um Posto de Saúde, uma área coberta para convivência e um campo de futebol. Há um projeto para construir uma praça ao lado dessa área coberta, que é onde ocorrem os eventos do assentamento.

Segundo Di Lorenzo (2007), do período do conflito até 2007, ano em que sua pesquisa foi concluída, “o Assentamento Dona Helena passou por profundas transformações no que diz respeito ao processo produtivo e ao modo de viver de seus moradores” (p. 123).

Apesar da vitória no processo de luta pela terra, durante muito tempo, os assentados não possuíam o mínimo de infraestrutura básica, tinham apenas a casa construída na parcela e energia elétrica na casa, nos trabalhos de campo que realizamos em 2012 constatamos que mais da metade dos assentados não possuía água encanada. Agora, em 2019, a maior parte deles já tem água encanada em suas casas, apesar de algumas famílias, das parcelas mais afastadas da entrada do assentamento, terem se queixado de que a água não chegava até lá, sendo necessário comprar água dos caminhões Pipa.

Entretanto, apesar das dificuldades pelas quais passam, a maior parte reconhece que houveram melhorias substanciais na qualidade de vida de suas famílias após a criação do assentamento. Embora existam conflitos internos, os assentados procuram estratégias para superá-los e para se reproduzirem e garantirem a autonomia sobre seu território e sobre a força-de-trabalho familiar. Contraditoriamente, uma dessas estratégias de reprodução no campo tem sido a produção de cana-de-açúcar para fornecer às usinas, objeto de nosso estudo.

6.4 CONDIÇÃO DE TRABALHO ANTERIOR E ORGANIZAÇÃO DE APOIO NA LUTA PELA TERRA

No que se refere à condição de trabalho anterior ao assentamento, verificou-se que a maior parte das famílias que plantam cana-de-açúcar já trabalhava na agricultura antes da criação do assentamento, o correspondente a 73%, e 4% afirmaram que anteriormente trabalhavam no comércio.

Dos que afirmaram trabalhar na agricultura, 24% eram foreiros, ou seja, pagavam um valor anual em dinheiro pelo uso da terra, chamado de foro; 24% eram moradores de condição, em troca de um roçado, pagavam a renda em trabalho, trabalhando um dia gratuito para o proprietário da terra; 24% trabalhavam como assalariados da produção de cana-de-açúcar; 12%, eram posseiros; 12% declararam uma relação de parceria na qual o proprietário entregava a terra bruta e permitia que a família trabalhasse na terra por dois ou três anos, tendo que devolvê-la, já pronta para a produção, e migrar para outra área bruta após esse período; e, 4% estabeleciam outras formas de parceria com os donos da terra, entregando uma parte da produção. Esses dados confirmam a existência de uma pluralidade de formas camponesas na Zona da Mata e na Paraíba, todas elas, à exceção dos posseiros, submetidas à exploração de suas forças-de-trabalho através da extração da renda

trabalho, da renda dinheiro e da mais-valia. Vale ressaltar que o trabalho no corte da cana-de-açúcar é uma atividade sazonal e, regra geral, estes trabalhadores, no período de entressafra, também trabalhavam na agricultura em variadas condições de trabalho.

Todos as famílias que participaram da pesquisa afirmaram morar no assentamento desde a sua criação e fazem parte da Associação do assentamento. Com relação ao apoio que receberam durante a luta, 85% afirmaram terem sido apoiadas pela Comissão Pastoral da Terra; 4%, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; e, 8%, por outras organizações.

6.5 A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ASSENTAMENTO DONA HELENA

Como vimos nos capítulos anteriores, a primeira década do século XXI foi marcada por modificações significativas na produção canavieira da Zona da Mata Paraibana e, também, nos assentamentos rurais. Foi possível constatar uma reversão de tendência na dinâmica produtiva canavieira, que vinha em crise desde a década de 1990. O aumento do preço do açúcar no mercado internacional e os incentivos do Estado à produção de etanol estimularam a retomada da produção de cana-de-açúcar na Região a partir de 2000.

Esse estímulo pôde ser verificado tanto no aumento da área plantada, quanto da quantidade de cana-de-açúcar produzida. A média de cana-de-açúcar processada entre 1990 e 2000, que era de cerca de 3.723 toneladas, subiu para 4.932 toneladas entre 2000 e 2010, demonstrando um aumento de 32,4% no valor médio produzido.

De 2010 em diante, a produção de cana-de-açúcar na Paraíba só cresceu, atingindo seus patamares máximos nas safras de 2011/1012 e 2014/1015, nas quais chegou a 6.723 toneladas de cana-de-açúcar processadas. Essa expansão se deu através da intensificação da produção, da intensificação do trabalho e da expansão da produção para áreas adjacentes às usinas, muitas delas assentamentos rurais da região, como já demonstramos.

Dentro desse contexto, o P.A. Dona Helena vem se instituindo como um exemplo concreto da incongruência posta pela produção de cana-de-açúcar nos assentamentos da região. Ele é o assentamento que possui o maior número de famílias plantando cana-de-açúcar dentro de suas parcelas. Em 2009, eram 85 famílias, 80,9% do total de famílias desse assentamento, que correspondia a 20% do

total das famílias produtoras de cana-de-açúcar pesquisadas; em 2019, esse valor reduziu para 69 famílias, 65,7% das famílias do P.A. Dona Helena e 24% do total de famílias assentadas produtoras de cana-de-açúcar pesquisadas em 2019.

As pesquisas realizadas em 2009 (junto à CPT e ao GETEC), em 2012 (durante o Mestrado) e em 2018 e 2019 (durante o Doutorado), nos proporcionaram conhecer a realidade desse assentamento em vários períodos e acompanhar momentos diferenciados, tanto do ponto de vista natural, quanto social, ao longo desse tempo. Nesse item, além da análise dos dados quantitativos relacionados à produção de cana-de-açúcar pelas famílias assentadas em 2009 e 2019, traremos também uma análise qualitativa de algumas questões particulares do P.A. Dona Helena e alguns depoimentos importantes que foram transcritos e que apresentarão a voz dos assentados no que diz respeito às dificuldades que enfrentam e à questão da produção de cana-de-açúcar nos anos investigados.

Essa primeira análise que apresentaremos foi realizada com base nos dados dos 26 questionários aplicados junto às famílias que plantavam cana-de-açúcar no P.A. Dona Helena no ano de 2009, o que correspondia a 25% do total de famílias produtoras de cana-de-açúcar na época, e 20 questionários aplicados com as famílias plantadoras de cana-de-açúcar no assentamento em 2019, que corresponde a 30,6%, do total de famílias produtoras de cana-de-açúcar atualmente.

Dentre as famílias assentadas produtoras de cana-de-açúcar do P.A. Dona Helena, em 2009, 4% afirmou que arrendava a terra para a produção de cana-de-açúcar e o restante que a família é que se responsabilizava pela produção. Atualmente, 91% das famílias pesquisadas afirmaram que eram responsáveis por suas produções de cana-de-açúcar, não foram identificados casos de arrendamento e os 9% restantes afirmaram que são familiares que produzem a cana-de-açúcar em suas parcelas, em áreas que não estavam sendo utilizadas.

Com relação à área plantada com cana-de-açúcar dentro da parcela, em 2009, 42% afirmaram que produziam entre “dois e meio a quatro hectares”; 42%, que produziam entre “meio hectare e dois hectares” e 15%, entre “quatro e meio e seis hectares”. Constatamos que o percentual de famílias produzindo entre “meio hectare a dois hectares” teve um aumento considerável, subindo para 72% e os que produziam entre “dois e meio hectares e quatro hectares” diminuiu para 18%. Nenhuma das famílias assentadas respondeu produzir cana-de-açúcar entre “quatro e meio a seis hectares” e 9%, não soube responder essa questão. Levando em consideração que

as áreas das parcelas variam entre sete e sete e meio hectares, podemos concluir que, dentre as famílias pesquisadas, nenhuma família está produzindo cana-de-açúcar na área total do seu lote. Além disso, todas essas mudanças identificadas apontam para uma **diminuição na área plantada com cana-de-açúcar dentro das parcelas do P.A. Dona Helena.**

Mais um fato que merece destaque no P.A. Dona Helena é que a cana-de-açúcar já estava presente desde antes da criação do assentamento, muitas famílias já receberam a parcela com canaviais plantados, principalmente as parcelas localizadas na Várzea do Rio Paraíba, também chamada pelas famílias de “vargem”. Ao serem questionados sobre a quanto tempo iniciaram a produção de cana-de-açúcar, 28% das famílias pesquisadas afirmaram que já receberam a parcela com cana-de-açúcar plantada; outros 28%, disseram que já produziam cana-de-açúcar há mais de quinze anos (lembrando que, em 2019, o P.A. Dona Helena comemorou vinte e quatro anos de sua criação); 17%, afirmaram que já produzem cana-de-açúcar há mais de dez anos. Apenas 17% afirmaram que estão produzindo há menos de dez anos, isto é, que ainda não produziam cana-de-açúcar quando realizamos a primeira pesquisa, em 2009, e dentre eles, 5% afirmaram produzir há quatro anos, 5% há três anos e 7% há seis anos.

Em 2009, 59% das famílias havia iniciado o plantio há no máximo cinco anos, demonstrando que, apesar de algumas famílias já ter recebido a parcela com cana-de-açúcar e outras já produzirem há mais tempo, houve uma grande adesão à produção de cana-de-açúcar a partir de 2004. Atualmente, somente 10% das famílias produtoras iniciaram a produção nos últimos cinco anos. Esses dados nos levam a concluir que **a adesão à cana-de-açúcar teve uma grande queda nesses últimos dez anos.** Resta-nos verificar se a área com cana-de-açúcar dentro das parcelas vem se mantendo ou se foi alterada.

Ao questionarmos sobre se houve alteração da área plantada com cana-de-açúcar comparada com o início da produção, em 2009, 58% das famílias pesquisadas, afirmaram que a área não tinha sido alterada, 35% alegaram ter aumentado, 4% ter diminuído e 3% não responderam.

Em 2019, o percentual das famílias que não alteraram a área plantada diminuiu para 45%. Dos 55% que afirmaram ter alterado a área plantada, as que disseram ter aumentado passaram de 35%, em 2009, para 36%, já as que afirmaram ter diminuído

subiram para 9% e outras 9% não souberam responder. Ressaltando o aumento no percentual das que diminuíram a área plantada.

Analisando somente os dados das famílias que afirmaram ter aumentado a área plantada em 2009, comparada com início da produção, as famílias assentadas que afirmaram que a produção aumentou entre “dois e meio a quatro hectares” representavam 15%, e os outros 20%, disseram que aumentaram apenas “entre meio a dois hectares”. Já na pesquisa de 2019, todas as famílias que afirmaram ter aumentado a sua área plantada disseram ter acrescido apenas entre “meio a dois hectares”, **demonstrando diminuição também na área que foi acrescida nos últimos anos.**

No caso dos 4% das famílias que afirmaram ter diminuído área plantada com cana-de-açúcar, comparada com o início, em 2009, 2% afirmaram ter diminuído “meio hectare” e os outros 2% terem diminuído “um hectare”. Dos 9% que afirmaram ter diminuído a cana-de-açúcar em 2019, 4%, disseram que diminuíram “meio hectare” e, 5%, que diminuíram “um hectare”.

No tocante à área ocupada pela cana-de-açúcar dentro das parcelas, em 2009, 54% das famílias assentadas que participaram da pesquisa, afirmaram que a cana-de-açúcar ocupou áreas que antes eram destinadas a lavouras; 23%, afirmaram que a cana-de-açúcar ocupou novas áreas; 15% afirmaram que já receberam a parcela com cana-de-açúcar plantada, e 8%, afirmaram que a cana-de-açúcar ocupou áreas que eram destinadas à criação de animais.

Em 2019, o percentual de famílias assentadas do P.A. Dona Helena que afirmou já ter recebido a parcela com cana-de-açúcar plantada subiu para 36% do total pesquisado. Em contrapartida, o percentual que disse que a cana-de-açúcar ocupou áreas de lavouras caiu de 54% em 2009, para 32%, em 2019. O que pode indicar uma **retomada nas áreas de lavouras.**

O percentual de famílias que produziu cana-de-açúcar em áreas anteriormente destinadas à criação de animais subiu para 18%. Ao analisar a elevação desse dado, lembramos dos depoimentos das famílias que diziam que tiveram problemas com roubos de animais. Por fim, em 14% dos casos pesquisados em 2019, as famílias assentadas afirmaram terem produzido cana-de-açúcar em novas áreas das parcelas.

6.5.1 Motivos que levaram à produção de cana-de-açúcar

Uma questão fundamental para este trabalho é compreender o motivo pelo qual as famílias assentadas decidiram plantar cana-de-açúcar dentro das parcelas. Sobre esse assunto, em 2009, o correspondente a 42% das famílias pesquisadas no P.A. Dona Helena, indicaram que o mercado garantido foi a principal motivação para o início da produção de cana-de-açúcar. Outra questão apontada por 27% das famílias pesquisadas em 2009 foi o baixo preço dos outros cultivos; 23% indicaram que a motivação foram os saques à produção próxima a PB004 e; os 8% restantes, responderam que começaram a produzir porque a cana-de-açúcar era mais resistente à estiagem e/ou a falta de irrigação, tendo em vista que, por mais que a irrigação aumente a produção da cana-de-açúcar, no caso de não haver irrigação, a produção não chega a morrer, apenas baixa a produtividade.

Essa problemática dos saques foi citada várias vezes durante a pesquisa no P.A. Dona Helena, de acordo com as famílias assentadas, as áreas da vargem são as margens da PB 004 e, quando plantam alimentos próximo a essa pista, as produções foram furtadas durante a noite. As famílias alegam que esse fato era muito comum, “*próximo à pista o pessoal levava tudo*” (depoimento de um assentado entrevistado em 30 de abril de 2019). Aos poucos a produção de alimentos foi sendo substituída pela cana-de-açúcar e as famílias assentadas afirmam que isso tem evitado prejuízos como esse, que podem até arrancar algumas canas, mas não houve caso de prejuízos maiores, porque a cana-de-açúcar é difícil de arrancar.

Essa é uma das particularidades do P.A. Dona Helena, gerada por conta de sua localização. Está próximo à PB004 e à cidade facilita a vida dessas famílias, por um lado, mas por outro, acaba por acarretar outros problemas. Dentre eles, situações relacionadas a criminalidade, como o caso de um homem desconhecido que foi assassinado dentro da área do assentamento, casos de roubos de motores usados para irrigação, roubos em quintais e nos trajetos que ligam o assentamento à cidade.

Mas, voltando a falar dos motivos que levaram os assentados a produzirem cana-de-açúcar, também foram identificadas algumas mudanças quanto a essas motivações. Se, na primeira pesquisa, o fato de a cana-de-açúcar ter o mercado garantido era o principal motivo que levava as famílias assentadas a produzir cana-de-açúcar, tendo sido alegado por 42% das famílias pesquisada na época, atualmente, o fato da produção dar menos trabalho é que vem se destacando como principal motivação apontada.

Essa é uma outra questão que foi bastante citada durante a pesquisa nos assentamentos. Como já mostramos, as famílias assentadas indicam que a produção de cana-de-açúcar dá menos trabalho por vários motivos, dentre eles, o fato de a cana-de-açúcar ser plantada uma vez e brotar no mínimo cinco safras, tendo havido depoimentos de famílias que afirmaram que têm cana-de-açúcar plantada há vinte anos, sem replantar, e ainda brota. Outro motivo apontado é que a cana-de-açúcar só necessita de uma ou duas limpas por ano; além disso, é um cultivo que, de fato terá uma intensificação na produção se houver adubação e irrigação, mas, no caso de não haver, ele não chega a morrer, só terá uma diminuição na produtividade.

Acreditamos que essa questão da inversão da principal motivação da produção de cana-de-açúcar de mercado garantido para o fato de ela dar menos trabalho esteja ligada ao envelhecimento dos chefes das famílias. Atualmente, muitos desses assentados e assentadas estão aposentados, se encontram com idade avançada e nem sempre a juventude está disposta a dar continuidade ao trabalho na terra, sobretudo porque vivenciaram muitos momentos de dificuldades ao longo desses anos, mas também porque alguns tiveram acesso a dar continuidade aos estudos para além do Ensino Fundamental, inclusive, tendo entrado na universidade e se formado e, quando têm oportunidade, dão preferência a trabalhar em outras atividades que deem mais estabilidade profissional e financeira. Porém, das oportunidades de trabalho disponíveis, nas proximidades do município, uma das que garante uma melhor remuneração é, justamente uma das mais precarizadas, além de sazonal: o corte-da-cana-de-açúcar, tendo em vista que é pago por produção e possibilita um ganho mais alto caso haja a intensificação do trabalho. A problemática da **diminuição da força-de-trabalho familiar** é uma das questões fundamentais que pretendemos levar para o debate mais adiante.

Dando continuidade à nossa análise, em 2019, das famílias assentadas produtoras de cana-de-açúcar do P.A. Dona Helena, 36,3% afirmaram que produzem cana-de-açúcar porque a produção dá menos trabalho; 27,2%, indicaram os problemas com os saques das lavouras; 22,7% o fato de a cana-de-açúcar ter mercado garantido; 9% disseram que plantaram para complementar a renda; e, 4,5% contaram que produziam cana-de-açúcar porque esse cultivo era mais resistente à estiagem e/ou a falta de irrigação.

Como vemos, o percentual de famílias que respondeu que o que lhe motivou a produzir a cana-de-açúcar foi a sua resistência aos períodos de seca e/ou a falta de

irrigação caiu de 8% em 2009, para 4,5%, em 2019, indicando que parte das famílias que passava por esse problema já conseguiu solucioná-lo.

Mais uma constatação é que o baixo preço dos outros produtos, que foi citado como motivação para a produção de cana-de-açúcar por 27% das famílias pesquisadas, em 2009, não foi sequer citado em 2019. Na realidade, a maior parte dos depoimentos que coletamos apontaram que as lavouras de alimentos são mais rentáveis do ponto de vista econômico, tanto pelo preço, quanto por darem várias safras por ano, apesar de demandarem mais força-de-trabalho nos tratamentos do processo produtivo.

6.5.2 O processo produtivo da cana-de-açúcar

No que diz respeito às despesas geradas pela produção de cana-de-açúcar, em 2009, apesar de a grande maioria das famílias afirmar que era a própria família que arcava com os custos da produção, o equivalente a 81% das famílias assentadas pesquisadas; 12% delas ainda tinham os gastos pagos pelas usinas e; 8%, por outras pessoas. É possível identificar um crescimento da retomada do controle sobre o processo produtivo por parte das famílias pesquisadas; dessa vez em 2019, 91% das famílias pesquisadas, afirmaram pagar essas despesas e 9% afirmaram que eram outras pessoas que assumiam os custos. Entretanto, em nenhum dos casos pesquisados, a usina, o engenho ou o atravessador foram citados como financiadores das despesas com a produção, indicando que os 12% que vendiam para a usina em 2009 conseguiram recuperar a autonomia no processo produtivo e, conseqüentemente, na comercialização, tendo em vista que, quando algum desses sujeitos assume os custos do processo produtivo, a família fica comprometida a comercializar com ele.

Sobre o trabalho realizado no plantio da cana-de-açúcar, em 2009, 69% das famílias pesquisadas asseguraram que era a própria família que realizava essa atividade e, 31% afirmaram contratar mão-de-obra para plantar o canavial. Ao analisar os dados de 2019, é possível perceber que houve uma diminuição no percentual das famílias que assumem o trabalho da produção de cana-de-açúcar e, conseqüentemente, um aumento das que afirmaram que contratam mão-de-obra. Na pesquisa recente, 50% afirmaram que foi a própria família que trabalhou no plantio e, 41%, que contratou mão-de-obra para esse serviço.

Se pararmos para refletir o que já demonstramos anteriormente, que somente nos casos de extrema dificuldade financeira as famílias assentadas transferem os custos de produção para terceiros, passando a ficar com a venda já casada e que, em 2019, não foi identificado o custeio do plantio por nenhum dos principais agentes de exploração do trabalho familiar camponês na região (usina, engenho e atravessadores), podemos concluir que houve melhoria nas condições financeiras dessas famílias.

Seguindo essa linha de pensamento, já observamos que as famílias assentadas só contratam mão-de-obra quando, de fato, não têm força-de-trabalho suficiente na própria unidade familiar. Esse aumento de 10% no percentual de famílias assentadas produtoras de cana-de-açúcar no P.A. Dona Helena que contratam mão-de-obra, reforça a ideia de que o envelhecimento dos chefes de família vem diminuindo o potencial da força-de-trabalho familiar.

Em relação à contratação dessa mão-de-obra, em 2009, dos 31% de famílias pesquisadas que afirmaram contratar mão-de-obra para o plantio, 15% disseram que era a usina a responsável pela contratação dessa mão-de-obra e, 16%, que era a própria família. Em 2019, todos os 41% das famílias que afirmaram contratar mão-de-obra para o plantio, responderam que é a própria família que se responsabiliza pela contratação. Como já indicamos no capítulo anterior, a contratação é, em geral, de trabalhadores rurais do próprio assentamento, de assentamentos vizinhos, de amigos ou parentes da família. O pagamento é efetuado por diária e atualmente está em torno de R\$50,00.

Um outro dado interessante a ser analisado é como é feito o plantio da cana-de-açúcar. Na primeira pesquisa, realizada em 2009, 19% dos assentados alegaram utilizar somente a enxada para realizar o plantio, 8% disseram utilizar a enxada e o trator e o restante, 73%, afirmaram usar apenas o trator. Lembrando que o trator, salvo exceções, é alugado e pago por hora. Em 2019, constatamos que todas as famílias utilizam ou a enxada e o trator, o equivalente a 14%, ou somente o trator, 87%.

Como vimos, em 2019, nenhuma família realizou o plantio usando somente a enxada. O trabalho de preparar o solo para o plantio é um trabalho árduo, que pode ser realizado manualmente, mas que, regra geral, era feito com ajuda da tração animal puxando arados. Porém, a possibilidade do uso de tratores facilitou significativamente o trabalho. Atualmente, sempre que têm condições financeiras, as famílias assentadas alugam tratores para adiantar o trabalho.

Verificamos que, independente da força-de-trabalho disponível na família, o plantio é feito somente com a enxada, apenas nos casos em que a família assentada não tem condições financeiras de alugar o trator. O fato de atualmente não haver casos de plantio só com a enxada no P.A. Dona Helena nos leva a concluir, mais uma vez, que houve uma melhoria nas condições econômicas das famílias do P.A. Dona Helena nesses últimos 10 anos.

A questão da adubação dos canaviais é mais uma que merece destaque em nossa análise. Em 2009, 69% das famílias assentadas pesquisadas informaram que não realizavam adubação; 19% afirmaram utilizar adubos orgânicos; 8%, que aplicavam adubo químico e, 4%, não responderam.

Sabemos que o P.A. Dona Helena é um dos assentamentos que mais se destacam na produção agroecológica na Zona da Mata paraibana, porém, o percentual de famílias assentadas produtoras de cana-de-açúcar que não utiliza adubos químicos, e das que utilizam adubos orgânicos, caiu muito nos últimos anos. Atualmente, 45% das famílias pesquisadas afirmaram não realizar adubação e apenas 5%, afirmaram utilizar adubos orgânicos. Todavia, o percentual das famílias assentadas que afirmaram utilizar adubos químicos subiu consideravelmente em 2019, 41%, responderam que utilizavam adubos químicos e, 9%, preferiram não responder a essa questão.

Já no caso da limpa do canavial, em 2009, 88% das famílias pesquisadas afirmaram utilizar somente a enxada e, 12%, disseram que usavam enxada e o veneno. Em 2019, o percentual das famílias que realizam a limpa só na enxada caiu para 73%, 14%, afirmaram utilizar a enxada e o veneno e, 5%, que faziam a limpa usando apenas o veneno. Acreditamos que o fato do uso de agrotóxicos ser bastante problematizado nesse assentamento favoreceu para que 9% das famílias não respondessem essa questão.

Sobre o trabalho na colheita da cana-de-açúcar, os canavieiros contratados pelas usinas ainda são quem realiza o corte da maior parte da produção do P.A. Dona Helena. Em 2009, 88% do corte era realizado pela mão-de-obra contratada pela usina, 8%, por mão-de-obra contratada pela própria família e, 4%, cortada pela própria família, para diminuir as perdas com os descontos do corte.

Na pesquisa de 2019, todas as famílias assentadas pesquisadas afirmaram que são as usinas que se encarregam do corte e do transporte da cana-de-açúcar até a pesagem, na própria usina; que a cana-de-açúcar é queimada e posteriormente

cortada, colocada em caminhões e levada para pesar e, esses gastos com o corte e o transporte são descontados ao final, do valor total de toneladas vendidas.

Uma queixa apresentada pelas famílias produtoras de cana-de-açúcar pesquisadas foi a que têm ocorrido incêndios criminosos e acidentais (quando um assentado incendeia seu canavial e o fogo acaba se espalhando para a parcela de outra família), que vem queimando a cana-de-açúcar antes do tempo de maturação ideal para o corte, fazendo com que haja uma perda no total do ATR da cana-de-açúcar. Outro fato é que, quando a cana-de-açúcar é queimada antes do tempo, sem programar antes com as usinas, acaba acontecendo de o agendamento do corte ser feito para muitos dias após, o que também faz com que a cana-de-açúcar perca produtividade, pois se torna mais leve à medida que vai secando.

6.5.3 O processo de comercialização da cana-de-açúcar

O fato de as usinas se responsabilizarem pelo corte e transporte da cana-de-açúcar até a pesagem nos leva a crer que elas estão comprando toda a produção das famílias assentadas do P.A. Dona Helena. Entretanto, saber que o destino final da cana-de-açúcar são as usinas não significa, necessariamente, que as famílias assentadas estejam comercializando diretamente com essas empresas. Em 2009, 92% afirmaram que vendiam diretamente para as usinas, mas 4% disseram que vendiam para outros compradores e, 4%, não quiseram responder.

Em 2019, o percentual de famílias assentadas que disse negociar diretamente com as usinas caiu para 77%. O restante da cana-de-açúcar produzida e comercializada chega às usinas através de atravessadores e fornecedores. Em alguns casos, esses fornecedores chegam a ser assentados do próprio assentamento.

Algumas famílias optam por negociar a cana-de-açúcar produzida juntando sua produção a de outro assentado ou assentada, que já comercializa com a usina e já possui cadastro, evitando ter que passar por todo o processo burocrático da venda. Em outros casos, o próprio assentado assume o papel de atravessador, cotando um valor médio para cana-de-açúcar, por hectare, sempre pagando um valor menor do que o preço real da cana-de-açúcar, se tivesse sido pesada e vendida por tonelada.

Atualmente, 14% das famílias asseguraram que comercializavam a cana-de-açúcar com atravessadores e, 9% delas, não responderam à questão. Acreditamos que essas famílias que não quiseram responder correspondem às que comercializam

suas produções junto a de outros assentados já cadastrados na usina, visto que, em todo caso, o destino final da cana-de-açúcar será uma das usinas da região.

Somente as usinas realizam a pesagem da cana-de-açúcar na hora da compra. Os atravessadores pagam às famílias assentadas um valor médio por hectare, transferindo para elas os custos com o corte e o transporte da cana-de-açúcar. Na venda feita por tonelada, as usinas também descontam os gastos com o corte e o transporte da cana-de-açúcar e, também, um desconto recolhido e repassado para ASPLAN.

Em 2019, apenas 14% das famílias assentadas não afirmaram que era a usina que fazia a pesagem da cana-de-açúcar na hora da comercialização, justamente o mesmo percentual dos que disseram que comercializavam com atravessadores. Todos os outros 86% confirmaram que é a usina que faz a pesagem.

De acordo com depoimentos de algumas famílias assentadas e de representantes da ASPLAN, na hora de pesar a cana-de-açúcar existe um fiscal ligado à ASPLAN que acompanha tanto a pesagem, quanto a avaliação do valor do ATR (açúcares totais recuperáveis).

Quanto ao controle da pesagem da cana-de-açúcar, em 2009, 31% das famílias pesquisadas responderam que tinham o controle desse momento da comercialização, mesmo não participando dele; 35% afirmaram confiar em quem realizava a pesagem e, outros 35% acreditavam que poderiam ser burladas, por isso, afirmaram não confiar nessa pesagem. Muitos desses assentados já possuem experiência na produção de cana-de-açúcar e, só no olhar, já têm noção da quantidade de toneladas produzidas.

Na pesquisa recente, em 2019, o percentual de famílias que disse ter o controle da pesagem caiu para 5% das famílias pesquisadas. Ao longo dos anos, algumas experiências fizeram com que elas fossem perdendo essa segurança. Muito embora metade das famílias ter alegado confiar em quem faz a pesagem da cana-de-açúcar durante a comercialização, o percentual das famílias que disseram não confiar na pesagem também aumentou, passando a representar, atualmente, 36% das famílias pesquisadas. Já as que não responderam essa questão totalizaram 9% do total pesquisado.

Ao serem questionados se sabiam quantas toneladas de cana-de-açúcar eram produzidas por hectare, em 2009, 69% das famílias pesquisadas afirmaram que sabiam; 16%, que não sabiam e 15% não responderam.

Segundo a pesquisa realizada por Freire, no P.A. Dona Helena, em 2012:

A produção média de cana-de-açúcar produzida por hectare informada é de 73 toneladas, entretanto, foi constatada uma grande discrepância nos valores informados pelos assentados e assentadas. A menor quantidade por hectare registrada foi de 30 toneladas e a máxima foi de 130 toneladas. Essa variação pode ocorrer por alguns motivos, quando se trata das primeiras safras em geral a produção é maior, ao longo dos cinco anos ela tende a diminuir, além disso, o tipo de solo, a possibilidade de irrigação e o acréscimo de insumos também podem ser responsáveis por essa diferença. (FREIRE, 2012, p. 89)

Já em 2019, 55% afirmaram que sabiam quantas toneladas eram produzidas por hectare; 14%, que não sabiam e; 32%, não souberam responder.

A média de produtividade informada foi de 60 toneladas por hectare, mas os valores variaram entre 20 e 120 toneladas produzidas por hectare.

O valor da tonelada vendida de cana-de-açúcar variou entre R\$ 36,00 e R\$ 85,00, de acordo com a ATR, uma média de R\$ 60,00 por tonelada vendida, já descontados os custos com o corte e transporte.

6.5.4 A produção de cana-de-açúcar e a economia das famílias assentadas

Iremos apresentar, agora, a análise do papel e os impactos da produção de cana-de-açúcar na economia das famílias assentadas pesquisadas no P.A. Dona Helena. Nesse sentido, uma das primeiras coisas que questionamos foi o porquê de a família produzir cana-de-açúcar. Em 2009, a principal resposta identificada foi que a cana-de-açúcar servia como complemento da renda familiar, dita por 69% do total de famílias pesquisadas; em 2019, por 68%. Os outros porquês apresentados em 2009 foram: porque é mais fácil vender, 15%; porque não dá prejuízo, 8%; e, outros 8% não responderam essa questão. Em 2019, além dos 68% que afirmaram que produziam cana-de-açúcar porque servia de complemento da renda da família; 18%, disseram que produziam porque a cana-de-açúcar dá menos trabalho; e 14%, responderam que produziam cana-de-açúcar porque já tiveram prejuízos com os saques da produção de alimentos anteriormente.

De qualquer forma, mais uma vez, a cana-de-açúcar se apresenta majoritariamente como um complemento da renda familiar camponesa.

Ao questionarmos se o lucro obtido com a cana-de-açúcar dava para sustentar a família durante o ano todo, nas duas pesquisas, a grande maioria das famílias pesquisadas respondeu que não. Somente 8% das famílias assentadas pesquisadas

em 2009 responderam que sim, que conseguiam administrar essa renda durante o ano todo.

Em 2019, nenhuma família assegurou que a renda da cana-de-açúcar dava para sustentar a família o ano todo. Ademais, também notamos que boa parte das famílias pesquisadas possuíam outras rendas além da cana-de-açúcar, como aposentadorias, bolsa família, e até mesmo salários, nos casos de assalariamento fixo ou sazonal, como no corte da cana-de-açúcar. Além disso, possuem suas produções voltadas para subsistência e comercializam o excedente, nas feiras, através da cooperativa ou de atravessadores.

Todavia, o escoamento e comercialização da produção desses outros cultivos, fora a cana-de-açúcar, vêm se configurando como uma grande dificuldade para algumas famílias que não participam de nenhuma feira certa e que não possuem transporte para levar a produção para as feiras livres. Ficando dependentes da venda para atravessadores que, em nossa opinião, têm se configurado como os maiores exploradores da força-de-trabalho, tanto das famílias do P.A. Dona Helena, quanto das famílias assentadas da região em geral.

Esses atravessadores pagam preços muito baixos pelas lavouras adquiridas das famílias assentadas, principalmente nos meses de chuva, em que há um consequente aumento da produtividade. O preço chega a ficar tão baixo a ponto de não compensar a venda. Tiveram ocasiões em que as famílias afirmaram preferir alimentar o gado do que vender a macaxeira por R\$0,20 o quilo, que, segundo elas, não compensa nem os gastos com a produção, muito menos a força-de-trabalho empregada.

Apesar de pagarem preços um pouco melhores nos momentos de entressafra, a produção, nesse período mais seco, fica condicionada à irrigação e nem todas as famílias assentadas têm acesso à essa infraestrutura. Muitos não possuem os motores e os encanamentos; ou, nos casos em que possuem, encontram dificuldades, seja por conta da falta de uma rede de energia elétrica trifásica, que dê conta da demanda dos motores, ou por conta do alto preço pago pelo óleo diesel usado como combustível. As famílias que conseguem manter a irrigação da lavoura e produzir nos períodos de entressafra obtêm valores mais aceitáveis dos atravessadores, mas, mesmo assim, se queixam da diminuição das políticas públicas que estimulavam a comercialização, como o PAA, o PNAE, os projetos da CONAB, dentre outras.

Infelizmente, identificamos um caso em que uma família assentada produtora de cana-de-açúcar do P.A. Dona Helena estava passando por uma profunda crise produtiva e financeira. No mês de maio de 2019, o dinheiro arrecadado com a venda da cana-de-açúcar já havia acabado e, como ainda não tinha chovido o suficiente, as lavouras estavam morrendo, além disso, a família estava sem ter para quem vender a macaxeira que tinha plantado, tendo em vista que não participavam de nenhuma feira, nem conseguiram ter a produção absorvida pela Cooperativa. Também não possuíam transporte e nem viram vantagem em comercializar pelos valores oferecidos pelos atravessadores, preferindo deixar a raiz para garantir a alimentação, junto ao restante de feijão que tinham estocado.

Essa família estava com várias restrições, inclusive alimentares, no momento do trabalho de campo, a família estava sem gás de cozinha, sem café, sem farinha, sem açúcar, sem fubá, sem óleo, sem manteiga, sem arroz, sem carne, dentre outras coisas, além de estarem temendo o corte da energia elétrica, que já estava em atraso há dois meses. A única coisa que possuíam para alimentação era feijão e macaxeira, para serem cozidos na lenha, além dos ovos das galinhas que criam e uma pequena criação de bodes, que servem de poupança, para serem vendidos em casos de extrema emergência.

Vemos que, apesar das melhorias nas condições de vida das famílias assentadas, constatadas nesses últimos dez anos, algumas ainda passam sérias dificuldades financeiras e produtivas, sobretudo no que tange o acesso à infraestrutura para irrigação, o escoamento e a comercialização da produção. Nem a produção de cana-de-açúcar vem sendo suficiente para superar essas dificuldades, **fazendo-se necessário e, com urgência, a implementação de políticas públicas de apoio e de incentivo à produção e comercialização das famílias assentadas**, para que elas consigam sobreviver com dignidade e garantir o cumprimento da função social da terra, produzindo alimentos e abastecendo as cidades com uma produção limpa, já que, como afirmam Mitidiero Junior *et. al.* (2017), o agronegócio não produz alimentos no Brasil.

Somente o acesso à terra e a força-de-trabalho familiar não são suficientes para garantir reprodução da família, é preciso água, rede elétrica, estradas trafegáveis, transporte e parcerias de escoamento e comercialização. Ora, se o Estado sempre se destacou como financiador do agronegócio no Brasil, porque não apoiar o fortalecimento da produção dessas famílias? Elas terem condições de produzir

alimentos e abastecer as feiras das cidades é uma causa de interesse comum das populações do campo e da cidade.

No que se refere ao endividamento por conta da produção de cana-de-açúcar, a maioria das famílias pesquisadas informaram que nunca adquiriram empréstimos para financiar a produção, em 2009 esse percentual correspondia a 77% do total de famílias pesquisadas; já em 2019, o valor aumentou para 88% das famílias produtoras de cana-de-açúcar que participaram da pesquisa. Em consequência, o percentual das famílias que tomaram empréstimo para financiar a produção de cana-de-açúcar baixou de 19%, em 2009; para 5%, em 2019. As famílias que não responderam essa questão, que somavam 4%, em 2009, passaram para 9% em 2019. É possível verificar que houve um aumento do percentual de famílias que também garantiram a independência financeira no tocante ao processo produtivo da cana-de-açúcar nesses últimos dez anos.

6.5.5 Relação com o Estado, Usina e associativismo

Como já foi visto na análise geral dos assentamentos, a questão da formalização da comercialização da cana-de-açúcar foi uma das grandes mudanças identificadas nessa pesquisa. Seguindo a mesma tendência, no P.A. Dona Helena, em 2009, 85% das famílias pesquisadas alegaram não ter nenhum acordo formal com as usinas, engenhos ou atravessadores; apenas 15%, afirmaram ter a venda formalizada. Porém, atualmente, a maior parte das famílias produtoras de cana-de-açúcar disse que possui cadastro como fornecedora da usina, 59% do total de famílias assentadas pesquisadas; somente 27% afirmaram não ter esse cadastro; e, 14%, não responderam.

Outro fato é a inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS-CCIMS que, apesar de obrigatória desde 1998, só passou a ser exigida a partir de 31 de julho de 2016, tornando-se condição para deixar apto o produtor a receber o pagamento pela cana fornecida à indústria. Ou seja, os fornecedores de cana-de-açúcar, pessoas físicas, incluindo os assentados e assentadas, precisam se inscrever no Cadastro de Contribuintes do ICMS-CCIMS para a usina poder gerar a nota fiscal e efetuar o pagamento.

Apesar dessa burocracia, o Decreto Nº 19.811 de 24 de julho de 1998, estabelece em seu Art. 4º:

Art. 4º - Ficam prorrogados, por tempo indeterminado, as disposições do Decreto nº 19.027, de 11 de agosto de 1997, que concede isenção do ICMS nas operações com cana-de-açúcar e outros produtos destinados à fabricação de álcool (Convênio ICMS 60/98).

Como vemos, apesar da obrigatoriedade do Cadastro de Contribuintes, os fornecedores de cana-de-açúcar são isentos do ICMS-CCIMS. De qualquer modo, mesmo sendo desobrigados a contribuir, os assentados e assentadas que fornecem cana-de-açúcar para as usinas fazem parte do cadastro de fornecedores de cana-de-açúcar da Coletoria Estadual, localizada no município de Santa Rita. Demonstrando que não há impedimentos legais para a produção de cana-de-açúcar nos assentamentos. Ao final, os descontos que incidem sobre o valor total de toneladas de cana-de-açúcar comercializadas com a usina são somente os do corte, do transporte e o da ASPLAN.

A questão do cadastro na ASPLAN é mais uma exigência feita aos fornecedores de cana-de-açúcar das usinas. No entanto, na pesquisa de 2009, quando questionamos sobre a participação em Organizações ou Associações de produtores de cana-de-açúcar, 85% das famílias assentadas pesquisadas afirmaram que não eram associados a nenhuma instituição de representação; somente 15%, disseram ser associados. Quando conversamos com o representante da ASPLAN, fomos informados que, antes de 2009, esse desconto já era realizado. Apesar disso, a maioria das famílias do P.A. Dona Helena que comercializava com as usinas, pelo jeito, nem sabia que era cadastrada como fornecedores de cana-de-açúcar na ASPLAN, mesmo sendo descontado um valor por tonelada, discriminado na nota fiscal.

Em 2019, identificamos essa mudança. O percentual das famílias assentadas que respondeu que era cadastrada na ASPLAN aumentou para 59%; muito embora 27% ainda terem afirmado não serem cadastradas e, 14%, não terem respondido. Se considerarmos que 77% das famílias afirmaram vender a cana-de-açúcar diretamente para as usinas e que o cadastro é um pré-requisito da venda, podemos concluir que 18% das famílias pesquisadas ainda nem sabem que são cadastradas na ASPLAN.

Em contrapartida, o representante dessa associação nos informou, em entrevista concedida em maio de 2019, que a ASPLAN presta assessoria jurídica, assistência técnica, médica e odontológica a todos os sócios cadastrados, que é só procurar a sede da Associação na Rua Rodrigues de Aquino, 267, no Centro de João

Pessoa, para obter mais informações. No entanto, apenas um assentado do P.A. Dona Helena afirmou já ter usufruído desse benefício, da assistência odontológica, especificamente, mas ele acrescentou que a distância acaba dificultando e encarecendo, já que fica em outro município.

O representante da ASPLAN também confirmou a presença de um fiscal da empresa no momento da pesagem e da análise do ATR, e assegurou a lisura do processo. A cana-de-açúcar fornecida pelos assentados é absorvida pelas usinas da mesma forma que dos outros fornecedores. Em alguns casos, um fornecedor mais antigo começa a intermediar a venda de outros produtores, dentre eles, assentados. De todo modo, atualmente, para vender a produção para a usina é necessário cadastro na usina, na ASPLAN e na Coletoria Estadual, evidenciando a formalização dos assentados e assentadas como fornecedores de cana-de-açúcar.

Ao perguntarmos no que as famílias acham que o governo deveria investir mais nas áreas de assentamentos, no ano de 2009, 65% das famílias pesquisadas afirmaram que deveria haver mais investimentos na produção de alimentos diversificados e de animais; 23%, que deveria haver mais investimentos na produção de cana-de-açúcar e, 12%, mais investimentos em infraestrutura para garantir a irrigação. Em 2019, o número das famílias que acha que deveria haver mais investimentos na produção de alimentos diversificados e animais caiu para 36%; em compensação, 50%, passaram a ressaltar a necessidade de investimentos em infraestrutura para irrigação e, 14%, afirmaram que deveria haver mais políticas de aquisição da produção de alimentos das famílias assentadas.

A análise desses dados deixa bem claro que as maiores dificuldades que as famílias assentadas do P.A. Dona Helena vêm passando, atualmente, e que esperam pela ajuda do Estado, estão relacionadas à irrigação e ao escoamento e comercialização da produção.

Ao pedirmos para considerarem a possibilidade desses investimentos e questionarmos se, no caso de elas receberem o apoio desejado, continuariam produzindo cana-de-açúcar, em 2009, 62%, das famílias pesquisadas responderam que sim, continuariam produzindo cana-de-açúcar; 35% afirmaram que interromperiam a produção e, 4%, não responderam a essa questão. Já na pesquisa realizada em 2019, o percentual de famílias que afirmou continuar com a produção caso houvesse mais investimentos governamentais caiu para 59% do total; 32% afirmou que pararia com a cana-de-açúcar e; 9% não responderam.

Demonstrando que, independente das ações estatais, a cana-de-açúcar já se configurou como um cultivo complementar, destinado ao mercado, da maior parte das famílias pesquisadas.

6.5.6 Produção de cana-de-açúcar e a natureza

Sabemos que a região na qual se localiza o P.A. Dona Helena foi historicamente transformada pelas atividades ligadas à monocultura canavieira, poucas são as áreas em que ainda podemos encontrar a vegetação remanescente da Mata Atlântica, apenas algumas áreas restritas, sopés dos Tabuleiros e alguns resquícios de Mata Ciliar, além das áreas de reserva das propriedades rurais. A produção canavieira vem degradando essa porção do espaço agrário paraibano desde o princípio da ocupação, por conta da monocultura e, muito mais, com o início da utilização de agrotóxicos, sobretudo no momento da limpa, que acabam diluídos durante a irrigação e infiltrando no solo, contaminando solo, água, os animais e as famílias que utilizam as águas dessas áreas.

As famílias do P.A. Dona Helena estão sempre pondo em pauta a questão ambiental no assentamento, principalmente as que aderiram à produção agroecológica e hoje já têm garantia de comercialização. A contaminação das águas do assentamento é uma preocupação constante. No tocante à proximidade da fonte de água que abastece a casa e a produção da cana-de-açúcar, em 2009, 65% afirmaram que as fontes de água não eram próximas da cana-de-açúcar; porém, 35% disseram que a água do consumo ficava perto da produção. Em 2019, o fato de a maior parte das famílias já ter água encanada fez com que o percentual das famílias que afirmaram que a fonte de água que abastece a casa fica distante da produção de cana-de-açúcar aumentasse para 82%; somente 9%, disseram que a água que abastece a família ficava próxima da produção de cana-de-açúcar, provavelmente as que ainda não têm água encanada em casa; e, outros 9% não responderam.

Contudo, o percentual de famílias assentadas que afirmou que já houve contaminação das águas do P.A. Dona Helena pelos venenos usados na produção de cana-de-açúcar aumentou de 15%, em 2009, para 32%, em 2019. Já o percentual das famílias assentadas que afirmou que nunca soube de casos de contaminação das águas do assentamento pelos agrotóxicos usados na limpa da cana-de-açúcar, caiu de 73%, em 2009; para 59%, em 2019. Além disso, em alguns depoimentos, também

identificamos essas contaminações, principalmente quando as famílias constatarem que o número de peixes do Rio e dos açudes vem diminuindo significativamente.

Com relação aos possíveis casos de contaminação dos cultivos pelos venenos utilizados na produção de cana-de-açúcar, principalmente no caso das produções agroecológicas, o percentual de famílias que afirmou que já houve contaminações se manteve em 23% do total de famílias pesquisadas, nas duas pesquisas. Um dos assentados entrevistados afirmou que já percebeu a folha da mandioca amarelada após a aplicação de agrotóxico do vizinho.

De uma maneira geral, no tocante à condição ambiental da parcela, em 2009, 50% das famílias pesquisadas afirmaram que consideravam suas parcelas preservadas; 46%, mais ou menos preservadas; e 4%, bastante degradadas. Sobre essa questão, atualmente os dados indicam que o percentual de famílias que afirmou que a parcela era preservada caiu para 23%; as que consideravam a parcela mais ou menos preservada também caiu para 23%, e as que consideram a parcela mais ou menos degradada apareceram representando 41%, das famílias pesquisadas.

6.6 A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Em relação à produção de alimentos dessas famílias produtoras de cana-de-açúcar do P.A. Dona Helena, na primeira pesquisa realizada, em 2009, percebemos uma maior dificuldade das famílias com relação à produção de alimentos diversificados, principalmente por conta de prejuízos causados por conta da seca ou do encharcamento da terra, nas áreas mais próximas à várzea. Nesse período, em alguns casos, a cana-de-açúcar foi apontada como saída, justamente por conta da crise na produção de alimentos.

Entretanto, as famílias assentadas produtoras de cana-de-açúcar que participaram da pesquisa em 2009 afirmaram que também plantavam outras lavouras, dentre elas, todas as famílias afirmaram produzir feijão; 85%, milho; 77%, mandioca; 73%, batata doce; 62%, fruteiras; 54%, inhame; 50%, fava; 31%, hortaliças e outros cultivos. Em 2019, identificamos um aumento na produção de todos os gêneros agrícolas citados, com exceção da produção do milho, que caiu para 82% das famílias pesquisadas. As demais, todas também produziam feijão; 86%, mandioca e batata doce; 82%, milho e fruteiras; 59%, fava; 55%, inhame; 50%, hortaliças e outros cultivos. Vale o registro do aumento das famílias produtoras de hortaliças, tendo em vista que o P.A, Dona Helena se destaca na produção de hortaliças agroecológicas,

possuindo inclusive a produção de hortaliças num Sistema Integrado de Produção Mandalla.

O fato das famílias estarem produzindo cana-de-açúcar não implica em não estarem garantindo a subsistência familiar. Pelo contrário, os dados confirmam a produção da policultura alimentar e, inclusive, o aumento dessa produção nos últimos anos. Confirmando que a cana-de-açúcar está inserida na produção das famílias assentadas do P.A. Dona Helena como um cultivo destinado ao mercado, que garante uma renda anual e que vem servindo de complemento da renda camponesa.

Ao serem questionados sobre o que gostariam de produzir caso tivessem condições e apoio, na pesquisa de 2009, a maioria respondeu que produziria feijão, justificando que é uma lavoura que pode chegar a até três safras por ano, caso seja irrigada. Em seguida, teve destaque o milho, a mandioca, o inhame, as hortaliças e as fruteiras. Em 2009, apenas o inhame foi citado, demonstrando as baixas perspectivas das famílias assentadas, nesse período.

Daremos continuidade ao trabalho direcionando o olhar para os porquês da produção de cana-de-açúcar no P.A. Dona Helena, buscando demonstrar as impressões que tivemos para além da análise quantitativa dos dados.

6.7 OS PORQUÊS DA CANA-DE-AÇÚCAR NAS PARCELAS

A partir de agora, direcionaremos nosso olhar para tentar entender a produção de cana-de-açúcar no P.A. Dona Helena, para além dos dados quantitativos, a partir das observações dos pesquisadores e dos depoimentos dos próprios assentados e assentadas que participaram da pesquisa. Nossas principais referências para a escrita desse item foram as vivências que tivemos nesse assentamento, em especial, nas pesquisas realizadas em 2012 e entre os anos de 2018 e 2019.

Durante o Mestrado, na pesquisa realizada no P.A. Dona Helena, em 2012, buscamos efetivar uma análise de cunho mais qualitativo, a partir da aproximação com a realidade das famílias assentadas. Entrevistamos 10% do total de famílias assentadas, além disso, refizemos algumas das questões existentes no questionário aplicado no ano de 2009 na tentativa de verificar como vinha evoluindo a questão da produção de cana-de-açúcar entre 2009 e 2012. e quais eram as tendências da produção de cana-de-açúcar no P.A. Dona Helena para os próximos anos. Estivemos presentes no assentamento entre os meses de maio, junho e julho de 2012.

Já durante o Doutorado, os trabalhos de campo no P.A. Dona Helena ocorreram entre os meses de novembro de 2018 e junho de 2019. Conseguimos visitar as parcelas e conversar com 20 famílias produtoras de cana-de-açúcar e uma família que já produziu cana-de-açúcar, que, em 2012 ainda produzia, mas que aos poucos foi acabando com a produção e reflorestando a parcela.

Comparando as observações, percebemos que houve algumas mudanças na dinâmica da produção de cana-de-açúcar dentro do Assentamento Dona Helena ao longo dos anos. Em 2012, a tendência de aumento da produção por parte de algumas famílias assentadas, já delineada em 2009, pela pesquisa da CPT com o GETEC foi confirmada. Em 2009, não havia nenhum assentado produzindo cana-de-açúcar na área total da parcela, já em 2012, realizou-se essa constatação. Aproximadamente 10% dos assentados entrevistados afirmaram que estavam produzindo cana-de-açúcar em toda a parcela.

A pesquisa realizada entre 2018 e 2019 nos comprova que essa tendência de aumento da produção de cana-de-açúcar no P.A. Dona Helena vem sendo revertida e, somente em um caso, foi identificada a produção de cana-de-açúcar em toda a parcela, porém, esse assentado não foi localizado. Na realidade, trata-se de um produtor que nem mora no assentamento, mora na cidade, por isso não foi encontrado.

De uma maneira geral, o fato da produção de cana-de-açúcar demandar menos força-de-trabalho; de ser uma renda monetária garantida; das facilidades de comercialização; da maior resistência da cana-de-açúcar às limitações edáficas e climáticas; e, da questão dos saques de lavouras de alimentos, pela proximidade de áreas do assentamento com a PB004, vêm contribuindo para que parte dos assentados continue produzindo cana-de-açúcar. Porém, os dados analisados nos indicam que, atualmente, foi constatada tanto uma diminuição no número de famílias assentadas produzindo cana-de-açúcar, quanto na área plantada com cana-de-açúcar dentro do P.A. Dona Helena.

Como já ressaltamos, os motivos apontados para justificar a produção de cana-de-açúcar são diversos. Ademais, a Fazenda Engenho Novo já produzia cana-de-açúcar antes da desapropriação. É fato que, na década de 1990, no momento da luta pela terra, a produção de cana-de-açúcar estava em crise na região. Mas, mesmo assim, quando a terra foi desapropriada e as parcelas divididas, ainda havia muita lavoura de cana-de-açúcar. A maioria das parcelas, principalmente as localizadas na

Várzea do Rio Paraíba, já foram entregues aos assentados com cana-de-açúcar plantada. Algumas famílias arrancaram a cana-de-açúcar e plantaram lavoura alimentícia, outros a mantiveram, associada aos outros cultivos, para ser usada, principalmente, como alimento para o gado.

Com o passar dos anos, alguns assentados foram tendo prejuízos nos projetos agrícolas implantados com apoio financeiro dos Bancos e, em alguns casos, não tiveram condições nem de pagar estes empréstimos. Além disso, os problemas relacionados ao solo arenoso e à falta de água foram se tornando mais latentes.

A partir do ano 2000, o mercado da cana-de-açúcar volta a aquecer e, como já foi colocado, os assentamentos criados passam a se configurar como barreiras à expansão da área plantada das usinas e dos fornecedores de cana-de-açúcar da região. Desde então, a demanda pela cana-de-açúcar foi crescente.

É a partir daí que vai haver a intensificação da produção de cana-de-açúcar e os assentados do P.A. Dona Helena passam a se configurar como fornecedores de matéria-prima para as usinas. Os assentados passam a ter a garantia da venda da safra para as usinas e a renda monetária gerada serve tanto como complemento da renda familiar como para o pagamento das dívidas bancárias. A cana-de-açúcar tornou-se semelhante a uma poupança para os assentados.

Nos anos seguintes, a tendência à produção canavieira por parte dos assentados aumentou e aos poucos a maioria deles foi introduzindo um percentual de cana-de-açúcar em sua parcela. Em 2009, já havia cana-de-açúcar em mais de 80% das parcelas do P.A. Dona Helena e, pudemos constatar que havia a intenção de aumentar a produção por parte de algumas famílias.

A renda monetária gerada pela cana-de-açúcar, apesar de não ser suficiente para sustentar a família durante o ano todo, dinamizou a economia do assentamento, possibilitando além do pagamento das dívidas, o investimento em melhorias na infraestrutura das parcelas, o acesso a bens de consumo, e a reprodução camponesa, já que era uma garantia de renda monetária, independente das condições climáticas e crises econômicas.

O grande problema, identificado em 2012, diz respeito a quando o assentado passava a abrir mão de sua produção de alimentos para produzir apenas cana-de-açúcar. No entanto, nos casos como esse, as famílias assentadas disseram que chegaram a esta situação por não terem condições de produzir outros cultivos por conta do solo e da impossibilidade de irrigação, que somente a cana-de-açúcar era

certeza de não terem prejuízos. Essas famílias que optavam por produzir somente cana-de-açúcar, regra geral, necessitavam de trabalhos acessórios para garantir a subsistência familiar, já que a renda gerada com a venda da cana-de-açúcar, além de insuficiente, é difícil de administrar anualmente. Como vimos, esse problema não foi identificado com nenhuma família pesquisada em 2018/2019 e o único caso que constatamos, de fato o responsável pela produção, nem vivia no assentamento.

Uma coisa ficou bastante clara para nós, é possível traçar um panorama geral das contradições geradas pela produção de cana-de-açúcar no P.A. Dona Helena, todavia, existem muitas especificidades que precisam ser consideradas, cada família assentada apresenta uma realidade singular, e aponta causas particulares para justificar as suas produções. As parcelas estão localizadas em áreas com especificidades geográficas diferenciadas, que acabam por gerar condições diferenciadas para as famílias, que possuem realidades particulares e histórias de vida distintas.

Nesse sentido, a seguir, com base nas entrevistas realizadas, apresentaremos algumas dessas particularidades que tiveram destaque nas entrevistas, entretanto, preferimos não identificar os entrevistados, elegendo um nome fictício, para evitar exposições ou represálias.

Um caso interessante de ser apresentado é o do Sr. *Manoel*, que mora no Assentamento Dona Helena desde sua criação. Ele participou do processo de luta pela terra desde o princípio. Segundo contou, nasceu em Alagoa Grande, em 1968, e, desde os 12 anos de idade, migrava sazonalmente para a Zona da Mata na intenção de cortar cana-de-açúcar na Região da Várzea do Rio Paraíba, nas épocas da safra. No período de entressafra, trabalhava na terra junto à família na condição denominada por ele de 'foreiro' e pagava a renda da terra com produção e plantando capim na terra para alimentar o gado do dono da terra durante a estiagem, justamente no período em que migrava para a Zona da Mata para trabalhar no corte da cana-de-açúcar.

Segundo ele, o Assentamento Dona Helena foi o primeiro assentamento da região da várzea no qual a luta foi organizada por canavieiros. Estes canavieiros, com apoio da Comissão Pastoral da Terra, organizaram os posseiros que já viviam na Fazenda Engenho Novo e iniciaram a ocupação.

Manoel conta que, no momento da vistoria realizada pelo INCRA, já havia 200 hectares de cana-de-açúcar plantados no assentamento, e que quase todas as parcelas já tinham um percentual de cana-de-açúcar. Segundo ele, alguns assentados

resolveram retirar a cana-de-açúcar e plantar lavoura de alimentos, outros optaram por mantê-la, como no seu caso.

Este assentado possui uma parcela com 7,5 hectares, dentre os quais produzia cana-de-açúcar em apenas 1 hectare, aproximadamente 13,5% do total da área. Ele afirmava que mantinha esta área com cana-de-açúcar plantada desde a criação do assentamento, já que foi um dos que recebeu a parcela com cana-de-açúcar e, não via nenhum mal no cultivo da cana-de-açúcar em si, pois utilizava parte para o consumo familiar, parte para forragem e comercializava somente o excedente. Além disso, possuía uma produção bastante diversificada e, com o manejo adequado, conseguia produzir em toda parcela, tendo inclusive reflorestado uma área de reserva à qual manipulava de forma sustentável.

Cultiva, em sua propriedade inhamé, mandioca, batata doce, milho, fava, feijão, maracujá, açaí, amora, coco, café, laranja mimoso, pitanga, acerola e cana-de-açúcar, dentre outros cultivos, sem o uso de agrotóxicos e, também, possui um minhocário, cria gado, bode, galinha e abelhas. De acordo com o assentado, uma das dificuldades que ele vivenciava era a manutenção da fruticultura, já que o solo é raso e a água salobra. Nesse caso, a cana-de-açúcar era mais uma lavoura e não caracterizava monocultura. Todas as lavouras têm como objetivo principal o abastecimento familiar. Essa família produz de forma agroecológica, e é uma das participantes da Feira Agroecológica da Ecovárzea, que ocorre na UFPB, na qual comercializam a produção excedente.

O assentado e sua família eram responsáveis por todo o processo produtivo da cana-de-açúcar. Eles só contratam mão-de-obra esporadicamente, quando vão realizar a implantação de algum projeto, e a mão-de-obra é contratada no próprio assentamento.

Unicamente no momento do corte era que a usina entrava no processo. A empresa enviava os trabalhadores, fazia o transporte da cana-de-açúcar até a pesagem e, por fim, descontava estes custos do valor total pago pelas toneladas de cana-de-açúcar. Mesmo assim, o assentado afirma que não existia nenhum acordo formal ou contrato para a venda da cana-de-açúcar, quando estava na época do corte, vendia para quem oferecesse a melhor oferta.

Na safra de 2011, produziu 1 hectare, que totalizou 66 toneladas de cana-de-açúcar, vendidas à usina por R\$ 45,00 a tonelada, já descontado o corte, e arrecadou o equivalente a R\$ 2.970,00. O assentado afirmou que não tinha o controle da

pesagem da cana-de-açúcar, e que desconfiava das balanças da usina, justificando que, em épocas passadas, quando trabalhava no corte da cana-de-açúcar, um caminhão cheio carregava cerca de vinte toneladas de cana-de-açúcar, naquela época o valor indicado pela usina era sempre inferior; mas, diz que não havia como contestar.

Diferente da maioria das famílias pesquisadas em 2012, esse assentado afirmava saber da existência de um funcionário da ASPLAN na usina para fiscalizar a pesagem. Porém, apesar de dizer que não participava de nenhuma organização de plantadores de cana-de-açúcar, dizia saber que contribuía com a ASPLAN, pois já tinha visto o desconto na nota recebida pelo pagamento da cana-de-açúcar fornecida, entretanto, nessa época, ele ainda não tinha conhecimento que o desconto realizado representava a sua filiação a esta associação, nem sabia dos benefícios a que tinha direito.

Esse assentado afirma, também, que o lucro da cana-de-açúcar não dava para sustentar a família o ano todo, mas, de todo modo, o valor arrecadado se constituía como um relevante complemento da renda familiar. Ele não possuía dívidas geradas pela produção de cana-de-açúcar, visto que nunca tinha contraído empréstimos para produzir.

Em 2012, o assentado dizia, apesar de demonstrar a pretensão de diminuir a quantidade de cana-de-açúcar na parcela no ano seguinte, que, mesmo havendo maiores incentivos à produção de lavouras alimentícias, ele manteria a produção na parcela, visto que a cana-de-açúcar servia tanto para o consumo pessoal, para o beneficiamento doméstico e alimentação dos animais, quanto como complemento da renda familiar. Afirmava ter consciência de que vinha produzindo a cana-de-açúcar de uma maneira positiva em sua parcela, mas, também reconhecia que o avanço da cana-de-açúcar tinha causado alguns impactos negativos na vida das famílias assentadas que abriam mão de suas lavouras de alimentos em detrimento da monocultura canavieira.

Segundo o Sr. *Manoel* em 2012 dizia, várias famílias assentadas estavam vivendo severas crises financeiras e produtivas, principalmente por conta da estiagem. Além disso, confirmou que cerca de 80% das terras férteis do P.A. Dona Helena estavam ocupadas com produção de cana-de-açúcar. Em sua opinião, um dos principais problemas que estava levando as famílias assentadas a produzirem cana-de-açúcar era a questão da falta de água. Apesar de ser às margens do Rio Paraíba

e de possuir três nascentes, nessa época, o P.A. Dona Helena ainda não possuía água encanada e nenhum sistema de irrigação. A questão da falta de água e da dificuldade do acesso a água era apontada pela maioria das famílias assentadas como um dos principais fatores que estimulava a produção e manutenção da cana-de-açúcar nas parcelas.

Outro fator apontado como favorecedor da manutenção da produção de cana-de-açúcar no P.A. Dona Helena nesse período foi o solo, por ser raso e pedregoso em alguns locais, favorecendo que, da mesma maneira em que seque com facilidade, nos períodos de chuva, torne-se facilmente alagadiço, causando perdas de lavouras, tanto nos anos secos, quanto nos anos chuvosos, fazendo da cana-de-açúcar uma opção, visto que é um cultivo que resiste a essa dinâmica.

Como já dissemos, na porção do assentamento que fica na várzea do Rio Paraíba, historicamente tomada pela produção canavieira, já que é a área que tem o solo mais fértil e úmido, não necessitando de irrigação, o motivo apontado é outro. Nesta porção, a área que pertence ao assentamento faz limite com a Zona Urbana do município de Cruz do Espírito Santo e vários assentados afirmaram que tinham problemas com saque de lavouras. Segundo contam, as lavouras alimentícias que eram plantadas nessa área eram facilmente roubadas e os prejuízos eram muito grandes, por isso, boa parte dos assentados que possui parte da parcela na várzea, substituíram a produção de lavouras alimentícias por cana-de-açúcar.

Mais um fator importante destacado como motivação para a produção de cana-de-açúcar é o fato de a mesma requerer menos força-de-trabalho no processo produtivo, tendo em vista que não precisa ser replantada a cada safra. No P.A. Dona Helena, como já problematizamos, assim como em outros da região, a população mais jovem muitas vezes não deseja trabalhar na agricultura, esses jovens tiveram acesso à Educação Básica, Fundamental e até ao Ensino Superior e alguns almejam profissões que, em alguns casos, não têm relação com o trabalho agrícola. Ademais, há uma redução no potencial da força-de-trabalho familiar a medida em que os pais e avós vão chegando a uma idade mais avançada, o que reduz sua capacidade produtiva. Soma-se a isso a garantia de venda da cana-de-açúcar, os baixos preços que eram pagos às lavouras alimentares e o fato de algumas famílias estarem endividadas por projetos de financiamento em que não obtiveram êxito, sendo a renda monetária garantida com a venda da cana-de-açúcar a forma encontrada por alguns para liquidar estas dívidas.

Até esse período, mesmo com todos os avanços, a vida das famílias do P.A. Dona Helena ainda era muito difícil, e a cana-de-açúcar vinha se expandindo de forma assustadora, chegando ao ponto de as próprias famílias assentadas fazerem denúncias sobre o avanço desmedido da monocultura canavieira dentro do assentamento. Entretanto, até 2012, não se tinha nenhuma resposta por parte do INCRA.

Para o Sr. Manoel, o Governo Federal e o INCRA deveriam somar esforços para resolver o problema da água no Assentamento Dona Helena e nos demais assentamentos da região. Em sua opinião, esse era o maior problema enfrentado pelos assentados naquele momento. **O assentado acreditava que, se os investimentos em irrigação fossem concretizados, a cana-de-açúcar diminuiria substancialmente dentro do assentamento.** Além disso, acrescentava que gostaria que fosse realizado um trabalho de reflexão e conscientização sobre as consequências atuais e futuras que o avanço e a permanência da cana-de-açúcar poderiam acarretar no assentamento e na vida das famílias assentadas.

Mesmo com todos os problemas apontados, ele tinha consciência de que a cana-de-açúcar não era a melhor saída, pois essa lavoura só dá uma safra por ano e, na maioria das vezes, o valor arrecadado não é suficiente para sustentar uma família o ano inteiro. Dizia que o ideal seria que os assentados possuíssem cultivos diversificados para garantirem a subsistência familiar durante todo o ano. Segundo ele, existem culturas que dão retorno em curto prazo, em 60, 90 dias e, além disso, alguns programas financiados pelo Estado e Governo Federal como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³² e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)³³ vinham garantindo a venda dos produtos pelo preço de mercado e retirando de cena a figura do atravessador. Como já apresentamos, os atravessadores são

³² O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Fome Zero e promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentos_e_abastecimento/paa

³³ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas <http://www.fn-de.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>

apontados pelos agricultores como o maior problema, pois estipulam preços muito baixos que, mesmo dentro da lógica camponesa, faziam o trabalho não compensar.

O Sr. *Manoel* propôs como solução que o INCRA interviesse e limitasse o percentual de cana-de-açúcar dentro das parcelas, pois, para ele, em depoimento em maio de 2012, “*a cana também faz parte da agricultura, mas em todo o lote, ele deixa de cumprir sua função social e o objetivo principal da Reforma Agrária, que é produzir alimentos*”.

Nesse período, as experiências e os depoimentos do Sr. *Manoel* nos levam a uma série de reflexões. Tivemos a oportunidade de visitar a sua parcela e dá gosto de ver como a família conseguia aproveitar todos os espaços e, mesmo numa área relativamente pequena, garantir a subsistência com dignidade. O objetivo principal da produção sempre foi o abastecimento familiar, somente os excedentes eram destinados à feira. Além da produção agrícola, produzia mel, criava gado e, além disso, não abria mão da participação nas atividades de mobilização política do assentamento. Ele não usava nenhum tipo de agrotóxico ou fertilizante químico em suas lavouras, nem na produção de cana-de-açúcar. Além do mais, nenhum cultivo era realizado com intuito exclusivo de comercialização. E, a família possuía todo o controle do tempo e do espaço em sua vida em sua parcela.

De todo modo, ele tinha consciência das dificuldades de produção pelas quais grande parte dos assentados passavam, e de que era um caso à parte, pois havia conseguido minimizar o principal problema construindo dois barreiros e uma cacimba dentro da parcela, que favoreciam a irrigação e, conseqüentemente, a produção da policultura alimentar.

O Sr. *Manoel* conseguia fazer da produção e comercialização da cana-de-açúcar, um complemento da renda familiar e um mecanismo de fortalecimento da produção e da reprodução camponesa na medida em que garantia um fluxo de renda monetária que possibilitava o financiamento de benfeitorias na parcela e parte do sustento da família.

Na pesquisa de 2019, voltamos à parcela do Sr. *Manoel*. Fomos informados que durante esses anos, gradativamente, ele foi extinguindo a cana-de-açúcar da parcela para produzir lavouras de alimentos, realizando, também, um reflorestamento

com árvores nativas, palmeiras, fruteiras e Sabiá³⁴, espécie que se destaca como uma das principais fontes de estacas para cercas nessa região, além de também ser utilizada para fabricação de lenha e de carvão.

O assentado afirmou que a opção da família de deixar de produzir cana-de-açúcar surgiu porque passaram a perceber que “a cana não dava futuro” (junho de 2019). Segundo ele, o valor pago pela tonelada não estava sendo satisfatório e que a produção de alimentos estava compensando mais nos últimos anos. As queimadas, sobretudo as antes do período ideal, também os incomodavam e os levaram à interrupção da produção da cana-de-açúcar dentro da parcela, tendo em vista que empobrecia o solo e matava muitos animais importantes para o ecossistema da região. Além disso, essa família vem se dedicando e investindo bastante na produção e preservação da natureza na parcela, com a implantação de sistemas de irrigação, que puxam água de dois barreiros que foram feitos numa parceria com os vendedores de barro, e com a plantação de cada vez mais árvores.

A família continua produzindo inhame, mandioca, batata doce, milho, fava, feijão, maracujá, açaí, amora, coco, café, laranja mimo, limão, mamão, pitanga, acerola, dentre outros cultivos, de forma agroecológica, possui também um minhocário, cria gado, bode, galinha e abelhas. Aos poucos, o Sr. *Manoel* foi resolvendo como lidar com a questão do solo raso e da água salobra e, com ajuda da assistência técnica de parceiros da Feira Agroecológica da Ecovárzea, foi introduzindo as espécies ideais e, também, algumas espécies exóticas que recebe de amigos e que planta para fazer experiências.

O caso dessa família é uma experiência concreta e bem-sucedida da Reforma Agrária que ocorreu na Zona da Mata Paraibana. Ele demonstra que, quando as famílias assentadas têm as condições de garantir sua produção, ou seja, têm acesso à terra, à água, à força-de-trabalho e aos instrumentos de produção, elas podem se configurar como grandes aliadas na produção de alimentos, no abastecimento das feiras locais e, também, mas não menos importante, na preservação da natureza dessa região que já foi tão explorada. Além de garantirem a soberania alimentar da família e a autonomia no trabalho e na reprodução da vida no campo.

³⁴ Planta típica do semiárido, com crescimento cespitoso, ou seja, de um mesmo ponto da base saem vários troncos. Tem apresentado bom desenvolvimento em solos poucos férteis. Fonte: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/bioma_caatinga/arvore/CONT000g798rt3n02wx5ok0wtedt3sugbu5b.html

Quiçá, essa pudesse ser a realidade de todas as famílias assentadas da Zona da Mata Paraibana, contudo, existiam e ainda existem situações decorrentes de limitações do mercado e da insuficiência da política agrária, que são alarmantes. O exemplo do Sr. *Joaquim* é uma delas. Quando o entrevistamos, em 2012, a realidade da sua família era bastante distinta da família do Sr. *Manoel*, apresentada anteriormente. Este assentado também vive no assentamento desde sua criação e participou do processo de luta pela terra. Assim como o outro senhor, foi cortador de cana-de-açúcar migrante desde a infância e, no período da entressafra, trabalhava na agricultura, no município de Itatuba, pagando foro semanal pelo uso da terra.

Sua parcela no P.A. Dona Helena possui 7 hectares, dentre os quais, 95%, mais de seis hectares, estavam ocupados com cana-de-açúcar em 2012. Ele nos informou que desde quando recebeu a terra, já existia cana-de-açúcar plantada na sua parcela, porém em uma pequena área. Após ter tido prejuízos com diversos outros cultivos e com o baixo rendimento da criação de gado, resolveu aumentar a produção de cana-de-açúcar.

A cana-de-açúcar produzida pertencia ao próprio assentado, não havendo o arrendamento das terras. Entre 2011 e 2012, a família havia aumentado a área plantada entre “quatro e meio e seis hectares”, pois, segundo conta, o solo de sua parcela era pouco fértil e muito raso, além de não ter acesso à água nem condições de fazer irrigação, sendo a cana-de-açúcar o único cultivo com o qual conseguia ter êxito.

Vale lembrar que, anteriormente à criação do assentamento, no período áureo do Proálcool, a Fazenda Engenho Novo passou anos consecutivos produzindo cana-de-açúcar e essa produção era, regra geral, realizada sem nenhuma preocupação ambiental e com o uso excessivo de insumos químicos, o que desgastou bastante o solo da região.

De acordo com o Sr. *Joaquim*, as despesas geradas com o aumento da área plantada em 2012 ficaram parte sob a responsabilidade do assentado e, parte sob a responsabilidade da usina, já que a família não tinha como arcar com o investimento sozinha. Neste caso, a usina foi responsável pelo preparo do solo e pelo fornecimento das mudas. O assentado se encarregou da mão-de-obra para realizar o plantio. No entanto, a família não deu conta do trabalho sozinha e foi indispensável à contratação de trabalhadores, sendo a mão-de-obra contratada no próprio assentamento.

Neste caso, como a Usina São João havia se incumbido de parte do processo, ficou acordado que a primeira safra seria vendida para esta usina. Além disso, no momento do corte, como de praxe, a usina iria se responsabilizar pela contratação e transporte dos cortadores e pelo transporte e pesagem da cana-de-açúcar. O assentado afirmou não confiar na pesagem, mesmo sabendo que existia um técnico da ASPLAN fazendo a fiscalização. Ao final, todos os gastos seriam descontados e as perspectivas eram de que, certamente, os rendimentos desta primeira safra não seriam tão satisfatórios e não dariam para sustentar a família durante o ano todo.

O Sr. *Joaquim* nos afirmou que, em 2011, conseguiu retirar em média 60 toneladas de cana-de-açúcar de um hectare e que vendeu cada tonelada por R\$ 49,00, já abatidos R\$ 20,00 de desconto de cada tonelada, referente às despesas com o corte e o transporte da cana-de-açúcar e à ASPLAN, tendo apurado uma média de R\$17.600,00. Segundo contou, é com o rendimento anual proveniente da produção de cana-de-açúcar que pretende sustentar a família durante todo o ano, apesar de reconhecer que o orçamento será bastante apertado. Por isso, afirma que pretende trabalhar temporariamente na construção civil para complementar a renda da família.

De acordo com o assentado, ele já tinha tentado implantar vários projetos agrícolas em sua parcela até o ano de 2010. Também já tinha tentado criar gado, mas sempre tinha tido prejuízos, por conta das questões edáficas e climáticas. Em 2011, o excesso de chuvas alagou o solo raso e argiloso e, além de haver perdido a produção, perdeu também as sementes. Já em 2012, o problema era a seca, muitos produtores tiveram que comprar sementes e, mesmo assim, tiveram prejuízos por conta da estiagem.

Esse assentado também nunca havia contraído empréstimos para a produção de cana-de-açúcar, mas, na época, afirmou que nunca tinha feito porque não tinha tido oportunidade, mas que se tivesse havido, teria feito. Nessa época, o assentado devia somente à Usina São João pelo investimento empreendido para o aumento da área plantada.

Em sua opinião, o Governo deveria pesquisar melhor sobre a realidade de cada assentamento e fazer as intervenções adequadas às particularidades de cada região. Para ele, não adiantava querer implantar aqui o mesmo projeto agrícola que no Sul do Brasil. No caso do P.A. Dona Helena, o Sr. *Joaquim* defendia que deveria haver maiores investimentos na produção de cana-de-açúcar e na possibilidade de seu beneficiamento no próprio assentamento. Em sua avaliação, a maior parte do solo do

assentamento era improdutivo e o cultivo ideal para ser implantado era o da cana-de-açúcar. Além disso, acreditava que o beneficiamento da cana-de-açúcar poderia ser realizado no próprio assentamento e assim haveria a possibilidade de comercializar alguns produtos derivados deste cultivo. Ele era um dos que defendiam a implantação de um engenho no próprio assentamento.

Mesmo assim, reconhecia que a produção de cana-de-açúcar de alguns assentados e das usinas ao redor do assentamento tinham sido responsáveis pela contaminação, tanto das fontes de água, quanto de algumas lavouras. Na época, o assentado nos informou que havia pulverização de agrotóxicos com o uso de aeronaves na região.

Por fim, afirmou que o seu desejo era que o assentamento se desenvolvesse a partir dos incentivos à produção de cana-de-açúcar. Assegurou, ainda, que só não aumentava a sua produção porque não possuía mais espaço físico na parcela para isso, visto que já existia cana-de-açúcar em praticamente toda a parcela. Ele acreditava que o Assentamento Dona Helena só se desenvolveria quando as famílias passassem a aumentar a produção de cana-de-açúcar, pois teriam acesso a uma renda monetária certa que, anteriormente, só vinha sendo garantida através das bolsas assistencialistas oferecidas pelo Governo Federal, que possuíam valores muito baixos.

Um longo depoimento extraído do Relatório sobre Cana em Áreas de Assentamento realizado por Moreira *et. al.* (2010) para a CPT, também exprime a posição de um assentado de Dona Helena sobre a produção de cana nas parcelas e fornece elementos que merecem reflexão por parte de todos que se preocupam com a reforma agrária e com a disputa entre o território do agronegócio e o território camponês nas áreas de tradição canavieira. Por isto, resolvemos reproduzir na íntegra sua fala. Suas palavras são as seguintes:

Eu acho que é a única solução para pagar as contas e dar o sustento da família. A gente plantava lavoura branca e não tinha nem como pagar o banco. A cana sempre me dá o “troco” para pagar o banco. Lá eu plantava lavoura e dava bom, mas a gente se desgostou porque as pessoas tiravam. Quando a gente chegou a terra era para plantar lavoura. Agora que tem muita cana, acabou a casa de farinha. Sou a favor de ter um pouco de cana, mas não pode ser tudo para a cana. Quando a gente produzia mandioca, a gente pagava para trabalhar. Fazia muita farinha, mas era de graça, vendia o quilo por R\$ 0,30. A gente planta cana, mas bota na cabeça que a usina também ganha. Eu planto os dois: a lavoura branca e a cana. Toda vida fui trabalhador e tenho prazer na lavoura. Eu acho que na cana tem muita ilusão

também. Porque o dinheiro é no final do ano. Passa o ano todo liso. Sou a favor que se plante no máximo 40% de cana. Na queimada, tudo prejudica. A cana não vai solucionar o problema de ninguém. Por que os assentamentos plantam cana? Uma coisa que pesa nas nossas costas é a conta no banco. A questão de plantar a cana é mais para pagar a conta. Esse ano, apurei 3 mil reais e levei todinho para o Banco do Nordeste. Nós, pobres, a gente se preocupa mais com dívida que os ricos. Quem fica penalizado com a dívida é a gente. Não existe hoje, no país, um projeto de subsistência das famílias. O modelo tem que ser mudado. Lavoura branca tem que ser plantada para o consumo. Na dívida do rico o governo deu subsídio. A gente tem notícia que a usina vai plantar soja com subsídio. Eu tenho um exemplo de um projeto que tirei 2000 reais para plantar inhame, e o que eu apurei foram 300 reais. A gente está lutando há 2-3 anos para botar um engenho para produzir açúcar. A cana serve como um complemento de renda. A cana tem uma garantia de resistência, que é diferente da lavoura branca. O outro motivo é que a cana só requer mão-de-obra no início, depois é praticamente sem custo. No assentamento, a produção deve ser diversificada, e a cana deve fazer parte dessa diversidade. Em 97, 98 e 99 todo mundo plantava inhame. Aí o preço caiu. O “povo” na feira dizia que, graças a Deus, o povo tinha ganhado a terra. Planto 10% de cana na várzea. Se fosse plantado de lavoura o povo tirava tudo (a área de várzea é coletiva e nela ninguém reside). A cana é muito dura e o povo não tira. Se a gente tivesse continuado a plantar lavoura na área de várzea, era uma produção grande. A usina leva, em média, 30% do lucro. Apesar de todo custo, dá uma sobra. Na minha terra, eu diversifico a minha produção. Só a arrecadação de cana não dava para cobrir toda a despesa. Se eu encher a terra com cana, eu estou contribuindo para destruir o nosso planeta. Nós temos aqui, no assentamento Dona Helena, parcela com até 100% de cana. Deve haver uma intervenção do INCRA para impedir isso. Porque a usina planta cana até na beira do rio? Não tem a lei que proíbe isso? Por que o IBAMA não proíbe isso? A cana é um desafio muito grande. O mundo hoje só está se preocupando em plantar cana. Aqui no assentamento, nós determinamos 20% para a preservação. Mas, quem tem isso? Eu acho que a saída do povo para pagar a dívida no banco foi a cana. A lavoura branca é muito complicada, tem muita mão-de-obra, tem a seca, tem a doença etc. Solo que não ajuda muita água, vem a seca... acho que a culpa é dos governantes. Faz a reforma agrária, mas não dá condição. A gente leva para o comércio e vende quase de graça. A cana é mais segura. Aqui em Dona Helena, na seca, quem não trabalha alugado morre de fome. Não sou contra quem planta cana. Mas, vejo a desvantagem de quem planta cana. Tem gente que arrenda a terra para outras pessoas. Quem vem de fora não se preocupa com isso: planta com veneno, prejudicando a terra, tem o problema da queimada que mata os bichos. Se tivesse um engenho tudo isso seria evitado. Aqui em Vida Nova (assentamento vizinho) tem gente de usina que já comprou parcela. Eu não quero plantar cana. Os meus filhos têm plantação de cana, mas eu mesmo não quero cana. A terra está concentrada nas mãos dos grandes. O cortador de cana tem que cortar 18 toneladas por dia, se ele não cortar no outro ano ele não entra. Tem trabalhador que leva a boia, mas não tem tempo de comer. No fim do dia tá com a fala trôpega e de noite tem que ir para o Sá de Andrade tomar soro para poder estar de pé no

outro dia. O que o governo podia fazer era dar um ponto para os trabalhadores terem onde comercializar (principalmente irrigação). Porque o governo não compra os alimentos dos agricultores? Dinheiro de cana não é dinheiro não, é só uma vez no ano. Se tivesse irrigação, água para produzir, comercializar, isso é muita melhora para a vida do povo. Eu tirei o investimento, comprei os equipamentos, mas não fizeram a ligação de água. Eu fiquei com o prejuízo. O dinheiro não sai no tempo. Importante é a história da água. A dificuldade da gente é água. Quando a gente começa a lutar pela terra é uma união só. Mas quando ganha a terra, é um individualismo grande. Hoje nos assentamentos, as pessoas só pensam em si. O povo só defende quem tem, não acredita no igual. A gente quer ter a vida dos ricos e pensa que a cana vai dar isso, porque a nossa área é pequena. Se a comunidade tiver organizada e junta a gente consegue. Cem hectares de cana vai dar 7 mil toneladas de cana, representa 10% das terras. Nós estamos dando o controle para as usinas porque estamos pensando só em nós. Os problemas, O INCRA bota a “batata quente” para nós, jogando companheiro contra companheiro. Eles não querem se “queimar” e botam a culpa para nós” (depoimento de um assentado do P.A. Dona Helena, janeiro de 2010).

Os depoimentos de um antigo membro e de um membro atual da CPT também foram recuperados no trabalho de Soares (2010), em virtude de sua importância no que tange ao olhar em relação ao plantio de cana-de-açúcar nos assentamentos.

Sobre a questão da cana-de-açúcar plantada nos assentamentos o antigo membro da CPT assim se refere:

Eu vejo esse fato como uma contrarreforma agrária. Porque, na verdade, muitas terras aqui foram desapropriadas, já eram de usinas e, praticamente, alguns assentamentos já estão com essa área coberta. O que eu acredito que deveria ser feito era o INCRA ter uma medida onde realmente fizesse uma normativa para que o assentado da reforma agrária produzisse 90% de alimentos. Com isso, aqueceria a economia local, garantindo a alimentação no mercado interno. E numa pequena parte produzir a cana-de-açúcar pra que...pra fornecer a usina, mas também, poderia pra abastecer pequenos engenhos de cachaça, de rapadura, os quais gerassem uma economia mais voltada para o desenvolvimento nesses assentamentos (depoimento prestado a José de Nazaré Dantas Soares, em 2010)

Sobre a projeção de um quadro conjuntural da cana-de-açúcar nos assentamentos nos dez anos seguintes, o entrevistado coloca:

Se continuar no ritmo que está, nós iremos ver, daqui a dez anos, um processo de empobrecimento, de favelização dessas áreas de assentamento e uma miserabilidade das famílias assentadas, porque vai acontecer o seguinte: a safra da cana é anual - o que vai acontecer - o parceleiro, digamos assim, ele vai ter uma renda anual. Digamos que, hoje, a cana dele deu quinze mil reais, onde ele vai ter que dividir esses quinze mil reais por um ano pra ir se mantendo juntamente com sua família. Assim, ele vai perceber que ela não vai conseguir se manter com esse valor obtido com a venda da cana à usina, por que

ele vai ter despesas com a adubagem da cana, com a limpa da cana, ele precisa de caminhão pra tirar a cana, pra escoar pra usina. E aí, quando ele for tirar tudo isso, ele vai ter uma renda bem mínima, não tendo condições de sustentar esse pique de produção... Uma coisa interessante é que, enquanto aquele que tem na sua parcela só cana, enquanto o outro tem fruteiras, feijão, o milho, a verdura, ele vai ter alimentos. Talvez ele não tenha o dinheiro, naquela hora, mas ele vai ter o que comer do próprio roçado, tendo ele certa garantia de sua alimentação. Já o outro vai passar fome, vai ter muitas necessidades... eu vejo que, se tiver, daqui há dez anos, nesse ritmo acelerado da expansão da cana, inclusive nas áreas de assentamentos, vai exatamente acontecer esse processo de empobrecimento permanente dos camponeses assentados (depoimento prestado a José de Nazaré Dantas Soares, em 2010).

O outro entrevistado, membro da CPT, referiu-se a essas duas questões da seguinte maneira:

(...) por ser região que foi plantada há muitos anos a monocultura da cana, aí são muitos assentados que não conseguem se libertar dessa monocultura, e é por isso que plantam.
 (...) para aqueles que moram na zona rural, principalmente aqueles que moram nas áreas de assentamentos, acho que a política econômica implantada nesses quinhentos anos de Brasil não fortalece a questão do desenvolvimento da agricultura familiar nos assentamentos, para os assentados poderem viver dignamente... por isso que muitos assentados hoje vão trabalhar na monocultura da cana. Tinha de ter mais investimento para que os agricultores pudessem viver dignamente – como eu digo, mais uma vez – nos assentamentos (depoimento prestado a José de Nazaré Dantas Soares, em 2010).

Como se pode observar, os depoimentos dos dois assentados, apesar de serem do mesmo assentamento, são bastante distintos. São também diferenciadas as opiniões dos representantes dos movimentos sociais quanto ao plantio de cana-de-açúcar em áreas de assentamento.

De uma forma geral, em 2012, o que constatamos foi que a cana-de-açúcar vinha se tornando uma constante no P.A. Dona Helena. Em alguns casos, havia a pretensão de aumento da área plantada e em outros não, mas os motivos eram bem particulares e variavam de acordo com as condições geográficas, financeiras, com a força-de-trabalho disponível e o interesse da família no trabalho agrícola.

O que mais nos chamou atenção, nessa época, foi que, ao serem questionados se, na possibilidade de haver maiores incentivos do Governo para a produção de alimentos diversificados eles continuariam produzindo cana-de-açúcar, todos responderam que sim. Os motivos apresentados foram diversos, mas, os principais

apontados pelos entrevistados foram: porque a cana-de-açúcar servia como complemento da renda familiar e também pelo fato de ter mercado garantido. A utilização da cana-de-açúcar para a alimentação do gado e a menor demanda por força-de-trabalho também foram apontadas como motivos da permanência da produção de cana-de-açúcar nas parcelas, independente dos possíveis investimentos governamentais.

Isso nos levou a refletir sobre vários aspectos. A maior parte dos assentados já tinha experiência na produção canavieira, apesar de toda exploração que sofreram enquanto cortadores de cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar, nesta região, é tradicionalmente utilizada como ração animal; além de ser uma lavoura possível de ser cultivada nos topos de tabuleiro; resistente à estiagem e ao excesso de água; brotar no mínimo cinco safras sem precisar replantar; possuir mercado garantido nas proximidades dos assentamentos; no caso de as famílias não terem condições de produzir, a usina fornecia adiantamentos; demanda menos força-de-trabalho; é mais resistente aos bichos e menos vulnerável aos saques.

As questões levantadas nos levaram à conclusão de que o grande problema pelo qual os assentados da região estavam passando não estava relacionado à cana-de-açúcar enquanto lavoura, mas sim, à expansão da monocultura canavieira nas parcelas.

O que identificamos no P.A. Dona Helena foi que, na maioria dos casos, as famílias só abriam mão de suas produções de alimentos quando não conseguiam ter êxito, seja por questões edáficas, seja por questões climáticas ou por falta de condições financeiras para investir na produção. Os que haviam enveredado na monocultura canavieira, na maioria das vezes, possuíam histórico de prejuízos e endividamentos. Mas, quando eles tinham as devidas condições de produção, em geral, mantinham a lavoura destinada à subsistência familiar.

Já agora na pesquisa recente, o que pudemos constatar foi que essa tendência ao avanço da produção de cana-de-açúcar dentro das parcelas, identificada em 2009 e 2012, não se confirmou. O que foi observado é que, na realidade, houve tanto a diminuição do número de famílias produzindo cana-de-açúcar dentro do P.A. Dona Helena, quanto da área plantada com cana-de-açúcar dentro do assentamento.

As principais reflexões que conseguimos fazer a partir dessas investigações serão apresentadas a seguir e retomadas posteriormente na discussão das considerações finais da pesquisa.

Os fatores que favorecem a produção de cana-de-açúcar dentro do P.A. Dona Helena continuam os mesmos, porém, como já vimos, houve mudanças na intensidade da influência desses fatores ao longo dos anos. De qualquer forma, as principais motivações citadas para a permanência da produção da cana-de-açúcar no P.A. Dona Helena continuam sendo: 1) a impossibilidade de irrigação; 2) a garantia do escoamento e comercialização e; 3) o fato da produção dar menos trabalho.

Nesse sentido, as principais justificativas que encontramos para a reversão da tendência de expansão da cana-de-açúcar nesse assentamento – que se materializa na constatação da diminuição do número de famílias produzindo cana-de-açúcar no P.A. Dona Helena e também no tamanho da área ocupada pela cana-de-açúcar dentro do assentamento em 2019 – são: 1) o fato de algumas famílias ter conseguido resolver o problema do acesso à água e da irrigação; 2) as políticas públicas de aquisição de alimentos que vinham sendo implementadas pelos governos Lula e Dilma; 3) o baixo preço pago pela cana-de-açúcar, que praticamente não foi reajustado nesses dez anos; e a melhoria nas condições financeiras e produtivas das famílias, que diminuiu a dependência com a produção de cana-de-açúcar, permitindo que ela se configurasse apenas como complemento da renda.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço agrário paraibano vem reproduzindo, ao longo da história, uma relação conflituosa e, engendrando disputas territoriais que remetem ao princípio de sua colonização. Desde os primórdios, a monocultura canavieira disputa espaço com a policultura alimentar representando a materialização do conflito existente entre o capital e o trabalho.

Como já foi apontado no processo de evolução do espaço geográfico, a organização espacial tende a fazer com que se reproduzam suas principais linhas de força e, mesmo ocorrendo mudanças tanto qualitativas quanto quantitativas, as raízes de um povoamento, geralmente, influenciam o que vem em seguida. Santos (1996) já chamava atenção para o fato de que, quando um grupo de pessoas se encontra em posição dominante, há uma tendência de que esta posição se reforce enquanto continua estacionária a posição do grupo que caiu no domínio dos primeiros.

Esta tendência também é identificada na Zona da Mata paraibana, onde a classe dominante representada pelos proprietários de terra vem, historicamente, explorando a força de trabalho camponesa a partir da apropriação da renda da terra e da mais valia gerada pelo trabalho dos canavieiros. Todavia, o processo de evolução do espaço agrário regional não ocorreu de forma linear, configurando, ao longo do tempo, disputas entre as classes sociais envolvidas que se materializaram, constituindo territórios distintos.

Mesmo possuindo interesses antagônicos, o latifúndio canavieiro tem uma forte ligação com a produção camponesa, afinal, o capital necessita de relações não capitalistas para a sua produção e reprodução. No decorrer do processo de acumulação do capital açucareiro, a produção camponesa foi fundamental na medida em que complementava o abastecimento alimentar dos engenhos de açúcar; contribuía para a formação do contingente de trabalhadores que o cultivo da cana e a produção de açúcar requeriam; reduziam os riscos de perdas durante os momentos de crise do mercado; além do mais, suas terras se constituíam como áreas de reserva para a expansão da lavoura canavieira nos momentos de crescimento da demanda de açúcar e como fonte de extração da renda da terra nos momentos de retração (WANDERLEY, 1979, *Apud* MOREIRA *et. al.*, 2009).

Estes territórios vêm se reproduzindo numa relação dialética inversamente proporcional. Nos momentos áureos de expansão do capital há a retração da agricultura camponesa, entretanto, nos momentos de crise, a agricultura camponesa

se expande avançando sobre território dominado pelo capital, no caso estudado, sobre a área dominada pela monocultura canavieira.

Sob impulso do Proálcool, na década de 1970, assistimos ao fenômeno identificado por Oliveira (1991), como *territorialização do capital monopolista*. Na medida em que o capital sucroalcooleiro, através da expansão do cultivo da monocultura canavieira, se territorializou, provocando a expropriação de milhares de camponeses, intensificando o assalariamento, sobretudo o temporário e a redução das relações não capitalistas no campo. Isso sem falar dos danos ambientais gerados representados pela destruição de extensas áreas de Mata Atlântica e de Cerrados dos tabuleiros costeiros. Essa expansão foi financiada por substanciais subsídios fiscais e créditos promovidos pelo Governo brasileiro.

Os grandes proprietários passaram a usar toda a terra disponível para o cultivo da cana-de-açúcar. Parte dos trabalhadores ainda se organizou no intuito de defenderem o direito de permanecerem na terra, mas, foram combatidos com violência, perseguições, prisões, destruições de lavouras, queimas de casebres e até mortes.

Todavia, o capital se desenvolve de forma cíclica e contraditória, o endividamento crescente, a restrição do crédito e o barateamento do preço do petróleo a partir da segunda metade da década de 1980 provocaram uma forte crise no setor. O enfraquecimento do poder oligárquico canavieiro foi verificado, dentre outras coisas, através da significativa diminuição da área plantada, da falência de cinco usinas tradicionais do Estado (Santa Rita, Santana, Santa Helena, Santa Maria e Tanques) e da forte crise do emprego, com a diminuição em mais 56% no número de trabalhadores assalariados do corte da cana-de-açúcar entre 1985 e 1995.

Porém, a crise também aumentou a capacidade de mobilização na luta pela terra e o poder de pressão tanto dos trabalhadores que sofreram desemprego, quanto dos que já vinham resistindo às desapropriações em conflitos que se arrastavam há décadas. Com a constatação da improdutividade das terras, muitas áreas de conflitos foram desapropriadas e destinadas à Reforma Agrária.

Entre os anos de 1986 a 2000, segundo dados fornecidos pelo INCRA, foram desapropriados na Zona da Mata Paraibana cerca de 38.509,92 hectares de terra distribuídas em 59 Projetos de Assentamentos, somados os criados pelo Governo Federal e os criados pelo INCRA, nos quais foram assentadas cerca de 4.678 famílias.

Assiste-se, assim, a desterritorialização de parte do agronegócio canavieiro regional e a reterritorialização do campesinato.

A luta dos trabalhadores foi responsável pela diminuição do monopólio latifundiário na região, pela redução da concentração fundiária, pela dinamização dos mercados internos municipais, pelo decréscimo do preço dos alimentos nas feiras locais, pela diversificação da paisagem e pela melhoria da qualidade de vida e garantia da autonomia e reprodução de milhares de famílias camponesas. O território que antes se reproduzia a partir da exploração da força de trabalho e do esgotamento dos recursos naturais dá lugar a um território que passa a ter sinônimo de vida e esperança.

A partir do ano 2000, a atividade canavieira volta a tomar força novamente apoiada no aumento do preço do barril do petróleo no mercado internacional. De acordo com Moreira *et. al.* (2009), o preço do barril de petróleo que se apresentou decrescente durante a maior parte da década de 1990 reverteu esta tendência a partir do ano 2000, fazendo ressurgir o debate sobre a fragilidade às oscilações do mercado por que passam os países desenvolvidos dependentes desta fonte energética não renovável.

Trata-se de novos caminhos para o mesmo lugar. A produção da cana-de-açúcar passa a novamente ser estimulada pelo Estado, tanto para atender a demanda externa por agrocombustíveis, quanto para atender a demanda interna estimulada pela obrigatoriedade da mistura do etanol à gasolina em um percentual de 25% e pela expansão da frota de carros *flex fuel*. Com isso, o governo brasileiro aumentou tanto a exportação de etanol, quanto a de petróleo, na medida em que o aumento do uso do etanol nos veículos gera um excedente da produção petrolífera nacional que está sendo exportado, aproveitando a conjuntura da elevação do seu preço.

Na Zona da Mata, a retomada da atividade é constatada tanto no aumento da área plantada como na intensificação da produção. Porém, os assentamentos criados vêm se constituindo como uma barreira à expansão da cana-de-açúcar. Como o agronegócio canavieiro não pode mais desterritorializar os camponeses como foi feito outrora, ele buscou estratégias para monopolizar seu território, controlar a forma de uso e determinar a política de desenvolvimento territorial.

Sobretudo a partir de 2000, avançou a disputa territorial representada pela tentativa de reconquista do território perdido para o campesinato pelo agronegócio canavieiro. Esta disputa vem sendo materializada a partir da expansão da cana-de-

açúcar nos assentamentos através do arrendamento de lotes, da parceria entre assentado e a usina ou atravessadores e, também, da produção para fornecer às usinas.

Esse processo não ocorre sempre de forma pacífica, sem conflitualidades. Muitos assentados reagem lutando para que a terra de trabalho não se transforme mais uma vez em território de exploração. Outros fazem da produção de cana-de-açúcar uma complementação da renda familiar, mas também há os que se deixam dominar pela lógica capitalista e transformam suas parcelas em terra de negócio.

Na pesquisa realizada em 2009, constatamos que estava havendo uma expansão significativa da produção de cana-de-açúcar nos assentamentos da região. Nesse período, das sessenta e quatro áreas de assentamento existentes na época na Zona da Mata paraibana, trinta e quatro, o equivalente a 53,1%, estavam produzindo cana-de-açúcar. Um número bastante significativo. Nessa época, também pudemos verificar de perto algumas dificuldades por quais as famílias assentadas estavam passando, dentre elas, os problemas para produzir sem a possibilidade de irrigar, tendo em vista que não possuíam essa infraestrutura e que, muitas dessas famílias não possuíam nem água em suas casas. Precisando ir buscar água no rio ou ficando dependentes da compra de água dos caminhões Pipa. Muitas famílias acumulavam anos de prejuízo nas lavouras e estavam desestimuladas com a produção de alimentos.

Em 2019, foi possível perceber uma redução no número de famílias plantadoras de-cana-de-açúcar. Os dados indicam que 32,5% do total de famílias estavam produzindo cana em 2009. Houve uma redução de cento e trinta e três famílias assentadas produtoras cana-de-açúcar nos últimos dez anos, representando uma diminuição de 10,2% no total de famílias da amostra pesquisada.

Essa redução é um fato novo, tendo em vista que as perspectivas que se delineavam ao final das pesquisas já citadas, realizadas em 2009 e em 2012, apontavam para uma tendência ao aumento do número de famílias assentadas produzindo cana-de-açúcar. De acordo com Moreira *et. al.* (2009), neste período, além da maior parte das famílias ter iniciado a produção de cana-de-açúcar há até cinco anos, das cento e vinte famílias assentadas pesquisadas, 43,7%, o equivalente a cinquenta e duas famílias, já haviam aumentado a área plantada com cana-de-açúcar, se comparada com o início da produção. Apenas 8,4%, nove famílias, tinham diminuído.

Outro destaque que fazemos é com relação à mudança na motivação que levou as famílias assentadas a decidirem produzir cana-de-açúcar dentro de suas parcelas. Como vimos, em 2009, 62% (61 assentados), afirmaram produzir cana-de-açúcar por conta do 'mercado garantido', venda certa, resolvendo a dificuldade de escoamento da produção e da comercialização – problemas que as famílias assentadas enfrentam ainda hoje, sobretudo nos assentamentos que estão mais distantes das estradas e cidades.

O escoamento e comercialização da produção agrícola, para além da cana-de-açúcar, vêm se apresentando como uma grande dificuldade para algumas famílias que não participam de nenhuma feira certa e que não possuem transporte para escoar a produção. Ficando dependentes da venda para atravessadores que se configuram como os maiores exploradores da força-de-trabalho camponesa, pois pagam preços muito baixos pelos gêneros agrícolas comprados, principalmente nos momentos em que chove e há um aumento de produtividade, oferecendo valores tão baixos a ponto de não compensar a venda. Em alguns casos, as famílias preferem deixar a macaxeira para alimentar o gado do que ter que vender aos atravessadores por R\$0,20 o quilo, não compensando os gastos com a produção, nem a força-de-trabalho empregada. Nesse caso, a cana-de-açúcar torna-se uma alternativa de cultivo comercial com garantia de saída.

Sobre os motivos apontados pelos assentados para produzirem cana-de-açúcar na primeira pesquisa, em 2009, o mercado garantido era o que mais se destacava, atualmente, em 2019, o fato da produção de cana-de-açúcar demandar menos força-de-trabalho vem sendo a causa mais citada. Como vimos no capítulo 5, essa alternativa foi apontada em 56% dos casos pesquisados. E, os que afirmaram que a motivação era o mercado garantido, diminuíram de 62%, em 2009, para 21% em 2019. O que indica uma mudança nas intensidades das motivações ao longo dos anos.

Constatamos que a questão da produção canavieira demandar menos força de trabalho foi a mais citada e, de fato, esse é um cultivo que, apesar de só ter uma safra anual, dá menos trabalho. Os assentados e assentadas indicam que a produção de cana-de-açúcar dá menos trabalho porque, mesmo após a queima e o corte, ela brota 5 safras, no mínimo; só necessita de uma ou duas limpas por ano; é mais resistente à seca, sendo produzida, na maioria dos casos, sem irrigação; e o corte e o transporte não são da responsabilidade dos produtores e sim de quem compra.

Os 'baixos preços dos outros produtos agrícolas' foi mais uma das motivações apontadas para o cultivo de cana-de-açúcar. Sobretudo das famílias que não têm condições de produzir com irrigação e ficam restritas a produzir quando chove e os preços ficam muito baixos. Ouvimos vários depoimentos de assentados que afirmaram que, em 2018, por conta das chuvas e do aumento da oferta o quilo da macaxeira chegou a R\$0,20. O que fez com que passe a não compensar o investimento, nem a força de trabalho empregada na produção e no arranque.

Apesar de termos identificado mudanças nas motivações que levaram as famílias assentadas a produzirem cana-de-açúcar em suas parcelas ao longo desses anos, de uma maneira geral, pudemos verificar que, passados dez anos, os condicionantes territoriais que vêm impulsionando a produção de cana-de-açúcar nos assentamentos continuam os mesmos, houve mudanças apenas do lugar na ordem de prioridade.

Esses condicionantes são: a) a falta de acesso à irrigação; b) menor risco de prejuízos devido a intempéries climáticas; c) menor demanda de força-de-trabalho; d) venda garantida; e) menos gastos na produção; f) menor possibilidade de saque.

Também foi possível identificar casos de famílias assentadas produtoras de cana-de-açúcar que estão conseguindo produzir alimentos e outras lavouras comerciais garantindo as necessidades de reprodução da família e ainda conseguindo fazer melhorias na parcela. Mas, infelizmente, casos como esse são exceções e essas famílias, na maioria das vezes, possuem suas parcelas em áreas privilegiadas do ponto de vista geográfico, sobretudo no que se refere à oferta hídrica. Nesses casos, é possível constatar a alegria e o bem viver dessas famílias no campo. Elas conseguem se manter produzindo para a sua subsistência, comercializando o excedente e alguns produtos comerciais específicos, que servem como complemento da renda camponesa. Garantindo, assim, uma receita distribuída ao longo do ano, que possibilita que as necessidades de reprodução e bem-estar sejam atendidas.

Quando as famílias têm êxito após a criação do assentamento, os filhos tendem a continuar morando na terra e trabalham produzindo junto com os pais. Todos trabalham coletivamente, mas cada um possui seu roçado individual. As famílias que vivem melhor, em geral, estão em parcelas maiores e com melhores condições hídricas.

Uma outra constatação da pesquisa foi que, apesar de todas as pessoas que comercializam a cana-de-açúcar com as usinas contribuírem para a ASPLAN e terem

o percentual destinado à associação descontado do total de cana-de-açúcar comercializado em 2009, muitas famílias que eram associadas afirmavam não participar de nenhuma organização de plantadores.

Essa questão, junto à questão da necessidade de um cadastro de fornecedor na usina, na Coletoria Estadual, são algumas das mudanças mais expressivas identificadas durante esta pesquisa. Como já colocamos, em 2009, era nítida uma tensão ao se falar sobre a produção da cana-de-açúcar nos assentamentos.

As famílias acreditavam que era proibido produzir cana-de-açúcar, pois tinham consciência da questão da função social da terra a ser cumprida pelos assentamentos rurais, sabiam que deveriam estar produzindo alimentos diversificados. Alguns diziam que o INCRA os proibia de plantar cana-de-açúcar, mas que plantavam mesmo assim, por não terem outra alternativa. Também percebíamos essa tensão na CPT, na universidade e no próprio INCRA. Sabia-se que, de fato, aquele não era o objetivo almejado com a criação dos assentamentos. Atualmente, a venda da cana-de-açúcar produzida nos assentamentos para as usinas é completamente formalizada.

Assim como a produção monocultora de cana-de-açúcar nos assentamentos não cumpre a função social da terra, uma Reforma Agrária que assenta os trabalhadores, mas não garante acesso aos meios de produção, também perde completamente o sentido. Tendo em vista que apenas isola as famílias no campo, passando dificuldades para sobreviver e tornando mais difícil o acesso à água e suas locomoções até à cidade. Não faz sentido assentar as famílias nas áreas áridas e arenosas dos topos de tabuleiros e deixa-las ao “*deus dará*”.

O ponto principal que queremos destacar nesse trabalho é a necessidade e **urgência de Políticas Públicas que possibilitem o acesso dessas famílias assentadas à irrigação.**

Durante nossa pesquisa de Mestrado, a Zona da Mata Paraibana estava passando por uma forte crise hídrica. Os assentamentos rurais, sobretudo, estavam vivendo um momento muito difícil. Mesmo a maioria deles tendo sido criado na década de 1990 e, nessa época, parte deles já existirem há mais de 15 anos, a grande maioria dos assentamentos ainda não possuía água encanada, nem acesso à água e infraestrutura para irrigação. Diante desse cenário de seca, a produção de cana-de-açúcar tornou-se quase que a única alternativa para muitos assentados, que já vinham de um histórico de prejuízos com os outros cultivos. Observamos que, nesse caso de

extrema escassez hídrica, a cana-de-açúcar também servia como uma reserva de alimento para o gado.

Atualmente, essa produção vem se consolidando não mais como a única, mas como mais uma cultura complementar da renda camponesa na região. Assumindo o papel semelhante ao que o boi assume nas sociedades camponesas do Brasil, servindo como uma poupança. Só que, no caso do boi, ele é vendido quando ocorre situação de emergência, ou no fim do ano. É uma reserva de valor da família, que a família pode escolher quando monetizar. Como vimos, a da cana-de-açúcar tem sua importância, não nos casos de emergência, mas, por se tratar de um cultivo que possui apenas uma safra anual, a renda da cana-de-açúcar acaba se tornando um tipo de fundo anual da renda camponesa.

O dinheiro recebido da cana-de-açúcar torna-se uma reserva que já faz parte da renda familiar camponesa de muitas famílias assentadas da Zona da Mata paraibana. As épocas de cortes vêm sendo iniciadas em junho e seguem até março. Os valores recebidos vêm sendo utilizado de diversas formas: para ajudar nas despesas do fim do ano; para comprar roupas para família; para pagar a dívida do banco; ou, para fazer alguma melhoria na propriedade. É um dinheiro “extra”, que o assentado espera anualmente.

A renda da cana-de-açúcar chega para ajudar a complementar as dívidas do final do ano, os empréstimos no banco, para realizar uma melhoria na parcela e também para criar uma reserva para ser usada no próprio trato da cana-de-açúcar, no ano seguinte.

Outro fato a se considerar é que, mesmo nos momentos em que houve diminuição na produtividade na Região Norte-Nordeste, essa queda na produção, apesar de influenciar a produtividade nacional, não chegou a impactar no crescimento progressivo do total de cana-de-açúcar processada no país neste período. Indicando a baixa expressividade da produção canavieira da Região Norte-Nordeste no total de cana-de-açúcar processada no Brasil

Se expandir a produção de cana-de-açúcar vem significando crescimento econômico na Região Central do Brasil, paralelamente a isso, também cresce o combo monocultura, uso de agrotóxicos e exploração do trabalho.

Sendo assim, o fato de a produção de cana-de-açúcar no Norte-Nordeste ser considerada, de uma maneira geral, constante, (Gráfico XX), apresentando algumas oscilações, mas não ultrapassando os valores produzidos no Proálcool, ou seja, longe

de apresentar a expansão de produção que a Região Centro-Sul teve nos últimos anos, isso, em partes, também significa uma vitória para a natureza, para o trabalho e para a diversificação da produção local regional.

Quando cruzamos essa realidade com a realidade da Região Canavieira Nordestina e lembramos que ao mesmo em que ocorreram as crises da agroindústria canavieira houve também um processo de resistência e luta pela terra encampado pelos trabalhadores rurais, junto aos Movimentos Sociais e à Igreja, que resultou na desapropriação de milhares de hectares de terra, destinados à famílias camponesas, conseguimos confirmar essa vitória, que, numa escala local foi extremamente significativa e claramente percebida na paisagem.

Mais uma constatação é que o baixo preço dos outros produtos, que foi citado como motivação para a produção de cana-de-açúcar por 27% das famílias pesquisadas em 2009, não foi sequer citado em 2019. Na realidade, grande parte dos depoimentos que coletamos apontaram que as lavouras de alimentos são mais rentáveis do ponto de vista econômico, apesar de demandarem mais força-de-trabalho nos tratos do processo produtivo.

Em 2009, 59% das famílias havia iniciado o plantio a no máximo cinco anos, demonstrando que, apesar de algumas famílias já ter recebido a parcela com cana-de-açúcar e outras já produzirem a mais tempo, houve uma grande adesão a produção de cana-de-açúcar a partir de 2004. Atualmente, somente 10% das famílias produtoras afirmaram ter iniciado a produção nos últimos cinco anos. Esses dados dos levam a concluir que a adesão a cana-de-açúcar teve uma grande queda nesses últimos dez anos.

Todavia o escoamento e comercialização da produção desses outros gêneros, agrícolas, fora a cana-de-açúcar, vêm se apresentando como uma grande dificuldade para algumas famílias que não participam de nenhuma feira certa e que não possuem transporte para escoar a produção. Ficando dependentes da venda para atravessadores que, em nossa opinião, se configuram como os maiores exploradores da força-de-trabalho, tanto das famílias do P.A. Dona Helena, quanto das famílias assentadas da região em geral.

Esses atravessadores pagam preços muito baixos pelos gêneros agrícolas comprados, principalmente nos momentos em que chove e há um aumento de produtividade. O Preço chega a ficar tão baixo a ponto de não compensar a venda. Tiveram casos em que as famílias afirmaram preferir alimentar o gado do que vender

a macaxeira por R\$0,20kg, o que, segundo elas, não compensa nem os gastos com a produção, muito menos a força-de-trabalho empregada.

Apesar de pagarem preços um pouco melhores nos momentos de entressafra, a produção, nesse período mais seco, fica condicionada à irrigação, e nem todas as famílias assentadas têm acesso à essa infraestrutura. Como vimos, muitos não possuem os motores e os encanamentos; ou, nos casos em que possuem, encontram dificuldades, seja por conta da falta de uma rede de energia elétrica trifásica, que dê conta da demanda dos motores, ou por conta do alto preço pago pelo óleo diesel usado como combustível. As famílias que conseguem manter a irrigação da lavoura e produzir nos períodos de entressafra, obtêm valores menos injustos dos atravessadores.

Um grande ponto negativo que queremos chamar atenção é o fim dos investimentos por parte do Governo Federal em projetos como o PAA, o PNAE e projetos da COBAB que garantiam a compra da produção das famílias assentadas pelo preço de mercado. Esses projetos foram responsáveis pelo fortalecimento da economia dos camponeses da Zona da Mata paraibana, na medida que tiraram de cena o atravessador.

De acordo com representantes do INCRA e da CONAB, desde o golpe de 2015 e da entrada de Michel Temer na presidência que estão havendo cortes nas verbas destinadas às políticas públicas voltadas à agricultura familiar. No entanto, com a entrada de Jair Bolsonaro, em 2019, esses projetos foram de fato interrompidos. Na Paraíba, a criação de programas estaduais de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar vem diminuindo os impactos da interrupção dos projetos federais, mesmo assim, constatamos que algumas famílias assentadas já estão passando graves crises financeiras por não terem como escoar e comercializar suas lavouras, tendo em vista que as feiras que disponibilizam transporte não são suficientes para absorver toda a produção dos assentamentos.

A renda monetária garantida, as facilidades de comercialização e de produção, além da maior resistência da cana-de-açúcar às limitações edáficas e climáticas contribuíram para que parte dos assentados venha produzindo cana-de-açúcar nos últimos anos.

É fato que, na década de 1990, no momento da luta pela terra, a produção estava em crise em toda a região. Mas, mesmo assim, quando a terra foi desapropriada e as parcelas foram divididas, ainda havia muita cana-de-açúcar

plantada. A maioria das parcelas, principalmente as localizadas na Várzea do Rio Paraíba, já foram entregues aos assentados com cana-de-açúcar plantada. Alguns deles arrancaram a cana-de-açúcar e plantaram lavoura alimentícia, outros a mantiveram associada aos outros cultivos para ser usada principalmente como alimento para o gado.

Com o passar dos anos, alguns assentados foram tendo prejuízos nos projetos agrícolas implantados com apoio financeiro dos Bancos e, em alguns casos, não tiveram condições de pagar estes empréstimos. Além disso, os problemas relacionados ao solo e à falta de água foram se tornando mais latentes.

A partir do ano 2000, o mercado da cana-de-açúcar volta a aquecer e, como já foi colocado, os assentamentos criados passam a se configurar como barreiras à expansão da área plantada das usinas e dos fornecedores de cana da região. E, desde então, a demanda pela cana-de-açúcar foi crescente.

É, a partir daí, que os assentados passam a se configurar como fornecedores de matéria-prima para as usinas. Os assentados passaram a ter a garantia da venda da safra para as usinas e a renda monetária gerada servia tanto como complemento da renda familiar como para o pagamento das dívidas bancárias. A cana-de-açúcar tornou-se semelhante a uma poupança para os assentados.

Nos anos seguintes, a tendência à produção canavieira por parte dos assentados aumentou e, aos poucos, a maioria deles foi introduzindo um percentual de cana-de-açúcar em sua parcela. Em 2009, já havia cana-de-açúcar em mais de 80% dos lotes do Assentamento Dona Helena. E, como pudemos constatar, havia intenção por parte de alguns assentados de aumentar esta produção.

A renda monetária gerada pela cana-de-açúcar, apesar de não ser suficiente para sustentar a família durante o ano todo, dinamizou a economia do assentamento, possibilitando, além do pagamento das dívidas, o investimento em melhorias na infraestrutura das parcelas, o acesso a bens de consumo, e a reprodução camponesa, já que é uma garantia de renda monetária independente das condições climáticas e crises econômicas.

O grande problema é quando o assentado passa a abrir mão de sua produção de alimentos para produzir cana. Porém, nos casos como esse que identificamos, os assentados afirmaram que chegaram a esta situação por não terem condições de produzir outros cultivos por conta do solo e da impossibilidade de irrigação.

É fato que, os que optam por resumir a sua produção à cana-de-açúcar, regra geral, necessitam de trabalhos acessórios para garantir a subsistência familiar, já que a renda gerada, além de insuficiente, é difícil de administrar anualmente.

Foi possível traçar um panorama geral do conflito gerado pela produção de cana-de-açúcar no Assentamento Dona Helena, todavia, como já vimos, existem muitas especificidades que precisam ser consideradas, cada assentado apresenta uma realidade muito singular e aponta causas particulares para justificar as suas produções. As parcelas estão localizadas em áreas com especificidades geográficas diferenciadas, as condições de cada família são bem particulares e as histórias de vida são distintas.

Um caso interessante apresentado foi o do Sr. *Manoel*, que mora no Assentamento Dona Helena desde a sua criação e participou do processo de luta pela terra desde o princípio. Segundo conta, nasceu em Alagoa Grande, em 1968 e, desde os 12 anos de idade, migrava sazonalmente para a Zona da Mata na intenção de cortar cana-de-açúcar na Região da Várzea do Rio Paraíba, na época da safra. No período de entressafra, trabalhava na terra junto à família na condição denominada por ele de 'foreiro', e pagava a renda da terra com produção e plantando capim na terra para alimentar o gado do dono da terra durante a estiagem, justamente no período em que migrava para a Zona da Mata para trabalhar no corte da cana-de-açúcar.

Segundo ele, o Assentamento Dona Helena foi o primeiro assentamento da região da várzea no qual a luta foi organizada por canavieiros. Estes canavieiros, com apoio da Comissão Pastoral da Terra, organizaram os posseiros que já viviam na Fazenda Engenho Novo e iniciaram a ocupação.

Conta que, no momento da vistoria realizada pelo INCRA, já havia 200 hectares de cana-de-açúcar plantada no assentamento, e que quase todas as parcelas já tinham um percentual de cana-de-açúcar. Segundo ele, alguns assentados resolveram retirar a cana-de-açúcar e plantar lavoura de alimentos, outros optaram por mantê-la, como no seu caso.

Este assentado possui uma parcela com 7,5 hectares, dentre os quais produz cana-de-açúcar em apenas 1 hectare, aproximadamente 13,5% do total da área. Ele afirma que mantém esta área com cana-de-açúcar plantada desde a criação do assentamento, já que foi um dos que já recebeu a parcela com cana-de-açúcar e que não vê nenhum mal no cultivo da cana-de-açúcar em si, pois utiliza parte para o

consumo familiar, parte para forragem e comercializa somente o excedente. Além disso, possui uma produção bastante diversificada e, com o manejo adequado, consegue produzir em toda parcela, tendo inclusive reflorestado a área de reserva, a qual manipula de forma sustentável.

Cultiva em sua propriedade inhame, mandioca, batata doce, milho, fava, feijão, maracujá, açaí, amora, coco, café, laranja mimoso, pitanga, acerola e cana-de-açúcar, dentre outros cultivos, sem o uso de agrotóxicos, além de possuir um minhocário e de criar gado e de ser apicultor. De acordo com o assentado, uma das dificuldades que ele vivencia é a de manter a fruticultura, já que o solo é raso e a água salobra. No caso deste assentado, a cana-de-açúcar é um produto como outro qualquer e não caracteriza monocultura em sua parcela. Todos os produtos têm como objetivo principal o abastecimento familiar. Como é um dos participantes da Feira Agroecológica da UFPB, a produção alimentar excedente é levada à feira para ser comercializada.

O assentado e sua família são responsáveis por todo o processo produtivo da cana-de-açúcar. Só contrata mão-de-obra esporadicamente, quando vai realizar a implantação de algum projeto e esta mão-de-obra é contratada no próprio assentamento. Não utilizam fertilizantes químicos, apenas adubo orgânico, e, no trato da cana-de-açúcar, somente a enxada.

Unicamente no momento do corte é que a usina entra nesse processo. Ela leva os cortadores, transporta a cana-de-açúcar para pesagem e, por fim, desconta estes gastos do preço da tonelada. Mesmo assim, afirma que não existe nenhum acordo formal ou contrato para a venda da cana-de-açúcar, que, quando está na época do corte, vende para quem oferecer a melhor oferta. Na safra de 2011, produziu, em 1 hectare, 66 toneladas de cana-de-açúcar, que vendeu à usina por R\$ 45,00 a tonelada e arrecadou o equivalente a R\$ 2.970,00. Complementa que não tem controle da pesagem da cana-de-açúcar e que desconfia da pesagem da usina, pois, em épocas passadas, um caminhão cheio de cana-de-açúcar rendia certa quantidade de toneladas e atualmente este valor vem diminuindo. Todavia, não há como contestar.

De qualquer modo, afirma que teoricamente existe um funcionário da Associação de Plantadores de Cana da Paraíba – ASPLAN, na usina, para controlar a pesagem. O assentado diz não participar de nenhuma associação de plantadores de cana-de-açúcar, mas admite que, indiretamente, contribui para a associação, pois,

quando vai receber o pagamento pela cana-de-açúcar fornecida, já vem descontado do valor bruto de toneladas um percentual que é destinado à mesma.

Segundo ele, o que lucra com a cana-de-açúcar não dá para sustentar a família o ano todo, mas, de todo modo, o valor arrecadado se constitui em um relevante complemento da renda familiar. Não possui dívidas geradas pela produção de cana-de-açúcar, visto que nunca recebeu empréstimos para produzir. Na opinião deste senhor, apesar de pretender diminuir a quantidade de cana-de-açúcar plantada no próximo ano, mesmo havendo maiores incentivos à produção de lavouras alimentícias, ele manterá a cana-de-açúcar em sua parcela, já que a mesma serve tanto para o uso pessoal, para o beneficiamento doméstico, quanto como complemento da renda familiar.

Ele tem consciência de que vem produzindo a cana-de-açúcar de uma maneira positiva em sua parcela, todavia, reconhece que o avanço da cana-de-açúcar tem aumentando e causado alguns impactos na vida dos assentados, que abrem mão da produção de alimentos em detrimento da monocultura canavieira. Segundo ele, 80% das terras férteis do Assentamento Dona Helena já estão ocupadas pela cana-de-açúcar e muitos assentados vivem em uma situação financeira difícil.

Na opinião do Sr. *Manoel*, são diversos os motivos que levam os assentados a plantarem cana-de-açúcar em suas parcelas. Um dos principais fatores apontados é a questão da falta de água. Apesar de ser cortado pelo Rio Paraíba e de possuir três nascentes de água, o Assentamento Dona Helena ainda não possui água encanada e nenhum sistema de irrigação. A questão da falta de água e da dificuldade do acesso é apontada pela maioria dos assentados como um dos principais fatores que favorecem a produção e manutenção da cana-de-açúcar nos lotes, já que este cultivo é mais resistente à estiagem, mesmo sabendo que sem irrigação a terra possivelmente vai ter uma baixa produtividade.

Outros fatores apontados para a manutenção da cana-de-açúcar são relacionados ao solo, ora por ser raso e pedregoso, que da mesma maneira em que seca com facilidade, nos períodos de chuva torna-se facilmente alagadiço, sendo motivo para perdas de lavouras tanto nos anos secos quanto nos anos chuvosos. E, o cultivo que mais resiste a essa dinâmica é o da cana-de-açúcar.

Na porção do assentamento que fica na várzea do Rio Paraíba, historicamente tomada pela produção canavieira, tendo em vista que é lá em que se localizam os solos mais férteis e úmidos, não necessitando de irrigação, o motivo apontado é outro.

Nesta porção, a área que pertence ao assentamento faz limite com a Zona Urbana do município de Cruz do Espírito Santo e vários assentados afirmaram que tinham problemas com saque de lavouras. Segundo contam, as lavouras alimentícias que eram plantadas nessa área eram facilmente roubadas e os prejuízos eram muito grandes, por isso, boa parte dos assentados que possuem a parcela nessa localidade substituíram a produção de lavouras alimentícias por cana-de-açúcar.

Mais um fator importante apontado como motivação para a produção de cana-de-açúcar é o fato de a mesma requerer menos força-de-trabalho, tendo em vista que, uma vez plantada, se bem tratada ela chega a dar até cinco safras satisfatórias. No assentamento Dona Helena, assim como em outros da região, a população mais jovem muitas vezes não deseja trabalhar na agricultura, está tendo acesso à escola fora do assentamento e almeja outras profissões, que em alguns casos não têm relação com o trabalho agrícola. Sendo assim, há uma redução da força-de-trabalho familiar na medida em que os pais e avós vão chegando a uma idade mais avançada, o que reduz sua capacidade produtiva. Soma-se a isso a garantia de venda da cana-de-açúcar, os baixos preços que vêm sendo pagos às culturas alimentares e o fato de alguns assentados estarem endividados por projetos financiados que não obtiveram êxito, sendo a renda monetária garantida com a venda da cana a forma encontrada por alguns para liquidar estas dívidas.

Mesmo com tudo isso, o senhor entrevistado afirma que alguns assentados e a Associação já enviaram denúncias relacionadas ao avanço desmedido de cana-de-açúcar no assentamento Dona Helena ao INCRA, porém, até agora, nenhuma atitude foi tomada pelo órgão.

Para ele, o Governo Federal e o INCRA deveriam somar esforços para resolver o problema da água no Assentamento Dona Helena e nos demais assentamentos da região. Em sua opinião, esse é o maior problema enfrentado pelos assentados na atualidade. Acredita que, se os investimentos em irrigação fossem concretizados, a cana-de-açúcar diminuiria substancialmente dentro do Assentamento. Além disso, gostaria que fosse realizado um trabalho de reflexão e conscientização sobre as consequências atuais e futuras que o avanço e a permanência da cana-de-açúcar podem acarretar no assentamento e nas vidas dos assentados.

Com todos os problemas apontados, ele tem consciência de que a cana-de-açúcar não é a saída, pois a mesma só dá uma safra por ano e na maioria das vezes o valor arrecadado não é suficiente para sustentar uma família o ano inteiro. Aponta

que o ideal seria que os assentados possuíssem cultivos diversificados para garantirem a subsistência familiar durante todo o ano. Segundo ele existem culturas que dão retorno em curto prazo, em 60, 90 dias, e, além disso, alguns programas financiados pelo Estado e Governo Federal como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) vem possibilitando a garantia de venda dos produtos pelo preço de mercado, retirando de cena a figura do atravessador. Este em pesquisas anteriores na mesma região, era apontado pelos agricultores com o maior problema, pois estipulava preços que faziam o trabalho não valer a pena.

O Sr. Manoel propõe como solução que o INCRA intervenha e limite o percentual de cana-de-açúcar dentro dos lotes, pois, em sua opinião, “a cana também faz parte da agricultura, mas, em todo o lote, ele deixa de cumprir sua função social e o objetivo principal da Reforma Agrária que é produzir alimentos”.

A experiência e os depoimentos do Sr. *Manoel* nos levam a uma série de reflexões. Tivemos a oportunidade de visitar a sua parcela e dá gosto de ver como ele consegue aproveitar todos os espaços e, mesmo numa área relativamente pequena, garante com dignidade a subsistência de sua família. O objetivo principal da sua produção é o abastecimento familiar, somente os excedentes vão à feira. Além da produção agrícola, produz mel, cria gado e, ademais, não abre mão da participação nas atividades de mobilização política do assentamento. Ele não usa nenhum tipo de agrotóxico ou fertilizante químico em suas lavouras, nem na cana-de-açúcar. Ademais, nenhum cultivo é realizado com intuito exclusivo de comercialização. Ele possui todo o controle do tempo e do espaço em sua vida e seu lote.

Mas, vale ressaltar que ele tem consciência das dificuldades de produção pelas quais grande parte dos assentados passam, todavia, conseguiu minimizá-las, pois construiu dois barreiros e uma cacimba dentro da parcela favorecendo a irrigação e consequentemente a produção.

Contraditoriamente à tendência nacional, o Sr. *Manoel* consegue fazer da produção de cana-de-açúcar e de sua venda à usina um complemento da renda familiar e um mecanismo de fortalecimento da produção e da reprodução camponesa na medida em que garante um fluxo de renda monetária que possibilita o financiamento de benfeitorias na parcela e parte do sustento da família.

Contudo, existem situações decorrentes das limitações do mercado e da política agrária que são alarmantes. O exemplo do Sr. *Joaquim* é um deles. Sua

realidade é bastante distinta do entrevistado apresentado anteriormente. Este assentado também está no assentamento desde sua criação e participou do processo de luta pela terra. Assim como o outro senhor, foi cortador de cana-de-açúcar migrante desde a infância e, no período da entressafra, trabalhava na agricultura, no município de Itatuba, pagando foro semanal pelo uso da terra.

Seu lote possui 7 hectares, dentre os quais 95%, mais de seis hectares, estão ocupados com cana-de-açúcar. Desde quando recebeu a terra, já existia cana-de-açúcar plantada na sua parcela, porém em uma pequena área. Após ter tido prejuízo com diversos outros cultivos e com o baixo rendimento da criação de gado, resolveu aumentar a produção de cana-de-açúcar.

A cana-de-açúcar produzida pertence ao próprio assentado, não havendo o arrendamento das terras. Do ano passado para cá, ele aumentou a área plantada entre quatro e meio e seis hectares, pois, segundo conta, o solo de sua parcela é pouco fértil e muito raso, além de não ter acesso à água nem condições de irrigá-lo, sendo a cana-de-açúcar o único cultivo com o qual consegue ter êxito.

Vale lembrar que, anteriormente à criação do assentamento, no período áureo do Proálcool, a Fazenda Engenho Novo passou anos consecutivos produzindo cana-de-açúcar e, essa produção era regra geral, realizada sem nenhuma preocupação ambiental e com uso excessivo de insumos químicos, o que desgastou bastante o solo da região.

As despesas geradas com o aumento da área plantada no último ano ficaram parte sob a responsabilidade do assentado e parte sob a responsabilidade da usina, já que o mesmo não tinha como arcar com o investimento sozinho. Neste caso, a usina foi responsável pelo preparo do solo e pelo fornecimento das mudas. O assentado se encarregou da mão-de-obra para realizar o plantio. No entanto, a família não deu conta do trabalho sozinha e foi indispensável à contratação de trabalhadores, sendo que a força de trabalho contratada foi do próprio assentamento.

Neste caso, como a Usina São João se incumbiu de parte do processo, ficou acordado que a primeira safra seria vendida para esta usina. Além disso, no momento do corte, a usina se responsabilizará pela contratação e transporte dos cortadores e pelo transporte e pesagem da cana-de-açúcar, na qual também não confia, mesmo sabendo que existe um técnico da ASPLAN fazendo a fiscalização. Ao final, todos os gastos serão descontados e certamente os rendimentos desta primeira safra não serão tão satisfatórios e não darão para sustentar a família durante o ano todo.

O Sr. Joaquim afirma que, na última safra, conseguiu retirar em média 60 toneladas de cana-de-açúcar de um hectare, e que vendeu cada tonelada por R\$ 49,00, já abatidos R\$ 20,00 de desconto de cada uma delas, referente às despesas com o corte e o transporte da cana-de-açúcar. Segundo conta, é com o rendimento anual proveniente da produção de cana-de-açúcar que pretende sustentar a família durante todo o ano, apesar de reconhecer que o orçamento será bastante apertado. Por isso, afirma que pretende trabalhar temporariamente na construção civil para complementar a renda da família.

De acordo com este assentado, ele já tentou implantar vários projetos agrícolas em sua parcela até o ano de 2010. Também já tentou criar gado, mas sempre teve prejuízos por questões edáficas e climáticas. No ano passado, o excesso de chuvas alagou o solo raso e argiloso e, além de haver perdido a produção, perdeu também as sementes. Já este ano o problema foi a seca, muitos produtores tiveram que comprar sementes e, mesmo assim, tiveram prejuízos por conta da estiagem.

Ele nunca contraiu empréstimos para a produção de cana-de-açúcar, mas afirma que nunca o fez porque nunca houve possibilidade e que, se houvesse, faria. No momento, deve somente à usina São João pelo investimento empreendido para o aumento da área plantada.

Em sua opinião, o Governo deveria pesquisar melhor sobre a realidade de cada assentamento para fazer as intervenções adequadas e investir nos cultivos mais apropriados para cada região. Para ele, não adianta querer implantar aqui o mesmo projeto agrícola que no Sul do Brasil, por exemplo. No caso do assentamento Dona Helena, o Sr. Joaquim defende que deva haver maiores investimentos na produção de cana-de-açúcar e, na possibilidade de seu beneficiamento no próprio assentamento. Na sua avaliação, a maior parte do solo do assentamento é improdutivo e o cultivo ideal para ser implantado é o da cana-de-açúcar. Além disso, acredita que o beneficiamento da cana-de-açúcar poderia ser feito no próprio assentamento e, assim, haveria a possibilidade de comercializar alguns produtos derivados deste cultivo. Ele é um dos que defendem a implantação de um engenho no assentamento.

Mesmo assim, reconhece que a produção de cana-de-açúcar de alguns assentados, sobretudo das usinas ao redor do assentamento já foi responsável pela contaminação, tanto das fontes de água, quanto de alguns cultivos. Ele chama a

atenção para o fato de haver pulverização de agrotóxicos a partir de aeronaves nas redondezas.

Por fim, afirmou que o seu desejo é que o assentamento se desenvolva a partir dos incentivos à produção de cana-de-açúcar. Assegurou ainda que só não aumenta a sua produção porque não possui mais espaço físico na parcela para isso, visto que já existe cana-de-açúcar em toda ela. Ele acredita que o Assentamento Dona Helena só se desenvolveu quando os assentados passaram a aumentar a produção de cana-de-açúcar, pois estão tendo acesso à renda monetária que anteriormente só era garantida através das bolsas assistencialistas oferecidas pelo Governo Federal, que possuem valores muito baixos.

Um longo depoimento extraído do Relatório sobre Cana em Áreas de Assentamento realizado por Moreira *et. al.* (2010) para a CPT, também exprime a posição de um assentado de Dona Helena sobre a produção de cana nas parcelas e fornece elementos que merecem reflexão por parte de todos que se preocupam com a reforma agrária e com a disputa entre o território do agronegócio e o território camponês nas áreas de tradição canavieira. Por isto, resolvemos reproduzir na íntegra sua fala. Suas palavras são as seguintes:

Eu acho que é a única solução para pagar as contas e dar o sustento da família. A gente plantava lavoura branca e não tinha nem como pagar o banco. A cana sempre me dá o “troco” para pagar o banco. Lá, eu plantava lavoura e dava bom, mas a gente se desgostou porque as pessoas tiravam. Quando a gente chegou, a terra era para plantar lavoura. Agora que tem muita cana, acabou a casa de farinha. Sou a favor de ter um pouco de cana, mas não pode ser tudo para a cana. Quando a gente produzia mandioca, a gente pagava para trabalhar. Fazia muita farinha, mas era de graça, vendia o quilo por R\$ 0,30. A gente planta cana, mas bota na cabeça que a usina também ganha. Eu planto os dois: a lavoura branca e a cana. Toda vida fui trabalhador e tenho prazer na lavoura. Eu acho que na cana tem muita ilusão também. Porque o dinheiro é no final do ano. Passa o ano todo liso. Sou a favor que se plante no máximo 40% de cana. Na queimada, tudo prejudica. A cana não vai solucionar o problema de ninguém. Por que os assentamentos plantam cana? Uma coisa que pesa nas nossas costas é a conta no banco. A questão de plantar a cana é mais para pagar a conta. Esse ano apurei 3 mil reais e levei todinho para o Banco do Nordeste. Nós, pobres, a gente se preocupa mais com dívida que os ricos. Quem fica penalizado com a dívida é a gente. Não existe hoje, no país, um projeto de subsistência das famílias. O modelo tem que ser mudado. Lavoura branca tem que ser plantada para o consumo. Na dívida do rico o governo deu subsídio. A gente tem notícia que a usina vai plantar soja com subsídio. Eu tenho um exemplo de um projeto que tirei 2000 reais para plantar inhame, e o que eu apurei foram 300 reais. A gente está lutando a 2-3 anos para botar um engenho para produzir açúcar. A cana serve como um

complemento de renda. A cana tem uma garantia de resistência, que é diferente da lavoura branca. O outro motivo é que a cana só requer mão-de-obra no início, depois é praticamente sem custo. No assentamento a produção deve ser diversificada, e a cana deve fazer parte dessa diversidade. Em 97, 98 e 99 todo mundo plantava inhame. Aí o preço caiu. O "povo" na feira dizia que graças a Deus o povo tinha ganhado a terra. Planto 10% de cana na várzea. Se fosse plantado de lavoura o povo tirava tudo (a área de várzea é coletiva e nela ninguém reside). A cana é muito dura e o povo não tira. Se a gente tivesse continuado a plantar lavoura na área de várzea, era uma produção grande. A usina leva em média 30% do lucro. Apesar de todo custo dá uma sobra. Na minha terra eu diversifico a minha produção. Só a arrecadação de cana não dava para cobrir toda despesa. Se eu encher a terra com cana, eu estou contribuindo para destruir o nosso planeta. Nós temos aqui, no assentamento Dona Helena parcela com até 100% de cana. Deve haver uma intervenção do INCRA para impedir isso. Porque a usina planta cana até na beira do rio? Não tem a lei que proíbe isso? Por que o IBAMA não proíbe isso? A cana é um desafio muito grande. O mundo hoje só está se preocupando em plantar cana. Aqui no assentamento nós determinamos 20% para preservação. Mas quem tem isso? Eu acho que a saída do povo para pagar a dívida no banco foi a cana. A lavoura branca é muito complicada, tem muita mão-de-obra, tem a seca, tem a doença etc. Solo que não ajuda muita água, vem a seca... Acho que a culpa é dos governantes. Faz a reforma agrária, mas não dá condição. A gente leva para o comércio e vende quase de graça. A cana é mais segura. Aqui em Dona Helena, na seca, quem não trabalha alugado morre de fome. Não sou contra quem planta cana. Mas vejo a desvantagem de quem planta cana. Tem gente que arrenda a terra para outras pessoas. Quem vem de fora não se preocupa com isso: planta com veneno, prejudicando a terra, tem o problema da queimada que mata os bichos. Se tivesse um engenho tudo isso seria evitado. Aqui em Vida Nova (assentamento vizinho) tem gente de usina que já comprou parcela. Eu não quero plantar cana. Os meus filhos têm plantação de cana, mas eu mesmo não quero cana. A terra está concentrada nas mãos dos grandes. O cortador de cana tem que cortar 18 toneladas por dia, se ele não cortar no outro ano ele não entra. Tem trabalhador que leva a bóia, mas não tem tempo de comer. No fim do dia tá com a fala trôpega e de noite tem que ir para o Sá de Andrade tomar soro para poder estar de pé no outro dia. O que o governo podia fazer era dar um ponto para os trabalhadores terem onde comercializar (principalmente irrigação). Porque o governo não compra os alimentos dos agricultores? Dinheiro de cana não é dinheiro não, é só uma vez do ano. Se tivesse irrigação, água para produzir, comercializar, isso é muita melhora para a vida do povo. Eu tirei o investimento, comprei os equipamentos, mas não fizeram a ligação de água. Eu fiquei com o prejuízo. O dinheiro não sai no tempo. Importante é a história da água. A dificuldade da gente é água. Quando a gente começa a lutar pela terra é uma união só. Mas quando ganha a terra, é um individualismo grande. Hoje nos assentamentos, as pessoas só pensam em si. O povo só defende quem tem, não acredita no igual. A gente quer ter a vida dos ricos e pensa que a cana vai dar isso, porque a nossa área é pequena. Se a comunidade tiver organizada e junta a gente consegue. Cem hectares de cana vai dar 7 mil toneladas de cana, representa 10% das terras. Nós estamos dando o controle para as usinas porque estamos

pensando só em nós. Os problemas, O INCRA bota a “batata quente” para nós, jogando companheiro contra companheiro. Eles não querem se “queimar” e botam a culpa para nós” (depoimento de um assentado do PA Dona Helena, janeiro de 2010).

Os depoimentos de um ex-membro e de um membro atual da CPT também foram por nós recuperados em virtude de sua importância no que tange ao seu olhar em relação ao plantio de cana nos assentamentos.

Sobre a questão da cana-de-açúcar plantada nos assentamentos o ex-membro da CPT assim se refere:

Eu vejo esse fato como uma contrarreforma agrária. Porque, na verdade, muitas terras aqui foram desapropriadas já eram de usinas e, praticamente, alguns assentamentos já estão com essa área coberta. O que eu acredito que deveria ser feito era o INCRA ter uma medida onde realmente fizesse uma normativa para que o assentado da reforma agrária produzisse 90% de alimentos. Com isso aqueceria a economia local, garantindo a alimentação no mercado interno. E numa pequena parte produzir a cana-de-açúcar pra que...pra fornecer a usina, mas também, poderia pra abastecer pequenos engenhos de cachaça, de rapadura, os quais gerassem uma economia mais voltada para o desenvolvimento nesses assentamentos (depoimento prestado a José de Nazaré Dantas Soares em 2010)

Sobre a projeção de um quadro conjuntural da cana-de-açúcar nos assentamentos daqui a dez anos o entrevistado assim coloca:

Se continuar no ritmo em que está, nós iremos ver, daqui a dez anos, um processo de empobrecimento, de favelização dessas áreas de assentamento e uma miserabilidade das famílias assentadas, porque vai acontecer o seguinte: a safra da cana é anual - o que vai acontecer - o parceleiro, digamos assim, ele vai ter uma renda anual. Digamos que hoje a cana dele deu quinze mil reais, onde ele vai ter que dividir esses quinze mil reais por um ano pra ir se mantendo juntamente com sua família. Assim, ele vai perceber que ela não vai conseguir se manter com esse valor obtido com a venda da cana à usina, por que ele vai ter despesas com a adubagem da cana, com a limpa da cana, ele precisa de caminhão pra tirar a cana pra escoar pra usina. E aí, quando ele for tirar tudo isso, ele vai ter uma renda bem mínima, não tendo condições de sustentar esse pique de produção...uma coisa interessante é que, enquanto aquele que tem na sua parcela só cana, enquanto o outro tem fruteiras, feijão, o milho, a verdura, ele vai ter alimentos. Talvez ele não tenha o dinheiro, naquela hora, mas ele vai ter o que comer do próprio roçado, tendo ele certa garantia de sua alimentação. Já o outro vai passar fome, vai ter muitas necessidades... eu vejo que se tiver, daqui há dez anos, nesse ritmo acelerado da expansão da cana, inclusive nas áreas de assentamentos, vai exatamente acontecer esse processo de empobrecimento permanente dos camponeses assentados (depoimento prestado a José de Nazaré Dantas Soares em 2010)

O atual membro da CPT entrevistado refere-se a essas duas questões da seguinte maneira:

(...) por ser região que foi plantada há muitos anos, a monocultura da cana, aí são muitos assentados que não conseguem se libertar dessa monocultura, e é por isso que plantam.

(...)para aqueles que moram na zona rural, principalmente aqueles que moram nas áreas de assentamentos, acho que a política econômica implantada nesses quinhentos anos de Brasil não fortalece a questão do desenvolvimento da agricultura familiar nos assentamentos, para os assentados poderem viver dignamente... por isso que muitos assentados hoje vão trabalhar na monocultura da cana. Tinha de ter mais investimento para que os agricultores pudessem viver dignamente – como eu digo mais uma vez – nos assentamentos.

Como se pode observar no caso do depoimento dos dois assentados, apesar de se tratar de assentados de um mesmo assentamento, são bastante distintos. São também diferenciadas as opiniões de representantes dos movimentos sociais quanto ao plantio de cana em áreas de assentamento.

De uma forma geral, o que pudemos constatar é que a cana-de-açúcar vem se tornando uma constante no Assentamento Dona Helena. Em alguns casos, há pretensão de aumento da área plantada e em outros não, porém os motivos são bem particulares e variam segundo as condições geográficas, financeiras e da força produtiva e interesse no trabalho agrícola da família.

O que mais nos chamou atenção foi que, ao serem questionados se na possibilidade de haver maiores incentivos do Governo para a produção de alimentos diversificados, eles continuariam produzindo cana-de-açúcar, todos responderam que sim. Os motivos são diversos, mas, os principais apontados pelos entrevistados são: porque ela serve de complemento da renda familiar e pelo fato de haver mercado garantido. A utilização da cana-de-açúcar para alimentação do gado e a menor demanda por força-de-trabalho também foi apontada como motivo da permanência da produção no lote independente dos possíveis investimentos governamentais.

Isso nos leva a refletir sobre vários aspectos. A maior parte dos assentados tem experiência na produção canavieira, apesar de toda exploração pela qual passaram os ex-cortadores de cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar nesta região é historicamente utilizada como ração animal, é um tipo de lavoura possível de ser cultivada nos topos de tabuleiro, resiste à estiagem e ao excesso de água, brota cinco safras sem precisar replantar, possui mercado garantido nas proximidades dos assentamentos, no caso de os assentados não terem condições para produzir a Usina fornece adiantamentos,

demanda menor desprendimento de força-de-trabalho, é mais resistente a pragas e menos vulnerável a saques.

Isso tudo nos leva à conclusão de que o grande problema pelo qual os assentados da região estão passando não está relacionado à cana-de-açúcar enquanto produto, mas sim à monocultura canavieira.

O que foi possível identificar no Assentamento Dona Helena foi que, na maioria dos casos, os assentados só abrem mão de suas produções de alimento quando não conseguem ter êxito nas mesmas, seja por questões edáficas, seja por questões climáticas ou por falta de condições financeiras para investir na produção. Os que hoje em dia enveredaram na monocultura canavieira, na maioria das vezes possuem histórico de prejuízos e endividamentos. Mas, quando eles têm as devidas condições de produção, em geral, mantém a lavoura destinada à subsistência familiar.

Vemos que, apesar das melhorias nas condições de vida das famílias assentadas, constatadas nesses últimos dez anos, algumas ainda passam sérias dificuldades financeiras e produtivas, sobretudo no que tange o acesso à infraestrutura para irrigação, o escoamento e a comercialização da produção. Nem a produção de cana-de-açúcar vem sendo suficiente para superar essas dificuldades, fazendo-se necessário, e com urgência, a implementação de políticas públicas de apoio e de incentivo à produção e comercialização das famílias assentadas, para que elas consigam sobreviver com dignidade e garantir o cumprimento da função social da terra, produzindo alimentos e abastecendo às cidades com uma produção limpa, já que o agronegócio não produz alimento no Brasil. Somente o acesso à terra e a força-de-trabalho familiar não são suficientes para garantir reprodução da família, é preciso água, rede elétrica, estradas trafegáveis, e parcerias de escoamento e comercialização. Essas famílias terem condições de produzir alimentos para abastecer as feiras das cidades é uma causa de interesse comum, no campo e na cidade.

Ao perguntarmos no que as famílias acham que o governo deveria investir mais nas áreas de assentamentos, no ano de 2009, 65% das famílias pesquisadas, afirmaram que deveria haver mais investimentos na produção de alimentos diversificados e de animais; 23%, que deveria haver mais investimentos na produção de cana-de-açúcar e; 12%, mais investimentos em infraestrutura para garantir a irrigação. Em 2019, o número das famílias que acha que deveria haver mais investimentos na produção de alimentos diversificados e animais caiu para 36%; em

compensação, 50%, passaram a ressaltar a necessidade de investimentos em infraestrutura para irrigação e; 14%, afirmaram que deveria haver mais políticas de aquisição da produção de alimentos das famílias assentadas, como já houve nos governos passados.

Ao pedirmos para considerarem a possibilidade desses investimentos e questionarmos se, no caso de elas recebessem o apoio desejado, continuariam produzindo cana-de-açúcar, em 2009, 62%, das famílias pesquisadas responderam que sim, continuariam produzindo cana-de-açúcar; 35%, afirmaram que interromperiam a produção e; 4%, não responderam essa questão. Já na pesquisa realizada em 2019, o percentual de famílias que afirmou continuar com a produção caso houvesse mais investimentos governamentais caiu para 59% do total; 32% afirmou que pararia com a cana-de-açúcar e; 9% não responderam.

Os motivos são bem particulares e variam segundo as condições geográficas, financeiras e da força produtiva e interesse no trabalho agrícola da família.

O que mais nos chamou atenção foi que, ao serem questionados se, na possibilidade de haver maiores incentivos do Governo para a produção de alimentos diversificados eles continuariam produzindo cana-de-açúcar, a maior parte respondeu que sim. Os motivos são diversos, mas, os principais apontados pelos entrevistados são: porque ela serve de complemento da renda familiar e pelo fato de haver mercado garantido. A utilização da cana-de-açúcar para alimentação do gado e a menor demanda por força-de-trabalho também foi apontada como motivo da permanência da produção no lote independente dos possíveis investimentos governamentais.

Isso nos leva a refletir sobre vários aspectos. A maior parte dos assentados tem experiência na produção canavieira, apesar de toda a exploração pela qual passaram os ex-cortadores de cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar, nesta região, é historicamente utilizada como ração animal; é um tipo de lavoura possível de ser cultivada nos topos de tabuleiro; resiste à estiagem e ao excesso de água; brota cinco safras sem precisar replantar; possui mercado garantido nas proximidades dos assentamentos; no caso de os assentados não terem condições para produzir a usina fornece adiantamentos, mesmo se eles possuírem dívidas com o banco; demanda menor desprendimento de força-de-trabalho, é mais resistente a pragas e menos vulnerável a saques.

Isso tudo nos leva à conclusão de que o grande problema pelo qual os assentados da região estão passando não está relacionado à cana-de-açúcar enquanto produto, mas sim à monocultura canavieira.

Na maioria dos casos, os assentados só abrem mão de suas produções de alimento quando não conseguem ter êxito nas mesmas, seja por questões edáficas, seja por questões climáticas ou por falta de condições financeiras para investir na produção. Os que hoje em dia enveredaram na monocultura canavieira, na maioria das vezes, possuem histórico de prejuízos e endividamentos. Mas, quando eles têm as devidas condições de produção, em geral, mantêm a lavoura destinada à subsistência familiar.

Todavia, não podemos deixar de considerar que das 64 áreas de assentamentos existentes na Zona da Mata paraibana, 31 vem resistindo à monopolização do território da cana e a sua submissão ao agronegócio canavieiro. O território que vêm construindo é para eles sinônimo de vida e é oposto à ideia de exploração, pois é o território onde conseguiram a liberdade de sua força de trabalho e, não têm interesse em subjugá-la à expansão canavieira e em negociar com as usinas.

Por fim, concordamos com Moreira (2009) quando ela aponta que o desafio que se coloca é como utilizar o cultivo da cana-de-açúcar como um mecanismo de fortalecimento da produção camponesa, em vez de ser um eixo de retomada do poder do capital sobre a terra e sobre o trabalho. Isto é, converter uma cultura que foi responsável pela construção de territórios de exploração em meio da construção de territórios de esperança, onde a vida e não o lucro seja o elemento estruturante da organização econômica e social do espaço.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Corrêa de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.

ANDRADE, Manoel Corrêa de. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 1989.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CASTRO, Iná Elias de. CORRÊA, Roberto Lobato, GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia: conceitos e temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAVALCANTE, Messias Soares. **A verdadeira história da cachaça**. São Paulo: Sá Editora, 2011. 608p. ISBN 9788588193628

CAVALCANTI, Maria Helena Pereira. **Uma história do Conde**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

DI LORENZO, Iveralda Dantas Nóbrega. **Territorialidade camponesa no Assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo-PB**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPB), 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio, SPOSITO, Eliseu Savério (org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César (orgs.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. *In*: MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia Meire S. A. de. (org.) **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional do Campo. Coleção Por uma educação do Campo N. 5. 2004.

FREIRE, Noemi Paes; NOBREGA, TORRES, Éricsson; FERNANDES, Emília de Rodat Moreira. **Espaço Agrário e Trabalho assalariado na Zona da Mata paraibana: mudanças e permanências**, João Pessoa, Editora UFPB, 2007.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. *In*: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: expressão Popular, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade** – a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.- **Censo Agropecuário da Paraíba**. IBGE, João Pessoa-PB, 1970.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.-**Censo Agropecuário da Paraíba** IBGE, João Pessoa-PB, 1980.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.-**Censo Agropecuário da Paraíba**, IBGE, João Pessoa-PB, 1985.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.-**Censo Agropecuário da Paraíba**, IBGE, João Pessoa-PB, 1995-96.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.- **Produção Agrícola Municipal**. IBGE, João Pessoa-PB, 1990-2005.

KAUSTKY, Karl. **A questão Agrária**. São Paulo: nova Cultural, 1987.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do Conceito de camponês. *In*: **Anais**.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. *In*: **Campesinato: territórios em disputa**. Eliane Tomiasi Paulino, José Edimilson Fabrine (org.). São Paulo: expressão popular: Unesp. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Não há terras para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política** (Grundrisse). 1857-58. México: Siglo Veintiuno, 1977.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MOREIRA Emília de Rodat. *Et. al.* A visão dos atores sociais sobre a crise do emprego rural na Zona Canavieira da Paraíba. *In*: **Revista da ABET**, vol. I, no. 1/ 2, 2001.

MOREIRA, Emília de Rodat. De Território de Exploração a Território de Esperança: organização agrária e resistência camponesa na região semi-árida da Paraíba. In: **Revista do Nera** No. 10. janeiro/julho de 2007.

MOREIRA, Emília de Rodat **Mesorregião e microrregiões da Paraíba**: delimitação e caracterização. João Pessoa: Governo do Estado, 1989.

MOREIRA, Emília de Rodat. Pequena produção agropecuária e política pública: o caso do programa do leite em São Sebastião de Umbuzeiro-Pb. **Anais do VII Encontro Nacional da Anpege**. Niterói, 2007. cd-rom.

MOREIRA, Emília de Rodat. **O espaço paraibano enquanto produto do trabalho**. João Pessoa: Cadernos do LOGEPA, No. 3, 2003.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária UFPB, 1997.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. De território de exploração à território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no Semi-Árido paraibano. Presidente Prudente: **Revista Nera**, No. 10, 2007. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/telas/nera>

MOREIRA, José Roberto. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOREIRA, Ruy. Espaço agrário e as classes sociais rurais. In: **Revista de Cultura Vozes**. Ano 74, volume LXXIV, nº 2, março de 1980.

MOREIRA, Emília; TORRES, Éricson; MARQUES. Agricultura e Desenvolvimento Tecnológico na Zona da Mata Paraibana. In: **Revista Caderno do Logepa**. Série pesquisa ano 2, N.2, Ano 2004.

NOGUEIRA, Alexandre Peixoto Faria. **Escolas do campo e formação territorial dos Assentamentos de reforma agrária do município de Cruz do Espírito Santo-PB**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPB). Dissertação de Mestrado, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: editora Ática, 1990. (Princípios)

PRADO JUNIOR, Caio. A questão agrária e a revolução brasileira - 1960. *In*: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: expressão Popular, 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão Agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1980.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – técnica e tempo – razão e emoção. 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1997b.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. 4ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1997a.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. *In*: **Campesinato**: territórios em disputa. PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINE, José Edimilson (orgs.). São Paulo: expressão popular: Unesp. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo, Duas Cidades, 1979.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOARES, José de Nazaré Dantas. **Espacialização do trabalho precário**: estudos das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores canavieiros de Cruz do Espírito Santo. Departamento de Geociências da UFPB, Monografia, 2010.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: expressão Popular, 2005.

TARGINO, Ivan. **A estrutura fundiária Brasileira**: formação histórica e configuração no final do século

TEPICHT , Jerzy. **Marxisme et agriculture**: le paysan polonais. Paris: Armand Colin, 1973.

XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2002. Cd-Rom,